

OUTUBRO 2010

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

# CEDOC DW

## Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Género e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Joyce Jose,  
Jose Tiago, Gelson Gaspar  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop – Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda – Angola

### Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

### Email

cedoc.dwang@angonet.org

### Com apoio de

NORAD, Embaixada da Noruega  
e LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda)

# INDÍCE

## I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Governo revê Crescimento em baixa	1
1.2	A causa da pobreza e da Crise de identidade dos Angolanos	1
1.3	Governo continua a ser o maior empregador numa economia de mercado	2
1.4	Desemprego e Produtividade	3
1.5	Crianças desistem da escola por causa da fome	3
1.6	Apesar da crise económica mundial Angola tem crescimento significativo	4
1.7	Angola ainda tem problemas alimentares	4
1.8	Credito a economia registou crescimento	5
1.9	Crescimento será abaixo dos 6,7 por Cento	6
1.10	Fome e Pobreza dependem dos políticos	6
1.11	Aberta a campanha agrícola nacional	7
1.12	A pobreza está a aumentar	8
1.13	À espera dos sonhos adiados	9
1.14	George Chicoty na Assembleia-geral	9
1.15	“Longe de se Concretizar até 2015”	10
1.16	Baixou a Taxa de Mortalidade Infantil em Angola	12

## 2 MICROFINANÇAS

2.1	Mulheres devem formar associações para facilitar acesso ao financiamento	13
2.2	Camponeses em Malange recebem credito agrícola	13
2.3	70 % dos Luandenses utiliza serviços bancários	14
2.4	Credito agrícola avança em Malange	14
2.5	Disponíveis 50 milhoes de dólares para credito a campanha agrícola	15
2.6	IPOP diz que uso de serviços bancários e baixo	15
2.7	Delegado do BNA falou sobre credito	16
2.8	Credito Bancário em números	16
2.9	O Crescimento da Banca Angolana parece Ilusório	16
2.10	Economia Informal movimenta-se fora do sistema bancário	17
2.11	Mulheres camponesas querem mais investimentos	18
2.12	Finibanco lucra 607,4 milhoes de Kwanzas	18

## 3 MERCADO INFORMAL

3.1	Luandadenses agastados com subida do táxi	20
3.2	Armazéns encerrados no Roque	21
3.3	Vendedores de produtos expirados serão detidos	21
3.4	Comerciantes e Administração do Sambizanga	21
3.5	Praças Cada Vez mais Agitadas	22
3.6	Populares preocupados com onda de assaltos no antigo Roque Santeiro	22
3.7	Panguila aguarda expectante armazéns do defunto Roque	23
3.8	Mamas zungueiras vitimas dos fiscais e do sistema	24
3.9	Trabalho Infantil e estimulado pelos os pais	24
3.10	Há indícios de braqueamento de capitais	25
3.11	Administrador Balanceia funcionamento do Mercado	27
3.12	Mercado Informal Mostra Sinais de Adaptação	27
3.13	Mercado do Panguila	28
3.14	Taxistas violam acordo e aumentam preços das rotas	28
3.15	Comercialização de produtos agrícolas em centros com condições apropriadas	30

3.16	A Zunga e a exclusão	30
3.17	Taxista temem desemprego	31
3.18	Taxista 'atacam' Cruz Neto	31
3.19	Vendedores Reclamam Ausência de Clientes	32

## 4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Relatórios do OGE nunca avaliados pelos deputados	34
4.2	Verdades contra verdades	34
4.3	Divida Publica nacional no bom caminho	35
4.4	Credito ao Estado caiu para 35,98 por cento no I semestre	36
4.5	Estudo Certifica transparência no OGE	36
4.6	Deputados votam a cegas o Oge	37

## 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Projecto de impacto com elevados investimentos	38
5.2	Administrações recebem novos equipamentos	38
5.3	Higino carneiro substitui Francisca Espírito Santo	39
5.4	O Associativismo esta a morrer	39
5.5	Administração do Território estuda divisão administrativa	40
5.6	Formação de quadros administrativos e uma necessidade permanente no pais	40
5.7	Carlos Teixeira Defende Desconcentração	41
5.8	Académicos debatem processo de descentralização	41
5.9	Censo populacional permite traçar novas estratégias de combate a fome	42
5.10	O legado do Frei João Domingos e os demónios	42
5.11	Mais de 20 mil ilegais 'invadem' Cabinda	44
5.12	O Vice-Ministro da Administração local defende capacitação de quadros	45

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Huambo tem projecto Habitacional avançado	46
6.2	Projecto "Vila Nova" e erguido na capital	46
6.3	Namibenses vão ter acesso a casas condignas	47
6.4	Construção de Novas Centralidades garante a todos o direito a Habitação	48
6.5	Casa de Jovens abre no Sumbe	48
6.6	Todos os dias comete-se um atentando ao Património	48
6.7	Programa do Urbanismo traduz meta do Executivo	49
6.8	Governo de Luanda distribui Habitações	50
6.9	Favelados e Senhorios brigam no Panguila	50
6.10	USD 130 milhoes em projecto imobiliário	51
6.11	Revista Semanal	52
6.12	Nova Legislação para s Obras Publicas	53
6.13	Ja não e possível construir um milhão de casas ate 2012	54
6.14	Especuladores imobiliários tomam de assalto as terras em quase todo o espaço nacional	55
6.15	A Associação dos Promotores Imobiliários quer a opção da "Alienação Fiduciária"	57
6.16	Há nomes obscenos atribuidos pelos os cidadãos	57
6.17	Ventos de Mudanças no Imobiliário	58
6.18	Um desafio entre a historia e a modernidade da cidade	59

6.19	Opway Angola aposta em moradias de baixo custo	60
6.20	Crescimento Imobiliário impulsiona investimento	61
6.21	Milhares de casas em construção no município da Caala e Tchippa	61
6.22	Executivo continua apostado na construção de casas sociais	62
6.23	Populares fazem a sua toponímia	63
6.24	Governo do Huambo esbanja um milhão de dólares na requalificação do rio Kalohombula	64
6.25	FESA acusada de incumprimentos	64
6.26	No dia da Habitação Presidente do IDD onde estão 1 milhao de casas	65
6.27	Casas Sociais para jovens foram entregues no Cunene	65
6.28	Nome das Ruas de Luanda podem sair da Cladestinidade	65
6.29	Garantia de habitação para todos	66
6.30	As primeiras casas ficam prontas em Março	67
6.31	Jovens de Benguela recebem casas em Dezembro de 10	68
6.32	Viana vai ter Complexo de três mil Casas	69
6.33	Construção de Casas arranca em Janeiro	70

## 7 TERRA

7.1	Comunidade da Tchavola proibida de ser reunir	71
7.2	Transferência dos moradores agita Bairro Operário	71
7.3	Demolições voltam a agitar as terras da Chela	72
7.4	Adra promove dialogo sobre conflito de terras	72
7.5	GPL garante novo cadastramento de terrenos	73
7.6	Policia resgata bens roubados aos Católicos	74
7.7	Administração da Ingombota denuncia presença de oportunista no bairro Favela	74
7.8	Activista detidos no Lubango	75
7.9	Na Huila : Jornalistas impedidos de reportar demolições	75
7.10	Reserva Fundiária livre de Minas	76
7.11	Entrega de lotes	76
7.12	A Terra Como potencial de conflitos nas comunidades	77
7.13	Comandante da Policia atrapalha Jornalista	79
7.14	Famílias beneficiadas estão a vender as casas	81
7.15	Das Cidade Para as Matas	81
7.16	Saques e Violações em série	83
7.17	Burla de fiscais na Sapu 2	83
7.18	Conflito de Terras em Angola	84
7.19	Parem de partir casas e oprimir as populações autóctones	85
7.20	Realojados na Sapu descontentes com condições das moradias	87
7.21	A Lei Mãe das Tendas	87
7.22	Na Tchimukua o sofrimento e a dobrar	88
7.23	Governador da Huila justifica demolições	88
7.24	Na Tchavola : população continua debaixo do sol	89
7.25	Transferidos ou desalojados ?	90
7.26	Omunga responsabiliza Presidente da Republica	91
7.27	O sentimento de quem ficou na tenda	92
7.28	O martírio das Tendas que se prolonga ao relento	92
7.29	MPLA detecta venda ilícita dos títulos de propriedade	93
7.30	Classificação Fundiária	93
7.31	Falta de Transparencia processual compromete sonho da propriedade	94
7.32	Classificação Fundiária	97
7.33	Cadastro predial pilar do desenvolvimento	98
7.34	Segurança fundiária das Comunidades camponeses esta comprometida	99
7.35	Neste momento Luanda não tem disponibilidade para concessões de espaços	100

7.36	Governo do Huambo esbanja um milhão de dólares na requalificação do rio Kalohombula	101
7.37	Demolições são fabricas de Pobreza	102
7.38	Administração reavalia documentação de titulares de espaços na Ilha do Cabo	102
7.39	Armazéns são demolidos no Rocha Pinto para permitir o alargamento da estrada	103
7.40	Diferendos Comunitários em Benguela	103
7.41	Governo Provincial inicia demolições dos armazéns e casas no Rocha Pinto	105
7.42	Sinistrados das Chuvas acomodados na Samba	105
7.43	Edilidade conforta os realojados	105
7.44	Legislação e pouco divulgada	106

## 8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Moradores Sastifeitos com a Empresa do Lixo	107
8.2	Governo do Huambo assina contrato com nova empresa de recolha de lixo	107
8.3	Começou o êxodo de populares em busca de agua	107
8.4	Angorecycling investe 27 milhoes de dólares no saneamento	108
8.5	Viagem a uma terra sem agua	108
8.6	Naufraigio do Rangel	109
8.7	Redes obsoletas causam transtornos a cidadinos	110
8.8	Manutenção das Valas de Drenagem	111
8.9	Imprudência faz Consumir agua turva	112
8.10	A Empresa de Aguas a luz das makas de crime de peculato	112
8.11	Estragos do garimpo de agua são avultados	114
8.12	Projecto de “Agua para Todos” chega aos centros urbanos	116
8.13	Executivo Garante mais agua potável	118
8.14	Projectos contam com o apoio do Banco Mundial	118
8.15	Executivo Angola perpectiva agua para todos	119
8.16	Falta de Agua cria Constragimentos	119
8.17	Camponeses tem agua para regar horta	120
8.18	Agua chega aos domicílios	122
8.19	Estado actual do sector de agua e energia	122
8.20	Operador sem meios para recolher o lixo na cidade de Saurimo	124
8.21	Comportas Abertas	124
8.22	Pombolo anuncia empresa de aguas	125
8.23	“Agua para todos chegou” ao Cangolo Muquipa	126
8.24	Cidade do Dundo com agua em abundancia	128
8.25	Construções ilegais dificultam limpeza	128
8.26	Elisal quer mais rigor na recolha de lixo	129

## 9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Apanhados autores da morte de um policia	130
9.2	Mulheres devem formar associações para facilitar acesso ao financiamento	130
9.3	Mulheres aparecem menos nas noticias	131
9.4	Mulheres e Crianças são principais alvos	131
9.5	Não temos medo de ninguém	132
9.6	Governo da Lunda Norte preocupado com feitiçaria	133
9.7	Numero de violações preocupa policia	134
9.8	Militares usam baionetas para furarem pneus de viaturas	134
9.9	Novo ministro do interior preocupado com índices de violações sexuais	135

9.10	Novo ministro do interior preocupado com índices de violações sexuais	136
9.11	Jornalistas devem aprofundar matérias sobre violência doméstica	137
9.12	Marginais assaltam e agentes da Polícia fingem não ver	137
9.13	Promover a Ordem	140
9.14	Senhorio queima inquilino até a morte	141
9.15	Polícia notifica centenas de casos de violações sexuais só em Luanda	141
9.16	Aumenta assaltos a cambista em plena luz do Sol	142
9.17	Moradores exigem aumento de brigadas móveis	143
9.18	Assaltos retornam as noites no bairro das bananeiras	143
9.19	Roubo de gado arruína município dos Gambos	144
9.20	Abusada e Escorraçada de Casa	146
9.21	Falta de energia Amicíssima da delinquência	147
9.22	Crianças são mais vulneráveis	148
9.23	Fórum de Mulheres Jornalista realiza encontros comunitários	148
9.24	Dois marginais abatidos em confronto com a polícia	149
9.25	Mulheres são mais afectadas	149
9.26	Epicentro das Violações de Menores a Norte de Luanda	150

## 10 AMBIENTE

10.1	Núcleo dos engenheiros do Huambo está preocupado com a desmatção	151
10.2	Pressão humana põe em risco a floresta do Mayombe	151
10.3	Famílias desalojadas pela Chuva estão a receber bens alimentares	153
10.4	Chuvas torrenciais desalojam milhares de famílias	153
10.5	Chuvas destroem casas e empreendimentos sociais	155
10.6	Água da Chuva voltam a atrapalhar	156
10.7	Chuva destrói casas em Luanda	156
10.8	Executivo cria plano para meteorologia	157
10.9	Chuvas desalojam famílias	157
10.10	Convenção sobre diversidade biológica tem a presença da ministra do Ambiente	157
10.11	Administrador ameaça com Tribunal quem insiste em destruir as florestas	158

# I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Governo revê Crescimento em baixa

*Semanário A Capital  
2 de Outubro de 2010*

Esta previsão foi avançada pelas autoridades angolanas no memorando de políticas económicas e financeiras para 2010 e 2011, ao abrigo do acordo stand-by com o FMI, divulgado esta semana.

Note-se que o OGE revisto para 2010 previa um crescimento económico de 6,7%, contra a estimativa optimista do OGE para 2011, que antecipa uma aceleração para 8,3%.

- Executivo aponta projecções para 2011 com “alguma aceleração do sector não petrolífero, devido principalmente à recuperação nos sectores da construção e serviços”. Mas do lado das reservas externas as previsões para 2010 e 2011 são de “aumento gradual” mas “sujeitas a grandes incertezas”.
- memorando faz nota de uma relativa estabilização da inflação no último trimestre de 2009 na orla dos 14%, apesar de uma ligeira desvalorização do Kwana. Nele faz-se igualmente uma leitura “positiva” em termos de cumprimento da maioria das metas do acordo stand-by, considerando-se ainda o “avanço” das reformas estruturais.
- Executivo estima que o orçamento deste ano será “guiado por um preço petrolífero conservador, que vai desligar o orçamento das flutuações” do preço do bruto, gerindo uma “margem substancial” que antecipe as oscilações.

### Reforma fiscal

Na mira da redução da dependência das receitas petrolíferas e do alargamento da base contributiva a par da simplificação do sistema fiscal, as autoridades angolanas preparam também uma reforma fiscal já contemplado em programa.

Como passos iniciais inclui-se a criação de um conselho fiscal, que vai definir estudos e acções necessárias para a reforma, visando a modernização da administração fiscal comportando a “racionalização dos incentivos aos investidores”, assim como a promessa de uma distribuição “mais equitativa” por via de um modelo fiscal progressivo.

Nesta linha o Executivo promete no referido memorando, fazer aprovar pelo parlamento novos projectos de lei até o fim de Outubro de 2010, com a implementação da reforma fiscal a ser implementada durante vários anos, com novas medidas concretas ainda em avaliação, incluindo novas tarifas fiscais.

Um recrutamento massivo para a Direcção nacional de impostos de jovens universitários recém-formados está também nas previsões do governo, com informações que apontam para a incumbência da consultora Mackenzie a rever toda a área tributária fiscal no âmbito de um contrato com o Executivo. De resto, as autoridades angolanas pretendem ainda contar com o apoio do Fundo para a modernização da administração fiscal.

## I.2 A causa da pobreza e da Crise de identidade dos Angolanos

*Semanário Folha 8  
2 de Outubro de 2010*

O lançamento e a estruturação (de uma economia de livre concorrência e longe da intervenção directa do Estado são e a única garantia para o desencadeamento do processo de desenvolvimento sustentável e da promoção do bem-estar social e económico dos angolanos e o verdadeiro garante do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais e pelo estabelecimento de (uma democracia sólida. Karl Marx sustentou nas suas teses sobre o Capital, sem oposição idónea, que as relações económicas em qualquer sociedade constituem a estrutura a partir das quais as inspirações ideológicas políticas e partidárias e as liberdades humanas nascem e florescem, é o modelo de organização económica (estrutura) que determina o modelo político e jurídico (super estrutura) de qualquer sociedade. Notou-se na Grécia antiga que a filosofia e as artes ganharam espaço e difusão com o enriquecimento exponencial da cidade de Atenas e é nesta altura que a democracia helénica que inspira o mundo moderno nasceu. Vem deste raciocínio que é poder político é condicionado pelo poder económico e nunca o contrário.

As sociedades que se organizam em torno dos interesses dos cidadãos e se desenvolvem são aquelas em que a iniciativa privada tem mais espaço de intervenção do que o Estado. Os Estados Unidos da América desenvolveram-se somando cada iniciativa particular desde há século, com os cowboys a “caça” do ouro e outros empreendedores dentre os quais J. D. Rockefeller que fundou algumas das maiores companhias de exploração de petróleo do mundo. O esforço de cada cidadão americano acabou inspirando o espírito empreendedor que alimenta a essência americana identificada pelo ideal do ‘American Dream’ (sonho americano) bem representada pela estátua da liberdade como símbolo da liberdade

humana. Nestas sociedades o papel do Estado é fundamentalmente regulador, decretando normas legais com fim de conter as práticas económicas desleais e promover a sã concorrência entre os particulares com a organização de um sistema de justiça funcional e “amiga” do livre desenvolvimento da personalidade humana. É por isso que o comunismo “faliu” em todo mundo por se ter pretendido que o Estado podia substituir-se a capacidade empreendedora do indivíduo, instigada pelo instinto da fome e da sobrevivência, através da partilha equitativa da produção. Uma solução contra natura que a própria Bíblia Sagrada condena a partir do momento em que Deus determinou que Adão devesse sustentar-se pelo esforço próprio (gênesis 3:19) ficando patente que a opção económica social aceitável é o capitalismo ou a economia assente na iniciativa de cada indivíduo. Se o trabalho dignifica o homem, mais dignifica o trabalho desenvolvido em harmonia com as capacidades e perspectivas de realização individual que é apenas proporcionado pela iniciativa individual. O trabalho público é um sacerdócio através do qual o indivíduo sacrifica a sua criatividade para servir a interesses sociais baseados em modelos pré-elaborados mediante estruturas organizacionais rígidas e nefastas para a capacidade inovadora proporcionada pela liberdade da iniciativa individual. Com o trabalho na função pública o indivíduo “congela” a sua criatividade para além de sujeitar-se a remunerações rígidas. Portanto, não se realiza como homem e em consequência não conhece liberdade ou felicidade. Assim, é fácil revelar-se a crise de identidade dos indivíduos.

É a partir da opção económica centralizada e a sujeição da economia ao poder político desde 1975 que os angolanos entraram em crise de identidade perdendo os valores morais e éticos e como consequência enterraram a sociedade em dificuldades crónicas de organização social e de autodeterminação cultural (negação dos valores e códigos culturais). Submetidos a mendicidade por força da limitação de oportunidades económicas (expropriação da propriedade particular) e pelos magros salários públicos, os angolanos entraram num processo de “recalcamento” em que o sonho pela realização individual foi trocado pela submissão as regras de acesso limitado e direccionado dos recursos económicos disponibilizados pelo Estado paternalista (que a todos dá de comer) gerando a grave onda de clientelismo e corrupção que vem corroendo a nossa sociedade até aos dias de hoje.

Infelizmente desde que foi anunciado o sistema de economia de mercado em 1992 o poder político angolano insiste em manter o modelo centralista da economia em que apenas o estado gera as soluções de bem-estar soe dos cidadãos intervindo em todos sectores sociais e económicos com engajamento de volumosos investimentos públicos. O Governo Angolano ainda preso no modelo

de economia centralizada ou comunismo, continua a desviar os preciosos recursos financeiros para áreas em que os privados podem bem desenvolver a sua actividades (construção de casas – no centralidades, distribuição de bens primeira necessidade – PRESILD, indústria agropecuária, etc.) quando canalizá-los aí onde apenas o estado pode investir (Produção de electricidade, tratamento de água, infra-estruturas técnicas – redes de esgotos, e electricidade, estradas e pontes, de ordenamento do território, etc.). De modo, persistem os gravosos programas sociais e com ela a pobreza e a criminalidade e a crise de identidade cultural que nos leva a absolver as influências culturais universais o mínimo de crítica. A proliferação, de seitas religiosas inconsistentes, partidos políticos sem programas de difusão descontrolada de varias culturais ofensivos à harmonia SI IS e a estabilidade da personalidade dos cidadãos são dados bem patente desvio da opção económica soda.

Para corrigir este problema, urge direccionar a economia para a iniciativa privada a fim de devolver a identidade do angolano há muito “roubada” ainda persistente comunismo, tanto, os agentes sociais (partidos políticos e a grossa amalgama da Sociedade e civil devem redireccionar igual.

### 1.3 Governo continua a ser o maior empregador numa economia de mercado

*Semanário Agora*  
2 de Outubro 2010

Alguns analistas afiançam que prometer um milhão de empregos está ‘perfeitamente’ ao alcance do Executivo, bastando para isso faz-de-conta: As grandes obras públicas continuarão e o programa de construção de um milhão de habitações em todo o país também.

“Nas obras públicas e na construção civil é perfeitamente possível criar o número de postos de trabalho programados, por se estar a falar de mão-de-obra que não exige grandes qualificações”, disse numa entrevista recente ao Jornal de Angola o economista José Cerqueira.

Contudo, a análise recente sobre o emprego e produtividade lançada em Luanda pela Universidade Católica de Angola (Ucan) lembra que o país poderá ter uma taxa de desemprego muito elevada, por haver muitas pessoas nas ruas a ‘biscatarem’ para quem a economia formal (não tem tido capacidade de oferta de postos de trabalho.

O êxodo do campo para as cidades e os preocupantes índices 1: de criminalidade urbana explicam esta triste realidade. Aliás, segundo algumas estatísticas internacionais, Angola apresenta uma das maiores taxas de desemprego da África subsahariana e a segunda mais elevada da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (Sadc).

O desemprego é o maior desperdício que um país pode apresentar, equivalendo do ponto de vista económico, a perdas de oportunidades de crescimento, é de melhorar a distribuição do rendimento e de aprimorar as condições de vida das pessoas.

Em 2009 o Governo criou mais de 300 mil postos de trabalho. Paralelamente a isso está apostar na formação. Esta semana, por exemplo a Universidade Agostinho Neto lançou mais 897 licenciados no mercado, mesmo tempo, cerca de 100 vens recém-formados receberam quites para a sua inserção laboral.

Será que estes quadros ter sucesso? O empresário FC real que o grande problema mesa para quem receba instrumento de trabalho para começar a ganhar dinheiro é a adaptação “Para além do défice de aprendizagem, por causa do fraco nível nas escolas, os nossos jovens não têm cultura empreendedor Querem lucros imediatos com mínimos esforços. Isso dificultou crescimento de uma mão-de obra qualificada e disciplinada referiu.

Um professor universitário instado sobre o binómio emprego / produtividade disse ao AGORA que dos estudantes que concluem os cursos apenas 59 têm o “cérebro”. O docente explica melhor: “Dos formandos que anualmente terminam a universidade apenas 5% carbura, 95% querem aumento salarial e uma larga maioria não tem raciocínio assertivo. Exigir que escrevam bem é pedir muito”.

E , no entanto, com boa parte destes quadros que o país se vai erguendo nos mais diversos domínios da actividade, onde a excelência é ainda uma miragem.

## 1.4 Desemprego e Produtividade

*Semanario Agora*  
2 de Outubro de 2010

Não há dados disponíveis sobre a evolução do binómio desemprego / produtividade entre 2000 e 2009. Por isso mesmo “ninguém sabe porque não existem estatísticas sobre o emprego, o valor agregado da economia, a contabilidade empresarial a população economicamente activa e outras variáveis correlacionadas com a produtividade”. No entanto, apesar da elevada taxa de desemprego e da fraqueza dos sistemas de segurança social (ainda não estruturados e inclusivos), não têm ocorrido convulsões importantes. As razões, de acordo com o relatório da Ucan podem ser resumidas nestes termos:

A lembrança da instabilidade e insegurança generalizada do período da guerra ainda presente no consciente colectivo da sociedade.

Aceita-se o desemprego como um mal menor, do que profundas convulsões sociais e lança-se mão da marginalidade para descomprimir as pressões colocadas por níveis de vida muito baixos.

A corrupção nas empresas públicas permite aliviar a

escassez e a insuficiência de rendimentos de uma parte da população desempregada, sendo que, os poderes instituídos normalmente temerosos de convulsões sociais – fazem vista grossa à corrupção, compreendendo-se a timidez no seu combate. Não havendo o incremento de emprego líquido desejado, a corrupção acaba por ser tolerada.

A economia formal tem sido o rescaldo do elevado desemprego funcionando como um subsistema alternativo à componente não petrolífera e com contradições fundamentais entre a economia dos diamantes e a agricultura.

## 1.5 Crianças desistem da escola por causa da fome

*Semanario A Capital*  
2 de Outubro de 2010

Conversamos também com o professor Afonso Paulo Muzinga. Na actividade desde 1982, ele dá aulas à quinta classe na aldeia do Balassende, a sete quilómetros da pequena povoação, onde o encontramos.

De acordo com o professor, a penúria alimentar e falta de água que se registam neste momento é inquietante e se reflecte no ânimo dos alunos.

«Tínhamos mais de 30 alunos por cada sala. Agora é cada vez mais notória a redução dos mesmos. Convocamos os encarregados de educação, que alegaram falta de água para tratar das roupas dos filhos e comida», como factor que está na base da desistência dos petizes.

Na verdade, reconhece o professor, “é desumano mandar crianças a escola sem comer, mesmo porque alguns alunos percorrem cerca de sete quilómetros, de uma aldeia para a ar outra”.

Sabe-se que o Governo local tem em curso, desde Agosto, um programa de abastecimento às aldeias carenciadas. Os bens a serem entregues incluem água, através de um camião cisterna de 20 mil litros, e fornece o líquido, uma a duas vezes por semana.

Até à passagem da nossa reportagem pela zona, quarta-feira, 29, de acordo com o professor Afonso Muzinga, também já tinham sido distribuídas algumas quantidades de bens alimentares, entre fuba, arroz, feijão, sal e óleo.

Contudo, ressalta que as quantidades são insuficientes, para uma aldeia composta por 165 chefes de famílias.

«As nossas famílias são alargadas. O mínimo é de sete pessoas a residirem numa casa. Receberem todas as mesmas quantidades, independentemente do número de pessoas que perfazem o agregado, é tapar o sol com a peneira», criticou. «No dia 21 de Agosto cada família recebeu da coordenação do bairro, encarregue da distribuição dos alimentos, um quilo e meio de fuba, a mesma quantidade de arroz, meio litro de óleo, meia barra de sabão, uma posta de peixe e um pacote de sal», ilustrou.

## 1.6 Apesar da crise económica mundial Angola tem crescimento significativo

*Jornal de Angola*

*8 de Outubro de 2010*

Manuel António Tambi, secretário para Assuntos Jurídico e Laborais, em representação do secretário-geral da UNTA-CS, disse em Luanda que apesar dos efeitos da crise económica mundial, os indicadores económicos em Angola apontam para um crescimento significativo desde 2002, apesar dos índices de desemprego e das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza continuarem preocupantes.

Falando na abertura da palestra subordinado ao tema “A Importância do Trabalho Decente na Redução da Pobreza e da Exclusão Social”, Manuel Tambi disse que apesar das medidas económicas e da nova legislação laboral, muitos trabalhadores não têm garantia de estabilidade de emprego e estão sujeitos à violação dos seus direitos, sendo obrigados a aderir ao mercado informal onde exercem actividades sem segurança.

O secretário para os Assuntos Jurídicos e Laborais da UNTA-CS, disse que Angola é um país com uma população jovem e de baixa densidade populacional em relação à sua riqueza potencial.

João Tambi realçou que a UNTA-CS, o Executivo, os actores sociais, os operadores económicos e do mercado de emprego em Angola têm de evitar os factores discriminatórios no trabalho.

O secretário para os Assuntos Jurídicos e Laborais da UNTACS recomenda a realização de políticas para a promoção da inclusão social e a valorização através da formação profissional da população activa, para que a mão-de-obra qualificada possa enfrentar os desafios do desenvolvimento económico. No entender do sindicalista, isso passa pela adopção das prioridades da Organização Internacional do Trabalho traduzidas nos pilares do trabalho decente: a promoção e cumprimento dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, a criação de oportunidades para homens e mulheres para que disponham de rendimentos e emprego decentes, realçar o alcance e a eficácia da protecção social para todos e fortalecer o diálogo.

O secretário para os Assuntos Jurídicos e Laborais da UNTA-CS, disse que o trabalho digno, apresentado pelo director-geral da Organização Internacional do Trabalho, na 87ª sessão da organização em 1999, reflecte as preocupações e anseios dos trabalhadores angolanos filiados na UNTA-CS.

Sublinhou que a UNTA-CS, no seu congresso aprovou a resolução sobre o trabalho digno e vida adequada que propõe para os próximos cinco anos na luta pela melhoria de vida dos trabalhadores angolanos.

## Direito ao trabalho

António Cazevo, da Inspeção Geral do Trabalho, disse que hoje os países estão a adoptar estratégias com vista à execução de medidas para a estruturação de um sistema de inspecção do trabalho eficaz, na promoção do diálogo e na busca de soluções para a concertação social com o objectivo estratégico de promoção do trabalho digno. “Todos os países tendem a organizar o mercado de trabalho, a desenvolver políticas de emprego, de protecção e de concertação social”, disse António Cazevo.

Na sua intervenção, lembrou que e na Constituição da República está plasmado que o cidadão angolano tem direito a um emprego e a ser enumerado de acordo com a actividade que presta.

“Ter emprego é um direito fundamentalmente”, disse António Cazevo. O representante do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social, salientou que no caso particular de Angola, o desenvolvimento económico desde que o país conheceu a paz, tem permitido o surgimento de novas empresas e novos postos de trabalho.

António Cazevo disse que no continente africano o sector informal tem sido o grande empregador e Angola não foge à regra.

A palestra foi inserida nas comemorações do “Dia Mundial do Trabalho Digno ou Vida Digna” e teve como objectivo a realização de acções de sensibilização sobre a importância da redução da pobreza por um trabalho digno e uma vida digna, contribuir no processo de redução da pobreza à luz da estratégia do Executivo, participar em acções em curso para a redução da pobreza, lutar por um salário digno e por protecção social.

## 1.7 Angola ainda tem problemas alimentares

*Semanario Factual*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

Angola é um dos 22 países que sofrem de crises alimentares prolongadas, segundo a FAO, que afirma lamentar que apenas uma ínfima parte da ajuda ao desenvolvimento nessas Nações seja aplicada em “sectores cruciais” como a agricultura e o ensino.

O novo relatório da Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO), lançado Terça-feira, 05, em Roma, coloca Angola na lista dos 22 países que atravessam longos períodos de penúria alimentar.

Estes países são definidos pela FAO como aqueles em que a “incidência da fome é alta e persistente”, onde existe uma “capacidade limitada de resposta”, conflitos armados e catástrofes naturais, bem como uma “governança ou administração pública débil”.

O documento lembra que, entre 2005 e 2007, quando a população angolana era de 17,1 milhões, havia em

Angola “7,1 milhões de pessoas sub-nutridas (urna proporção, de 41 por cento)”, e que o Índice Global da Fome no país, em 2009, se situava nos 25,3 por cento.

Além de Angola, a lista é composta pelo Mianmar, o Burundi, o Tchade, o Congo, a Cote d’Ivoire, a Eritreia, a Etiópia, a República da Guiné, o Haiti, o Iraque, o Quênia, a Libéria, a República Centro Africana, a RDCongo, a Coreia do Norte, Serra Leoa, a Somália, o Sudão, o Tajiquistão, o Uganda e o Zimbábue.

Apesar destes países precisarem de “ajuda adicional”, as tendências da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) são “preocupantes”, porque, salienta o relatório, “cerca de dois terços destes países recebem menos verbas para o desenvolvimento, per capita, do que a média dirigida aos Países Menos Avançados (PMA)”.

O documento salienta que nos países em crise prolongada, os sectores da agricultura e da educação, que são “cruciais para garantir a segurança alimentar”, recebem “financiamento insuficiente”.

De acordo com o relatório, da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para 2005-2008, apenas 3,1 por cento das verbas nesses 22 países são destinados à agricultura, contra os 5,8 por cento correspondentes aos PMA.

Isto apesar de, lembra a FAO, esse sector ser, em média, responsável por 32 por cento do PIB nesses países e a principal fonte de subsistência das respectivas populações.

“Dos 22 países em crise prolongada todos, menos três (Angola, Eritreia e República da Guiné) receberam uma percentagem de assistência para o desenvolvimento para a educação básica inferior à média dos PMA”, acrescenta o documento.

Em termos gerais, o relatório lembra que o número estimado de subnutridos em todo o Mundo passou, num ano, de 1,02 mil milhões de pessoas para 925 milhões, localizados maioritariamente na Ásia e na África.

Apesar desta redução, atribuída às estimativas de crescimento económico, às boas colheitas e à descida do preço dos alimentos, a FAO destaca que o número é ainda “inaceitavelmente alto”, e que a “fome está mais ampliada do que antes” das crises económica e alimentar.

## 1.8 Crédito a economia registou crescimento

*Jornal de Angola*

*12 de Outubro de 2010*

O crédito à economia cresceu 79 por cento, passando de 430 mil milhões de kwanzas em 2008 para 770 mil milhões de kwanzas em 2009, revela o estudo da empresa de consultoria Deloitte Angola “Banca em Análise”, que vai na sua quinta edição, apresentado no fim-de-semana.

Os sectores que mais recorreram ao crédito foram comércio, construção civil e os serviços. Tal como nos

anos anteriores, a agricultura, a pecuária e as pescas, são os sectores com menos crédito concedido, representando apenas três por cento do total, enquanto o seu peso no PIB atinge os 11,4 por cento, de acordo com o estudo.

Relativamente ao crédito a clientes, o estudo refere que o total de crédito no final de 2009 corresponde a 2.229 mil milhões de kwanzas face a um valor de 1.643 mil milhões de kwanzas no final de 2008. Os particulares representam 42 por cento do total de crédito. Dos restantes 58 por cento, respeitantes ao crédito às empresas, destacam-se o comércio com 31 e construção com 14 por cento. O estudo refere que, como reflexo do crescimento económico, acompanhado pela estabilização económica, as medidas desenvolvidas pelo Executivo promoveram a desaceleração da inflação e estabilização do mercado cambial. O ciclo de desaceleração em 2008 atingiu os 13,2 por cento e em 2009 estima-se que tenha sido fixada em 14 por cento. Para este ano prevê-se a retoma do ciclo de desaceleração.

Num cenário adverso para a banca, o sector cresceu de forma significativa em 2009, tendo revelado uma capacidade de reacção notável. Este ano, os pagamentos electrónicos cresceram 34 por cento, mas mais significativo ainda foi o volume de depósitos que cresceu 65 por cento. O volume de depósitos fixou-se acima do ano anterior.

Os custos de exploração aumentaram em 40 por cento, devido ao crescimento da actividade. As provisões cresceram em cerca de 104 por cento para o sector todo, uma evolução que está mais alinhada com a evolução macroeconómica, reconheceu João Paulo de Carvalho, responsável pela área financeira da Deloitte Angola.

Houve um aumento significativo da margem complementar, que juntamente com a margem financeira compõem o produto bancário, o que fez com que no global o produto bancário tivesse subido 55 por cento, não muito diferente da evolução do ano anterior. O que os bancos conseguiram fazer, disse, “foi dar a volta por cima”.

### Resultados líquidos

De acordo com o “Banca em Análise”, os resultados líquidos mantiveram um crescimento muito significativo e voltaram a crescer 55 por cento em 2009 e o retorno sobre capitais próprios baixou ligeiramente. Em 2008, tinha atingido os 42 por cento e este ano cerca de 40 por cento.

Há uma descida das quotas dos cinco maiores bancos de Angola (BAI, BF A, BESA, BPC, BIC), que era de 84 por cento em 2008., passando para 81 no ano passado, evidenciando o impulso dos bancos pequenos, que embora num cenário adverso conseguiram ganhar quota face aos grandes bancos do sistema. “Isto é um excelente indicador de que há espaço para mais inovação e diversidade neste mercado. O ano de 2009 foi o único

em que não houve entrada de bancos novos no sistema”, notou João Paulo de Carvalho. A nível de transacções nos caixas automáticos, houve um crescimento de 30 por cento e a nível dos terminais de pagamento automático, houve um crescimento de quase 100 por cento. No global, transacções electrónicas registaram um crescimento de 34 por cento. Apesar de diversas condicionantes, a Banca teve um comportamento positivo.

## 1.9 Crescimento será abaixo dos 6,7 por Cento

*Semanário A Capital*  
16 de Outubro de 2010

O Executivo angolano voltou, mais uma vez, a falhar nas previsões de crescimento para o Produto Interno Bruto (PIE) do país.

A pouco menos de três meses para o fim do exercício de 2010, o Governo, através da ministra do Planeamento, diz que a economia angolana deve crescer mas não mais em níveis previstos no Orçamento Geral de Estado revisto em Agosto passado.

Dois meses depois, o Governo reviu em baixa as previsões para este ano do crescimento do PIE dos 6,7 por cento iniciais, para 4,5 por cento.

Ana Dias Lourenço sublinhou que os 4,5% resultam daquilo que era esperado face às medidas aplicadas pelo Governo perante o cenário económico e financeiro mundial, notando ainda que este valor se apresenta acima do crescimento da população, que é estimado em três por cento/ano.

Algumas das medidas nomeadas pela ministra são a consistência da implementação das políticas na gestão macroeconómica e um maior ngor na programação financeira do tesouro apontando ainda oestabecimento de regras no uso do instrumentos de política monetária e o ajustamen da taxa reservas obrigatória do banco Central.

A regulamentação de depósitos e transacções estrangeira e a define limites de exposição de acautelamento d livre circulação do d ainda nomeadas pela Ministra do Planeamento como medidas de de salvaguarda da economia angolana.

## 1.10 Fome e Pobreza dependem dos políticos

*Semanário Factual*  
16 a 23 de Outubro de 2010

Na opinião de Belarmino Jelembé, “infelizmente as opções políticas até agora tomadas, e com os investimentos que vão sendo feitos na economia, levam-nos a duas realidades contraditórias: um país com o meio

urbano com grandes infra-estruturas modernas e gigantescas, por um lado, e, por outro, um meio rural cada vez mais depauperado, com problemas muito básicos”. Segundo o responsável da ONG nacional, estudos levados a cabo pela organização provam que “um jovem rural que imigre para os maiores centros urbanos em busca de melhores condições de vida, ganha, em um mês, mais que em duas campanhas agrícolas”.

“Se este jovem for a lavar carros ou a trabalhar como “roboteiro” (transportador de cargas) em centros urbanos, como Luanda, pode arrecadar até 70 mil Kwanzas, em três meses, mais que o resultado obtido com a venda de 500 quilogramas de milho por hectare plantado”, exemplificou.

Para Jelembé, essa situação leva a que os aldeões vejam os grandes centros urbanos como os “EI dourados”, onde, chegados, entretanto, acabam por cair num aprofundamento do seu estado de pobreza.

### Agricultura em situação de crítica

O responsável da ADRA afirmou reconhecer que “com a paz registaram-se melhorias em alguns aspectos, resultantes do facto das pessoas regressarem às suas zonas de origem, de reactivarem as suas actividades produtivas e do grande programa de reabilitação de estradas”.

Entretanto, Belarmino Jelembé considera existirem “vários factores que levam as populações a viverem ainda em situação de pobreza acentuada, tais como a forma como se lida com os problemas da agricultura”.

Para o activista social, a agricultura, de um modo geral, fundamentalmente a familiar, encontram-se numa situação crítica, uma vez que os custos de produção são bastante altos, particularmente para o pequeno produtor.

Outro aspecto, segundo Jelembé, tem a ver com toda a abordagem relativa ao desenvolvimento rural.

Muita da pobreza urbana e peri-urbana deriva essencialmente da falta de oportunidade que existe no meio rural, esclareceu.

A terceira questão enumerada pelo director geral adjunto da ADRA esta ligada à capacidade das instituições a ruvellocal.

Para o responsável, “o desenvolvimento rural esta intimamente ligado às instituições. Varias aldeias neste país não têm serviço público algum, o que, desde já, coloca um problema sério, um problema de cidadania”.

Belarmino Jelembé advoga que o reforço da capacidade das instituições e a sua extensão constituem presente uma questão fundamental, relativamente ao combate à fome e à erradicação da pobreza.

### Problema da terra na base da fome e da pobreza

O director-geral adjunto da AD RA afirma acreditar que outro grande problema ligado à fome e à pobreza resulta das questões fundliárias.

“A problemática da terra será, certamente, nos próximos

tempos, um dos maiores dilemas e com contornos muito difíceis de resolver”, considerou o agente da sociedade civil. Na opinião de Jelembé, “a complexidade do problema fundiário vem de um conjunto de injustiças desde o tempo colonial e, hoje, tem havido pouca capilidade para se encontrarem soluções mais consensuais”.

De salientar que este ano o lema do dia mundial da alimentação é: Unidos Contra a Fome”.

A celebração é promovida em todo o planeta pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no dia 16 de Outubro. Foi neste dia, no ano de 1945, que foi criada a FAO

Entre os objectivos do Dia Mundial da Alimentação salienta-se o estímulo a uma maior atenção à produção agrícola em todos os países e um maior esforço dos países para acabar com a fome; estimular a cooperação técnica e económica entre as nações em desenvolvimento a fim de se acabar com o flagelo da fome.

### **Outros objectivos são:**

Promover a participação, das populações rurais, em especial as mulheres camponesas e grupos mais vulneráveis, nas decisões e actividades, que afectam as suas condições de vida; fortalecer a consciencia politica sobre o problema da Fome no Mundo.

A FAO também quer que os países promovam a transferência de tecnologias e fomentem o sentido de solidariedade interna e externa na luta contra a fome, a desnutrição e a pobreza, bem como celebrar os êxitos obtidos em desenvolvimento agrícola e alimentar.

A pobreza é uma atroz realidade com que uma grande parte do planeta se depara. Muitos seres humanos continuam a viver e a morrer, em condições degradantes.

Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas (20 por cento da população mundial) vive penosamente abaixo do limiar da pobreza (com menos de um dólar por dia), aproximadamente 850 milhões sofrem de fome e 30 mil morrem de causas directamente relacionadas com a pobreza.

Nos países em desenvolvimento, mais de 1000 milhões de pessoas carecem de habitação adequada e estima-se que 100 milhões estejam sem abrigo.

### **Mundo tem 160 milhões de crianças subnutridas**

Um quinto da população não tem expectativas de vida para além dos 40 anos de idade, 160 milhões de crianças são subnutridas, 110 milhões não recebem educação primária e meio milhão de mulheres morre anualmente durante o parto.

Estes são escassos exemplos das sérias catástrofes que a pobreza, directa ou indirectamente tem vindo a desencadear.

Embora de uma forma insuficiente e desigual, o Mundo alcançou progressos reais no domínio da realização do primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio:

erradicar a pobreza extrema e a fome, reduzindo para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia.

A oito anos da data limite fixada, ainda são muitos os que acreditam que, apesar dos resultados actuais, o alcance do primeiro objectivo é uma missão possível e comportável em termos de custos.

A sua consecução, porém, depende de muitos factores, mas nenhum parece ser mais importante do que o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento, tal como prevê o oitavo objectivo do Milénio.

Para isso, é preciso que os países desenvolvidos façam um enorme esforço no domínio da ajuda, da redução do endividamento e das concessões comerciais e, naturalmente, no combate à corrupção.

Do mesmo modo é necessário que os países em vias de desenvolvimento façam esforços importantes para reformular os seus programas de desenvolvimento.

De salientar que a ADRA, uma das mais consagradas organizações angolanas da sociedade civil realizou a 13 e 14 (Quarta e Quinta-feira) o décimo encontro nacional das comunidades.

Durante o encontro foram abordados temas ligados à situação de terras nas comunidades, experincia de créditos, cooperativismo e comercialização, experincia de produção agrícola e florestal, diálogo entre as comunidades e as administrações municipais, programas governamentais de apoio à agricultura e desenvolvimento rural e a nova Constituição.

## **I.11 Aberta a campanha agrícola nacional**

*Jornal de Angola*

*17 de Outubro de 2010*

O Ministro, que procedia à abertura da campanha agrícola 2010/20 11 em acto presenciado pelo governador do Kwanza-Sul, Serafim Maria do Prado, autoridades administrativas, tradicionais e camponeses, anunciou que foi aprovado, pelo Conselho de Ministros, um pacote orçamental que visa apoiar a agricultura familiar e o fomento de iniciativas empresariais no sector agrícola.

Afonso Pedro Canga referiu que a agricultura moderna, aliada às tecnologias, requer o aprofundamento de conhecimentos técnicos para proporcionar rendimentos aceitáveis. “Temos de ter presente que a agricultura moderna não se compadece com processos empíricos, devendo antes conciliar as novas tecnologias com o processo produtivo em si”, disse, sublinhando o valor da formação técnico-profissional.

Reconhecendo os maiores Índices e qualidade da produção da localidade da Zâmbia, encorajou os produtores locais a empenharem-se na diversificação das culturas e garantiu que com o aumento da produção o Executivo vai

procurar estabelecer mecanismos viáveis de comercialização com preços justos.

Neste contexto, exortou os camponeses a empenharem-se no processo de alfabetização no sentido de acompanharem a dinâmica da sociedade moderna.

O ponto mais alto do acto compreendeu a entrega de meios agrícolas, como tractores, fertilizantes e pesticidas, à cooperativa “28 de Setembro” da comunidade da Zâmbia.

Na deslocação a Amboim, Afonso Pedro Canga fez-se acompanhar de uma delegação composta pelas ministras do Comércio e da Família e Promoção da Mulher, respectivamente, Idalina Valente e Genoveva Lino, a secretária de Estado do Desenvolvimento Rural, Filomena Delgado, e funcionários do seu pelouro.

### **Dia mundial da alimentação.**

O lançamento da campanha 2010/2011 coincidiu com o Dia Mundial da Alimentação, assinalado ontem. Por ocasião da efeméride, o representante do Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Mamadou Dialou, disse que este dia constitui uma “data de reflexão sobre os desafios que se colocam à segurança alimentar nos países subdesenvolvidos”.

Mamadou Dialou afirmou que o actual contexto da segurança alimentar todo mundo inspiram cuidados, tendo em conta os condicionalismos verificados quanto aos investimentos, produção e distribuição de alimentos. Sublinhou que este ano a efeméride se celebra sob o lema “Todos unidos contra a fome”, como prelúdio da tomada de consciência dos governantes de todos os países para gizarem programas para erradicação da fome no planeta. “Em Angola, a erradicação da fome passa pela conjugação de esforços entre o Governo e os seus parceiros na implementação de programas integrados que visem a melhoria do sistema de produção, sobretudo no meio rural. São milhões de pessoas afectadas pela fome e deve evitar-se desperdícios, promovendo o consumo de produtos locais pelos habitantes”, disse.

## **1.12 A pobreza está a aumentar**

*Semanário Angolense*

*De 18 de Outubro de 2010*

Este texto é a última parte da grande entrevista que este ex-candidato independente às eleições presidenciais concedeu ao *Semanário Angolense* e cuja primeira parte publicamos na edição passada. Acompanhe a última parte da conversa, embora agora num estilo diferente.

Instado a pronunciar-se sobre os níveis da pobreza em Angola, afirmou que este mal social está a aumentar. “Há mais pobres, mais mendigos, a prostituição, a violência, os assaltos e as doenças aumentaram”, afirmou. Assegurou que Angola tem “muito, muito dinheiro

mesmo” e que anualmente, rende “qualquer coisa como” 70 mil milhões de dólares, tirando os custos de produção do petróleo, para além dos diamantes, peixe, etc.,

O país tem recursos suficientes, para uma população que é muito pequena, menos de 20 milhões de habitantes, que pode resolver os problemas de cada família neste.

Recordou que ainda recentemente, o Ministério do Planeamento publicou um relatório em que consta uma estatística que estimava que até quase 80 por cento dos angolanos estavam desempregados ou a pobreza estava interligada com o desemprego e a miséria no país.

Ele é de opinião que, à volta de a 90% de cidadãos estão num estado de miséria, por falta de políticas concretas com melhores programas de distribuição das riquezas que o actual.

“Acho que a sociedade está mal servida”, lamentou, referindo-se ao facto de a região de Quicabo, no Bengo, estar assolada por uma estiagem. “Nem o Governo central nem o governo provincial distribuem água potável a essa gente. Temos os mesmos problemas de cheias no Cunene; temos problemas de desemprego e falta de actividade económica nas Lundas.

Em Luanda, prosseguiu, há muita gente, em particular a juventude, desempregada, incluindo chefes de famílias que não conseguem trabalho fixo para sustentá-las. Acha que as estatísticas neste momento são irreais, não reflectindo a realidade. Citou as famílias que vivem com menos de um dólar e cidadãos na rua à procura de um dólar para ao fim do dia alimentarem as famílias.

Disse que um dólar não chega para a cesta básica dos angolanos, que poderiam ter de tudo um pouco, “desde a fuba, um bocadinho de peixe, um bocadinho de carne, óleo e tudo mais para que as pessoas tivessem uma dieta razoável”.

Considerou que os angolanos estão numa penúria extrema, porque não há uma política como, por exemplo, a que existe no Brasil, onde há o programa “Fome zero”. O Governo de Lula faz questão de que o cidadão tenha uma cesta básica, “que os angolanos não têm”.

Afirma que as crianças vão à escola com fome, pois a merenda escolar é esporádica e não consistente. Para Kambowela, a economia não está a crescer no sentido da criação de empregos na indústria, porque não se apostou muito mais na produção agrícola para que sustentasse a indústria a fim de transformar os produtos brutos, que abundam no campo.

“Sempre tivemos grandes potencialidades agrícolas e exportámos, mas hoje, somos um país que importamos em quase 90%”, lamentou.

O político considera que as elites que governam o país não têm nenhum programa claro para a Saúde e a Educação, recordando que, no passado, ele sugeriu que se garantisse que os cidadãos tivessem acesso à saúde através duma fórmula, mesmo que os cidadãos pagassem trimestralmente alguma contribuição para o pro-

grama de acesso à saúde na sua universalidade de saúde, de emergência ou mesmo de especialidade.

Propõe que se acabe com a transferência que o Estado faz de milhões e milhões de dólares para fora destinados à junta médica, recursos que poderiam ser aplicados para construir-se hospitais de envergadura e, se necessário for, empregar-se especialistas expatriados para que os angolanos melhorassem as suas grandes capacidades. Isso visaria dotar o país de especialistas em vez de se estar a enviar doentes para fora, “onde, muitas vezes, acabam por falecer”. Considera que há falta de visão e de interesse de se constituir cá as bases fundamentais para dotar o país de hospitais e clínicas em condições para que cidadãos de outros países venham também a Angola para tratamento, em vez de constantemente se enviar angolanos para a Namíbia, África do Sul, Londres, França, Brasil, etc.

João Kambowela disse que existem vastas áreas do país onde se pode construir grandes hospitais de especialidade para resolver-se problemas pontuais e outros mais complicados. “Então perguntamos: se gastamos tanto dinheiro assim em juntas médicas, porquê que não criamos as capacidades aqui?”, questionou.

Desse modo, qualquer cidadão angolano teria acesso aos hospitais de emergência sem se lhe perguntar como é que ele vai pagar, “as perguntas viriam depois.” O cidadão mostraria o seu cartão que confirmava que ele paga e está registado através dos seguros ou de outra fórmula. Desembolsaria qualquer coisa como o equivalente a cem dólares por trimestre, porque “nós temos conta petróleo e outros recursos que podem pagar a saúde dos cidadãos angolanos”.

### 1.13 À espera dos sonhos adiados

*A Capital*

*De 18 à 25 de Outubro de 2010*

Se é verdade que estes anos de paz não poderiam ser suficientes para sarar tanto o tecido económico como o social, a realidade que desfila diante dos olhos do cidadão comum não convida a grandes celebrações, num país onde apesar das imensas riquezas naturais e dos dividendos da exploração do petróleo entre outros factores, o fosso social entre os muito ricos e os despossuídos persiste e se agrava mesmo.

Tudo isso não seria tão preocupante se as tendências que se desenham nos sectores sociais, tais como a educação, saúde e habitação, não fossem de molde a agravar as diferenças muito acentuadas entre os muito ricos e os pobres, colocando obstáculos contínuos em matéria de oportunidades de emprego, acesso à educação e ensino, acesso à terra e habitação.

Os tempos hodiernos e há muitos exemplos que o demonstram marcados pela velocidade induzida por

poderosos meios de comunicação e pela globalização, já não se compadecem com discursos eleitoralistas, que atiram as esperanças daquelas maiorias uma e outra vez para as calendas gregas.

O MPLA como partido do Governo saberá seguramente que apesar do formato constitucional da República lhe conferir algum timing de avanço na disputa política e eleitoral, esta situação não se prolongará indefinidamente. O tempo de que “o país está sempre a subir”, onde os erros políticos são atribuídos invariavelmente aos inimigos ou adversários reais ou imaginários, não é eterno. Até que um dia os eleitores se decidam a não ouvir sempre a estrofe da canção onde “os amanhã já cantam”.

E a liderança do partido dos camaradas, também não poderá manter a opinião pública sem saber como a sucessão política vai ou não ser realizada, até porque é o tabu que alimenta as especulações e as profecias.

Por isso mesmo, a opinião pública aguarda o conteúdo do discurso que o Presidente da República deverá fazer à nação em meados do próximo mês de Outubro, segundo anunciou o chefe da casa Civil da Presidência e ministro de Estado, Carlos Feijó. Discurso marcado pelo longe do consulado de Eduardo dos Santos e por esse contexto muito particular onde as expectativas de melhorias sociais geradas pela paz ainda não se confirmaram. A opinião pública quer também conferir se a tolerância zero contra corrupção, a lei da probidade e outras promessas políticas feitas lei vão conhecer dias melhores, isto é, dias de concretização.

De resto, vários anos depois de estabelecida a paz, a voz dos falcões convive com dificuldade com o contraditório político uma preocupação que afecta a classe política e não só, a opinião pública em geral.

Trinta e cinco anos depois da Independência de Angola o país continua a enfrentar os grandes desafios de consolidação de uma transição democrática inconsequente, de eliminação de disparidades sociais gritantes e verdadeiro progresso económico sustentado.

Algumas razões para celebrar, muitas desilusões — motivos mais que suficientes para sugerir urna contenção no anunciado orçamento de dez milhões de dólares norte-americanos para as comemorações.

### 1.14 George Chicoty na Assembleia-geral

*Jornal de Angola*

*De 19 de Outubro de 2010*

O secretário de Estado das Relações Exteriores, George Chicoty, está desde sexta à noite em Nova Iorque, onde vai chefiar a delegação angolana na 65ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que inicia quinta-feira.

A Assembleia-Geral vai ser antecedida de uma reunião

de Alto Nível sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), a decorrer de 20 a 22 de Setembro. O encontro vai contar com a participação de vários Chefes de Estado e de Governo, sendo dedicado a análise do cumprimento das metas preconizadas até ao ano 2015.

### **Promoção e desenvolvimento os grandes temas em agenda**

A Assembleia-Geral contempla vários temas, entre os quais a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, Desarmamento, Desenvolvimento em Angola, Promoção dos Direitos Humanos, Manutenção da Paz e Segurança Internacional, Combate ao Terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Paralelamente aos debates da Assembleia-Geral, estão igualmente agendados outros eventos, tais como a Reunião de Alto Nível sobre a Biodiversidade, da Aliança dos Líderes Africanos sobre a Malária.

A Assembleia-geral, onde todos os Estados estão representados, tem sido descrita como a instituição de um parlamento das nações e apresenta-se como uma forma única de “diplomacia parlamentar”. Todos os problemas do mundo são ali apresentados e o voto da Assembleia-geral constitui um barómetro da opinião mundial.

Na Assembleia-geral, todos os países podem debater as suas divergências e alcançar acordos sobre como resolver os problemas mais importantes.

### **Contribuição financeira**

As decisões, embora constituam recomendações a que os Estados membros não estão juridicamente vinculados, representam a autoridade moral da comunidade das nações.

A carta da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que um país pode perder direito de voto na Assembleia-geral se o atraso da sua contribuição financeira à Organização igualar ou superar a soma dos dois anos anteriores.

A Assembleia-geral, porém, pode permitir que o país vote se ficar provado que a falta de pagamento deve-se às circunstâncias alheias à sua vontade.

## **1.15 “Longe de se Concretizar até 2015”**

*Semanário Novo Jornal  
24 de Outubro de 2010*

A organização das Nações Unidas, (ONU), realizou, esta semana, em Nova York a sua 65ª assembleia-geral para debater as metas preconizadas para os objectivos do Milénio. O secretário de Estado para as Relações Exteriores, Jorge Chicoty, que representou Angola no evento, disse que o país no espaço de três anos tem a possibilidade de alcançar no essencial as metas estabelecidas.

Em sentido contrário vai a avaliação das organizações não governamentais Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e Observatório Político Social de Angola (OPSA).

Para o coordenador da OPSA, Fernando Pacheco, Angola “não vai cumprir” até 2015 os Objectivos do Milénio, porque, segundo ele, é tempo “muito curto” para tal. “De um modo geral, Angola não vai cumprir com nenhum dos objectivos do milénio, porque 2015 é já amanhã”, ironizou acrescentando que faltam apenas cinco anos.

Quanto à erradicação da pobreza, Fernando Pacheco considera que o primeiro obstáculo está relacionado com o número de pessoas que vêm para Angola. “Não temos dados concretos de quantos somos. A situação que se vive em Angola não permite pensar que isto seja possível. São evidente e questionável a questão dos números. Nós, em Angola, temos problemas de estatísticas”, justificou. Fernando Pacheco deixa claro que não acredita na erradicação da fome e da pobreza até 2015. “Há pessoas que acreditam que daqui a 100 anos a gente consiga alcançar este objectivo. No meu caso, acho que não vai ser possível porque eu não vejo no país dinâmica suficiente para o combate à pobreza. Na altura em que foram definidos os objectivos do milénio não tínhamos dados estatísticos e é extremamente difícil concluirmos afinal quantas pessoas vão deixar de ser pobres até 2015”, precisou.

### **Impossível**

No ensino a panorâmica traçada pelo líder do OPSA não é muito diferente. “Não acho que todas as crianças até 2015 consigam completar o ensino primário. Estou a olhar para as aldeias concretas do país, onde vejo crianças que não tiveram a possibilidade de entrar para o ensino primário tão cedo, quanto mais terminar a escolaridade até 2015”, notou Fernando Pacheco, acrescentando que a igualdade no género e a autonomia das mulheres “não pode ser eliminada” até 2015. “isto é uma meta praticamente impossível por causa das questões culturais e religiosas”, explicou. Questionado se concorda com as declarações do secretário de Estado das e Relações Exteriores, Jorge Chicoty, na cimeira que davam conta de um crescimento de 76 por cento na educação no ensino básico universal, o dirigente da OPSA deixou bem claro que não.

“Não concordo que Angola, em termos de erradicação do analfabetismo conseguiu dar passos positivos, porque não são esses dados que o Ministério da Educação tem difundido. Quer o Ministério da Educação, quer os outros órgãos continuam a referir o número elevado de crianças fora do ensino escolar, portanto, não parece que seja certo o secretário de Estado dizer que o número de crianças fora do ensino escolar reduziu”, afirmou, acrescentando que são poucas as províncias onde as crianças estão inseridas no ensino escolar. “O ensino primário agora é até à 6ª classe, se as crianças entrarem para o ensino em 2011, significa que até 2015 não estará concluído e todos nós

sabemos que há muitas crianças fora da escola, basta andar pelo país”. Fernando Pacheco acredita que Angola pode vir alcançar a primeira (erradicação da pobreza extrema e fome), segunda (ensino básico universal) e a sexta meta (combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças) “se houver um esforço por parte do executivo angolano”.

### **Progresso lentos**

Para o director geral da Acção para o Desenvolvimento Rural (ADRA), Sérgio Calundungo, é impossível que o Governo angolano consiga cumprir com as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, porque faltam apenas cinco anos e até agora “poucas” coisas foram feitas. “Nu ma altura em que faltam cinco anos para o final do prazo estabelecido para obtenção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e com progressos lentos na maioria dos objectivos, parece-me actualmente improvável que estes possam ser atingidos dentro dos prazos previsto”, precisou, acrescentando que considera que o executivo angolano deve intensificar os progressos com o apoio de diferentes actores sociais, económicos e políticos que actuam em Angola. “Igualmente temos de ter em conta constrangimentos, como a crise financeira mundial, as capacidades dos recursos humanos disponíveis, a fragilidade das nossas instituições, a má qualidade de muitos serviços públicos actualmente postos à disposição dos cidadãos”, sublinhou Sérgio Calundungo, defendendo que o executivo deveria de forma realista escolher entre atingir todos os objectivos na data prevista ou atingir algumas metas que considera de maior importância para o seu desenvolvimento a longo-prazo”.

Quanto à avaliação do secretário para as Relações Exteriores, Jorge Chicoty, que acredita ser possível que, no espaço de três anos, seja erradicada a pobreza e a fome extrema e que, até 2015, as crianças de ambos os sexos tenham a oportunidade de completar o ensino primário, o dirigente da ADRA não vê qualquer possibilidade de sucesso nesta previsão.

### **Pouco realista**

“Embora enquanto cidadão angolano deseje que isto aconteça o mais rapidamente possível, considero pouco realista, tendo em: conta o actual contexto, pensar-se que em três anos Angola venha a conseguir alcançar estas metas”, frisou, acrescentando que não vai ser fácil reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia, reduzir para metade a proporção de população afectada pela fome, garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, tenham a oportunidade de completar a escolaridade primária e erradicar a propagação do HIV/Sida.

“Quem conhece os ODM sabe que não é realista alcançar estas metas em cinco anos, embora devamos fazer progressos nesta linha, caso existam medidas concretas para o efeito”, rematou.

O nosso entrevistado acredita que se o governo de Angola apostar em aposta em políticas certas continuar a trabalhar em parceria com diferentes actores, incluindo a sociedade civil, para mitigar os efeitos de uma série de medidas pouco adequadas ao contexto actual do país, “Angola consegue erradicar a fome e a pobreza, já que esta ameaçam as conquistas e realizações dos últimos anos no que diz respeito ao aumento do crescimento e à redução da pobreza”, disse. Sérgio Calundungo exemplificou com “as medidas que visam impedir a actuação das pessoas cujo meio de vida assenta no exercício de actividades informais, como as Kinguilas e Zungueiras, situações que desembocam na perda de direitos de acesso, utilização e posse de terras e outros direitos, quer no meio rural, quer nas zonas urbanas”.

### **Educação a positivo**

Quanto ao compromisso assumido há 10 anos, Sérgio Calundungo faz um balanço positivo, porque, segundo ele, o país tem vindo a registar “ritmos acelerados de crescimento financeiro económico que, aliados a outros investimentos decorrentes do processo de reconstrução nacional, têm contribuído para significativos progressos em relação aos ODM”. O dirigente nota que, “tal como tem acontecido noutros países, o ritmo de crescimento económico não significou automaticamente e, por si só, uma melhor distribuição da riqueza, tendo como opção preferencial as pessoas mais pobres”.

“Olhando para uma série de documentos que reportam a situação do país em relação aos ODM, embora considere que se fizeram importantes progressos, fico com a sensação de que se pode e deve fazer muito mais.

A educação é um dos ODM cujo desempenho angolano destaca como positivo, reconhecendo que se deram importantes passos com vista a alcançar a educação primária. Universal. “A taxa líquida de escolarização no ensino básico aumentou em quase todas as províncias, pelo que é previsível que com mais esforços, o país no seu todo atinja ou registará progressos importantes em relação à meta de escolarização”.

Sérgio Calundungo espera que com a realização da cimeira de Nova York surjam medidas concretas e declarações retóricas, mas que “não são acompanhadas” de medidas concretas. “Ainda assim quero ser optimista e que esta cimeira possa sensibilizar os actores políticos no sentido de que é inaceitável os progressos até aqui verificados quando faltam cinco anos para o fim do prazo a que há 10 anos se comprometeram”.

As metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas são a erradicação da extrema pobreza e a Fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e autonomia da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças,

garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimentos.

## 1.16 Baixou a Taxa de Mortalidade Infantil em Angola

*Jornal de Angola*  
26 de Outubro de 2010

O Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, anunciou, ontem, no Cacuaco, que a taxa de mortalidade infantil em menores de cinco anos baixou de 250 para 195 por mil nados vivos relativamente ao período de 2008 a 2009.

João Baptista Kussumua disse que a redução é fruto do esforço do Executivo angolano, em especial pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visando o bem-estar da população angolana. “O Executivo angolano, em especial Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tem desenvolvido um grande esforço para a reabilitação da rede sanitária, e reconstruindo unidades danificadas e construindo novas, de acordo com os assentamentos populacionais.

O ministro falava em representação do vice-presidente da República de Angola, Fernando da Piedade Dias dos Santos, no acto central do Dia do Trabalhador da Saúde, assinalado ontem no mercado do Panguila, município do Cacuaco, sob o lema “Atendimento humanizado, profissionais responsáveis e valorizados rumo à municipalização dos Serviços de Saúde”.

### Redução da pobreza

O ministro referiu que o Inquérito ao Bem-Estar da População de Angola demonstra que a taxa de mortalidade em menores de um ano baixou de 160 para 116, enquanto a taxa de menores de cinco anos baixou de 250 para 195 por mil nascidos vivos, no mesmo período.

No que diz respeito à taxa de mortalidade materna, que se situava em tomo da 1.400, ela é agora estimada em 660 por 100.000 nascidos vivos.

Outros progressos constatados no mesmo período são a redução da percentagem de pessoas vivendo em pobreza de 60 para 38 por cento, de crianças com baixo peso de 31 para 16 por cento, das mortes causadas por malária de 35 para 23 por cento. A prevalência do vírus nos Hospitais, criou o Instituto Nacional de Emergência Médica e os fez a revisão da carreira de Enfermagem como forma de estancar o êxodo e aumentar o grau de satisfação dos profissionais de enfermagem”(onde começa esta vírgula alta?), frisou o ministro João Baptista Kussumua estima pelos técnicos de saúde.

O ministro salientou que, para os 5, profissionais de Saúde, o Executivo oferece ainda cursos técnicos na área da saúde nos Institutos Politécnicos, abertos em todas as províncias, no âmbito da expansão Universitária.

As pessoas têm a possibilidade de progredir formando-se em áreas ligadas às próprias profissões. Foi lançada a campanha para a redução acelerada da mortalidade materna e infantil. Este esforço visa também a redução da pobreza, a melhoria de educação e dos serviços de Saúde. Estas conquistas só são possíveis e sustentáveis por causa do esforço conjunto do Executivo e de todos os trabalhadores de saúde, qualquer que seja o posto de trabalho, sublinhou o Ministro.

### Sindicato quer formação

O Secretário-Geral do Sindicato Nacional Independente dos Trabalhadores da Saúde e Função Pública, Luís João, recomendou atenção aos profissionais da saúde, investindo cada vez mais na sua formação e de maneira multifacetada, melhorando as condições de trabalho em todo território nacional e permitindo que exerçam com zelo e abnegação as suas responsabilidades.

O dia 25 de Setembro representa para os angolanos e particularmente os profissionais da saúde uma data de suma importância. É uma homenagem ao doutor Américo Alberto de Barros e Assis Boavida, que foi um dos primeiros médicos de raça negra a formar-se em Medicina em Angola e que se entregou à luta armada de libertação nacional contra o colonialismo português.

O ministro da saúde, José Vieira Dias Van Dúnem, disse que o Executivo pretende resolver o problema da saúde em todo território nacional e melhorar as condições de trabalho dos profissionais deste ramo de actividade.

“Vamos procurar resolver o problema da saúde em todo país, começando pelas administrações municipais, porque estão mais próximas das populações. Vamos transferir os recursos da saúde para que possam resolver os problemas que a comunidade enfrenta. Podemos ter também uma intervenção multissectorial mais abrangente, para as questões ligadas à água, ao estado nutricional da população e ao controle de vacinação das crianças”, disse José Van – Dunem.

Uma das metas do Executivo consiste na desconcertação da saúde, que melhor permite elevar as condições de saúde. Estamos a lançar o programa para a humanização da atenção. Queremos que os Profissionais sintam que o seu trabalho é respeitado. Os nossos utentes têm de se sentir bem tratados. Este esforço vai contribuir claramente para a auto-estima dos profissionais, realçou o Ministro.

## 2 MICROFINANÇAS

### 2.1 Mulheres devem formar associações para facilitar acesso ao financiamento

*Jornal de Angola*  
1 de Outubro de 2010

A vice-governadora do Bié para a esfera Económica e Produtiva, Ana Maria Mvuai, exortou no passado fim-de-semana na comuna do Umpulo, município de Kamacupa, as mulheres das zonas rurais a organizarem-se em associações e cooperativas agrícolas a fim de beneficiarem de créditos bancários.

No acto de abertura das jornadas alusivas ao dia internacional da mulher rural, Ana Maria disse ser necessário elevar a consciência da mulher rural sobre o seu papel no fortalecimento das economias regionais para o bem-estar da família.

Ana Maria Mvuai para quem a vontade não é suficiente para levar a cabo determinados projectos, convidou a mulher rural a organizarem-se em associações e cooperativas de camponeses para que, de uma forma directa, possam beneficiar de crédito bancário, um factor que confere facilidade na aquisição de meios e instrumentos de produção, visando o aumento da produção.

A governante disse que, com o crédito agrícola, o governo vai assumir perante os bancos que operam na província, em sintonia com o grupo técnico, o financiar de projectos agrícolas desde que apresentem projectos bem estruturados e viáveis.

A concluir, a vice-governadora insistiu haver necessidade das mulheres participarem no processo de alfabetização frequentando as aulas, considerando o analfabetismo dos principais factores para o subdesenvolvimento na comunidade. No encontro mantido com as mulheres da comuna do Umpulo, a Vice-Administradora Celeste Carlos disse que o município de Kamacupa existem cinco cooperativas e mais de 80 associações de camponeses, constituídas maioritariamente por mulheres.

Além disso, informou que para instruir prática e tecnicamente mulheres rurais em matéria agropecuária, o sector da agricultura trabalha em parceria com a Cruz Vermelha de Angola e Espanhola, tendo constituído, para o efeito, quatro escolas de campo, nas quais a matéria é dada de forma faseada e de acordo com as necessidades de cada área.

Celeste Carlos disse que com o crédito agrícola, o município de Kamacupa, o primeiro a nível do país onde o programa conjunto de combate à má nutrição no seio das comunidades com bens agrícola de produção local vai nos próximos tempos aumentar os seus níveis. O objectivo é garantir uma dieta equilibrada para a comunidade.

### 2.2 Camponeses em Malange recebem credito agrícola

*Jornal de Angola*  
1 de Outubro de 2010

Os camponeses de Kalandula, do município localizado a cerca de 85 quilómetros da sede da província de Malange, vão, nos próximos dias, di1 beneficiar de crédito de campanha agrícola, assegurou ao Jornal de Angola o chefe da Repartição local da se Agricultura Dias de Sousa.

O responsável do sector agrícola de Kalandula disse ainda que 102 associações de camponeses e cinco b cooperativas vão beneficiar do referido crédito.

Para exercer melhor controlo a dos valores a serem atribuídos, disse o responsável, os associados J foram divididos em grupos que vão usufruir um montante de cinco mil dólares cada.

Tomé Dias de Sousa disse ainda que o referido valor vai ser aplicado na compra de equipamentos e meios indispensáveis para a agricultura mecanizada.

Interrogado sobre os critérios a serem utilizados no reembolso dos créditos, o responsável disse estarem acordados com o Banco Sol para serem feitos num período de dez meses. Tomé Dias de Sousa disse, por outro lado, que o Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o Banco Africano de Investimentos (BAI) também se mostraram disponíveis para atribuir crédito de campanha agrícola aos camponeses organizados em associações.

Recorde-se que em Kalandula já foram distribuídos para a presente campanha agrícola sementes de milho e feijão aos camponeses agrupados em 48 aldeias, prevendo-se, para o efeito, uma safra na ordem dos 17.250 hectares de produtos diversos.

#### **Caculama**

Os agricultores do município de Caculama, a cerca de 60 quilómetros da cidade de Malange, também vão ser beneficiários do Crédito Agrícola.

A campanha foi lançada no sábado, na presença das entidades administrativas locais, para a satisfação dos agricultores, que com os respectivos créditos vão adquirir novas ferramentas para o relançamento da produção agrícola, numa região com fortes potencialidades no cultivo da mandioca, batata rena e doce, para além da ginguba. Cada cooperativa das associações de Caginga 1, 2 e 3 e “Havemos de Voltar” recebeu o equivalente a cinco mil dólares.

## 2.3 70 % dos Luandenses utiliza serviços bancários

*Semanario Agora*

8 de Outubro de 2010

Foi apresentada ao público na terça-feira, 6, em Luanda e com trabalho feito: na estreia da Instituição de Pesquisa de Opinião Pública e de Mercado (IPOP), empresa que se dedica aos estudos de mercado e de opinião, foi também divulgado o primeiro inquérito sobre a “banca- rização da economia e o nível de satisfação da população com os serviços bancários”.

Alguns dos resultados (ver gráficos) não trazem grandes novidades, sobretudo quando comparados com os valores que são públicos (através de outras pesquisas e dados oficiais). Mesmo assim, não deixou de causar alguma estranheza o facto de o nível de conexão com os serviços bancários ser tão elevado (70%, margem de erro de mais ou menos 3%).

Sebastião Panzo (ex-jornalista e antigo director de comunicação e imagem da Endiama), director-executivo da IPOP, lembrou no final que os indicadores “apenas representam a amostra estudada” Foram realizadas 1000 entrevistas (a maiores de 18 anos) na região de Luanda, mais precisamente nos municípios de Cacucaco, Cazenga, Ingombota, Sambizanga, Kilamba Kiaxi, Rangel, Samba, Sambizanga e Viana. Relembre-se que a pesquisa da Marktest Angola, por exemplo, indica um nível de bancarização de 29%.

A diferença está também na abordagem do mesmo problema. Enquanto a IPOP questiona se os cidadãos têm “conta ou utilizam os serviços bancários” (porque pode haver quem utiliza os bancos para pagamentos, por exemplo, sem ter qualquer ligação formal às instituições), outras pesquisas vão directas ao tema, perguntando apenas se tem, ou não, conta bancária.

A pesquisa de opinião do IPOP sobre os serviços bancários tem como objectivo aferir o nível de bancarização e o grau de satisfação dos usuários buscando captar as expectativas dos mesmos quanto à sua melhoria. Ismael Mateus, jornalista, convidado para analisar os resultados do estudo, lembrou que “não existem grandes surpresas”. “Os dados exprimem aquilo que outras instituições têm vindo a tornar público e também aquilo que nós, enquanto cidadãos, constatamos no dia – dia”, vincou.

O também analista político fez questão de salientar alguns resultados, por considerar “que as instituições bancárias devem ter em atenção” vertentes que até agora têm sido colocadas em segundo plano. “Refiro-me concretamente à questão da proximidade 32% dos inquiridos respondeu que não tem balcões próximos de casa], ao excesso de burocracia e à questão da representatividade – apesar de apenas 0,93% terem afirmado que gostariam que os bancos contratassem mais negros para trabalhar

nos balcões, é uma situação que merece ser analisada”, afirmou Ismael Mateus A IPOP é uma empresa de direito angolano, operada por quadros nacionais e brasileiros. O já referido Sebastião Panzo, director-executivo, é secundado por Mitiko Horigoshi (gestão técnica) e Marta Timon (gestão operacional).

Segundo o comunicado de apresentação, a empresa surge para preencher uma lacuna no actual quadro de desenvolvimento de Angola, “já que as pesquisas de opinião são óptimas para identificar problemas e buscar soluções nas esferas públicas e privadas, com base em dados científicos.

A IPOP propõe também a realização de sondagens políticas, o que abre caminho para futuras acções na preparação das presidenciais de 2012.

## 2.4 Credito agrícola avança em Malange

*Semanario Novo Jornal*

8 de Outubro de 2010

O presidente da comissão executiva (PCA) do banco sol, Coutinho nobre Miguel, e os coordenadores dos grupos das associações e das cooperativas agro-pecuárias assinaram em Malange contratos de concessão de créditos para a campanha agrícola 2010/2011 avaliados em cerca de meio milhão de dólares.

O montante inicial destinado a sete associações e duas cooperativas dos municípios de Caculama, Cacuso e Calandula, segundo Coutinho Miguel, que inclui produtores individuais daquela província, faz parte de um leque de 15 milhões de dólares para créditos à agricultura.

O montante vai servir para a aquisição de instrumentos de trabalho e equipamentos mecanizados para melhorar a produção agrícola e aumentar a sustentabilidade das famílias da região.

“É um valor razoável para corresponder com o mínimo de organização das cooperativas e das associações de camponeses e também às solicitações dos produtores individuais”, disse Coutinho Nobre. “Naturalmente estes valores poderão ser incrementados em função da própria dinâmica do trabalho”, esclareceu o PCE do Banco Sol, ao reconhecer que o grupo alvo precisava “deste oxigénio, desta intervenção” em parceria com os bancos, como é tradicional.

O presidente da Unaca em Malanje, Inácio Manuel, disse que 900 associações e 112 cooperativas agropecuárias vão beneficiar do projecto lançado pelo governo, “mas apenas aquelas que sabem trabalhar”. “Vamos apoiar aqueles que querem trabalhar, para evitar alguns riscos”, frisou.

Em Cacuso, município que dista 75 quilómetros a oeste da capital, a primeira fase do crédito à campanha agrí-

cola beneficiou 41 grupos, com o envolvimento directo de 1.800 pessoas e 9 mil indirectos, com oportunidades para o desenvolvimento de negócios e empregos, confirmou o administrador local, Furtado de Azevedo. Este diz que “espera a participação directa e activa do empresária do no combate à fome e à pobreza”. Para tal, o presidente do banco líder no país em micro-crédito ao sector agro-pecuário prometeu aos camponeses e agricultores que a sua instituição bancária que dirige continuará a ajudar as comunidades envolvidas, “de modo a que possam ter rendimentos, mantimentos” e, com estes, “consigam educar os filhos, levá-los para as escolas, para os hospitais e melhorar a qualidade de vida”.

O banco Sol, presente em Malanje, com três balcões, está a cumprir uma orientação expressa do governo, do executivo e do Presidente José Eduardo dos Santos “para conceder crédito” e com isso “dar mais sol” às localidades garantidas, disse.

## 2.5 Disponíveis 50 milhões de dólares para crédito a campanha agrícola

*Semanário Agora*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

O Governo angolano disponibilizou ao banco sol cinquenta milhões de dólares norte-americanos para a concessão de crédito para campanha agrícola, a que terão direito associações, cooperativas e agricultores organizados em todo país, até 2012, noticiou a Angop esta semana. O facto foi revelado à imprensa pelo presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, aquando do lançamento do referido crédito nos municípios de Kalandula, Cacuso e Caculama, num valor de 46 milhões e 44 mil 436 kwanzas. Para a província de Malange estão disponíveis 15 milhões de dólares.

O projecto foi adjudicado a quatro instituições bancárias comerciais de capital privado angolanas, nomeadamente Banco Sol, Banco de Poupança e Crédito (BPC), de Comércio e Indústria (BCI) e Africano de Investimentos (BAI), sob a direcção operativa do Banco Desenvolvimento de Angola (BDA). •

## 2.6 IPOP diz que uso de serviços bancários é baixo

*Semanário Expansão*

*15 de Outubro de 2010*

O nível de utilização dos serviços bancários pelos cidadãos em Luanda é “baixo” e limita-se, geralmente, à realização de depósitos, levantamentos e transferências bancárias.

Assim conclui um estudo sobre o “nível de satisfação da população com os serviços bancários”, efectuado pelo Instituto de Pesquisa Pública e Mercado (IPOP) entre 21

e 29 de Agosto do ano em curso.

A pesquisa abordou, na cidade de Luanda, mil jovens num universo de 2,3 milhões, entre os 18 e os 24 anos, que, segundo dados da Comissão Nacional Eleitoral, possuem ocupação remunerada.

De acordo com a pesquisa, o uso “real” do sistema bancário está maioritariamente circunscrito ao movimento das contas correntes (cerca de 39% entre todas as operações bancárias), seguem-se as transferências e os cheques, assim como os cartões de crédito.

A pesquisa revela ainda que 30% dos inqueridos não possuem conta bancária e nunca fizeram algum movimento bancário. Destes, 91% manifestaram a intenção de abrir a sua conta bancária, mas restante recusa-se.

Segundo o referido estudo, 84,43% dos entrevistados são de opinião que devem existir mais bancos públicos, no entanto, 6,71 % têm uma opinião diferente, sendo que 8,86% não têm a certeza.

Quando questionados sobre a importância dos bancos públicos, a maior parte dos inquiridos acredita que mais bancos melhoram o serviço, porque contribuem para o desenvolvimento, atendem até certa medida os servidores públicos e granjeiam de alguma confiança.

Mais do que a metade das pessoas estão satisfeitas com os horários de atendimento dos bancos, mas as opiniões ficam mais ou menos divididas que se refere à disponibilidade geográfica dos terminais de atendimento automático (ATM).

Outro dado importante desta pesquisa está relacionado com as melhorias que os clientes gostariam que sucedessem (ver gráfico). Entre as 14 sugestões para as melhorias, no atendimento, capacitação dos funcionários bancários, mais agências e, no seu interior, um maior número de posições de atendimento do caixa e menos “faltas de sistema”.

De acordo com o seu director executivo, Sebastião Panzo, o IPOP, através deste estudo, acabou por fazer uma avaliação sobre o acesso aos serviços bancários em Luanda.

A amostra, que confere mil entrevistas, teve uma margem de erro de 3% e um intervalo de confiança de 95,5%. A colecta de dados baseou-se em entrevistas pessoais, a partir de questionários estruturados de acordo com os objectivos da pesquisa, a qual foi conduzida por uma equipa treinada pelo IPO P.

O método utilizado foi o de mostragem probabilística, que compreendeu dois estágios. No primeiro, a população de cada município serviu de base. No segundo, foram sorteadas as residências com intervalos de contacto para a selecção dos entrevistados.

As expectativas de melhoria no sector estão voltadas para o atendimento, capacitação do pessoal, conforto, segurança e melhoria no sistema informático dos bancos.

## 2.7 Delegado do BNA falou sobre crédito

*Jornal de Angola*  
15 de Outubro de 2010

O delegado regional do Banco Nacional de Angola (BNA), José Lopes, considerou na quarta-feira, na cidade do Huambo, ser ainda baixo o nível de adesão aos serviços bancários na província e apelou ao maior envolvimento das mulheres na promoção da campanha de uso dos mesmos. Ao dissertar sobre o tema “crédito e micro-crédito”, no Fórum Provincial da Mulher Rural, o responsável pediu a colaboração da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher no sentido de ajudar à consciencialização da população sobre os benefícios do recurso à banca.

“É preciso fazermos campanhas, para que os bancos estejam capitalizados, pois estas instituições financeiras desempenham um papel intermediário entre os agentes económicos (pessoas, famílias, empresas, outras instituições) e o Estado, que num dado momento podem assumir-se como aforradores ou investidores”, explicou.

Referiu que as instituições financeiras, ao concederem crédito, criam a chamada moeda escritural, aumentando a massa monetária em circulação no sistema económico e potenciando a criação de riqueza. De igual modo, referiu, essa atribuição de crédito acelera os ritmos de crescimento e progresso de um determinado país.

Por essa razão, lembrou que as instituições financeiras assumem um papel preponderante na actividade económica do país, apoiando a produção, circulação e o consumo de bens.

Questionado sobre as taxas de Juro, aquele responsável salientou que este constitui o custo do crédito e tem sido objecto de condutas políticas do governo e, ainda, preocupação constante do Banco Nacional de Angola (BNA), como órgão regulador do sistema bancário nacional. “As taxas de juro são as taxas de rendimentos pagas pelos clientes, (empresas e pessoas) às instituições de crédito, quer para uso próprio quer para terceiros. Os juros são imprevisíveis, ou seja, ninguém sabe se irão subir ou descer, uma vez que são determinados pela oferta e pela procura, porque o mercado determina qual a convergência do preço do dinheiro”, explicou, tendo reforçado que a taxa média de juro aplicada pelos bancos a nível do país para concessão de crédito ronda os 25 por cento.

## 2.8 Crédito Bancário em números

*Semanário A Capital*  
16 de Outubro de 2010

5ª edição do estudo denominado “Banca em Análise”, tomada pública no fim-de-semana revela ter do um crescimento na ordem 9 por cento da variável crédito cedido à economia durante 10 de 2009, tendo passado

de mil milhões de kwanzas em 1 para 770 mil milhões de Kwanzas no ano passado.

Sectores como o comércio, Construção civil e os Serviços foram, segundo o estudo, aos sectores que mais recorreram ao crédito bancário, ao contrario dos da agricultura l, pecuária e pescas que DS empréstimos recebem dos durante o ano transacto, sentando apenas três por do total, enquanto o seu peso no PIE atinge os 11,4 por cento, de acordo com o estudo.

No que toca ao crédito a clientes, o estudo refere que o total de crédito no final de 2009 corresponde a 2.229 mil milhões de kwanzas face a um valor de 1.643 mil milhões de kwanzas no final de 2008. Os particulares representam 42 por cento do total de crédito.

Dos restantes 58 por cento, respeitantes ao crédito às empresas, destacam-se o comércio com 31 e construção com 14 por cento. Ainda assim, entidades como o economista Mário Palhar olham para o volume de crédito que tem sido concedido pelo conjunto de bancos como uma exiguidade perante aquilo que são necessidades do mercado nessa matéria.

Essa é, aliás, uma realidade manifestada, em diferentes ocasiões, pelo presidente da Comissão de Reestruturação da ANIP, Aginaldo Jaime, que, volta e meia, não se cansa de pedir aos bancos a não se limitarem apenas em captar poupanças dos clientes, mas também disponibilizando cada vez mais crédito a economia.

Indicadores disponíveis colocam o país mal posicionado em relação a variável crédito. Dizem os números que a taxa de conversão dos depósitos em crédito ao nível de África rondam em 50 por cento, contrastando com a realidade angolana onde essa taxa nem sequer atinge os 3 por cento.

«Quer isso dizer que precisamos mais crédito para fazer a economia crescer», sublinha Mário Palhar, que se queixa ainda dos elevados custos de intermediação bancária. Entre os mil maiores bancos.

## 2.9 O Crescimento da Banca Angolana parece Ilusório

*Semanário A Capital*  
16 a 23 de Outubro de 2010

A actuação da banca angolana ainda não tem correspondido as expectativas do sector produtivo nacional, naquilo que são as políticas que presidem a concessão de crédito. Esta é, pelo menos, a leitura de analistas como o economista Mário Palhar que, a par de reconhecer o esforço dos bancos a operarem em Angola, encara com alguma preocupação o facto do mercado continuar associado à taxas muito baixas no que toca a conversão dos depósitos em crédito, o que, segundo o especialista, significa que os bancos ainda reservam muito poucos recursos para financiar a economia.

Números relativos ao desempenho da banca em África colocam Angola em posição pouco confortável quanto a volumes de crédito concedido a economia. Estatísticas de bancos como o sul-africano Standard Bank dizem que a taxa de conversão dos depósitos em crédito em Angola ainda não chega a 3 por cento, ao contrário da realidade de outros mercados africanos em que esse indicador ronda a volta dos 50 por cento.

Para entidades atentas ao desempenho da banca angolana, tal constatação já não constitui novidade alguma. A Associação Industrial de Angola (AIA) é, por exemplo, uma organização que, na pessoa do seu presidente, tem vindo a considerar que o sistema bancário do país ainda se mostra, de algum modo, tímido na hora em que o sector empresarial bate as suas portas, da banca, em busca de empréstimo. É, segundo José Severino, um sistema bancário ainda fechado neste aspecto, o que, segundo ainda o industrial, pode complicar a concretização do desafio lançado pelo Chefe de Estado angolano: o de relançar a produção interna.

Para ele, não será tão fácil arrancar com a produção interna, com um sistema bancário ainda muito reservado, na hora da concessão de créditos.

No mercado angolano, o crédito bancário ainda é oneroso, com os juros a rondarem em tomo de 22 por cento.

A Associação Angolana de Bancos explica que imprudência está no facto do país não dispor de uma central de riscos, mecanismo que permitiria, aos operadores bancários, conhecer melhor o perfil do credor.

Ainda assim, os bancos não deixaram de conceder empréstimos, mesmo perante cenário de crise económica mundial, que também afectou o sistema financeiro angolano. Pelo menos é o que se depreende do mais recente estudo sobre a banca angolana, realizado pela consultora Deloitte.

## 2.10 Economia Informal movimentada-se fora do sistema bancário

*Semanário A Capital*

*16 a 23 de Outubro de 2010*

OS dados constam de uma pesquisa sobre a bancarização da economia, cujos resultados conduziram à conclusão de que o nível de utilização dos serviços bancários é baixo, estando a procura concentrada mais em três operações: depósitos, levantamentos e transferências.

O estudo, desenvolvido pela Instituição de Pesquisa de Opinião Pública (IPOP), revela existir uma grande vontade das pessoas em terem relações com os bancos, por via de uma conta. Este é, pelo menos, o desejo de 91 por cento da parcela da população que a pesquisa indica não possuir conta em nenhum banco, nem uti-

lizam os seus serviços.

Este universo é constituído, maioritariamente, por pessoas do sexo feminino da faixa etária entre os 18 e 24 anos, ocupados no mercado informal e com rendimento até 2,5 salários mínimos.

Numa primeira análise aos números, entidades como a consultora Mitiko Horigoshi atribuem toda a responsabilidade aos próprios bancos, que parecem ignorar o peso dessa população que se movimenta fora do sistema bancário.

«Os bancos têm que fazer alguma coisa para atrair esta população», disse a consultora brasileira ao serviço da IPOP. Mas ela não está sozinha na defesa desta necessidade, porquanto ser uma posição também advogada pelo sindicato dos trabalhadores bancários que, na pessoa do seu secretário-geral adjunto, considera ser imperioso a banca conquistar esta potencial clientela. «Porque com a falta desta cultura é impossível termos os níveis desejados de bancarização, uma vez que a maior parte da população faz a sua poupança em casa», sublinhou Filipe Maquengo, quando reagiu aos resultados do inquérito.

De acordo com o estudo, a preferência da maior parte da população detentora de conta bancária recai, fundamentalmente, sobre cinco bancos, nomeadamente o BFA (32,3%), BPC (25,4%), BIC (19,6%), o BAI (7,9%) e o Sol (6,3%).

Na verdade, Angola continua a ter a sua taxa de bancarização em níveis ainda pouco animadores, apesar da grande explosão que a sua economia registou nos últimos anos. As estatísticas mantêm o indicador 1º “estagnado” em tomo dos 6 por cento, de acordo com dados do Banco Nacional de Angola que, para tal, se serviu de estatísticas da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS).

Tais estatísticas, só assim, podem, aos olhos de leigos, não dizer nada. Mas, para entendidos como o consultor Benvindo Rodrigues, a preocupação começa na hora de comparar os níveis de bancarização da economia angolana, com a realidade de muitos países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). “É, de facto, muito baixo», considera o também professor universitário, depois de olhar para países como a África do Sul, cujas estatísticas lhe atribuem uma taxa de bancarização de cerca de 40 por cento.

Dados do ministério das Finanças indicam, por exemplo, que dos cerca de 600 mil funcionários públicos a quem o Estado paga salários, apenas 170 mil recebem pelo circuito bancário, havendo ainda um segmento vasto de trabalhadores por bancarizar. Em diferentes ocasiões, a EMIS, entidade gestora da rede multi-caixa, associou o baixo nível de bancarização em Angola ao facto de a experiência do país nesse sentido, ser ainda nova.

Um consultor ao serviço da Marktest diz que a realidade não podia ser diferente, uma vez que só agora começa a crescer o número de bancos comerciais no mercado, além do facto da bancarização ser um processo muito recente entre os angolanos.

### **O desempenho é ainda assim positivo**

Um outro estudo sobre a banca em angolana, da autoria da empresa de consultoria Deloitte Angola, dá nota positiva ao desempenho do mercado bancário nacional.

Nessa nova edição do estudo, denominado “Banca em Análise Angola 2010», os consultores da Deloitte consideram que, na sua generalidade, a banca comportou-se positivamente em 2009, apesar da crise financeira internacional que também afectou a economia angolana.

Em comunicado que este jornal teve, a direcção da consultora adianta ter-se assistido a um crescimento do sector bancário no país, nomeadamente ao nível do crédito e dos depósitos, que se traduziu numa melhoria ao nível dos resultados dos bancos.

O estudo considera ter-se registado ainda uma crescente evolução no grau de maturidade do mercado bancário que se tem traduzido ao nível dos indicadores bancários.

## **2.11 Mulheres camponesas querem mais investimentos**

*Jornal de Angola*  
20 de Outubro de 2010

Mulheres das zonas rurais, organizadas em movimento cooperativo de camponeses e associações políticas e filantrópicas, manifestaram no fim-de-semana, na comuna da Babaera, município da Ganda, Benguela, a necessidade de haver um maior investimento na actividade agrícola, com vista a desenvolver as suas comunidades.

Segundo a responsável do sector da Família e Promoção da Mulher na Ganda, Francisca Romana, que falava durante o acto comemorativo do Dia Mundial da Mulher Rural e da Alimentação, assinados a 15 e 16 de Outubro, respectivamente, “este investimento toma-se importante, devido ao papel fundamental da mulher como geradora e defensora da vida, que através dos recursos naturais trabalha para melhorar as condições sociais no seio familiar”.

“É um orgulho as mulheres serem as principais produtoras, processadoras e comercializadoras das culturas alimentares, dando o seu contributo para as novas conquistas rumo ao desenvolvimento multifacetado do país”, sublinhou.

Reconheceu, além disso, as dificuldades da actual

situação em que as mulheres do meio rural vivem, caracterizada pelo elevado índice de investimento toma-se importante, devido ao papel fundamental da mulher como geradora e defensora da vida, que através dos recursos naturais trabalha para melhorar as condições sociais no seio familiar”.

“É um orgulho as mulheres serem as principais produtoras, processadoras e comercializadoras das culturas alimentares, dando o seu contributo para as novas conquistas rumo ao desenvolvimento multifacetado do país”, sublinhou.

Reconheceu, além disso, as dificuldades da actual situação em que as mulheres do meio rural vivem, caracterizada pelo elevado índice de carências em coisas essenciais, como alimentos, acesso à água potável, saneamento básico e cuidados primários de saúde, agravada pelo elevado grau de analfabetismo, tendo apelado à colaboração de todos nas tarefas de reconstrução nacional, com a sua participação efectiva, para garantir o desenvolvimento do país.

Francisca Romana pediu às mulheres para aderirem às aulas de alfabetização e a outras acções que visam a troca de experiências e formação em matéria de liderança, para ganharem autoconfiança no exercício da cidadania, bem como maior dignidade Humana no plano social e os feitos pela responsável do Ministério da Família e Promoção da Mulher no município da Ganda. Por seu turno, o responsável da Estação do Desenvolvimento Agrário (EDA), Manuel Tchitumba, convidou todos os cidadãos a reflectirem sobre as formas de utilização dos alimentos, tendo valorizado os produtos do campo e as suas variedades na dieta para fortalecimento energético do ser humano. Destacou ainda a necessidade da população se dedicar às tarefas do campo como geradoras de riqueza, salientando o facto do Executivo ter criado um crédito de campanha para o fomento da produção agrícola.

## **2.12 Finibanco lucra 607,4 milhões de Kwanzas**

*Semanario Novo Jornal*  
22 de Outubro de 2010

O Finibanco Angola obteve em 2009 um resultado líquido de 607,4 milhões de Kwanzas, contra um prejuízo de 33,9 milhões de Kwanzas registado no exercício anterior. Este indicador vem expresso no relatório e contas da instituição, que considera ser o primeiro exercício completo do banco, desde que iniciou em meados de Junho de 2008 a sua actividade.

Segundo o relatório, o Finibanco encontrou algumas dificuldades para a sua implantação no mercado, mas passado um ano a instituição garante ter dado passos

seguros para a sua sustentabilidade, o que lhe permitirá enfrentar o futuro com maior optimismo. Foi neste cenário de crescimento que o banco registou ainda no exercício de 2009 um activo líquido de 8,8 mil milhões de Kwanzas, contra os 2,9 mil milhões de Kwanzas do período anterior.

Deste modo, todas as rubricas que compõem o activo líquido do Finibanco tiveram crescimentos significativos, com destaque para a concessão de crédito, quer para empresas, quer a particulares, que se cifrou em 439 por cento, fruto da aposta institucional no incentivo ao desenvolvimento da economia nacional.

Quanto aos recursos de clientes, o banco assistiu também a um crescimento muito elevado na ordem de 304 por cento, que representa um acréscimo de mais de quatro mil milhões de Kwanzas face ao valor de 2008, ao passo que o produto bancário teve um acréscimo de 1,3 mil milhões de Kwanzas.

### **Créditos**

Conforme demonstrado através do rácio de transformação (créditos/depósitos), o crédito concedido evoluiu de 59 por cento em 2008 para 80 por cento em 2009. Isso se explica em termos práticos que, por cada um milhão de recursos captados, o banco concede crédito no valor de 800 mil Akz.

O crescimento mais acentuado verificou-se no crédito concedido a empresas que em 2009 foi de 3 mil milhões 586 milhões 474 mil Kwanzas, contra os 706 mil milhões e 587 milhões de Kwanzas cedidos em 2008. Quanto aos particulares, foram concedidos em 2009 cerca de 700 milhões 823 mil Kwanzas, contra os 77 milhões e 522 mil Kwanzas cedidos em 2008.

Enquanto em 2008 as operações de crédito em moeda estrangeira representavam 80 por cento do total do crédito concedido, em 2009 estes passaram a representar apenas 52 por cento.

Os valores do crédito concedido, desagregados por tipos de crédito, mais uma vez constatou-se o forte apoio que o Finibanco Angola tem prestado às empresas angolanas, dado que 76 por cento do crédito concedido foi destinado a investimento e a apoio de tesouraria.

### **Depósitos**

Quanto aos depósitos, esta carteira teve durante o ano de 2009 um crescimento elevado, no entanto o banco conseguiu manter um equilíbrio na distribuição dos depósitos, fruto das suas taxas de depósitos a prazo que se demonstraram competitivas. Assim, os depósitos à ordem dos particulares atingiram em 2008, cerca de 197 milhões e 180 mil Kwanzas, contra os 1 bilião e 318 milhões e 825 mil Kwanzas. Quanto às empresas, em 2008 os depósitos atingiram 284 milhões e 223 mil contra 1 bilião e 288 milhões e 461 mil Kwanzas fechados em 2009. Os depósitos a prazo de particulares tota-

lizaram em 2008, cerca de 554 milhões e 174 mil sanzalas, contra os 1 bilião e 447 milhões e 490 mil Kwanzas apurados em 2009 e os das empresas em 2008 foram de 288 milhões 595 mil Kwanzas contra os 1 bilião 297 milhões 747 mil Kwanzas registados no ano de 2009.

## 3 MERCADO INFORMAL

### 3.1 Luandadenses agastados com subida do táxi

*Semanario Novo Jornal  
2º de Outubro de 2010*

A subida do preço do táxi está deixar os populares com os nervos à flor da pele. A medida anunciada pelo governo no domingo apanhou as pessoas desprevenidas e está a ser aproveitada pelos taxistas para especulação de preços. O novo jornal fez uma ronda por alguns pontos de táxi de Luanda e observou taxistas a cobrarem 200 kz pela

A corrida entre os congolese e a mutamba Eva André, moradora em Cacuaco, disse que já não sabe o que fazer e a única solução que encontra é deixar o emprego. “Trabalho no São Paulo, ganho 15 mil kz por dia, gastava 300, agora com a subida vou gastar 600 kz. Não estou a ver outra solução senão deixar de trabalhar”, precisou.

Segundo a nossa interlocutora, que é mãe de quatro filhos, o governo deveria tomar outras medidas em relação a isso. “Os taxistas já cobravam 100 kz mesmo não oficializado o aumento, agora com esta nova lei o governo oficializou o preço de 200 kz. Esta medida só afecta os pobres, porque eles não andam de táxi, nem pagam combustível, não sabem o que é ser pobre”.

Para além de aumentarem os preços, os candongueiros têm encurtado as rotas. O percurso mutamba aeroporto pode custar 200 kwanzas. Isto é, da mutamba até à maianga cobram 100 e da maianga até ao aeroporto outros 100.

A situação torna-se mais complicada nas zonas suburbanas. Principalmente com a falta de condições em todas as vias principais e secundárias.

Carla domingos, moradora da cuca, diz que um dos grandes problemas para que os taxistas encurtem as rotas é o facto das estradas não estarem em condições, o que faz com que o trajecto, que poderia ser feito entre 30 minutos, leve quase duas hora e meia.

António graça, funcionária pública residente no município de viana, explicou que por mês gasta mais 40 mil kwanzas por causa do táxi.

O jovem acrescentou que com a época chuvosa as coisas vão piorar. “Os grandes problemas começaram com a chegada das chuvas, porque quando não está a chover os automobilistas ainda podem procurar outras vias alternativas”.

António graça diz que ganha 50 mil kwanzas e gasta 40 mil para o táxi. “Boa parte do meu salário vai para o transporte, o governo aumentou o preço do táxi e não houve reajusto salarial. Assim como é que as pessoas vão viver, não há bolso que aguento,” desabafa

o enfermeiro. Na ronda que a equipa de reportagem fez verificou que no percurso mutamba, são paulo, cuca,imbomdeiro do cazenga são gastos 500 kwanzas. Entre o cacuaco e o porto de Luanda são cobrados outros 500kz.

Ramos da silva, taxista, disse que ele cobra 200 kz entre os congolese e a mutamba por causa do engarrafamento. “Ficamos muito tempo no engarrafamento, temos que prestar contas ao patrão. Se cobrar os 100 kz o dinheiro do patrão não chega o combustível acaba no engarrafamento”.

O jovem explica que no trajecto Viana/estalagem cobra também 200 kz, entre o grafanil e os congolenses outros 200 e maianga/mutamba 100kz.

Ramos da silva explicou que, às vezes, o valor altera dependendo do estado das vias. “Se houver pouco engarrafamento pode chegar aos 150 kwanzas por cada trajecto. Entre Dezembro de 2009 e Fevereiro de 2010, por crime de especulação que é punido com uma pena de multa que vai dos 15 aos 68 mil kwanzas, mais de 200 taxistas foram julgados e condenados em Luanda. Os primeiros dias da semana de trabalho, segunda e terça-feira, foram frustrantes para quem se deslocou do cazenga para outros lugares da cidade.

No período das 06hoo à 10hoo da manhã, diante da precariedade das vias de trânsito, acompanhado de inúmeros engarrafamentos, os taxistas fizeram subir o preço da corrida de táxi, obedecendo à medida anunciada pelo governo, situação que criou embaraços e transtornos por parte daqueles que têm o táxi como única via de locomoção.

A corrida asa branca congolese disparou para os 200 kz, enquanto que entre asa branca linha-férrea o valor cobrado passou a ser 150 kz.

“Paga quem quiser foi a resposta dada... Em unísono pelos cobradores de táxi. Havia pessoas que fechavam os olhos e pagavam o preço especulado. Foi esse o caso do senhor Manuel Frano, de 30 anos. Questionado sobre o porquê de pagar este preço, o também trabalhador de uma empresa de construção civil respondeu que estava acima da hora. “Eu já estou atrasado, mas mesmo que eu espere mais um pouco não vai dar em nada”, afirmou o pedreiro”. Por seu turno, o jovem Luís Adão preferiu andar a pé porque “não aceita pagar 200 kz por uma viagem”, trajecto que em dias normais oscila entre os 100 e os 150 kz.

“Apesar da chuva e da forma como a estrada está, eles não podiam aumentar o preço a este nível. Eu não pago, prefiro andar a pé”, asseverou o vendedor ambulante.

A nossa reportagem ouviu alguns dos taxistas em relação ao elevado montante cobrado pela corrida asa branca congolese. Os mesmos revelaram que este valor é justificável porque a condição em que se encontram as estradas por onde os azuis e branco passam”

é deplorable.

### 3.2 Armazéns encerrados no Roque

*Semanario A Capital*  
2 de Outubro de 2010

Mais de 20 armazéns que serviam de suporte para o armazenamento de mercadorias dos vendedores do ex-mercado do Roque Santeiro deverão ser encerrados brevemente e transferidos para o Panguila.

A decisão saiu do encontro entre a administração do Sambizanga e os proprietários dos 50 estabelecimentos, construídos no F interior e arredores do ex-mercado.

No novo mercado do Panguila foram construídos, pelo menos, ou 20 armazéns com melhores condições para a conservação de mercadorias mas os espaços não agradam os comerciantes do ex-mercado.

Sobre o facto de a maior parte dos armazéns ser ocupado por cidadãos estrangeiros, em regime de aluguer, os novos espaços serão cedidos às pessoas que apresentarem prova de titularidade.

O Panguila é de gestão pública, devendo o vendedor pagar uma taxa igual a que é paga em outros mercados de Luanda no valor de 50kwanzas.

Projectado inicialmente para 10 mil vendedores, o empreendimento poderá receber nos próximos meses novos vendedores de outros mercados a funcionarem em condições precárias.

Construído em 2007, numa área de 250 mil metros quadrados, o complexo comercial conta com cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 44 lojas, 112 bancos de pouso, 13 Chafarizes e dependências dos Bancos Bic e Bpc para facilitar as, transacções financeiras dos comerciantes e um posto recinto reserva uma área, estacionamento de mais: viaturas, área administrativa posto policial e uma zona verde.

### 3.3 Vendedores de produtos expirados serão detidos

*Semanario o Factual*  
2 a 9 de Outubro de 2010

Uma fonte do departamento de inspecção da Polícia Económica fez saber ao Factual que estão mobilizadas todos os meios possíveis para mais uma actuação, nos próximos dias, com o objectivo de recolher, deter e aplicar sanções negativas para os vendedores de produtos expirados em cantinas de todos os municípios de Luanda.

Depois do Factual ter registado uma onda de cantinas com produtos vencidos nos bairros da Mabor e do Embondeiro, no município do Cazenga, os responsáveis desafiam as autoridades persistindo no comércio de produtos vencidos, como iogurte de sabor manga, morango e banana, desde o mês de Setembro.

De acordo com os responsáveis das cantinas observadas pelo Factual, “o fim da validade de um produto depende somente da sua data de expiração e não da qualidade que o mesmo possa perder ao ingerirmos ou a perda do rótulo pela má conservação.

Liliana Mendonça, consumidora de 20 anos de idade, afirmou ser um hábito frequente de alguns estrangeiros das cantinas do município de Cazenga venderem aos moradores produtos frescos em mau estado para consumo humano.

“O problema já é do conhecimento da Polícia Económica e da Fiscalização local. Mas, quando os fiscais passam nestes estabelecimentos eles escondem os produtos para posteriormente voltarem a colocar em frigoríficos.

Trata-se de uma situação pouco honesta para os consumidores”, asseverou.

O médico Sebastião Zola afirmou ao Factual ser preciso que as autoridades actuem sobre os pequenos comerciantes, a fim de chamá-los à razão.

“Não vamos permitir que as nossas crianças se tornem cada vez mais vulneráveis ao consumo destes produtos”, garantiu Sebastião Zola.

A Polícia Económica reiterou o conhecimento do problema e avançou existirem muitos estabelecimentos que reabriram as suas portas no princípio de Setembro, para ganharem dinheiro fácil com a venda de produtos de segunda origem e em mau estado de conservação.

### 3.4 Comerciantes e Administração do Sambizanga

*Semanario Angolense*  
2 a 9 de Outubro de 2010

Esta decisão foi comunicada aos agentes comerciais pelo administrador municipal do Sambizanga, numa reunião realizada segunda-feira, na sede da Associação Akwa-Sambila, organização cujo presidente é o próprio administrador municipal.

De acordo com o mesmo, José Tavares, a orientação é da Governadora provincial de Luanda, Francisca de Carvalho Espírito Santos, por isso, a partir de segunda-feira todos proprietários de armazéns que ficam na zona do Roque Santeiro deverão exercer a sua actividade comercial no mercado do Panguila, onde segundo disse estão criadas as condições.

Entretanto, como que a repetir o filme da retirada do mercado no princípio deste mês, a posição do governo não colheu o consenso dos armazenistas que dizem não terem recebido uma comunicação prévia. Os armazenistas caracterizam mesmo comportamento do administrador do Sambizanga como sendo uma imposição.

“Não é assim, tinham que nos comunicar com antecedência que a partir de quinta ou sexta-feira devem começar a transferência, não pode ser numa reunião

brusca que só ficamos a saber graças a comunicação telefónica dos nossos familiares. Isto é uma imposição e está incorrecto desabafou uma das comerciantes

Outro cidadão na mesma condição afirmou que os comerciantes estavam conscientes que um dia os armazéns iriam sair mas tinham que receber o aviso com pelo menos 15 dias de antecedência. “Eu gostaria que o governo negociasse com o povo, porque desta forma só está a mostrar que é ditador, que pode e o povo não tem palavra”.

Os agentes económicos pedem, por isso, uma moratória de três a seis meses que já foi recusada pelo administrador. General Tavares, como também é conhecido o administrador municipal do Sambizanga, avançou que não há motivos para reivindicação, porque a transferência está a ser bem feita.

“Há um grupo no Panguila preparado para receber estes agentes comerciais, será feita a negociação da transferência, por isso acho que não há motivos. Os armazéns estão construídos assim como as lojas, portanto, desde que os proprietários apresentem documentos de prova que são donos dos armazéns que ficam no Roque Santeiro, a comissão vai dar o tratamento devido a estas pessoas” – esclareceu.

No mercado do Panguila foram construídos 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, porém, o grande receio dos armazenista prende-se com a falta de transferência da comissão encarregue de distribuir os armazéns e bancadas e na distância que tem afugentado os clientes, deixando os armazéns às moscas, segundo relatos que nos chegam daquele

### 3.5 Praças Cada Vez mais Agitadas

*Semanario Agora*

*9 de Outubro de 2010*

Com o encerramento do Roque Santeiro e a consequente transferência dos vendedores para o Panguila, onde foi construído um novo mercado, o comércio informal ganhou corpo, sobretudo nas zonas suburbanas.

As praças conheceram um número considerável de novos vendedores, com maior incidência para os que se recusaram a deslocar-se ao Panguila por, alegadamente, ser distante.

Embora este factor tenha contribuído para a concorrência, por um lado, por outro, fez com que a delinquência aumentasse, saindo a ganhar as administrações locais que viram aumentar o número de contribuintes.

O lixo produzido diariamente é também preocupante, não existindo condições para a sua recolha, podendo a situação agravar-se nos próximos tempos com as chuvas que se avizinham.

### 3.6 Populares preocupados com onda de assaltos no antigo Roque Santeiro

*Semanario Independente*

*9 de Outubro de 2010*

De um tempo a esta parte, várias são as pessoas que foram vítimas de assaltos no perímetro onde se efectuavam as vendas no antigo Roque Santeiro. Uma onda de assaltos tem assolado aquele local às diferentes horas do dia.

As principais vítimas são pacatos cidadãos que, para chegarem ao centro da cidade por motivos diversos, têm de passar por aquela área para tomar o táxi.

Efectuar o trajecto é cada vez mais perigoso, porque desde a mudança do mercado o nível de delinquência aumentou naquelas bandas.

Dona Luísa Kissonde, empregada doméstica, que de segunda-feira a sexta-feira faz aquele trajecto para ir trabalhar, conta que os últimos dias foram de sufoco. “Durante estes dias aqui no Roque os gatunos aumentaram. Apesar de todos pensarem que a situação iria mudar com a mudança do mercado, as coisas pioraram. Temos observado roubos até dentro das viaturas. Há vezes em que alguns gatunos ficam a espera das pessoas que estão a sair”, afirmou.

Dona Luísa Kissonde adianta que os assaltos aumentaram porque sem a movimentação de gente, os gatunos fazem dos transeuntes que passam as vítimas dos seus planos.

“Tem sido muito difícil, principalmente para nós mulheres, que somos as maiores vitimas, suportar esta situação”, confessou.

“Temos tido muito medo. Temos que esperar clarear um pouco para sairmos de casa. Isto traz constrangimento no trabalho, porque é complicado explicar para o patrão que sou obrigada a vir um pouco tarde devido à bandidagem”, adiantou.

Para Alfredo Cesta, serralheiro, que diariamente faz aquele trajecto, conta que, de facto, a situação esta crítica e que muita gente já começa a variar de rota, mas pondo em causa a pontualidade nos locais de serviço.

“Esta situação é de pânico para muitos de nós que fazemos este trajecto nas primeiras horas do dia. Algumas pessoas que por aqui passam são obrigadas a deixar de andar com valores e documentos na carteira porque receiam ser assaltadas”.

No seu entender, esta realidade é devido à falta de emprego para todos.

“Acredito que muita gente, se está aqui, é porque não tem outra ocupação digna. Muitos destes jovens, coma saída do mercado, não praticam mais os seus desmandos como antes, visto que o Roque Santeiro era uma enchente diariamente e, com isso, eles aproveitavam para fazer os seus assaltos”, adiantou.

Já Carlos Petepa, ambulante de refrigerantes e bebidas alcoólicas, que tem o antigo Rock Santeiro como local de trabalho, conta que a situação tem estado a piorar dia pós dia e que também alguns taxistas têm tomado cautela devido aos assaltos que há naquela zona.

“Agora, quase sempre, taxistas que fazendo as suas vias são interpelados por bandidos armados” afirmou. “Esta situação acontece mesmo em pleno dia e o local onde mais vezes acontece esse tipo de assalto é no meio perímetro onde funcionava o antigo mercado. Os taxistas, alguns, ficam com receio ou temem entrar com passageiros dentro do Roque Santeiro, porque agora é muito perigoso”, reforçou.

“Lembro ainda de um episódio que aconteceu no interior do antigo mercado, na semana passada, em que um candongueiro foi interpelado por um grupo de indivíduos armados onde eles saquearam tudo do cobrador e levaram algumas bens portáteis dos passageiros”, referiu. “Outro caso também que aqui muito comentamos é o de um taxista que foi interpelado por um grupo de meliantes mas mesmo assim continuou e os meliantes foram atirando pedras ao carro e como o terreno daquele perímetro é esburacado não permitiu que o motorista fizesse uso eficiente da velocidade para fugir aos meliantes. Partiram o vidro de trás e o das laterais”, contou.

O mesmo, em declaração ao IN, afirmou que a intervenção da polícia não tem sido a mais eficaz. Os meliantes põem-se em fuga com os bens e os lesados não tem onde pedir a sua devolução ou a cabeça dos assaltantes.

Esta é uma situação que vem se arrastando desde a saída do mercado. Urge a intervenção das autoridades competentes.

### 3.7 Panguila aguarda expectante armazéns do defunto Roque

*Semanário A Capital*  
9 a 16 de Outubro de 2010

O promotor de vendas da empresa SUNDEEP, Samuel Camacho disse que, com a extinção do mercado Roque Santeiro, a empresa já perdeu muitos clientes, agora, com o encerrar dos armazéns, o caso será ainda pior. A ordem de encerramento veio da Administração do Sambizanga. «Tivemos uma reunião com a Administração, na qual foi-nos orientado o encerramento das portas até ao dia 05 de Outubro. Mas, dia seguinte, apareceram outros elementos da Administração a informar que podíamos continuar com as vendas até terminar a mercadoria, só não podemos receber outras», informou.

Com esta nova medida, segundo ele, “em uma semana, creio que os contentores estarão vazios”, entretanto, lamenta o facto de o Governo por não ter consultado os proprietários de lojas e armazéns da zona visada e chegar a um acordo.

“Porque temos contratos com os proprietários dos espaços, onde construímos os armazéns, e isto, pode desembocar em conflitos», criticou.

O promotor de vendas, defende uma indemnização, tendo em conta os contratos que eles têm com os donos dos terrenos, onde montaram os contentores e estão construídos os armazéns.

“Quem vai arcar com estas implicações todas», interrogou-se, explicando que só para o arrendamento destes espaços, a empresa para a qual trabalha paga, mensalmente, 15 mil dólares norte-americanos, tendo confirmado um contrato de exploração de um ano renovável, correspondente a 180 mil dólares

Na óptica deste homem de negócios, a operação de encerramento seria mais sensata se ocorresse, no mínimo, só no final do ano, porque é neste período que se factura melhor. Os armazéns do Panguila não são do agrado dos armazenistas. Além de serem pequenos pelo que, o mais tranquilizante para eles seria a atribuição pelo o Governo, de terrenos para construímos os armazéns a nosso gosto”.

Amélia Dias Mendonça, proprietária da empresa com o mesmo nome, disse, por seu turno, estar, igualmente, desapontada com a forma como a Administração lhes está a retirar do local.

A extinção do Roque, de acordo com ela, afectou por si só os negócios. Mais ainda, afectou, também, os estudos dos filhos, sobretudo aqueles que estudam no exterior do país. “Já pensam em regressar, porque os rendimentos da empresa baixaram consideravelmente. Agora com o encerramento, e, se calhar, a demolição deste empreendimento, o caso será ainda pior, deplorou, notando que outra injustiça é o facto de os técnicos da Administração que procedem à medição dos armazéns, limitarem-se apenas a tirar medidas na parte baixa do edifício, quando o dela possui dois pisos.

“Se for para avaliar o imóvel, então, terão que medir também a parte superior que, totalmente, é utilizado como casa de processo, enquanto a outra parte está arrendada por jovens que prestam serviços no mercado e arredores», suplicou Amélia Mendonça, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Angola há mais de 30 anos.

“O Executivo devia ser mais claro e responsável. No princípio diziam que só vão acabar com o mercado, agora, também, os armazéns, depois será a vez das residências”, apela, desesperada.

Entendo se calhar este lado todo abranja o projecto que querem fazer aqui e qual é a razão de encerrarem também os armazéns do outro lado da Rua Lweji-yaNgonda e obrigarem os armazenistas a deslocarem-se para o Panguila, indagou.

Recorde-se que mais de 100 armazéns, casas de processo e lojas localizados no perímetro do extinto Roque Santeiro devem encerrar as portas e transferirem-se para o novo mercado do Panguila. Os proprietários dos espaços, onde foram erguidos os armazéns, e empresários reclamam

reposição dos gastos e indemnização para ambas as partes. Até os gigantes como a Arosfram, a Rayan Investment, e a Atlas Group, não foram poupados.

### 3.8 Mamas zungueiras vitimas dos fiscais e do sistema

*Semanario Angolense*  
9 a 16 de Outubro de 2010

Passavam poucos minutos das 13 horas. Perto do local onde antes estava a praça do Kinaxixi duas zungueiras caminhavam, carregando na cabeça bacias repletas de frutas. Uma delas tinha uma criança ao colo. Instantes depois decidiram sentar-se no passeio, pareciam cansadas. Uma senhora que passava parou para comprar tangerinas e depois sumiu numa das esquinas.

O descanso das mães foi interrompido pela voz de um transeunte que gritou: “vêm aí os fiscais!”. As senhoras levantaram rapidamente. Saíram a correr com o bebé. Instantes depois, lá estavam os fiscais, num carro, perseguindo as senhoras. Foi fácil alcança-las. Ao descenderem, agarraram-nas e retiraram-lhes as bacias cheias de frutas. A que carregava a criança implorou que lhe dessem de volta os seus haveres mas sem sucesso. Um dos fiscais empurrou a senhora e foi-se.

Os fiscais levaram as frutas e desapareceram no carro. Uma das zungueiras chorava amargamente. Ambas reclamavam pois o que os fiscais levaram era o seu sustento, que lhes foi roubado. O que aquela mãe iria dar a criança que estava no seu colo e como iria alimentar as que deixou em casa? Isso não é justo. Para onde os fiscais levaram ai fruta que receberam? Há algum sistema que garanta fiscalização do destinado ao que recebem dos vendedores ambulantes? Penso que as zungueiras não percorrem quilómetros e quilómetros para vender artigos porque, querem elas precisam de sustento de garantir dos a sobrevivência dos seus filhos, na maior parte dos casos, porque não tiveram a possibilidade de estudar, não tem empregos ou vivem com parceiros que não estão empregados. Elas não podem roubar tentam viver de forma digna. E muito digno o trabalho que elas fazem.

É muita covardia dos fiscais, robustos, armados, correrem com senhoras indefesas, carregando crianças. É demais, é repudiante, aterrador, revoltante!

Quem dá ordens a esses fiscais para agredirem, espoliarem e cometerem tantas atrocidades? Onde está a sensibilidade deste sistema? É preciso organizar este trabalho, claro que é preciso fiscalizar porque muitos vendedores ambulantes sujam as ruas, criam aglomerados, mas que mal fazem senhoras que circulam pelas ruas para vender frutas e outros produtos sem incomodar ninguém? Porquê combater as causas e não os efeitos? Se vender é proibido onde estão os empregos, se não se pode zungar

o que as crianças vão comer?

É muito mais fácil perseguir zungueiras do que os corruptos que assaltam os cofres do Estado e roubam milhões. É mais grave vender frutas na rua do que um deputado estar envolvido na reabilitação de um jardim que custou aos cofres do Estado um milhão de dólares? Chega!

Mais do que perseguir as zungueiras e outros vendedores ambulantes é preciso políticas justas para garantir que tenham um emprego ou um lugar para comercializar os seus produtos. É que estas senhoras maltratadas, espezinhadas, agredidas, roubadas, também são angolanas e merecem todo o nosso carinho e respeito.

### 3.9 Trabalho Infantil e estimulado pelos os pais

*Jornal de Angola*  
15 de Outubro de 2010

Vanda tem seis anos e anda, acompanhada pelo irmão Paizinho, de 12, pelo mercado da Alemanha, o maior da região do Huambo, a vender sacos de plástico ao preço de 10 kwanzas. Segundo eles, os pais não só sabem como consentem que eles pratiquem esta actividade diariamente, porque é assim que conseguem algum dinheiro para o sustento da família.

De terça à sábado, os dois irmãos andam pelo vasto mercado, não só a vender sacos, mas também a transportar as comprar dos muitos clientes que por ali passam e que pelo “frete” pagam entre 100 a 150 kwanzas.

Tal como eles, são muitas as crianças pequenas que deambulam pelo mercado da Alemanha, no bairro da Quissala, na tentativa de conseguirem algum dinheiro para o sustento das famílias. Algumas são órfãs, perderam os seus entes queridos durante o conflito armado, e têm neste ofício a forma possível de sobrevivência.

“Viemos trabalhar para aqui para termos dinheiro para comer. A mãe não tem tempo. O nosso pai já morreu. Eu estudo de tarde. A minha irmã tem seis anos e ainda não estuda”, disse Paizinho. Como estes dois irmãos, várias são as crianças exploradas por adultos em troca de um mísero salário ou de uma refeição.

O negócio de sacos rende 150 por cada embalagem comprada a 300 kwanzas. O pequeno Carlos disse à nossa reportagem que os sacos que ele vende não são dele, mas sim de um tio que os mandou vender para ganhar algum dinheiro. Por cada embalagem vendida recebe 50 kwanzas. Nos dias bons, em que consegue vender duas ou mais embalagens, amalha 100 ou mais kwanzas.

O dinheiro é para satisfazer os seus gostos.

Mal vestidas, e normalmente sujas, são várias as crianças envolvidas no comércio ambulante. Vendem vários produtos, desde sacos de plásticos até carne de porco, roupa usada, refrigerantes e outros bens alimentares.

Gabriel Hossi vende carne de porco no mercado. Diz que recebe por dia 300 a 400 kwanzas. Assim como Carlos vende os sacos do tio, também Gabriel vende carne a uma tia, que disse chamar-se Teresa. Quanto mais vender mais dinheiro recebe.

Em companhia do petiz, a nossa reportagem procurou contactar a tia Teresa, mas em vão. Tinha-se ausentado por algum tempo do mercado para tratar de assuntos particulares, explicaram as colegas.

Dona Branca, uma cidadã de origem congoleza democrática, comercializava bacalhau em companhia de um menino chamado Ilídio Manuel. “Hoje mesmo o peixe não está a andar. As pessoas mexem muito no peixe e depois não compram”, lamentou.

Dona Branca dizia que estava a fazer um favor ao rapaz, ao mandá-lo vender, porque ele precisa de dinheiro para viver. “Eu pago-lhe ‘entre 700 a mil kwanzas quando fazemos boas vendas, mas hoje não estamos a vender nada. Já caminhámos a praça toda, mas até agora nada”, disse.

Ilídio Manuel tem apenas 13 anos, não estuda, mas afirma que quer estudar. Por enquanto o trabalho dele é zungar bacalhau no mercado da Alemanha.

Entre diversas actividades exercidas pelos petizes nos mercados, lavar loiça nas barracas é o mais procurado, porque em troca recebem comida para matar a fome.

Graça, rapaz de 17 anos, para além de carregar água, lavar louça e fazer compras para a barraca da sua tia Júlia, também ajuda nos trabalhos de cozinha, para no final do dia receber 300 a 400 kwanzas.

“O Graça cozinha bem”, gaba-se a tia Júlia, acrescentando que muitas vezes quando ela tem de sair, a cozinha fica sob responsabilidade do sobrinho.

Questionada sobre a exploração do trabalho infantil, “tia” Júlia, jovem entre os seus 25 a 28 anos, disse rindo que não está a explorar o sobrinho, porque lhe paga um salário e o alimenta. Considera a única forma que encontrou para o tirar da rua.

Debaixo do sol e sob a quentura do fogo, o adolescente disse à reportagem do Jornal de Angola que abandonou cedo a escola e teve de procurar trabalho para ajudar a família. “A minha tia me propôs a trabalhar com ela e ganho a vida aqui, assim mesmo”, disse o pequeno.

Na cidade é visível a situação a que são expostas as crianças. Quando não estão nos mercados estão nos prédios, dispostas a deitarem lixo ou fazer um outro trabalho, a troco de uma qualquer remuneração ou de alimentos. A lavagem de carros pelas ruas do Huambo é outra das várias opções que estas crianças encontram para sobreviver

“Queremos banir este fenómeno”

Rui Paiva, administrador da Fazenda Quissala, espaço onde funciona o mercado com o mesmo nome, vulgo mercado da Alemanha, disse que o fenómeno de exploração do trabalho infantil preocupa muito a sua institui-

ção, razão pela qual cedeu um espaço às Irmãs da igreja católica para poderem reunir os pequenos durante o dia e ministrarem aulas regulares.

“Nós estamos preocupados com a situação, tanto mais que temos procurado agrupar essas crianças para, em conjunto com as Irmãs, podermos ocupá-las durante o dia e evitar que sejam exploradas. Como proprietário da fazenda cedi um espaço e umas salas de aula e elas estão a trabalhar com essas crianças”, disse.

Rui Paiva disse que o objectivo é banir mesmo a exploração do trabalho infantil. “Uma criança não pode fazer o trabalho de um adulto”, insurgiu-se, alertando os pais que incentivam os seus filhos para essa prática, a acabarem com a mesma.

Por sua vez, o chefe de secção de administração e serviços gerais do Instituto Nacional da Criança (INAC), Aurélio Augusto, manifestou-se preocupado com o crescente número de adultos que usam os menores para a prática do comércio ambulante.

Considerou a pobreza como um dos factores que mais tem contribuído para o aumento do alto nível de exploração do trabalho infantil por parte de alguns pais, mas afirmou que o Executivo está a envidar esforços para, em parceria com outros agentes da sociedade, procurar formas para que seja banido.

Aurélio Augusto denunciou a prática de muitos adultos que, em busca de lucro fácil, mandam os seus filhos circular com carros de mão contendo diversos produtos para comercialização, sonogando-lhes a possibilidade de irem à escola.

“Nós não temos qualquer instrumento legal para retermos tais pessoas à justiça, porque a nossa legislação ainda não regula os crimes de trabalho infantil. O que temos feito é alertar os pais sobre as consequências que advêm dessa prática”, disse.

### 3.10 Há indícios de braqueamento de capitais

*Jornal o País*

*15 de Outubro de 2010*

A ausência de uma lei específica expõe o país ao branqueamento de capitais alerta o mestre em Direito Penal, Benja Satula, na sua obra “Branqueamento de Capitais”, lançada na última sexta – feira na Universidade Católica Angolana.

Satula diz, aliás, que as práticas e a realidade em Angola já indiciam existir branqueamento de capitais. Sublinha que no ordenamento jurídico angolano, a regulação do branqueamento de capitais não está feita de forma expressa, objectiva e concisa, embora existam alguns diplomas.

Cita como exemplos, para justificar a afirmação de existência de branqueamento de capitais, as “kínguilas,” que trocam moedas estrangeira nas ruas dos países sem

autorização; as fronteiras desguarnecidas; os métodos inovadores no sistema bancário nacional e internacional e a presença no país de estrangeiros que trabalham com visto de turistas.

Satula refere que se encontram de forma ténue alguns diplomas que previnem a circulação de activos, de bens e proventos diversos, que impõem restrições e procedimentos para a prática de determinados actos e celebrações de negócios assimiláveis, como a Lei Cambial (nº S/97, de 27 de Junho), o Decreto regulamentar, nº 21/98 de 24 de Junho, relativo às operações de invisíveis, a Lei do Sistema de Pagamentos de Angola, mas falta, segundo o jurista, fiscalização e uma lei que se adequa às novas formas de branqueamento de capitais.

O mestre em Direito Penal questiona o facto de existirem “kínguilas” nas ruas, quando a Lei Cambial no seu artigo 7º, destina o respectivo comércio a instituições financeiras e excepcionalmente a entidades ligadas ao turismo – agências de viagens, instituições hoteleiras e lojas francas.

Cita ainda os artigos 12º e 16 do mesmo diploma que impõem às instituições cambiais o dever de reportar ao Banco Nacional de Angola as estatísticas e as informações que lhes forem solicitadas.

E a mesma Lei estabelece que os serviços das alfândegas procederão ao confisco de todos os volumes contendo ouro amoadado, notas e moedas metálicas com curso legal, cheques de viagens e outros meios de pagamento desprovidos de autorização do Banco Nacional de Angola.

Benja Setula critica, no entanto, esse diploma por achar que “não responde às necessidades de prevenção de branqueamento de capitais, porque o combate ao branqueamento de capitais pressupõe a identificação do cliente e é a partir desta que se desenvolve todo um processo de rastreio aos fundos eventualmente ilícitos”.

Diz ainda que “o dever de informar, desacompanhado do dever de identificação e do dever de conservação dos respectivos documentos, cópia e referências com suporte duradouro dos registos das operações realizadas não assegura a luta ABC”.

Considera também ineficaz o estabelecimento do dever de controlo apenas nas fronteiras nacionais aos funcionários da Direcção Nacional das Alfândegas, porque entende que não garante igualmente a licitude das operações internas com fundos ilícitos gerados no interior das fronteiras nacionais, concluiu o também professor da Universidade Católica de Angola, fazem depreender que a Lei Cambial não constitui um instrumento seguro e coeso para o combate ao branqueamento, e por coexistir no ordenamento jurídico angolano, ao lado do sistema cambial oficial, um sistema informal de exercício do comércio de câmbios com uma clientela superior à do circuito legal, ao arrepio da lei, sem que se consiga determinar a real proveniência da moeda estrangeira e

nacional e aos reais beneficiários destas transacções.

Benja Setula saúda, por um lado, o esforço das autoridades para proteger todo o sistema financeiro nacional, com a introdução de novos instrumentos como a Lei nº13/0S de 30 de Setembro, que representou uma inovação no Sistema Financeiro, mas alerta que o método e o procedimento de branquear alteram-se continuamente e a introdução de novas tecnologias comporta a possibilidade de nova forma de branquear, o que no seu entender implica um esforço contínuo por parte das autoridades de fiscalização para adequar os meios de combate às formas emergentes de proceder dos criminosos (transferência electrónica de fundos, investimento financeiros on-line).

O académico recorda igualmente que a acutilância do sector bancário, que imprimiu maior eficiência dos circuitos bancários propicia as operações de branquear proventos mediante a colocação dos bens de procedência ilegítima.

Satula diz que o recurso aos métodos cada vez mais sofisticados por parte dos branqueadores é um processo natural, derivado da análise custo/benefício, que se deve ter em conta para a eficácia do sistema de controlo.

“Para os branqueadores, quanto mais desprotegido estiver o sistema melhor, porque o nível de sofisticação dos métodos torna-se indetectável nos ordenamentos jurídicos expostos e vulneráveis. O ordenamento jurídico angolano apresenta um paradoxo apetecível aos criminosos – um índice elevado de crescimento económico, um mercado financeiro-modernizado, com novos actores e produtos por um lado, e a falta de protecção quanto à criminalidade”.

Benja Satula diz que a extensa fronteira de Angola desprotegia a entrada de cidadãos ilegais, o que se constituiu num canal de entrada de bens e proventos diversos. “Serve como porta de entrada de moeda falsificada”.

O sector imobiliário em Angola, cujo regime geral de locação vem estabelecido no Código Civil e na Lei do Inquilinato, encontra-se desactualizado, e segundo o penalista propiciam práticas indiciárias de branquear capitais, assim como fuga ao fisco.

“Referimo-nos quer ao regime jurídico dos arrendamentos, quer compra e venda de imóveis. As rendas estabelecidas para os imóveis e o regime de pagamento – sem anual ou mais – são incompatíveis com o normal funcionamento de uma economia de mercado e, fundamentalmente, do modo de vida de um trabalhador assalariado que constitui o comum dos cidadãos, qualquer Estado”. Satula questiona o preço de imóveis que há muito deixou de obedecer às regras da coerência e da lógica dos mercados, e pergunta de onde vem a imensa capacidade para arrendar imóveis habitacionais com pagamentos antecipados de um, dois e cinco anos? De onde vem a capacidade financeira para adquirir imóveis no valor de quinhentos mil e um milhão de dólares a pronto paga-

mento ou em parcelas. O que o Estado ganha com estas rendas e contratos?

### Fenómeno Religioso

Além de questionar a disposição das pessoas em pagar a pronto vivendas no valor de quinhentos e um milhão de dólares, Benja Satula refere igualmente que o fenómeno religioso pode ser uma forma incubada de branqueamento de capitais.

O professor da Universidade Católica pergunta quem controla o fluxo financeiro que entra para as contas de mais de uma centena de confissões religiosas, que ostentam enormes empreendimentos, cuja origem manifestam ser apenas da exclusiva contribuição dos seus fiéis, na sua maioria cidadãos pobres, desempregados, reformados, estudantes e assalariados não executivos.

Satula diz que basta a “não exigência da manutenção de contabilidade organizada, bem como do registo das entradas no caixa diário e respectivo saldo mensal e o controlo das contas anuais, para que elas se possam financiar por qualquer meio e “religiosamente” depositar nas respectivas contas somas avultadas e a sua posterior remessa para o estrangeiro, se for o caso.

## 3.11 Administrador Balanceia funcionamento do Mercado

*Semanário A Capital*  
16 a 23 de Outubro de 2010

Trinta dias após a sua entrada em funcionamento, o mercado do Panguila, o sucessor do roque santeiro, encontra-se ainda envolta em alguma polémica, em função do descontentamento dos seus vendedores, que reclamam da ausência de clientela.

O seu administrador, Victor kiteculo, reconhece que, nesta primeira fase, o objectivo principal, que foi a transferência dos vendedores de um para o outro mercado, está cumprido, mas que, pela frente, há ainda um trabalho árduo. “As pessoas saíram de um lugar para o outro; tinham outros hábitos e costumes no roque santeiro, sendo que os primeiros 15 dias foram de adaptação e os restantes 15 de exercício comercial», frisou, reconhecendo, entretanto existir ainda “muita reclamação por parte dos vendedores», grande parte relacionada com a pouca clientela que ainda se regista”.

Esta, aliás, tem sido uma das principais razões, para que alguns vendedores, embora se tenham cadastrado, se furtem em comercializar naquele mercado. Mas, este artifício, segundo o administrador, tem os dias contados: “estamos a organizar-nos para trazer estas pessoas de volta ao mercado», afirmou.

Da mesma forma, estão a ser criados mecanismos tendentes a retirar um segmento de vendedores que se concentram na parte exterior do mercado, provocando toda

uma sorte de desorganização. “Pretendemos povoar e organizar melhor o mercado, embora reconhecemos que organizar pessoas deve ser um trabalho contínuo”, acrescentou.

Se até ao próximo dia 20 registarem-se ainda bancadas vazias, mesmo que já cadastradas, garante Victor kiteculo, então esses lugares serão disponibilizados a outras pessoas que se mostrarem interessadas em desenvolver o seu negócio, num trabalho que está a merecer o atento acompanhamento do governo provincial de Luanda, através da administração municipal de Cacucaco.

«É verdade que as vendas não se estão a realizar como as pessoas pretendiam, mas é também verdade que se trata de uma questão de hábito e tempo», salientou, para depois reforçar: “não há muito por que reclamar, uma vez que se encontram num mercado com melhores condições que o roque santeiro, que tinha muita poeira, lixo e, sobretudo, contava com muitos ladrões», constringimentos que, no seu entender, dificilmente encontrarão no novo mercado.

Joana Pedro foi uma das poucas clientes com que a nossa reportagem se deparou. Ela mostrou-se solidária com as vendedoras, cujo negócio não têm encontrado compradores. “O Balanço, no final do dia, tem sido bastante negativo, porque, algumas, não vendem, absolutamente, nada, mas esperamos que esta situação se altere”, apelou para uma espécie de intervenção divina, tendente a salvar os agora “órfãos do roque santeiro”.

## 3.12 Mercado Informal Mostra Sinais de Adaptação

*Semanário Factual*  
De 16 a 23 de Outubro de 2010

No actual mercado do Panguila o afluxo de vendedores e de clientes, ainda está longe do esperado, motivado, segundo alguns vendedores, pela distância e a consequente alta do preço da corrida de táxi. Assim, o mercado informal vai dando sinais de adaptação.

Numa reportagem efectuada pelo Factual aos diversos mercados informais constatou-se que muitos dos vendedores do antigo Roque Santeiro se distribuíram entre os mercados do Asa Branca, do Kicolo, do Trinta e outros dispersos por Luanda.

No mercado do Panguila verificou-se que ainda existem muitos espaços vazios e, segundo fontes, alguns vendedores estão somente a garantir os lugares mas estão a vender noutros mercados como o do Trinta e do Kicolo. Um vendedor de roupas comentou o negócio está em baixo poucos clientes que aparecem. Vêem da Funda e de Caxito, dado que o poder de compra é baixo, o que não ajuda nos negócios.

Uma vendedora de alimentos importados deu a conhecer que as condições do mercado do Panguila são boas,

mas está muito distante, o que não estimula a clientela. “Somente em táxi gastamos mais de 600 Kwanzas na viagem de ida e volta”, acrescentou. Contudo, no longínquo mercado do Panguila predomina a venda de vestuário e de alguns géneros alimentícios, enquanto as instalações destinadas aos restaurantes ainda estão praticamente vazias.

Os preços mantiveram-se, neste primeiro mês de existência do mercado, praticamente inalterados, devido ao abrandamento da procura.

Enquanto isso, no mercado do Asa Branca e arredores a procura por um lugar para vender cresceu do dia para a noite, bem como a oferta de bens e serviços, o que chegou a causar, no primeiro mês, uma relativa queda dos preços dos alimentos e de outros produtos. Segundo a vendedora Constância Silva, para conseguir um lugar no quintal ao lado do mercado do Asa Branca teve de pagar quinze mil Kwanzas.

De acordo com algumas fontes, os comerciantes a grosso de peixe e outros produtos estão a negociar alguns espaços nos arredores do Cazenga para se instalarem.

No mercado do Kicolo, um vendedor comentou que as autoridades estão a tentar persuadir os vendedores a grosso e dos carros a irem para o Panguila, mas estes se têm mostrado relutantes.

Fez saber que “lá é muito longe e a clientela é escassa”. De um modo, geral a estrutura logística da oferta de bens e serviços foi relativamente alterada com a transferência do mercado, o que resultou num aumento do número de “pracinhas” espalhadas pela periferia de Luanda e também de zungueiras que operam pela cidade adentro. Por outro lado, os mercados do São Paulo, dos Congolenses e do Asa Branca, sofreram uma relativa valorização como consequência do aumento da procura por lugares, o que vem dar um novo alento a tais mercados que fazem parte do PRESILD.

De modo geral estáveis, embora a taxa de câmbios sofresse uma leve queda e ficasse cotada em torno dos 96 Kwanzas, a compra, e 99 Kwanzas, a venda, no mês de Setembro.

Assim, as expectativas das autoridades em ordenar o comércio informal parecem, de acordo com a tendência do mercado, seguir em sentido contrário ao esperado e caso não seja corrigido o mercado informal deverá tomar novos contornos.

Porém, com a transferência dos vendedores do ex. Roque Santeiro surgiram novas rotas de táxi e outras praticamente se extinguíram, factor que faz com o preço da corrida em alguns períodos do dia se mostram instáveis, nalgumas vezes sobem e logo depois descem.

### 3.13 Mercado do Panguila

*Jornal de Angola*  
20 de Outubro de 2010

#### Aviso

A direcção do mercado do panguila, torna público que a partir do dia 20 do corrente mês os vendedores que não pagarem as suas bancadas, mesas plásticas e tendas para venda, perderão o direito sobre as administração do mercado do panguila procedera a sua distribuição a outros interessados. As mesas plásticas e tendas consideradas abandonadas serão removidas. A direcção do mercado não se responsabilizará pelos danos causados nesta operação. Cumpra-se.

Luanda, 08 de Outubro de 2010

### 3.14 Taxistas violam acordo e aumentam preços das rotas

*Jornal de Angola*  
21 de Outubro de 2010

#### Manhã de ontem às sete horas.

O trânsito entre o Golfe 11 e o Avô Kumbi é lento porque as ruas estão cheias de lama. Centenas de pessoas aguardam nas paragens os táxis para os Congolezes. Um “Hiace” pára e o cobrador grita no estilo habitual: “Congolezes, Congolezes!”. Os passageiros entram e quando o cobrador exige 200 kwanzas pela corrida há confusão. Os passageiros reclamam e o cobrador diz que quem não quer pagar, pode sair do carro e ir a pé.

Perante a contestação geral, o motorista resolve fazer um discurso aos clientes: “estamos a cobrar 200 kwanzas porque há muita lama e buracos na estrada para os Congolezes, nós ficamos muito cansados. Se cada um pagar um pouco não custa nada e no fim podemos lavar o carro”. Há mais protestos dentro do táxi mas ninguém sai.

Nas paragens corre a notícia que os taxistas estão a cobrar 200 kwanzas, que é o dobro do que foi acordado entre a Associação dos Taxistas e o Ministério das Finanças. Os mais contestatários partem a pé. Mas a maioria espera novo táxi e paga mesmo o preço que os taxistas exigem. Os autocarros da TCUL são uma alternativa barata e confortável. Mas no Avô Kumbi, pão fazem a rota dos Congolezes, apenas circulam entre o Golfe, Samba e Viana. Os passageiros são obrigados a aceitar os “assaltos” dos taxistas.

A nossa reportagem viajou em a quase todas as rotas dos bairros de Luanda e verificámos que muitos taxistas subiram os preços para 200 kwanzas, haja ou não lama e buracos. Estão mesmo a violar o acordo estabelecido entre a associação e o Executivo.

A situação está a provocar a indignação dos passageiros que chamam a este aumento selvagem “um assalto”.

Em muitas paragens houve confusão entre passageiros e cobradores. Mas o preço abusivo está em vigor. A reportagem do Jornal de Angola percorreu várias artérias de Luanda e constatou, às primeiras horas da manhã de ontem, que os taxistas cobravam 200 kwanzas na rota Avô Kumbi/Congolenses, Congolese/Mutamba/Congolenses/Estalagem. Outra via onde os taxistas cobram 200 kwanzas é a que vai do antigo mercado Roque Santeiro até a Ilha de Luanda, e de São Paulo para o Rocha Pinto. Na rua Congolese até ao Colégio Elizangela Filomena e 100 kwanzas até a Maianga. São 200 Kwanzas na mesma, com o truque duas rotas onde apenas existe uma.

### Contestação dos passageiros

Joana Jacinto, funcionária pública, vive no Golfe II e para chegar à Mutamba, onde trabalha, gasta diariamente mil kwanzas, ida e volta, “Apanho o táxi no Golfe II até ao Avô Kumbi e pago 100 kwanzas. Depois apanho o táxi que vai aos Congolese e pago 200 kwanzas. Dos Congolese até à Mutamba pago mais 200 kwanzas.

Sebastião Francisco, pintor de automóveis, disse à nossa reportagem que gasta 200 kwanzas no táxi para ir dos Congolese à Estalagem: “os taxistas são muito egoístas e estão a rebentar os bolsos dos trabalhadores”.

Marcelina Fernandes lamenta a atitude dos taxistas em encurtar as rotas mesmo depois de anunciada publicamente a nova tarifa do táxi, situação que, em seu entender, deve ser combatida pela Polícia Económica.

Joaquim Fernandes atira as culpas para a Polícia Nacional: “os agentes limitam-se a ver estes desmandos e as práticas maléficas protagonizadas pelos taxistas. Se os taxistas fazem o que fazem é porque encontram contemplação nos agentes da Polícia Nacional, que nada fazem para desencorajar esses roubos aos clientes”, lamentou.

Celestina Francisco defende que a Polícia Nacional deve ser mais actuante e não devia limitar-se a olhar, porque são cidadãos humildes que mais sofrem com os preços especulativos impostos pelos taxistas: “esta situação obriga-me a andar longas distâncias a pé, para poder poupar algum dinheiro”, disse visivelmente triste. Pede aos agentes da Polícia Económica e da Ordem Pública para agirem de forma a obrigar os taxistas “a respeitarem a lei e os bolsos dos clientes”.

### Autocarros públicos

Muitos cidadãos face à subida abusiva do preço dos táxis passaram a andar a pé e outros optaram pelos autocarros públicos. João Manuel, que tinha como destino a Maianga, disse que prefere andar nos autocarros mas normalmente enchem logo a partir de Viana: “os autocarros chegam aqui aos Congolese completamente cheios e se insistirmos em subir corremos o risco de ser roubados por carteiristas ou chegar com a roupa amarrotada ao serviço”.

Joana Teodoro também prefere os autocarros porque são mais cómodos e mais baratos, “mas existem poucos carros em circulação, são escassos e normalmente já chegam cheios de passageiros aos Congolese”.

Bartolomeu Francisco diz que basta colocar mais carros a circular para absorver o elevado número de pessoas que recorrem aos táxis: “em Luanda já temos boas estradas e os acessos aos bairros estão muito facilitado. Com mais autocarros a circular as pessoas ficavam a ganhar. Mas não adianta pôr os autocarros na rua enquanto o trânsito não for disciplinado e não forem criados corredores exclusivos para os transportes públicos o presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, Manuel Faustino, condena a atitude dos taxistas que enveredam pela prática especulativa, que considerou ilegal, e apela aos agentes da Polícia Nacional para procederem à detenção dos que forem apanhados a especular.

### Especulação é crime

Em declarações ao Jornal de Angola, Manuel Faustino disse que o preço do táxi acordado com o Ministério das Finanças e anunciado publicamente na presença da Polícia Económica e órgãos de comunicação social é de 100 kwanzas a corrida. Admitiu que alguns taxistas, “movidos pela ganância do lucro fácil, procuram ganhar mais que os patrões e têm estado a aumentar os preços da à corrida em contravenção ao que foi estipulado oficialmente”.

Face à situação, Manuel Faustino afirmou que “é preciso meter rapidamente na ordem o preço do táxi” e apelou aos clientes lesados para denunciarem à polícia ou à associação os taxistas infractores.

“A Associação dos Taxistas de Luanda é totalmente contra essas práticas que beneficiam alguns o motoristas em detrimento dos patrões e prejudicam gravemente os clientes. Esses motoristas que assim agem deviam ir parar à cadeia, defendeu.

Afirmou ainda que “muitos motoristas enveredam pela especulação e porque sabem que no caso do patrão decidir já não continuar a trabalhar com ele, no dia seguinte encontram citar à revelia o preço da corrida será detido e encaminhado ao Tribunal de Polícia para que responda criminalmente”, disse o intendente Edmundo Feio, chefe do Departamento Central da Direcção Provincial da Polícia Económica.

O oficial superior da Polícia Nacional confirmou que existe um acordo entre o Ministério das Finanças e Associação dos Taxistas de Luanda, que fixa em 100 kwanzas o preço da corrida do táxi contra os 50 kwanzas cobrados anteriormente.

Edmundo Feio disse que a Polícia Económica, enquanto órgão fiscalizador, tem a obrigação de fazer cumprir a lei, assegurando que a instituição tem equipas a trabalhar nas ruas para deter os taxistas que enveredam pelo encurtamento das rotas e cobranças à margem da lei.

“Temos brigadas colocadas nas rotas para fiscalizar e deter os taxistas especuladores no sentido de serem levados a Tribunal para serem julgados”, disse.

Afirmou igualmente que a Polícia Económica tem uma brigada de combate à especulação e sempre que se verificar uma alteração nos preços previamente estabelecidos, os infractores são levados a Tribunal: “os taxistas que forem por especulação são apresentados imediatamente ao Tribunal para julgamento sumário”, asseverou.

Edmundo Feio revelou que muitos taxistas detidos pela Polícia Económica por especulação já são reincidentes, pelo que a corporação faz menção disso no auto de detenção e encaminha o infractor ao Tribunal onde as multas neste caso, tem sido muito pesadas.

Edmundo Feio apelou aos clientes dos táxis para denunciarem aos órgãos de Policia os taxistas que encurtaram as rotas sobem o preço do táxi.

Aos taxistas o oficial reiterou o pedido de cumprirem os preços estabelecidos legalmente pelo o Ministério das Finanças, sob pena de conhecerem a mão pesada da lei.

### 3.15 Comercialização de produtos agrícolas em centros com condições apropriadas

*Jornal de Angola*

*22 de Outubro de 2010*

Financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no âmbito do projecto de apoio a pequenos produtores e associações de camponeses, estão a ser construídos 16 centros de comercialização de produtos na comuna da Calenga, município da Caála, província do Huambo.

A informação foi avançada ontem à Angop pelo coordenador do projecto Bom Jesus/Calenga, Rafael dos Anjos, a propósito da visita de trabalho que o administrador municipal da Caála, Miguel Samakassenje, efectuou na quarta-feira à comuna da Calenga, para constatar o andamento de projectos em curso na região.

Os centros de comercialização de produtos agrícolas são financiados pelo BAD em parceria com o Governo angolano para apoiar as famílias camponesas. A sua criação visa organizar as famílias camponesas inseridas no projecto Bom Jesus e Calenga concebido para combater a pobreza.

Os centros podem vir a beneficiar 43 cooperativas organizadas da comuna, distribuídas por 52 aldeias constituídas por mais de nove mil famílias camponesas. (coordenador do projecto na Calenga disse que a intenção da criação destes centros é fomentar o desenvolvimento socioeconómico no município.

### 3.16 A Zunga e a exclusão

*Semanario O Pais*

*22 de Outubro de 2010*

Há um risco grande de ignorarmos os sinais negativos quando a eles nos habituamos. Não é raro considerarmos normais coisas aberrantes só porque convivemos com elas todos os dias. Passado algum tempo, aquilo que nos princípio nos chocava perde o seu peso de negativo.

Olhamos para os nossos zungueiros como o exemplo da tenacidade dos angolanos. Olhamos para eles e logo começamos a teorizar esquemas de sobrevivência. Dizemos que ante as dificuldades da vida, ante o desemprego e ante o analfabetismo que a muito mais não permite, os nossos jovens, milhares, olharam para a cidade e resolveram ajudar os luandenses. Ajudam as pessoas (mais os automobilistas) que perdem horas no trânsito sem poderem parar para ir às compras.

Não temos montras nas ruas.

Como comunicar o que se tem no armazém para atrair clientes? O zungueiro facilita a vida dos comerciantes porque leva os produtos até ao cliente. São uma bênção para o cliente porque não tem de circular por Luanda, parado, ou quase isso. Ou seja, ir às compras em Luanda é o inferno. O zungueiro é o instrumento que serve de montra de tudo o que há e é o escoador dos produtos importados. DVDs, cabides, canas de pesca, pesos para musculação, colchões de água e de ar, mangueiras, rádios, medicamentos, peixe e carnes em conserva, preservativos, roupa de todo o tipo, sapatos, trens de cozinha, serviços de mesa, banheiras de recreio, peças para automóveis, aspiradores, etc. Tudo nos chega pela janela do carro adentro enquanto se circula a passo de carnaleão pelas ruas de Luanda. Não se trata de duas ou três avenidas, são praticamente todas.

Os próprios zungueiros dizem que se dedicam a esta actividade para não roubar. E ficamos todos com a consciência tranquila. O automobilista compra no trânsito e ajuda um pobre rapaz que assim ganha o pão do dia.

O comerciante fica feliz porque o seu produto é escoado (os zungueiros não importam) e o rapaz tem um lucro de cinquenta ou duzentos kwanzas que significam uma venda.

Olhamos para este cenário e pensamos quão imaginativos e desenrascados são os angolanos. Mas há muito mais para além do desenrascanço aparente. O que há é um crescendo de zungueiros na rua e cada vez mais velhos, homens de barba rija. Este é um sinal para o qual se deve fazer a maior atenção.

E não se diga que os angolanos são preguiçosos. Não há preguiça que aguente todo um dia debaixo do sol, pelas ruas, em busca do pão para a boca (há estudos sustentados por este esforço).

O que se deve aprender é que alguma coisa deve ser feita, dando mais formação profissional e fazendo mais para fixar as pessoas no campo e no interior. Ou teremos, a cada ano, uma crescente de zungueiros nas ruas, apesar do nosso cres-

cimento económico. Isso significará que estes milhares de jovens, não participam no esforço do crescimento, isso significa também que não poderão gozar dos benefícios. A isso se chama exclusão. Não pode haver nada mais perigoso para a estabilidade de um país.

### 3.17 Taxista temem desemprego

*Semanario Folha 8  
23 de Outubro de 2010*

A preocupação sobre possibilidade da decisão governamental de limitar a importação de carros usados poder fedar os serviços de táxi, num futuro médio, manifestada recentemente pelo Folha 8, está de facto a desassossegurar tanto os proprietários como os motoristas dos azuis e brancos.

A referida preocupação é manifestada numa carta enviada para o FS, na qual os subscritores defendem a necessidade de o Governo pensar na possibilidade de abrir excepções à importação de carros importadores para o referido fim “ou pensar na criação de créditos destinados para este fim.

A razão da inquietação está patente nas estradas, pois a maioria parte dos carros que circulam indicia ter chegado ao solo angolano com mais de três anos de fabrico e de uso. Em virtude de os “candongueiros” continuarem a assegurar os serviços dos transportes públicos, algumas vozes alheias ao negócio corrobora com a necessidade de o Governo analisar o caso.

Existem vozes a defender que, por serem para fazer serviços de transportes públicos, os carros importados para este serviço devem estar em melhores condições técnicas” como frisou a economista Paula de Carvalho; em contra partida, acrescenta, “as pessoas que apostam nestes serviços deveriam gozar de outros benefícios como os créditos ou ainda nos impostos a serem pagos”.

A constatação e a conversa com empresários de táxi permitiram concluir que a maior parte dos carros que fazem serviço de táxi foi importando com mais de dois anos de fabrico, com mais de 100 quilómetros e custarem entre 7 de 10 mil USD.

Em contrapartida, os carros da mesma marca com menos de três anos de fabrico são vendidos em média com 50 mil quilómetros e a 17 mil dólares.

Taxistas continuam a especular

Apesar de se ter fixado o preço de 100 Kwanzas que há muito era reclamado, os taxistas da capital do País continuam, especular, cobrando o referido valor para metade da corrida e o dinheiro para a viagem por completa. Por exemplo, os usuários da rota congolezes. – Mutamba (uma das mais referenciadas) são obrigados a pagar pela mesma 200 Kwanzas e 100 se ficarem antes do meio da viagem e são avisados pelos cobradores assim que sobem. “Zé Pirão 100 kwanzas... Mutamba 200”.

Enquanto isso, em Benguela, os taxistas paralisaram as actividades para exigir o aumento do preço de 50 para 100 Kwanzas, no interior da província é de 100 para 150 nas ligações intermunicipais. A paralisação terminou depois da intervenção do empresário e político Bento Kangamba que negociou com eles e pagou 400 dólares para os taxistas que continuassem a trabalhar, enquanto decorresse as negociações.

### 3.18 Taxista ‘atacam’ Cruz Neto

*Semanario Folha 8  
23 de Outubro de 2010*

O pátio do Governo Provincial de Benguela foi palco de confrontos entre agentes da Polícia de Intervenção Rápida e taxistas que se manifestavam contra a subida dos preços dos combustíveis, recentemente decretada pelo Executivo Central.

A marcha dos taxistas manifestantes começou na paragem da Cruz Vermelha “Rotunda”, estendendo-se pelas ruas da Repartição Fiscal, Comando Provincial da Polícia Nacional de Benguela, Polícia Económica, Administração Municipal e Direcção dos Transportes. Em retaliação à medida do Executivo Central, o preço do transporte (táxi) subiu para 150 Akz. No interior da cidade de Benguela, o preço do táxi, vulgo candongueiro é de 100 Kwanzas (Akz). “Quem acha que deve pagar 50 espera o carro do governador Armando da Cruz Neto ou do Presidente da República, José Eduardo dos Santos”, desabafou Manuel Viera Sapalu, jovem taxista que apesar de apanhar alguns porretes continuou a protestar energicamente. Israel Samalata e Lufendo Na altura da manifestação, o governador Armando da Cruz Neto encontra-se ausente do Palácio Provincial, segundo fontes contactadas no local, o confronto entre Polícias de Intervenção Rápida (PIR) e taxistas durou, pelos menos, cinco horas, resultando da tentativa de paralisação dos serviços de táxis nas cidades de Benguela, Lobito e outros municípios.

#### Declarações dos Taxistas

Em declarações à imprensa, Pelé disse estar há 22 anos neste serviço, quando começou segundo contou, cobrávamos 25, depois 30, mais tarde passou-se para 50 até então e agora, com a subida dos combustíveis, preferimos cobrar 100 Kwanzas. O que governo deveria aumentar o salário dos trabalhadores da função pública, para não haver desproporção entre taxistas e passageiros.

Nas províncias do Huambo, Huíla e Luanda, os taxistas alteraram os preços. É preciso que as autoridades de benguelenses tenham em consideração tais particulares.

Para o taxista João Domingos do Lobito, que faz a rota

Africano – Restinga, antes deveria haver uma reunião entre taxistas à semelhança do que passou em Luanda, a fim de se evitar a desorganização.

#### **Autoridades Locais**

O director dos transportes e o vice administrador Municipal do Lobito, trocaram impressões com os manifestantes e ficou acordado, o encontro com a Associação dos taxistas, para a devida negociação. Daí que mesmo sem acesso às conclusões do encontro dos associados. Os taxistas estavam, reunidos, a 20.10.2010, na cidade do Lobito, Ponta da Restinga, com o objectivo de terminar com o diferendo, uma vez que a respectiva cidade portuária viveu sob constante conflitos entre Polícias e Populares.

#### **Intervenção de Policia Nacional**

Na rota Benguela – Baia-Farta, as agitações foram as mesmas. Os táxis ficaram sem circular até às 9 horas da manhã, altura que o Comandante Municipal da Policia de Benguela, Gabriel Kapuso, apareceu com cinco agentes fardados e três à paisana. Neste domínio, já havia Polícias de Intervenção Rápida (PIR) pelas artérias da cidade.

Para o Comandante Municipal da Polícia Nacional do Lobito, José Liberal Cordeiro, a manifestação é normal. O anormal é que eles façam vandalismo na via Pública. “Já apelamos à calma e à ordem e todos os taxistas acatarem, isto é fundamental para salvaguarda a ordem e a tranquilidade”, disse.

### **3.19 Vendedores Reclamam Ausência de Clientes**

*Semanário A Capita*

*16 a 23 de Outubro de 2010*

A “fúria” das vendedoras obrigou a ministra a uma visita relâmpago, para desvençar-se da multidão que se acercava da sua caravana com rostos carregados e a entoar cânticos nostálgicos, com mensagem de algum desespero, pela situação por que se vêm, agora, obrigadas a passar.

Para a manutenção da segurança, a Polícia que escoltava a caravana ministerial, teve que contar ainda com o apoio dos fiscais do mercado, que, a muito custo, formavam, de forma a garantir a segurança da mesma, tal era o desejo dos vendedores fazerem ouvir os seus lamentos. Uma das grandes inquietações dos vendedores, segundo Maria da Conceição Sassamba, era que outros mercados, como do Kikolo, Pombinha e outras pracinhas, no Sambizanga, fossem também retirados dos seus locais, assim como foi o caso do Roque Santeiro, uma vez que têm contado com um número exíguo de clientes, que

acabam por “ficar presos” nessas mesmas praças.

De acordo ainda com a mesma, há espaço suficiente no Mercado do Panguila, para acolher as vendedoras que, eventualmente, venham a sair dos mercados já supracitados.

Outro dilema dos vendedores, passados 41 dias desde a entrada em funcionamento daquele Mercado, tem a ver com as vias de acesso, que se apresentam degradadas nalguns troços e afuniladas, noutros.

«O nosso maior problema é que não temos clientes. Eu, por exemplo, vendo carne e há dias tive que me desfazer de duas caixas, porque acabou por estragar-se», lamentou Sassamba, para quem o Panguila tem andado totalmente às moscas.

Francisca Augusto, que vive no Sambizanga, reclama do facto de gastar, diariamente, só em transporte, sem contar com a alimentação, mais de 700 kwanzas. “Nos dias em que não vendo, sou obrigada a mexer na reserva que tenho em casa», queixou-se ao mesmo tempo que se mostrou preocupada também, tal como as outras companheiras, com o mau estado da estrada o engarrafamento, a localização do mercado e a gritante ausência tirar acabar com as pracinhas, para que esta fique cheia. Só assim vamos ter clientes, além de que a distância está a afugentar as pessoas», sugeriu.

Dona Isabel sai todos os dias do Sambizanga às cinco horas da manhã, mas só perto das 10 dá entrada ao mercado do Panguila. É assim todos os dias. “A culpa é do engarrafamento», aponta, sugerindo que, antes do governo realizar a transferência», o sensato seria organizar a estrada e, posteriormente, colocar em circulação uma linha-férrea e mais autocarros. Nesses tempos de grandes dificuldades, segundo a mesma, em que a falta de transporte é gritante, não raras as vezes abandona o mercado a pé até ao bairro da Vidrul, onde consegue um táxi, que a leva à casa, no bairro Uíge, onde, ao que disse, apenas chega por volta das 22 horas.

“As pessoas evitam deslocar-se para estas bandas, devido à distância. Mesmo aquele que quer vir aqui, terá que gastar com o transporte, que não fica menos de dois mil kwanzas e acaba por não comprar quase nada”, referiu. Paulina Tomás leva também as mãos à cabeça, ao reconhecer que “está muito difícil fazer negócio neste mercado».

Resultado: os vendedores enfrentam dificuldades, para sustentarem os filhos, pois passam vários dias sem venderem num mercado, onde, disseram em tom de ironia, “a única coisa que lucra é a beleza» da sua infra-estrutura.

A ministra reconheceu que aquela manifestação, sobretudo das vendedoras, é fruto de algumas preocupações. “É importante que dêem a conhecer as suas preocupações e, sabemos, que toda a mudança impõe sempre uma resistência. As pessoas não se adaptam imediata-

mente às mudanças. E com o tempo, daqui a dois ou três meses, quem passar pelo Panguila

### **Vendedores Pagam Banco todas as Semanas**

A grande maioria das vendedoras do mercado do Panguila não têm a cultura de frequentarem os bancos, com objectivo de se inteirarem das modalidades, não só de depósito, mas também da política de crédito das diferentes instituições bancárias a operarem no país.

Providas de baixos recursos académicos, muitas delas chegam a pagar 100 kwanzas em troca do preenchimento do recibo bancário. É que, vendendo ou não, dentro da nova política do mercado, são obrigadas a pagar, semanalmente, 700 kwanzas aos bancos ali instalados.

Por esta razão, segundo Francisca Augusto, também vendedora, é que pessoas com lugares no Panguila, bem como aquelas que vendem no mercado do Kikolo, são vistas a efectuarem pagamentos semanais junto dos bancos, como se estivessem a vender, como uma forma de garantirem o seu lugar. “Não estamos a conseguir vender, mas os pagamentos no banco já começaram. É que sem o recibo do banco, você não vende e ainda recebem teu o negócio, mesmo sabendo que não temos onde tirar dinheiro, quando não se está a vender, lamentou.

É desejo de Maria da Conceição Sassamba que os armazéns localizados no Hoji-Ya-Henda e São Paulo sejam tirados dos seus lugares habituais, para que proprietários venham gerir os armazéns construídos junto ao mercado do Panguila que, em contrapartida, os homens armazéns não vendam produtos a

Uma vendedora, que falou sol mato, referiu que o acesso aos armazéns tem estado bastante complicado, visto que quem pretender investir neste sector no novo mercado tem de desembolsar 250 dólares americanos mensais, para ter acesso às chaves dos mesmos, mas aqui passando de proprietário à locatário, mesmo não tendo sido indemnizados, após verem privados daquilo que lhes era por direito.

## 4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS & TRANSPARENCIA

### 4.1 Relatórios do OGE nunca avaliados pelos deputados

*Semanario Novo Jornal  
1 de Outubro de 2010*

Os relatórios de execução do orçamento geral do estado (oge), pelo governo, nunca foram avaliados pelos deputados à assembleia nacional desde que começou a actual legislatura que resultou do pleito eleitoral de 2008.

No exercício do terceiro ano legislativo deste órgão, os parlamentares esperam que o presidente da assembleia nacional, António paulo kassoma, agende a apreciação destes documentos que espelham a forma como o executivo gere o OGE.

Alguns deputados (incluindo os do mpla) entendem que é legítimo questionar o governo de acordo com a legislação vigente.

“A importância dos deputados interpelarem o governo sobre a prestação de contas está em fornecer subsídios a este para controlar os bens públicos e administrar a despesa e o pagamento das dívidas públicas com transparência”, disse um deputado da oposição.

Na opinião dos parlamentares, o rigor pela prestação de contas ajuda a gerar importantes contribuições ao processo democrático, mediante o debate e a crítica construtiva das acções governamentais voltadas à implementação do bem comum. Recentemente, a unida deu o mote à indignação da oposição a um despacho exarado pelo presidente da Assembleia nacional, António Paulo kassoma, que “suspende temporariamente” a realização de qualquer acção fiscalizadora das actividades do executivo.

No despacho, kassoma argumentava que essa decisão se deve à “urgente necessidade de conformar a acção fiscalizadora do poder legislativo, relativamente à actividade do poder executivo, aos novos dispositivos legais”.

Alegou ainda o facto de estar em curso a elaboração de um instrumento legal, que estabelecerá o quadro normativo para o exercício, de modo eficaz e eficiente, da acção fiscalizadora da assembleia nacional.

Paulo kassoma, que “suspende temporariamente” a realização de qualquer acção fiscalizadora das actividades do executivo.

No despacho, kassoma argumentava que essa decisão se deve à “urgente necessidade de conformar a acção fiscalizadora do poder legislativo, relativamente à actividade

do poder executivo, aos novos dispositivos legais”.

Alegou ainda o facto de estar em curso a elaboração de um instrumento legal, que estabelecerá o quadro normativo para o exercício, de modo eficaz e eficiente, da acção fiscalizadora da assembleia nacional.

### 4.2 Verdades contra verdades

*Semanário Angolense  
2 de Outubro de 2010*

Cabinda é uma das províncias mais atribuladas do país a semelhança das Lundas, com uma particularidade: as Lundas debatem-se com relevantes querelas secessionistas, enquanto Cabinda esgrime o argumento de uma independência. No entanto, os dois povos no meio das suas reivindicações políticas convergem num pressuposto atenuante: ambos reclamam por uma redistribuição mais equitativa e abrangente dos recursos locais, supostamente como um dos requisitos apaziguadores. Diamantes e petróleo, não servem os interesses dos respectivos povos. Apesar de tudo, comparativamente aos Lundas, os cabindenses parecem privilegiados a julgar pelas infra-estruturas e o nível socioeconómico dos residentes. Contudo, isto não é be sem consequências e danos colaterais a mistura. Dirigentes que são indicados a administrar os destinos destas localidades, são quase sempre acusados de desvios e má gestão. Esta situação em Cabinda é recorrente, facto que tem provocado fricções e SI trocas de acusações entre as equipas que se sucedem na governação. A dívida de Cabinda e supostos desvios dos dinheiros adstritos a reconstrução da província já foram aqui referenciados, com piropos dirigidos ao ex-governador Aníbal Rocha, pelos simpatizantes de Mawete João Baptista, manifestamente lesados por acusações que lhes são dirigidas. Refutando e para consubstanciarmos argumentos, os maweteanos exibem elementos técnicos para desmontar aquilo que designam como -denúncias caluniosas. Para esses, dívida pública é classificada ao nível do MINFIN consoante contratos de créditos financeiros aplicados em determinado programa, cujas obrigações não tiveram cumpro por razões técnicas operacionais ou pela natureza do próprio que não reverte contrapartida auto financiamento.

Para o Ministério das Finanças, tecnicamente é isto que constitui dívida. As restantes obrigações financeiras que ocorrem durante o exercício económico nas programações não foram alocadas neste período são consideradas atrasadas, que, as unidades orçamentais d as canalizar logo no fim do ar MINFIN para serem pagas no do ano seguinte, verbas programadas para província de Cabinda durante os últimos três anos foram alocadas.

Neste mesmo período, e tal como tivéramos feito referência, o MINFIM, através do BESA cedeu à província um financiamento adicional de 300 milhões de dólares,

para que fossem implementados os programas locais. Pelo que se sabe, esse dinheiro acabou por desaparecer, facto que deixou em abandono várias obras já contratadas e com início de execução financeira e física. Segundo fontes contactadas, estas explicam que isso fundamenta a razão pela qual o MINFIN não consegue pagar a respectiva dívida.

O mais grave, ainda aludindo as mesmas fontes: “os promotores dessas falcatruas todas, apontados que são Aníbal Rocha e seus coadjuutores, pretendem enganar os menos esclarecidos que desinformados ousam acusar o actual Governador de culpado. Para os interlocutores, quem os praticou deveria justificar as razões que levaram ao porquê de não se ter pago as obras e outros serviços contratados com avultados orçamentos alocados à província que excede mais de um bilhão de dólares nos últimos 8 anos só para o Governo provincial de Cabinda, sem contar os investimentos dos Órgãos Centrais aplicados na província.

Veja-se que até o Comité Provincial do MPLA em Cabinda está dissociado por ter envolvido todos seus militantes mais proeminentes em negócios que nem os pagou, e neste momento é um outro prato quente dentre os demais que envenenam o ambiente nas terras de Mayombe.

Até prova ao contrário e de acordo com vários analistas, a técnica usada pela equipa de Aníbal Rocha é frequente entre muitos responsáveis do Governo que, beneficiando da vil política de protecção partidário, nunca são responsabilizados em nada e de nada. Eis uma das razões que levaram o Presidente da República ter confiado e mantido até ao momento Mawete João Baptista no cargo de Governador, de Cabinda, valendo-se do seu perfil considerado de harmonia com os anseios da população, que aliás sempre norteou os ideais do MPLA antes e depois da independência. Para outros, a complexidade que destaca Cabinda como uma sensibilidade, considerando a perplexidade que envolve seus habitantes, não pode de maneira nenhuma dispensar uma personalidade da índole de um Mawete que reivindica fidelidade e integridade aos princípios do MPLA original, alicerçado na máxima: primeiro é o povo e um equilíbrio para as elites.

### 4.3 Dívida Pública nacional no bom caminho

*Jornal Económico (O País)*  
15 de Outubro de 2010

O Peso da dívida pública do governo angolano (governo central) sobre o PIE é um dos menores no contexto africano. Dados referentes ao período 2002-2007, publicados pela OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, mostram que somos,

entre os 14 países africanos analisados, o 62 país no que respeita ao peso da dívida pública em percentagem do produto interno (PIE), apresentando mesmo uma posição mais favorável que a África do Sul, a maior economia do continente.

Em melhor posição que Angola, cuja dívida do governo central representava, em 2007, 24,3% do PIE, encontram-se Moçambique (1,6%), Uganda (11,2%), Nigéria (11,4%), Tanzânia (15%), Camarões (17,1%) e Namíbia (22,5%).

De salientar, entretanto, o facto de este indicador vir decaindo significativamente, no nosso caso, desde 2003, apresentando actualmente um valor muito mais interessante que o constante da análise da OCDE.

Estes elementos são retirados de um estudo preliminar elaborado pela OCDE sobre o endividamento dos governos africanos e que preceia a publicação, pela organização, de um Anuário Estatístico da “Dívida dos Governos Africanos” (relativo ao governo central), documento cuja relevância é associada ao facto das necessidades de endividamento dos governos africanos serem, cada vez mais, satisfeitas pela emissão de instrumentos de dívida transaccionáveis.

Esta primeira abordagem do assunto pela OCDE é assinada por Blommestein Hans, chefe da Administração da Dívida Pública e da Unidade de Mercado de Títulos na OCDE e Thor Saari, assessor externo da organização para o projecto relativo à relação entre a gestão da dívida pública africana e o mercado de títulos.

#### **A responsabilidade dos gestores de dívida**

A OCDE lembra, neste documento preliminar, que as principais responsabilidades dos gestores da dívida pública incidem sobre a emissão de instrumentos de dívida para satisfazer as necessidades de financiamento dos governos ao mais baixo custo possível, assim como à gestão do stock de títulos de dívida, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma infra-estrutura de mercado eficiente, assegurando aos títulos governamentais uma maior facilidade de acesso ao mercado.

O documento lembra ainda que o tipo de instrumentos de dívida a ser emitidos e os valores a ser levantados, não dependem apenas do volume das necessidades de financiamento, mas também da liquidez dos vários instrumentos de dívida, das preferências dos investidores e, mais genericamente, do ambiente financeiro e macroeconómico. O sucesso na angariação de fundos através de instrumentos negociáveis dependerá de factores como o bom funcionamento e o acesso aos mercados primário e secundário (em particular o grau de liquidez dos mercados), e da presença de uma base adequada que favoreça o investimento.

Na perspectiva da organização todos os governos africanos, independentemente do respectivo nível de desenvolvimento, poderão vir a beneficiar com a aplicação das

práticas da OCDE. Uma boa estrutura para a gestão da dívida pública e desenvolvimento do mercado permitirá, segundo a organização, que os governos utilizem a poupança para financiarmos respectivos défices orçamentais incentivando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do mercado, obrigacionista em moeda local.

#### 4.4 Crédito ao Estado caiu para 35,98 por cento no I semestre

*Semanário Factual*

*16 a 23 de Outubro de 2010*

O crédito aos sectores de actividade cresceu actna dos 10 por cento nos primeiros seis meses, tendo passado de 1.363.131,16 milhões de Kwanzas em Janeiro para 1.511.596,62 milhões de Kwanzas em Junho, destacando-se o crédito a particulares que continuou a absorver a maior “fatia do bolo”,

No primeiro semestre do corrente ano o crédito de curto prazo representou em média mais de 60 por cento do volume do crédito concedido, enquanto o crédito de médio absorveu menos de 40 por cento.

Tal tendência reflecte algum desequilíbrio já que a maioria do crédito se destina a particulares e ao comércio. Ao longo do parceiro semestre de 2010 cinco bancos, nomeadamente o Banco Africano de Investimentos (BAI), o Banco de Fomento Angola (BFA), o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o Banco Espírito Santo Angola (BESA) e o Banco Internacional de Crédito (BIC) concentraram mais de 70 por cento do volume de crédito concedido pela Banca.

Em 2009, segundo o relatório da Deloitte Angola, denominado “Banca em Análise”, divulgado recentemente, o crédito à economia passou de 430 mil milhões de Kwanzas para cerca de 770 mil milhões de Kwanzas, o que corresponde a um acréscimo na ordem dos 79 por cento, sendo que o total do crédito atingiu 2.229 mil milhões de Kwanzas contra 1.643 mil milhões de Kwanzas no fim de 2008. Os particulares representaram 42 por cento do total de crédito, seguindo-se o comércio que absorveu 31 por cento e a construção 14 por cento.

#### 4.5 Estudo Certifica transparência no OGE

*Semanario Novo Jornal*

*22 de Outubro de 2010*

Um estudo divulgado recentemente, em Luanda, e orientado por especialistas independentes revela que o Governo de Angola melhorou significativamente o acesso dos cidadãos à informação orçamentária ao longo dos últimos dois anos. De acordo com o relatório bi-anual, o estudo denominado “Orçamento Aberto

2010”, certifica o aumento da pontuação dos níveis de transparência de 4 pontos em 2008 para 26 este ano.

Para esta pesquisa, foram avaliados 94 países, 74 dos quais não respondem aos padrões mínimos de transparência e responsabilidade quando se avalia os seus orçamentos públicos. Sendo assim, apenas 20 países divulgam informações significativas sobre os seus orçamentos. Os piores A listagem coloca entre os piores, em termos de desempenho, países como Arábia Saudita, China, Guiné Equatorial, Senegal e o Iraque, pois fornecem pouca ou até mesmo, em alguns casos, nenhuma informação aos seus cidadãos sobre como o Governo gasta o dinheiro público.

“Nós parabenizamos o Governo angolano por este passo significativo na transparência e prestação de contas, que é uma importante medida do progresso para um sistema orçamentário nacional que engaje os seus cidadãos e seja receptivo a eles”, afirmou o secretário-geral da Comissão Episcopal de Justiça e Paz da CEAST, o Padre Belmiro Chissengueti.

A iniciativa, que é da Parceria Internacional de Orçamento apresenta-se como uma única avaliação independente, comparativa e regular da transparência orçamental e prestação de contas a nível internacional.

“Uma maior transparência possibilita melhor supervisão, melhor acesso ao crédito, melhor escolhas políticas e melhor prestação de serviço”, disse o director da Parceria Internacional de Orçamento, Warren Krafchik. O especialista indicou a Nigéria como um exemplo de falta de transparência orçamental e, o outro lado, apontou o México como um caso em que o acesso à informação orçamental permite que fazendeiros sem recursos recebam subsídios destinados a eles, anteriormente desviados para outros fazendeiros.

#### Critérios

A Pesquisa do Orçamento Aberto usa critérios internacionalmente reconhecidos para dar a cada país uma pontuação de transparência numa escala 100 pontos, chamada de índice ao Orçamento Aberto. Apesar da falta geral de transparência orçamental a nível internacional, a Pesquisa do Orçamento Aberto 2010 revelou uma melhoria em média de nove pontos entre os 40 países que foram avaliados.

Algumas das melhorias mais significativas vieram de países com baixas pontuações anteriores, como a Mongólia e a Libéria, que mesmo que ainda não satisfazam as melhores práticas, registaram melhorias significativas ao longo do período em análise.

A boa notícia é que todos os governos – não importa os seus níveis de renda ou sistemas políticos ou dependência de ajuda – podem melhorar a transparência e a prestação de contas rapidamente, com muito pouco custo ou esforço adicional publicando online todas as informações orçamentais que já produzem, convidado o público

a participar no processo orçamental’, afirma Krafchik. Em longo prazo, os analistas pretendem que a comunidade internacional estabeleça um conjunto de normas globais para a transparência orçamental. Algumas dessas normas poderiam codificar princípios e directrizes amplamente aceites com relação à transparência e fornecer para as organizações da sociedade civil, impregna e os parlamentos uma poderosa ferramenta para avançar melhorias nos países.

Contudo, a Parceria Internacional de Orçamento colabora com a sociedade civil pelo mundo inteiro para usar análise orçamentária e defesa como uma ferramenta para melhorar a governação eficiente e reduzir a pobreza. Sendo assim, no país, aquele organismo tem parceria com o Sector de Justiça Económica da Comissão Episcopal de Justiça e Paz, um organismo da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST).

## 4.6 Deputados votam a cegas o Oge

*Semanario Agora*

*23 de Outubro de 2010*

Desde a sua eleição em 2008, aquando da realização das últimas eleições legislativas, os deputados da Assembleia Nacional (An) têm vindo a trabalhar cegamente, sobretudo no que respeita à aprovação do Orçamento Geral do Estado (Oge).

O facto foi revelado esta semana durante as jornadas parlamentares do MPLA, cuja tónica dominante foram as finanças públicas.

O encontro, cujo objectivo visou preparar os deputados no sentido de melhorar as suas intervenções durante a aprovação e fiscalização do Oge, foi peremptório em afirmar que muitos parlamentares não dominam os mecanismos de elaboração do documento, bem como as formas como têm sido geridos os bens públicos, razão pela qual se tem verificado falhas, omissões, insuficiência de informações e, até mesmo, desconhecimento por parte dos deputados quanto às etapas da sua elaboração. O encontro recomendou às unidades orçamentais interdependência na elaboração, execução e fiscalização do Oge para que haja maior transparência nos dinheiros públicos.

De acordo com o chefe da bancada parlamentar do MPLA, ninguém pode fazer uma boa fiscalização sobre algo que não conhece.

“Nós entendemos que antes de passarmos para o apuramento de novos mecanismos de controlo e fiscalização deste instrumento seja preciso que os deputados do MPLA manejem bem os instrumentos que hoje dominam e regulam o processo de gestão financeira do país”, disse Virgílio de Fontes Pereira.

A acção formativa surge um mês depois do presidente da An ter anulado o despacho emitido em Agosto último,

suspendendo a inspecção, por este órgão, da acção do Executivo.

Na altura Paulo Kassoma argumentava que a decisão se devia à “urgente necessidade de conformar a acção fiscalizadora do poder legislativo, relativamente à actividade do poder executivo, aos novos dispositivos legais”.

Alegou ainda o facto de estar em curso a elaboração de um instrumento legal, que” estabelecerá o quadro normativo para o exercício, de modo eficaz e eficiente, da acção fiscalizadora da Assembleia Nacional”.

No entender da UNITA, o seu recuo resultou da pressão exercida pela oposição e por todos que consideraram a medida como sendo inconstitucional.

No recente despacho Kassoma diz que a sua anterior decisão “visava tão-somente procurar maior eficácia e racionalidade na actuação dos deputados”.

No mesmo documento suspendeu as deslocações dos deputados às províncias” até serem garantidas as condições regulamentares e orçamentais para o efeito”, atitude considerada pelo “Galo Negro”, igualmente, de inconstitucional.

Até agora não há informações sobre a iniciativa da oposição visando capacitar os seus deputados sobre o Oge.

### **Ilegitimidade.**

O desempenho da actividade fiscalizadora da An sobre os actos do Executivo foi posto em causa pelo PR, em 2009, durante o seu discurso de Ano Novo. Desta vez são os próprios deputados, incluindo os do MPLA, que se questionam sobre o facto de nunca terem sido avaliados pelos parlamentares eis relatórios de execução do Oge, desde o início da actual legislatura, considerando tratar-se de uma atitude “ilegítima”.

De acordo com a legislação, os deputados devem questionar o Executivo de forma a contribuir para melhor prestação de contas.

## 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Projecto de impacto com elevados investimentos

*Jornal de Angola*  
7 de Outubro de 2010

Mais de 29 milhões de kwanzas foi aplicado este ano em projectos de impacto social na localidade de Cahombo, a nordeste da sede da província de Malange, no âmbito do Fundo de Apoio à Gestão Municipal.

De acordo com informações prestadas na segunda-feira pelo encarregado de obras da empresa “Militâm & Filhos”, Militâm Correia, do montante atrás referido, 27 milhões foram aplicados na reabilitação da sede da administração municipal e outros valores na edificação de um jango comunitário.

Foram ainda reabilitados o hospital municipal de Cahombo e alguns estabelecimentos de ensino, estando ainda a ser executadas obras de impacto social na sede da capital da província, em Kalandula e Kambundi-Katembo. Os trabalhos tiveram início em Outubro do ano passado e foram concluídas em Agosto de 2010, tendo gerado 27 novos postos de trabalho.

#### Fuga aos impostos

As viaturas ligeiras e pesadas que exercem actividade mercantil na província de Malange vão ser obrigadas a pagar uma taxa por este serviço ao Estado, anunciou ontem o director provincial dos Transportes e Tecnologias de Informação, António José de Beça Gaspar.

A medida surge para combater a fuga ao fisco, tendo em conta que aí grande parte dos taxistas transporta passageiros e cargas cobram valores altos e não tabelados, sem, contudo, pagarem contribuições ao Estado.

Nesta altura, de acordo o director provincial dos Transportes e Tecnologias de Informação, o sector está a fazer o levantamento de viaturas, oficinas, recauchutagens e outros estabelecimentos que exercem actividades lucrativas na província de Malange.

Beça Gaspar disse que esta acção vai permitir que se faça um controlo dos meios existentes, facilitar a sua legalização junto das instituições e obrigar os seus proprietários a pagar as contribuições junto das Finanças.

O director provincial dos Transportes e Tecnologias de Informação salientou ainda que o órgão que dirige elaborou um programa de visitas aos municípios de Cacusó, Calandula, Cangandala e Caculama, com vista a passar a mensagem aos administradores municipais destas localidades para facilitar o trabalho nas suas áreas de jurisdição.

### 5.2 Administrações recebem novos equipamentos

*Jornal de Angola*  
7 de Outubro de 2010

O Ministério do Urbanismo e Construção e o Instituto de Estradas de Angola efectuaram, ontem, em Luanda, a entrega de um lote de equipamentos ao Governo Provincial de Luanda. O acta está enquadrado no cumprimento da estratégia do Executivo em apetrechar as Administrações Municipais para responder às atribuições referentes à intervenção em obras comunitárias de pequena dimensão.

O Secretário de Estado da Construção, Joanes André, disse que os equipamentos vão aumentar a capacidade dos administradores e afligem as populações, sobretudo, devido ao aproximar da estação das chuvas. Lembrou que a entrega dos equipamentos vai na terceira fase.

Joanes André referiu que cada Administração Municipal deve evoluir para uma unidade técnica. A medida, referiu, inclui a adopção de verbas para manutenção permanente dos equipamentos e a admissão de um director técnico e um engenheiro mecânico em cada uma.

“Estamos a trabalhar num programa integrado na província de Luanda no âmbito da intervenção técnica e acreditamos que cada municipalidade fica capacitada para resolver problemas locais de terraplanagem simples e de drenagem das valas de escoamento”, disse.

Joanes André elogiou o estado de operacionalidade dos equipamentos entregues na primeira e segunda fase do programa de distribuição e informou que a gestão passa a ser feita com fundos próprios. Disse também que, o município que apresentar maiores necessidades para resolver problemas decorrentes das chuvas, saneamento básico ou de outran reza, tem o apoio dos outros municípios. O Secretário de Estado Construção sublinhou que o programa é contínuo e, posteriormente estender-se aos outros municípios do país. Advertiu que os equipamentos os estão identificados e os munícipes devem colaborar para a sua conservação. Constam dos equipamentos entregues, camiões, basculhantes e camiões cisternas de água carrinha com cabine dupla, tractores agrícolas, bulldozer, pa carregadora, motoniveladora e retro-escavadora.

#### Capacidade de intervenção

Apesar de aumentar a capacidade de intervenção, os equipamentos ontem entregues, não resolvem os problemas resultantes da época das chuvas em Luanda, admitiu o vice-governador da província para a área técnica. Bento Soito referiu que uma das situações que influenciam o mau estado das vias é o problema resultante da insuficiente drenagem, mas que o Executivo tem vindo a resolver num contexto mais abrangente.

Além de garantir a manutenção com um pacote financeiro financeiro e técnicos capacitados para a sua utilização racional, Bento S6ito salientou que o sistema de controlo

na utilização dos meios vai ser redobrado. “Penso que se tudo for feito nessa direcção vamos tirar maior proveito em benefício da província e as condições estão a ser criadas”, disse o vice-governador.

### 5.3 Higino carneiro substitui Francisca Espírito Santo

*Semanario Factual*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

De acordo com uma fonte do Factual, tendo em vista os futuros desafios da capital em matéria de ordenamento urbanístico, o chefe do Executivo precisa para governar a cidade uma personalidade muito rodada e com certo peso político, ou seja, alguém com “peito alto” para travar a desordem de generais e governantes.

Higino Carneiro já chefiou uma comissão de gestão para a cidade de Luanda nomeada pelo Presidente da República, antes de partir para a província do Kwanza Sul onde permaneceu quase quatro anos.

Dado o seu desempenho na terra natal, Carneiro foi chamado a dirigir o Ministério das Obras Públicas onde saiu recentemente para ocupar o cargo do vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA.

Entretanto, Mawete João Baptista, de acordo a fonte, deverá deixar Cabinda e poderá ser substituído pela actual governadora de Luanda Francisca Espírito Santo.

Serafim do Prado, de Kwanza Sul, e Ernesto dos Santos “Liberdade” do Moxico, poderão também ser exonerados.

O ministro do Turismo e Hotelaria, Pedro Mutindi, é apontado para governar a província da Huila, a fim de substituir Isaac dos Anjos.

### 5.4 O Associativismo esta a morrer

*Semanário Expansão*

*15 de Outubro de 2010*

Fundada há pouco mais de um ano, a UEESA resulta da descentralização e expansão do ensino superior nacional a que se assistiu nos últimos anos. Até então, a Universidade Agostinho Neto era a única pública no País e, como tal, os líderes associativos das mais diferentes faculdades públicas trabalhavam em conjunto, explica Yolanda de Sousa.

Com a criação de novas instituições de ensino superior, a UEESA surge como órgão repositório das preocupações da camada universitária estudantil (quer pública, quer privada). Actualmente, a União estudantil já subscreve oito universidades públicas e onze privadas. Em teoria, a organização deveria subsistir, sobretudo, de contribuições das associações de estudantes das diferentes universidades e faculdades afiliadas, que, de acordo com o estatuto da UEESA, têm de reverter à mesma 10% e 5%, respectivamente, do total de quotas pagas pelos seus membros.

Por outro lado, apesar de o estatuto da UEESA não estipular o montante, o mesmo prevê uma verba a ser atribuída pela Secretaria de Estado para o Ensino Superior.

No entanto, “desde o arrendamento à manutenção das instalações, liquidação de contas de água e luz, da instalação eléctrica à pintura, a UEESA é fruto do esforço pessoal de alguns dos líderes associativos que compõem a organização”, explica a presidente, acrescentando que outra situação premente diz respeito ao espaço alugado, cujo contrato expira em Novembro sem que haja fundos para renovação.

#### Um círculo vicioso

Segundo a responsável, o incumprimento das obrigações das associações de estudantes para com a UEESA deve-se em parte ao círculo vicioso em que o associativismo nacional caiu.

Por um lado, os associados justificam o não pagamento de quotas com a imaterialização dos projectos propostos pelas associações. Estas, por sua vez, defendem que a execução da maioria dos projectos depende do apoio financeiro prestado pelos seus membros.

Quanto ao contributo por parte do órgão de tutela, Yolanda de Sousa refere que “está ainda em fase de negociações, dadas as mudanças que se registaram a nível do aparelho do Estado”.

“O associativismo está a morrer. Há associações que começam com mais de 20 membros, mas depois de um ano já só têm três”, afirma a presidente da UEESA, realçando que a falta de apoio não é apenas no campo financeiro.

A antiga presidente da Associação de Estudantes da Universidade Agostinho Neto explica que, por vezes, os choques de interesses levam a que as associações e os seus membros sejam encarados como oposição pelo corpo docente, não sendo feita a distinção entre o papel de estudante e o de associado.

“O resultado é que muitos abandonam as associações com receio de serem prejudicados a nível académico. Noutros casos, os estudantes aderem, mas, quando se apercebem de que não há fins lucrativos, desistem.”

Por outro lado, aponta ainda a responsável, os próprios regulamentos das instituições não prevêem prorrogativas e, dado o grau de exigência, a partir do 3º ou 4º ano, os associados, e em partilha: os líderes, vêem-se obrigados a sacrificar o associativismo em prol da sua formação.

#### Projectos em carteira

Como resposta à falta de segurança nas ruas da cidade capital e escassez de transportes públicos disponíveis durante o período nocturno, a organização está a negociar com a empresa de Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL) a abertura de um serviço que, entre as 18:00 e as 00:00, e a um preço subvencionado, atenderia exclusivamente à comunidade estudantil. De acordo com a presidente da UEESA, a negociação está já numa fase avançada, pelo que se prevê que até ao final do primeiro

trimestre do próximo ano o serviço tenha sido inaugurado. Outro dos objectivos perseguidos pelo órgão é a subvenção de preços de livros académicos e a realização de uma feira de educação e ciência que permitiria às universidades darem a conhecer os seus produtos e as habilidades dos seus alunos. Evento este que estava previsto para este ano mas que, devido à falta de apoio, com excepção do BPC, teve de ser protelado.

A organização está ainda a tentar estabelecer uma parceria com o Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE) com o intuito de servir como ponte de divulgação, promoção e recolha de candidaturas para bolsas internas e externas disponibilizadas pelo instituto, “que por vezes não são devidamente divulgadas nas universidades”.

## 5.5 Administração do Território estuda divisão administrativa

*Jornal de Angola*  
19 de Outubro de 2010

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, garante que estão ultrapassadas as dúvidas e incompreensões que existiam em relação às divisões políticas administrativas das províncias de Luanda e do Bengo.

Em entrevista a Rádio Nacional de Angola (RNA), Bornito de Sousa disse que o dossier continua em estudo e “em tempo oportuno pode ser submetido aos órgãos competentes do Estado”.

“Não creio que haja grandes dificuldades. Houve, inicialmente, alguma incompreensão. Contactámos as populações e os seus representantes nas várias localidades e “neste momento o dossier está em estudo. Oportunamente vai ser levado à consideração dos órgãos com competência para decisão”.

Num encontro com a sociedade civil, em Maio deste ano, em Benguela, o ministro Bornito de Sousa, afirmou que o processo de reorganização e divisão administrativa, curso no país, vai abranger todas as províncias e municípios onde se justificar essa medida.

Referiu que o programa de reorganização e divisão administrativa visa criar serviços que possam, rapidamente, resolver os problemas das comunidades. Na entrevista que concedeu à RNA, Bornito de Sousa desdramatizou a polémica sobre a demolição de residências no Lubango. Para o ministro da Administração do Território, o ideal é que as Organizações Não Governamentais e o Governo trabalhem juntos na sensibilização da população que insiste em construir em zonas de risco. “Este é um problema que já abordámos com os locais. Creio que não devemos olhar de uma só perspectiva. Numa reunião que tivemos com algumas Organizações Não-Governamentais, apelei para olharmos para as consequências. Devemos unir esforços Estado, sociedade civil e Organizações Não-Governamental no sentido de prevenir que as populações construam de modo

impróprio”, disse o ministro, sublinhando a necessidade de atacar o lado preventivo. “É lógico que quando se tratar de realojar as populações, há que fazê-lo com dignidade”.

## 5.6 Formação de quadros administrativos e uma necessidade permanente no país

*Jornal de Angola*  
20 de Outubro de 2010

A formação e qualificação de quadros da Administração Local é um desafio que deve ser assumido como uma necessidade permanente no país, afirmou ontem; em Luanda, o vice-ministro para a Administração Local, Graciano Domingos.

O vice-ministro falava na abertura das primeiras jornadas técnicas de formação, organizadas pelo Instituto de Formação da Administração Local (IF AL), com o objectivo de definir uma estratégia comum para a selecção e avaliação dos formadores.

Um processo de desconcentração administrativa bem conseguido, referiu, permite uma boa transição para a descentralização administrativa ou autarquias locais. Segundo o vice-ministro, o Instituto de Formação da Administração Local deve ser a instituição de referência para a formação e qualificação de quadros da administração, ao mesmo tempo que deve promover a investigação científica, fornecendo ao Executivo propostas de melhores práticas de gestão local.

Graciano Domingos disse que a falta de reconhecimento dos cursos ministrados no Instituto de Formação da Administração Local no mercado de trabalho e no meio académico pode ser ultrapassada nos próximos tempos.

Sublinhou que a execução do plano estratégico para a desconcentração e descentralização administrativa no país decorre sem sobressaltos. Graciano Domingos informou que foi reposta a Administração do Estado em todas as localidades, existe livre circulação de pessoas e bens, e uma maior fixação das comunidades nas áreas de origem. “Todo este quadro apela à administração local do Estado para uma maior provisão de bens e serviços com vista à satisfação das necessidades colectivas públicas das comunidades” afirmou.

O vice-ministro fez também referência às reformas jurídicas que vão permitir a estabilização do processo de desconcentração administrativa e ao regime financeiro local que regula o financiamento das acções dos Governos Provinciais das Administrações Municipais.

Lembrou que a Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgão da Administração Local do Estado consagra aos Governos Provinciais às Administrações Municipais a liberdade de estabelecerem parceria público-privadas e celebrar contra tos programas com a Administração Central, inclusive propor a criação de empresas provinciais e municipais.

Graciano Domingos disse que este quadro só pode ser alcançado a introdução no mercado de quadros bem preparados, e a desconcentração dos que existem nos principais centros urbanos.

A falta de quadros a nível local, indicou, conduz a uma fraca capacidade de gestão técnica, administrativa, financeira, de acompanhamento e avaliação de programas de desenvolvimento. Temas como a “homologação dos cursos”, “uniformização dos programas de formação 2011”, “Integração dos formadores”, foram ministrados a entidades formadoras de agentes da Administração do Estado.

## 5.7 Carlos Teixeira Defende Desconcentração

*Jornal de Angola*  
21 de Outubro de 2010

Para que Angola possa atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, é fundamental que os municípios e comunas comecem a tomar decisões por si próprios, sobre questões como saúde, educação e criação de condições básicas para as populações, defendeu o jurista e docente universitário Carlos Teixeira, em conversa com o *Jornal de Angola*.

O professor de Direito Administrativo considerou que a descentralização e a desconcentração administrativas levarão a que Angola atinja rapidamente as Metas de Desenvolvimento do Milénio. “As questões da descentralização e da desconcentração são muito importantes para o desenvolvimento de que o país precisa e a perspectiva da democratização da nossa sociedade, porque é a nível das localidades que temos de começar a projectar e desenhar o desenvolvimento do país”, disse.

Carlos Teixeira, que falava a propósito do primeiro seminário internacional sobre descentralização em Angola, que decorre hoje e amanhã no auditório Maria do Carmo Medina, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, considerou que a transferência de competência decisória deve ser acompanhada de recursos financeiros, no quadro do desenvolvimento das tarefas preconizadas e a formação de quadros na perspectiva da criação de autarquias locais.

Disse que os resultados do seminário, promovido pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governança Local (CPPGL), da Faculdade de Direito da UAN, vão ser encaminhados para os órgãos competentes do Estado para a respectiva avaliação e implementação.

Segundo ele, depois do seminário, o CPPGL vai estudar o nível de satisfação das populações sobre a questão da saúde no quadro do Programa do Executivo que visa a oferta e melhoria das condições básicas das populações.

## 5.8 Académicos debatem processo de descentralização

*Jornal de Angola*  
21 de Outubro de 2010

O processo de descentralização e desconcentração em Angola vai ser avaliado hoje, em Luanda, durante os trabalhos de um seminário internacional, no auditório Maria do Carmo Medina na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho.

A directora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Gita Welch, e Raul Araújo, decano da Faculdade de Direito também estão na mesa de honra. Representantes do Executivo, deputados, governadores provinciais e diferentes parceiros envolvidos no apoio ao processo de descentralização e desconcentração abordam experiências e boas práticas para o processo de descentralização e gestão pública, a serem (seguidas pelas administrações municipais e futuras autarquias.

O primeiro seminário internacional sobre desconcentração pretende definir as linhas gerais para o quadro e dos municípios e autarquias locais, os instrumentos e directrizes de médio prazo que fixem as balizas de actuação para os processos de descentralização e desconcentração. Os conferencistas são Luís Nogueira, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Orlanda Rafael Duarte, directora nacional de Desenvolvimento Autárquico do Ministério da Administração Estatal da República de Moçambique, Jacob Massuangahe, docente de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, e Carlos Alberto Cavuquila, assistente da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Os promotores do encontro, que encerra amanhã, querem identificar os instrumentos de monitoria e avaliação no processo de descentralização e desconcentração. O processo a de descentralização e de reforço das capacidades de governação local é e considerado como condição essencial para a estabilidade política e para o desenvolvimento económico e social sustentável e para a redução da pobreza. A descentralização, prevista na Constituição da República, garante afectação de recursos financeiros a melhoria da mobilização dos recursos locais. Os promotores do seminário internacional justificam a aposta nos princípios democráticos de governação local, porque oferece grandes oportunidades à participação das comunidades locais no processo de governação inclusivo e desenvolvimento local e proporcionada aos grupos vulneráveis, especialmente às mulheres, a participação efectiva na tomada de decisões questões determinantes nas condições de vida. O seminário vai abordar temas como modelos comparados de Administração Local, o princípio da sub-similaridade e transferência das atribuições do Estado para as autarquias locais, processo de descentralização em Moçambique, a política do Executivo na descentralização em Angola, estratégia de descentralização e autarquias locais.

O seminário tem o apoio do Ministério da Administração do Território, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da UNITEL.

## 5.9 Censo populacional permite traçar novas estratégias de combate a fome

*Jornal de Angola*  
23 de Outubro de 2010

O censo populacional ajuda os governos a traçar estratégias viáveis para o combate à fome e à pobreza, em função do número de pessoas de cada comunidade, afirmou no Lubango o padre Jacinto Pio Wakussanga.

O padre Pio Wakussanga dissertou sobre o tema “Perspectivas de uma Angola nova no contexto de justiça, paz e pão para todos”, numa mesa redonda promovida pela Liga do Amigos da Filosofia (LAF) do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) do Lubango: O académico disse que o censo permite obter os reais indicadores populacionais, como a distribuição geográfica, faixa etária, género, nível académico, número de filhos por casais e os agregados familiares, índices de emprego e desemprego, sectores de actividades dos empregados e condições sociais. Perante uma platéia de estudantes e docentes, frisou que o estudo da estrutura da população faz com que os governos dirijam melhor as políticas sociais relacionadas com a habitação, educação, saúde, emprego e outras que visam o bem-estar da população.

“Os estudos demonstram que os países que conseguiram realizar o censo populacional encontraram o verdadeiro caminho para a erradicação da fome da pobreza. São exemplos em, África, países como Cabo Verde, África do Sul e Botswana”, argumentou. O Executivo angolano começou a preparar este ano o primeiro censo populacional em Angola.

## 5.10 O legado do Frei João Domingos e os demónios

*Semanario Angolense*  
23 de Outubro de 2010

Sinto-me uma gota no meio dum oceano, para redigir algo sobre a grandiosidade da personalidade aquele que foi em vida Frei João Domingos, porque os seus feitos ficarão lacrados e perpetuados por todo o tempo...

Nasceu a 09 de Agosto de 1933, na Serra de Terras, em Portugal, no seio de uma linhagem de camponeses e pastores. Tinha oito irmãos dos quais três morreram cedo. Deixou de estudar muito cedo, porque o seu pedagogo era um tirano, usando a violência para educar seus educandos, ignorando o princípio de “não à violência”. Aos seis anos, apascentou cabritos, ovelhas, durante dois anos, até

quando se apercebeu que o déspota se ausentara da aldeia, mostrando” que a violência não é um bom conselheiro para o ensino”, como aferiu Frei Mário Rui. Concluída a 4ª classe, foi-lhe indagado sobre o que gostaria de seguir no futuro, respondendo com humildade: “Quero ser Padre ou Professor, desde que não seja caro para os meus pais». Entre nós, já não bastam os filhos que elegem cursos de nobreza, desde a economia, petróleos, gestão de empresas, contabilidade, construção civil... e outros que matam seus pais para herdarem os seus pertences, ignorando a abnegação pelo trabalho e pelo estudo. Quem segue um curso, que tem a ver com amor ao próximo, como a Teologia, a Moral e Cívica, Educador Social, Assistente Social é considerado “persona non grata”, infecundo, retardado a distanciar, porque o que ferve nas mentes desses desumanos é o capital, o restante não faz sentido... Esses constituem grande obstáculo ao desenvolvimento nacional. Depois vêm com ladainhas de Pôncio Pilatos...” resgatar os valores morais? A Dra Pimenta de Encarnação é de opinião que “não houve perda de valores, o que houve é a destruturação familiar e logo entrámos na globalização». Os que deveriam passar o testemunho apegam-se ao poder, capital, sexo, bebidas espirituosas, viagens...fazendo destes os seus deuses. O Ser supremo, esse é ignorado, lembrando-se dele apenas quando se está à beira da tumba. Não bastam os discursos bancos, o que se pede aos nossos políticos, são acções para o bem-estar do povo. Só posso acreditar que irão resgatar vento, o restante é conversa fiada.

«O Serviço público ao dispor do cidadão», Frei João Domingos aprendeu o também no Canadá. Por cá, tirando as lesadas e não funcionais burocracias para se tratar um simples expediente noutros casos, não há assiduidade e pontualidade de labuta nas instituições. Cidadão, correndo o risco de apanha enfarte, isto se alguns ainda não apanharam, é desdenhado na sua própria corte, favorecendo a sina do suborno... Muitos funcionários vão para os locais e labuta assistir novelas, cumprir formalismos, enquanto os demónios estão ausentes do que presentes. Se os angolanos, beberem dos ensinamentos do Frei João Domingos, o funcionamento das instituições será melhorado. Barack Obama, quando esteve em África, disse: «África precisa de homens fortes, para e haja instituições fortes». Homens fortes não no sentido físico-biológico, mas sim no sentido humano, moral, intelectual virtuoso. Os que não conluam com as ideologias práticas de grupelho, é desdenhado até ao tutano. Um cego não pode guiar outro cego, é o que vemos em algumas instituições. «O amor pelo trabalho ganhou-o também nos EUA». Por cá, quanto mais férias e tolerâncias de ponto houver, tanto melhor será para os amantes dos “caldos”. Se o trabalho dignifica o homem, no nosso seio esta premissa é ignorada, e quem a procura seguir à risca, cortasse-lhe as pernas. Se muitas instituições fossem rigorosas, muitas famílias, por mês, ficariam sem os seus ordenados, por

causa dos atrasos e ausência dos trabalhadores. A meu ver, a improdutividade nos locais de labor, deve-se a factores como: localização geográfica, indivíduos que labutam em vários locais, congestionamento, ordenados paupérrimos, incapacidade intersectiva para o lorde que ostentam, ressaca das “imundícies” das festas, não assistência médico-alimentícia, escassez de organonímia integrada mente funcional.

O cúmulo para agrado desta sarrabulhada destemperada, é de os demónios adquirirem certidão de óbito para justificarem a sua ausência dos locais de trabalho, quando na verdade estavam no exterior do país a cuidarem dos seus negócios e amantes ou procurando fórmulas mágicas para engordar as suas contas bancárias!

“O amor que Frei João Domingos nutria pelas famílias», cultivou-o durante o tempo em que estava ausente dos seus familiares. Confúcio (551-479 a.c) afirmava: “para conhecermos os amigos é necessário passarmos pelo sucesso e pela desgraça. No sucesso, verificamos a quantidade, na desgraça a qualidade”. E há relatos de que alguns indivíduos, quando alcançam o nirvana, desligam, desviam ou trocam de números telefónicos, outros sentem alergia quando são indagados sobre seus antecedentes, caso ir insista, se não cortam as relações, socorre-se o risco de perder a vida., Frei João Domingos conhecia as pessoas de cor, algo que não está facilmente ao alcance de todo o ser mortal. Muitas famílias angolanas estão tão desestruturadas porque cada uma só quer visualizar o seu umbígo. Não se saúdam, não sentam antes e no final de cada dia, para fazerem uma reflexão sobre o sucesso e insucesso pelo quotidiano. Há famílias que nem uma Bíblia têm em casa, e se a têm está empoeirada, porque jamais a usaram, quem fala de Deus é “persona nom grata”. Iluminam e adoram vários deuses: dinheiro, Poder, sexo, ídolos, álcool. Frei João Domingos, na sua última homília em Angola postulou:« Aquele que aceita gastar a vida na educação de seus filhos, para que fiquem preparados para de futuro; que sacrifica o seu dinheiro de para o bem dos filhos a passarem fome, ou pô-los na rua..., o governante, que se sacrifica e se dedica a melhorar os problemas do povo e que se dedique a melhorar os problemas do povo e que se vive para o povo e que se vive para o povo, este terá amizade do povo e bênção de Deus. Se acatassem as lições deste grande servidor da vinha do Senhor, Angola e o mundo sairiam a ganhar. Quantos pais nunca compraram um livro para os seus filhos, alegando não terem capital para eles, mas para as amantes e as “imundícies” não faltam! Se os demónios, com o verborreio que propagandeiam pelos rossios, se colocassem ao serviço do povo, o índice de imoralidade não estaria tão elevado.

Os demónios quase fanicavam de infarte, quando Frei João Domingos se pronunciava sobre as podridões da nossa sociedade. Eles reagiam dizendo que “o papel dos sacerdotes é leve r as ovelhas ao rebanho do Senhor e não colocar-se na vida política».

Os demónios são os que se opõem à verdade e têm medo da palavra de Deus, porque julgam ser incomodados nos seus intentos. Frei João Domingos foi um grande crente e, como tal, legou-nos a não ter preconceitos perante a novidade histórica. De facto, deixava assombrados muitos dos que o ouviam pela sua evangelização que partia da realidade histórica em que vivemos.

Portanto, já lá vão os tempos em que os homens se encastelavam nas reflexões evangélicas sem referência aos homens históricos. Afinal somente a partir dos problemas concretos e imediatos dos homens reais se pode pensar numa pastoral autêntica da evangelização. Pois é esta realidade o ponto de encontro do homem com Deus.

Conforme ele dizia, “Jesus lutou pela justiça, pela verdade e sobretudo lutou pelo amor. A grande lei que nos deu é o amor... Servi, ajudai, educai!”.

Um pobre pregador da vinha do Senhor aceitou vir para Angola, sem temor dos demónios, dizendo: “Senhor, faz que eu ame este povo a que me envias». Frei João Domingos preocupava-se com a edificação do país, com a mudança das mentalidades, com a reconciliação nacional; os demónios não o entendiam e incitavam, a intriga entre os angolanos, causando fome, destruturação familiar, miséria, viúvas, órfãs (os), mortes, criado um pelo jeitinhos”, “esquemas”, gasosa, e de cartozinhas... Frei João Domingos, como cidadão português, fez-se cidadão do mundo na França, EUA, Canadá e em Angola... Foi o tesouro mais precioso que este País já teve, ao lado de alguns nacionalistas que lutaram pela soberania de Angola. Se em Angola, existem os Educadores Sociais (1984), Assistentes Sociais (20/04/2005) e o Centro Cultural Mosaico(1997), que luta pelos direitos humanos, deve-se a esse homem cujo desaparecimento físico os homens de bem lamentam e os medrosos da verdade festejam.

Frei João domingos deixava os seus aposentos para ir aconselhar, dando ouvidos, de corpo e alma, aqueles que precisavam e uma orientação espiritual... Não era necessário marcar audiência para quem fosse demónios exultam com o seu esclarecimento físico, porque os plebéus amais serão despertados com as ideias sapiensiais desse grande homem de bem que apelava; a justiça, igualdade, laz, fraternidade, solidariedade, amor ao próximo.

Para os demónios, as suas intervenções públicas chocavam com os seus interesses, porque quanto mais a população ficar no obscurantismo, tanto melhor será para eles se firmarem.

Sou da ideia do Senhor Justino Guilherme quando refere “que o africano só sai do poder quando aparece alguém que lhe dê um pau na cabeça». Ninguém olvida isto. E uns só largam o poder, quando saem do palácio para o cemitério.

Como referiu Albert Einsten à Mahatma Gandi que as gerações vindouras duvidarão se neste Planeta Terra teria passado um homem de carne e osso, assim os angolanos não duvidarão disto, porque a defesa entre ricos e os

pobres era a sua grande preocupação.

«O ser é e nunca deixará de existir». E sendo assim, o Frei João Domingos jamais deixará de ser para os autóctones desta terra.

À Ordem Dominicana formulou os votos mais vivos de que não deixe apagar-se a voz do Frei João Domingos. No espírito da Teologia do cristão, nos ajude a estar no mundo como serviço a Deus e encontro com Cristo; a estar no mundo para o libertar da sua perversidade e caducidade; e a estar no mundo como condição para ser eficiência na Igreja.

Aos homens do poder em Angola, formulo os votos mais vivos de que, animados do mínimo da boa vontade política, não deixem morrer o ICRA e o ISUP que, talvez não sendo escolas de fortunas, se tomem, no entanto, como escolas que contribuam a dizer aos angolanos o que são e em que direcção devem socialmente, pluriculturalmente, caminhar. Oxalá a voz do Frei João Domingos já mais deixe de brotar nos nossos corações e que os muitos filhos deixados, ergam bem alto aquilo que edificou com amor e muito sacrifício. O que marcou em vida não era o prestígio, mas sim o bem-estar dos “pequeninos”. Segundo Frederich Engels (1820-1896), “O maior pensador vivo deixou de pensar” mensagem fúnebre dedicado a Karl Marx no dia 17 de Março de 1883. E Frei João Domingos está entre os maiores.

Frei João Domingos deixa-nos um grande legado. Dependerá da nossa vontade usarmos a inteligência para não esquecermos facilmente que este homem sorriu e chorou ao nosso lado!

A fecundidade não consiste em gerar filhos que jamais poderás cuidar; mas está na racionalidade de os educar em direcção a um destino favorável...

O servidor da vinha do Senhor deixou-nos a 09 de Agosto de 2010.

## 5.11 Mais de 20 mil ilegais ‘invadem’ Cabinda

*Semanario Agora*

*23 de Outubro de 2010*

A imigração ilegal é um problema nas regiões fronteiriças do país. Cabinda não foge à regra, estimando-se em mais de 20 mil ilegais a residirem no enclave.

Boa parte dos habitantes têm parentes tanto no Congo Brazzaville como na RD Congo, ficando, nestas circunstâncias complicado impor restrições “apertadas” na entrada e saída dos cidadãos.

Fala-se no aperfeiçoamento dos métodos de controlo, com a melhoria das condições laborais dos efectivos da Emigração e Estrangeiros e o reforço da actuação da Guarda Fronteira, mas daí para a eficiência ainda há muito caminho a percorrer.

A imigração ilegal é uma praga que desestabiliza a eco-

nomia. “Estamos a trabalhar para evitar a todo o custo a anarquia”, referiu um oficial da polícia, referindo que a situação é mais delicada na fronteira com a RD Congo. Do Yema chegam relatos constantes da entrada desenfreada de trabalhadoras do séxú perigando vidas por causa das doenças transmissíveis como a Sida. A pandemia é uma preocupação até um dia ser descoberta a vacina. Segundo o secretário provincial da Saúde embora haja medicamentos gratuitos para atenuar a sua propagação, a “maka” consiste na localização dos cidadãos provenientes do país vizinho. “Conseguimos acompanhar os doentes locais, mas não podemos dizer o mesmo com os estrangeiros que entram pelo Yema e depois desaparecem sem deixar rastros”, sustentou, Carlos Zeca, destacando alguns avanços quanto a construção, reabilitação e apetrechamento das unidades hospitalares existentes. Foi erguido em menos de seis meses um novo hospital com equipamentos modernos e serviços que incluem cardiologia, oftalmologia, estomatologia e cuidados intensivos. O hospital 10 de Maio terá um banco de sangue. o mesmo acontece com o Buku Zau há vários anos paralisado e reabilitado em três meses pelos chineses. Este tinha sido adjudicado a empreiteira portuguesa. Opcao que recebeu o dinheiro na totalidade, mas não, moveu uma palha. Construiu-se de raiz um centro materno-infantil e, com isso a capacidade de internamento poderá atingir mais de 500 camas. Os progressos alcançados neste sector permitir hoje o despiste da insuficiência renal.

Entretanto, no hospital 28 de Agosto trabalhavam portugueses da Sahara Tranding a quem foram sendo pagos 800 mil dólares por mês durante dois anos. Quando o novo governador mano dou fazer um inventário, a empresa com sede na África do Sul simplesmente “evaporou” sem deixar pistas. “É muito dinheiro deitado para o ar que poderia ter outra finalidade”, destaca o secretário para quem o desafio consiste na redução da pressão sobre o hospital de referência, pondo a funcionar na periferia postos médicos e centros de saúde com laboratórios de análises clínicas.

Alcançado esse objectivo pensa-se que será mais fácil combater a malária que “mesmo não sendo preocupante”, é ainda uma ameaça sempre à espreita. Foram, por isso adquiridas dez viaturas e máquinas manuais para a fumegação na cidade e nos bairros. A diarreia também não assusta, segundo a nossa fonte, estando-se a mobilizar a população para evitar acumular lixo nesta época chuvosa.

A mortalidade reduziu substancialmente, em claro contraste com a taxa de natalidade que cresce assustadoramente. Diariamente nascem 50 a 60 crianças. Assim, se em 2008 se registaram 11 mil partos, no ano seguinte as estatísticas evoluíram para 13 mil e este ano poderão nascer 14 mil petizes.

O secretário da Saúde entende ser necessário acompa-

nhar o crescimento da população com serviços inovadores, passando pela formação. A província conta com 120 médicos distribuídos em quatro municípios, havendo oito outros a especializar-se no Brasil e 12 a fazer licenciatura na Ucrânia.

“Com a abertura das estradas poderemos ir às aldeias abandonadas desde a independência em 1975”, sublinha o responsável

da Saúde, que defende a descentralização dos serviços a nível dos municípios. Serão financeiramente autónomas, cabendo à direcção a supervisão.

Na cidade, e arredores há muito lixo. A Resi, empresa que se encarregava da sua recolha (teve de ser dispensada por um I motivo muito simples inexplicavelmente recebia mais de 200 mil dólares por mês e os seus trabalhadores também eram pagos com dinheiro do erário público. Como se não bastasse, também operava com equipamento do governo era uma verdadeira república das bananas. Esta empresa é uma das que mais beneficiaram do dinheiro de todos nós sem justa causa. Por fim todos os meses tinha na sua conta um fabuloso saldo sem despesas”, referiu um funcionário público identificado apenas por Bamokina.

“Além do enorme dispêndio financeiro para os cofres do Estado, a Resi deixou todos os equipamentos avariados”, notou Alberto Filho, funcionário do governo provincial. Por este motivo o executivo do enclave está a começar da base com a aquisição de novos camiões e carrinhas para resolver o problema do lixo que deixa invariavelmente os munícipes com os nervos à flor da pele.

Começar do zero é o que se atrai.

Pensa-se também na atribuição de verbas para instituições escolares com mais de dez salas de aulas.

No município sede há um défice de 350 salas de aulas, havendo crianças a estudar debaixo das árvores. “Precisamos de condições de trabalho que estimulem os professores, evitando o elevado índice de absentismo destes e também dos próprios alunos”, esclarece a fonte. A província conta com 4.328 professores para um universo de 120 mil alunos do ensino primário ao secundário.

A melhoria dos serviços depende da afectação dos recursos financeiros. Nas conversas, a população reclama, além do problema da água e da energia eléctrica os acessos aos bairros. O morro do Chizo, por exemplo, esteve isolado da cidade durante longos anos. O ancião Vicente Manguêbele conta que foi aberta recentemente uma estrada mas, ainda assim, quer que esta seja asfaltada por causa da poeira. Há um camião cisterna para abastecer a população, porém, entende que seja ligada uma conduta e abertos chafarizes do precioso líquido para não haver mais sobressaltos entre os consumidores. Quer também que os moradores beneficiem da energia eléctrica.

Estas são inquietações que parece estarem já a ser solucionadas. Uma retroescavadora está a abrir a vala por

onde deverá passar a conduta de água e a montagem de candeeiros para a iluminação pública indica que a escuridão chegará ao fim. Foi igualmente erguido um hospital para atender a saúde dos moradores.

## 5.12 O Vice-Ministro da Administração local defende capacitação de quadros

*Semanario Angolense*

*23 a 30 de Outubro de 2010*

O Vice-ministro da Administração Local disse que a falta de quadros a nível local conduz a uma fraca capacidade de gestão técnica, administrativa e financeira, de acompanhamento e avaliação de programas de desenvolvimento.

Graciano Domingos falava, esta terça-feira, 19, em Luanda, em representação do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, na abertura das jornadas técnicas de formação, organizadas pelo Instituto de Formação da Administração Local, com o objectivo de definir os critérios para homologação dos cursos de administração local do Estado, uniformizar os seus conteúdos e aprovar estratégias para selecção e avaliação dos formadores.

De acordo com o vice ministro, a formação e qualificação de quadros da administração local é um desafio que deve ser assumido como uma necessidade permanente do país. Para o efeito, segundo disse, o instituto de formação da administração local (IFAL) deve ser a instituição de referência para formação e qualificação de quadros da administração ao mesmo tempo que deve promover a investigação científica, fornecendo ao executivo propostas de melhores práticas de gestão local. No entender do governante, um processo de descentração administrativa bem conseguido, permite uma boa transição para a descentralização administrativa ou autarquias locais, e isso, referiu, faz-se com quadros capacitados. Durante o encontro foram ministrados aos agentes da administração do Estado temas como: Homologação dos cursos, Uniformização do programa para o ano 2011 e integração dos formadores.

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Huambo tem projecto Habitacional avançado

*Jornal de Angola*  
2 de Outubro de 2010

O ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, afirmou na quinta-feira, no Huambo, que a província tem o programa habitacional avançado, sobretudo na localidade do Lossambo, a sete quilómetros da cidade, onde visitou e inaugurou a casa modelo, e lançou a primeira pedra para a construção de 100 moradias sociais, a serem construídas pelo sector privado, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

José Ferreira disse que numa primeira fase o projecto de habitação vai construir casas sociais para o realojamento da população que se encontra em edifícios degradados, e só depois vai alojar outra população, assegurando que o programa é, aberto a todos aqueles que tiverem a necessidade de Habitação própria.

O governante, que colocou igualmente a primeira pedra de um projecto privada na localidade da Calomanda, arredores da cidade do Huambo, referiu que este também te vem responder às necessidades de habitação na província. É um projecto de alta e média renda, tendo em conta que há pessoas com alta capacidade financeira que pretendem ter casas de média e alta renda.

“Está lançada a campanha, para permitir que todo o sector privado participe nesta empreitada. Presenciámos a assinatura do protocolo de vi, adesão, onde o sector privado tem assinado o memorando de entendimento com o ministério, para permitir que todos eles tenham intervenção na construção de habitação” disse o ministro, José Ferreira disse que, de acordo com orientações superiores, as casas sociais deverão ir até aos 60 mil dólares americanos. Mas há população que não tem essas capacidades, sobretudo os camponeses, havendo programa, mas dirigidos a esta franja da sociedade. “A área rural não tem meios, então o Estado tem que intervir no sentido de apoiar esta população”, sublinhou e de acordo com o governador da província do Huambo, Faustino Muteka, o governo está a criar condições para permitir que o programa e privilegie os municípios e comunas, de forma a proporcionar condições de habitabilidade aos quadros dos vários sectores que prestam serviço nas localidades.

“Sabemos que existem quadros a trabalhar nas comunas em más condições. Queremos que os professores, enfermeiros, médicos, polícias, entre outros, tenham boas condições de habitabilidade”, disse o governador Faustino Muteka.

### Parceria público privada

As Empresas Microcenter construções, Joel e filhos limitada e EFES empreendimentos, são responsáveis pelos projectos, cujas primeiras pedras foram ontem colocadas. O administrador da empresa EFES empreendimento, Fernando Ferreira, disse que a sua empresa vai construir, numa primeira fase, 100 moradias, que serão executadas em seis meses. As moradias do tipo T3 serão ergueram das numa área de nove hectares por mil e 50 trabalhadores, 30 dos quais são directos e recrutados na província do Huambo. O projecto envolve paisagismo. “Serão plantadas árvores ao longo das vias, com a rede de esgotos, energia alternativa à rede geral e água canalizada”, assegurou Fernando Ferreira.

### 6.2 Projecto “Vila Nova” e erguido na capital

*Jornal Economia & Finanças*  
5 de Outubro de 2010

Oito edifícios residenciais estão a ser erguidos no município do Sambizanga, zona da Petrangol, em Luanda. Denominado projecto “Vila Nova”, é propriedade do grupo de direito angolano SAAL. O mesmo integra 91 apartamentos de tipologias T2, T3 e T4, de três andares cada destinados à classe de rendimento médio.

Para à execução desta empreitada, a cargo da construtora chinesa Chaong Construtor, o grupo investiu 100 milhões de dólares, numa área total de 120 mil metros quadrados. A sua conclusão está prevista para finais de 2012.

Conforme apurou o JE, dos oito edifícios, três vão servir para a actividade comercial e escritórios, enquanto os outros cinco destinam-se a moradias. Cada um dos apartamentos residenciais está equipado com duas salas, uma cozinha americana (já equipada com todos os aparelhos), lavandaria, três casas de banhos, varanda e estacionamento privativo para moradores.

Segundo o director do projecto, Alves Guitarra, este empreendimento enquadra-se no programa do Governo de construir moradias, destinadas à classe média, como forma de garantir melhores condições de habitabilidade. “Este projecto é autónomo na gestão dos projectos de água, luz e resíduos sólidos. Todos os edifícios estão equipados com elevadores, além das escadas e nos apartamentos residenciais um dos quartos é totalmente mobilado, explica.

O projecto permitiu ainda a criação de 360 novos postos de trabalho directos, aquém de outros tantos indirectos que resultam da subcontratação de prestadores de serviços para determinadas fases da empreitada.

Setenta por cento do material utilizado pela empresa na execução das suas obras provêm do mercado internacional com destaque para a China, Portugal e África do Sul

e os restantes 30 por cento são adquiridos no mercado interno.

Segundo explicou Alves Guitarra, os imóveis estão a ser comercializados ao preço que varia entre os 380 e 500 mil dólares, sendo que até ao momento, cerca de 60 por cento dos apartamentos já foram vendidos.

### Outros Projectos

Na província do Namibe, o grupo vai, empreender, a construção de um imponente projecto turístico avaliado em 60 milhões de dólares. O imobiliário terá edifícios multiusos, integrados por restaurantes e vivendas.

O responsável avançou que a construção deste projecto inicia em Janeiro do próximo ano e termina em finais de 2014.

“O nosso mercado é vasto e com uma grande expansão de trabalhos de infra-estruturas por erguer”, explicou.

O ambiente do mercado e o volume de empreitadas da empresa permitiram a construtora, no ano passado, o alcance de uma facturação de 220 milhões de dólares. Estes resultados permitiram à empresa reinvestir cerca de 13 milhões de dólares na aquisição de novos equipamentos.

A fonte anunciou também que o grupo tem em carteira, ainda no Namibe, um outro projecto integrado por 10 mil casas sociais para jovens. O empreendimento será erguido no início de 2012 e terá a duração de quatro anos. O grupo SAAL tem o seu estaleiro central na província de Luanda e explora vários outros ramos de actividades, com maior incidência para os de engenharia, construção, imobiliário e indústria.

### Definição das metas

A Sociedade Angolana de Arcajo Limitada (SAAL) é uma empresa que actua no ramo da construção civil e desde 2004 está presente no mercado angolano. No seu pacto de mercado, os empreendedores privilegiam a prestação de um trabalho eficiente e que satisfaça a demanda dos clientes, sobretudo com o crescimento que o sector regista nos últimos anos.

Para a concretização dos seus objectivos, a SAAL definiu a participação nos diferentes projectos de reabilitação, construção e reconstrução de moradias e faça a demanda dos clientes, sobretudo com o crescimento que o sector regista nos últimos anos.

Para a concretização dos seus objectivos, a SAAL definiu a participação nos diferentes projectos de reabilitação, construção e reconstrução de moradias e outros projectos de natureza privada e pública, em curso no país. Por esta VIA, pretendem a certificação dos seus sistemas de concepção e execução de projectos, nos quais actuam com uma vasta equipa de assessoria técnica e administrativa.

Outro aspecto que merece atenção cuidada nas actuações da construtora é o da formação dos seus técnicos e

colaboradores, com os quais procura manter a competitividade e actuação diferenciada para constar no vasto leque de opções disponíveis no mercado da construção civil angolana.

## 6.3 Namibenses vão ter acesso a casas condignas

*Jornal de Angola*

*5 de Outubro 2010*

A governadora do Namibe, Cândida Celeste, reafirmou, ontem, o compromisso do governo provincial em conceder casas condignas com a construção de mais de 33 mil fogos habitacionais.

Ao discursar na abertura do acto central nacional do Dia Mundial do Habitat, que este ano se comemora sob o lema “Melhor cidade, melhor vida”, Cândida Celeste disse que “o crescimento urbanístico das cidades e vilas da província baseia-se numa rigorosa organização técnica e administrativa que tem em atenção as especificidades de cada localidade para assegurar um crescimento harmonioso, quer em habitações, quer em infra-estruturas técnicas e sociais”.

“A crise habitacional é ainda uma realidade na província., o sonho da casa própria é uma constante preocupação, sobretudo, para casais jovens que, no dia-a-dia, vão constituindo famílias”, afirmou.

O Dia Mundial do Habitat, referiu, leva a reflectir sobre as acções em prol da garantia de um dos mais elementares direitos das pessoas, o da habitação. Para se atingir esse desiderato, salientou, as acções estão voltadas para o cumprimento do Programa Nacional de Habitação cuja implementação ganha impulso, a cada dia, no país e, em particular, na província do Namibe, onde a carência habitacional e os problemas sociais decorrentes exigem conjugação de esforços entre as forças vivas disponíveis e condições de intervir na sua solução. “É certamente com este objectivo que aqui estamos neste fórum para uma reflexão sobre o estado das cidades, da necessidade de novas centralidades urbanas, de se garantir ao cidadão a habitação condigna adequada à satisfação e desejo de cada um”, afirmou.

### Casas sociais a 60 mil dólares

As casas do projecto habitacional “Welwitschia”, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, na província do Namibe, vão custar, cada uma, 60 mil dólares, revelou, ontem, o representante da empresa responsável pelas obras.

Dário dos Passos disse que o empreendimento – que surge em cumprimento da orientação do Presidente da República no sentido de se construírem casas sociais, cujo valor não seja superior a 60 mil dólares – é constituído por cerca de 500 fogos habitacionais dos tipos T3,

T4 e T4 com duplex, áreas de construção que variam entre 100 e 130 metros quadrados.

## 6.4 Construção de Novas Centralidades garante a todos o direito a Habitação

*Jornal de Angola*  
7 de Outubro de 2010

O ministro do Urbanismo e Construção defendeu, no início da semana, na província do Namibe, que as novas centralidades urbanas, erguidas no âmbito do Programa Nacional de Habitação, reflectem a determinação do Executivo de promover políticas que promovam os Direitos fundamentais.

José Ferreira, que falava, segunda-feira, na cidade do Namibe, por ocasião do Dia Mundial do, Habitat, disse que na construção de novas cidades devem estar subjacentes conceitos como o da inclusão social, participação e respeito pelos interesses daqueles para quem se constrói.

“As novas moanizações que estão a emigrir, em resultado da implementação do Programa Nacional de Habitação, devem ter em conta estes aspectos básicos, sem os quais os cidadãos não vão sentir realizada a aspiração básica de ter uma habitação onde se sintam bem”, frisou.

O ministro referiu que o Executivo defende, e vai manter a posição, que os futuros realojamentos devem propiciar aos habitantes serviços básicos como água, energia eléctrica, equipamentos técnico e um ambiente onde seja possível realizar todas as necessidades humanas. “Se procedermos de forma contrária, não estamos a realizar bem a nossa função e, logo, não vamos ao encontro das aspirações dos nossos concidadãos”, sublinhou, considerando ser fundamental o envolvimento dos líderes comunitários, das autoridades tradicionais e o conhecimento dos hábitos e costumes das comunidades.

José Ferreira disse que o Executivo tem a noção dos elevados custos da requalificação, que pretende dar maior dignidade às pessoas.

O Governo, recordou, está também preocupado com os custos advêm do não provimento de serviços básicos à população nos agregados populacionais precários cresceram exponencialmente todo país. “E, por isso, nossa obrigação evitar a repetição dos erros passado”, sublinhou, acrescentando que além dos aspectos políticos, sociais e económicos que envolvem o Programa Nacional de Habitação, há a questão da reposição da autoridade do Estado e dos seus órgãos para “evitar a anarquia e o caos que imperou durante muito tempo no domínio da construção passado”, sublinhou, acrescentando que além dos aspectos políticos, sociais e económicos que envolvem o Programa Nacional de Habitação, há a questão da reposição da autoridade do Estado e dos seus órgãos para

“evitar a anarquia e o caos que imperou durante muito tempo no domínio da construção.

## 6.5 Casa de Jovens abre no Sumbe

*Jornal de Angola*  
7 de Outubro de 2010

A Casa da Juventude do Kwanza-Sul, localizada no bairro do Chingo, na cidade do Sumbe, abriu no fim-de-semana as portas ao público com vários serviços disponíveis.

Inaugurada no mês passado pelo ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, a primeira fase do empreendimento, construído de raiz em 18 meses, orçou em cerca de 1,2 milhões de dólares, de acordo com a programação financeira do Governo central.

Os valores para a conclusão da segunda fase, que compreende campos de jogos de futebol, basquetebol, voleibol e outras dependências de apoio, serão liquidados brevemente.

O assessor para comunicação e marketing da Casa da Juventude, Agostinho Miquinho, disse que com a abertura desta instituição os jovens possuem agora uma soberana ocasião de desenvolverem as suas capacidades intelectuais, uma vez que este projecto contribui para a aquisição de conhecimentos no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

Segundo o responsável, o local dispõe de um auditório para mais de 200 pessoas, sala de aulas de informática, um cyber-café, restaurante, salas de jogos e de exposições de artes plásticas.

## 6.6 Todos os dias comete-se um atentando ao Património

*Semanario o Pais*  
8 de Outubro de 2010

Luanda é uma cidade considerada de grande mérito pela sua história, arquitectura, urbanização e paisagem (panorâmica e cultural). Ela ainda possui um conjunto de características e valores acrescidos da sua idade que a tornam num espaço urbano excepcional, apesar dos impactos provocados pelas intervenções que ocorreram ao longo dos tempos terem alterado significativamente a sua morfologia. Entretanto, já foi mais bela e atractiva. Em tempos idos, Luanda era apontada como uma das mais belas cidades da África Austral, justamente pela diversidade formal dos seus edifícios, a sua apreciável coerência arquitectónica, a contenção volumétrica e a homogeneidade de todo o seu traçado.

*Que diagnóstico faz deste património?*

Esta é uma questão muito difícil de ser respondida. Mas,

a verdade é que uma boa parte do património arquitectónico classificado encontra-se degradada. Com o êxodo da população portuguesa em 1975 no contexto da proclamação da Independência Nacional, e o incremento das hostilidades pelo interior do país, a população procurou refúgio nas cidades, sobretudo em Luanda onde havia segurança. As populações ocuparam massivamente os edifícios que na sua maior parte não foram projectados para acolher tanta gente. Logo, não só os edifícios urbanos mas também toda a rede técnica acabaram por degradar-se gradualmente. Por outro lado, já se registou um pouco por todo país, no âmbito da Reconstrução Nacional, um certo movimento de recuperação de toda uma série de infra-estruturas, incluindo o património.

*Que comentários faz sobre o actual aspecto da urbe?*

Como sabe, a cidade foi fundada em 1576 e sofreu ao longo dos tempos algumas transformações com consequências importantes na legibilidade que oferece hoje, quanto ao percurso histórico da sua urbe. É óbvio também que a evolução do uso dado ao espaço e compreendem o Centro Histórico provocou alterações nas componentes da arquitectura mais tradicional. Hoje as intervenções tendem cada vez mais transformar a imagem da paisagem urbana de acordo com as demandas.

*Que edificações servem, de referência para a cidade no seu actual contexto?*

Muitas das construções mais antigas e notáveis de Luanda dos séculos XVI, XVII e XVIII acabaram por desaparecer, salvo raras excepções. Das poucas que restaram contam-se o complexo de fortificações (as Fortalezas de São Miguel, São Pedro da Barra e do Penedo), a torre da antiga Sé Catedral (onde funciona actualmente o Instituto de Meteorologia) e alguns poucos sobrados que se encontram ao longo dos mais antigos armamentos de Luanda (Rua dos Mercadores, Rua Major Kanhangulu, Rua Frederich Engles e Rainha Ginga).

*Há já alguma proposta para a requalificação da Rua dos Mercadores?*

Em princípio não, embora se reconheça que seja aquela rua um dos recantos mais típicos de Luanda antiga e que o seu estado de conservação seja crítico.

*Que projectos existem para a protecção do Centro Histórico de Luanda?*

A nossa luta tem sido a de tentar impedir que a degradação continue ou não ao ritmo tem sucedido. É uma luta e vimos travando ao longo dos anos. Tivemos pouco sucesso e ficamos muito aquém daquilo que seria desejável. O património arquitectónico continuou a degradar-se. Em contrapartida há uma forte tendência de substituição dos monumentos por construções mais modernas e

mais vistosas. Outro aspecto importante desta questão é que um projecto de conservação ou de recuperação de um centro histórico requer verbas avultadíssimas mas até recentemente o investimento para a reabilitação.

*Como fazer para travar a onda de demolições do Património na capital do país?*

Pensamos que é regente a busca de uma solução saudável para o problema que afecta particularmente a cidade de Luanda. Todos os dias cometem um atentado ao património. A verdade é que não se pode continuar a desperdiçar os mecanismos, correndo o risco de desarticular inclusivamente as políticas do Estado, desperdiçar os meios e, o mais grave e real, obtendo resultados de duvidosa eficácia. Na prática, só através de uma compreensiva cooperação entre os vários agentes implicados na gestão do património das nossas cidades, nomeadamente os órgãos do Estado, proprietários, a sociedade, se pode contornar a situação das demolições, descaracterização, e outros aspectos, porque os propósitos da classificação e preservação do património não estão acometidos a um único órgão, que é o Ministério da Cultura, mas sim a uma rede de instituições que tratam da gestão urbana e a todos a quem interessa esse mesmo património. Resumindo, trata-se de uma responsabilidade colectiva!

*E o que diz a UNESCO a esse respeito?*

Angola é desde 1992 Estado parte da Convenção de 1972 da UNESCO, sobre o Património Mundial, Cultural e Natural e tem obrigações perante a comunidade internacional inerentes à protecção do património à luz desse documento.

Sabe(-se) que a UNFESCO, através do Comité do Património Mundial (WHC) e mesmo através do Conselho internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) encoraja os países a dar um tratamento coerente ao Património Cultural e Natural, e equilibrado que é a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger os bens culturais e naturais em todo mundo. Mas o Estado Angolano tem certas obrigações. O papel da UNESCO reserva-se sobretudo às questões que afectam os bens classificados como Património da Humanidade ou quando o bem faça já parte da Lista indicativa do Estado parte.

## 6.7 Programa do Urbanismo traduz meta do Executivo

*Jornal de Angola  
8 de Outubro de 2010*

O director do Urbanismo e Construção do Namibe, Torres Bunga, afirmou ontem, que a execução do programa de fomento habitacional em Angola, traduz as metas do Executivo em garantir o bem-estar da população.

Torres Bunga disse que o governo do Namibe tem desenvolvido esforços para cumprir o programa, criando as reservas fundiárias. Os novos aglomerados habitacionais, disse, vão dispor de infra-estrutura social básica, como postos e centros de saúde, escolas e creches até rodovias, devido à problemática da falta de transportes. As declarações do director do Urbanismo e Construção do Namibe foram proferidas no Dia Mundial do Habitat, celebrado anualmente a 6 de Outubro, com o objectivo de estimular uma reflexão sobre o estado das cidades e do direito a uma habitação adequada.

## 6.8 Governo de Luanda distribui Habitações

*Jornal de Angola*  
8 de Outubro de 2010

O Governo da Província de Luanda iniciou, no passado fim de semana, no bairro da Sapu, o processo de realojamento de famílias sinistradas pelas chuvas, que viviam em zonas de risco nos bairros do Sambizanga, Cazenga e Kilamba Kiaxi.

O Vice-Governador de Luanda, para a área técnica, Berito Soito que ontem deu a informação ao *Jornal de Angola*, disse que os beneficiados num total de 400 famílias, vão ser colocadas em casas e loteamentos ocupadas de forma anárquica por fiscais naquela zona. Deste número 300 famílias já estão alojadas populações que estão a ser atendidas são aqueles a quem o projecto está destinado, disse Bento Soito, acrescentando que o Governo Provincial de Luanda está a atender igualmente outras reclamações, Bento do Soito lembrou que casas que foram erguidas para os fiscais estão a ser confiscadas e entregues a pessoas a estavam destinada.

## 6.9 Favelados e Senhorios brigam no Panguila

*Jornal de Angola*  
8 de Outubro de 2010

Hermenegildo Paulo, 35 anos, morador do projecto Modelar, revelou esta Terça-feira, 5, que os habitantes que residiam em casas arrendadas que foram atingidas pelo incêndio que deflagrou no bairro da Favela, na Chicala, no dia 26 de Setembro, estão a ser despejados pelos seus ex-senhorios a todo o custo. O incêndio provocado por uma vela acesa queimou por completo 20 casebres e parcialmente outros 30. O sinistro, iniciado por volta das 21 horas, só foi extinto quatro horas depois pelos bombeiros.

Ao se aperceberem que os seus inquilinos receberam novos imóveis do tipo T3, num projecto totalmente urbanizado e que contará nos próximos dias com diversas

infra-estruturas sociais, os senhorios das antigas casas da Chicala têm aparecido na calada da noite no local para exigirem aos beneficiados que lhes entreguem as novas habitações. E nos casos em que há resistências, senhorios e ex-inquilinos partem para a briga, segundo os moradores da área que têm testemunhado os acontecimentos.

Os beneficiários que não pretendem que conflito atinja situações mais alarmantes exigem apenas aos donos das casas de chapas da Chicala que lhes arranjam uma residência noutra parte da cidade com os mesmos compartimentos, em troca da casa atribuída pelo Governo.

“Este tipo de conflito e negociações é muito frequente porque a maioria das pessoas que receberam casa neste projecto viviam em residências arrendadas”, contou Hermenegildo Paulo.

O nosso interlocutor diz ter testemunhado vários casos. Revelou, por exemplo, que cinco jovens foram agredidos recentemente por não cederem às exigências. E outras famílias acabaram por devolvê-las depois de receberem uma determinada indemnização.

O bairro da Favela foi “invadido” por cidadãos que se aperceberam que as pessoas que ali residiam seriam realojadas num dos projectos habitacionais que estão a ser erguidos algures em Luanda, mesmo sabendo que não podiam erguer no local casas com material de construção definitiva. Atendendo às dificuldades financeiras por que passavam os moradores daquela zona e às condições em que se encontravam, uma fonte contou que algumas pessoas com maior poder financeiro compraram as casas de chapas de zinco, mas permitiram que os vendedores continuassem a morar aí até que o Governo decidisse realojá-los. “Os novos donos arrendavam as casas aos anteriores proprietários e estabeleciam um acordo de cavalheiros, segundo o qual na altura em que o Governo decidisse acabar com o bairro e atribuir novas residências aos moradores, estes deviam estar conscientes de que as mesmas não lhes pertenciam e fazer a devida devolução ao seu legítimo proprietário”, explicou a fonte.

O PAÍS apurou que muitos dos cidadãos que fizeram este tipo de negócio têm residências nos diversos projectos habitacionais construídos pelo Governo para as pessoas que vivem em zonas de risco ou cujas propriedades se encontrem em zonas abrangidas pelo processo de reconstrução nacional. “Os cidadãos que se dedicam esta actividade conseguem residências nos projectos do Calemba II, Zango e até mesmo aqui no Panguila, mas como não dá para eles mostrarem os seus rostos porque já estão cadastrados como proprietário de algum imóvel atribuído pelo Estado, refugiaram-se nos seus inquilinos”, salientou uma fonte.

Com aproximadamente duas mil famílias, o bairro da Favela localiza-se na nova Marginal, próximo ao Mausoléu, razão pela qual a conclusão da obra da estrada está suspensa. Outros moradores estão à espera da transferência para outra zona.

O bairro da Favela apresenta elevados índices de delinquência, prostituição, consumo de drogas e uso excessivo de bebidas de fabrico caseiro, como kimbombo e kaporroto.

Muitas das famílias residem no local há mais de dez anos e são, principalmente, deslocados de guerra proveniente do Uíge, Malange, Huambo, Benguela e Bié. Hermenegildo Paulo começou a viver na Favela em 1997, depois de ter sido desalojado de uma cubata que ergueu no interior da floresta da ilha de Luanda, por ordem do então governador provincial José Aníbal Rocha, que na época pretendia conferir uma outra visão àquele espaço. Na altura em que foram realojados naquela zona, que mais tarde ganhou o nome de bairro da Favela, os cidadãos foram cadastrados pela direcção provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars) que passou a controlá-los.

O nosso interlocutor, que é efectivo da Marinha de Guerra, foi transferido do Lubango para o quartel da Base Naval de Luanda, onde residiu durante algum tempo, e passou a viver na Ilha, até ao momento em que decidiu constituir a sua própria família.

#### **Coordenador desmente trespasse**

Isoldi José Sangarna, coordenador da comissão de moradores do Projecto Modilar, revelou ao PAÍS que ainda não recebeu nenhuma informação de pessoas que venderam as suas residências. Ele garante que este acto seria impossível porque ninguém ainda recebeu documentação da casa.

As pessoas que neste momento estão a travar algum litígio deverão contactar a Administração Municipal da Ingombota, responsável pela transferência das vítimas do incêndio. Isolda Sangama foi transferido em Maio, quando o Governo desalojou as famílias de parte da Chicala onde os mentores do Projecto Baía fizeram a estrada alternativa, enquanto decorre as obras de alargamento da ponte da Ilha.

#### **Correcção dos erros do Panguila**

Para evitar os erros que ocorreram durante a construção das primeiras moradias do Panguila, as autoridades governamentais decidiram rescindir com as empreiteiras chinesas e contrataram uma firma israelita para erguer as novas moradias com material pré-fabricado.

“A princípio as pessoas começam a achar tudo muito estranho porque não estão acostumadas com este tipo de moradias, mas depois acabam por se habituar e vêem que é mais confortável e que não há perigo nenhum”, declarou Isoldi Sangama.

O jovem salientou que os imóveis estão a ser erguidos com este tipo de material para evitar que tenham as mesmas fissuras que as primeiras moradias, o que acontece à medida que ela vai assentando no solo.

Segundo ele, os técnicos que as montaram garantiram

que as casas têm mais de 50 anos de duração e não terão nenhum problema com a estrutura porque são bastantes leves e foram montadas em cima de uma base de betão armado muito forte.

## **6.10 USD 130 milhões em projecto imobiliário**

*Semanario Angolense*  
9 de Outubro de 2010

A Sociedade Imobiliária de Desenvolvimento (SID) SA está a investir cerca de USD 130 milhões na construção de um chamado Parque Tecnológico, Empresarial e Residencial que recebe a designação de Kaop Park, o qual apresentou à Comunicação Social no Sábado, 02. Localizado no Município de Cacuaco, na antiga Cabpe Velha, o projecto tem como objectivo proporcionar a empresários em particular e a população em geral, uma nova opção de vida e trabalho sem ter que sair da periferia, tal como reclamam os seus promotores.

O Kaop Park tem uma área de 170 mil metros quadrados, em que o parque contará com 53 pavilhões com espaços que vão de 500 a 8000 metros quadrados, para além de 216 apartamentos da tipologia T3 num perímetro de 16 quilómetros e. numa envolvente de cerca de 200 mil pessoas.

Segundo os promotores, tecnologicamente avançado, o Kaop Park deverá conta com um conjunto de infra-estruturas, equipamentos e serviços de qualidade, tendo a melhor solução para o binómio qualidade-preço, para venda ou arrendamento de armazéns, lojas, escritórios e apartamentos em condomínio fechado.

O projecto conta ainda com o abastecimento em energia eléctrica 24-24 horas, para além de possuir uma central alternativa, assim como a água fornecida a partir de uma central de captação e tratamento localizada no rio Bengo.

Por outro lado, o projecto encontra-se dividido em cinco componentes, onde se encontra um centro de escritórios, área residencial em condomínio fechado, centro de ciência e laboratórios, área desportiva e de lazer e uma área envolvente.

No centro de escritórios estão projectados um secretariado comum, uma incubadora de empresas, salas de reunião, an-fiteatro com 150 lugares, restaurante, bancos, escritórios, posto médico entre outros, estando já em construção as primeiras duas naves.

Já na área residencial, estão projectados nove edifícios habitacionais (216 apartamentos), ocupando um espaço de 140 metros quadrados por cada edifício de 24 apartamentos, cerca de 500 lugares para estacionamento, gestão do condomínio e controlo de acessos, para além de outros serviços.

Para a área desportiva e de lazer conta-se um campo de

futebol, piscinas, campos de ténis, campo polidesportivo e pistas de atletismo, além de uma pista de mini-golfe. Para a área envolvente do projecto poderão nascer um Hotel de três estrelas, bombas de combustível, farmácia, Hipermercado, jardins, mercado local, autocarros, um parque de camiões e contentores e um heliporto.

Para garantir comodidade, uma rede de telecomunicações e uma plataforma logística serão implantados, estando também previstas melhorias no que diz respeito aos acessos rodoviários para o projecto.

Para sua concretização, o Kaop Park conta como parceiros a Turpolis, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), BPI, Seatrade group, Universidade Metodista de Angola, Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola e o Banco Millennium Angola, que está a financiar o projecto que deve estar concluído em 2013.

## 6.11 Revista Semanal

*Semanario Agora*  
*9 de Outubro de 2010*

O ministro do Urbanismo e Construção disse, no Namibe, que está preocupado com os atrasos registados em algumas províncias na implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. José Ferreira falava no encerramento do acto central do Dia Mundial do Habitat, que decorreu sob o lema “Melhor cidade, melhor vida”, tendo realçado a desigualdade com que decorrem os trabalhos, mas assegurado que “temos boas referências de algumas províncias, mas continuamos a manifestar preocupação pelos atrasos que se registam noutras”. O ministro frisou que é chegada a fase da implementação dos projectos previstos para a construção, até 2012, de um milhão de fogos habitacionais. O Dia Mundial do Habitat, comemora-se na primeira segunda-feira de Outubro de cada ano.

O desejo do Executivo, lembrou, é que os cidadãos apostados em construir casa própria tenham acesso a terrenos loteados nas reservas fundiárias. Por isso devem ser empreendidos esforços para que grande parte das habitações a serem construídas seja da responsabilidade dos próprios cidadãos, cuja iniciativa “deve ser incentivada e acarinhada”.

No mesmo dia, a Associação de Apoio para o Desenvolvimento da Baixa de Cassanje revogou a proposta de transformação da região em província, considerando estarem ultrapassadas as causas que motivaram a ideia.

Numa carta dirigida ao ministro da Administração do Território, a Associação afirma que o recuo está relacionado com as “grandes transformações políticas, económicas e sociais que se tem vindo a operar para que toda a nação tenha uma vida sadia e humanamente respeitável”. Aponta como uma das grandes medidas a descentrali-

zação e desconcentração administrativa e financeira que o Ministério da Administração do Território ensaia em todos os municípios.

O ministro da Educação apelou à participação activa dos professores na implementação da Reforma Educativa em vigor no país. “A execução da Reforma é um dos maiores desafios do país e não podemos consolidá-la sem a participação activa dos professores, cuja actividade é determinante para alcançarmos os objectivos estabelecidos”, disse, Pinda Simão, numa mensagem, aos professores em alusão ao dia mundial da classe.

O ministro revelou que foram admitidos em 2010 cerca de 31 mil professores para um universo de seis milhões de alunos a nível nacional (excluindo o Ensino Superior) e sublinhou a importância da educação escolar.

“Esta efeméride constitui uma ocasião ímpar para reflectirmos sobre os progressos, expectativas e desafios existentes no sistema de educação”, disse, reiterando a importância da aposta na formação, gestão e valorização da carreira docente. Pinda Simão elogiou os esforços desenvolvidos pelo Executivo em acções de qualificação e melhoria das condições de trabalho dos professores e lembrou que a docência “requer, não poucas vezes, alguns sacrifícios, nem sempre compensados de forma material”, tendo apelado à competência profissional, dedicação e zelo dos professores, “pois a tarefa de educar é, acima de tudo, uma missão”. Para o governante, os professores têm um longo caminho a percorrer na construção de um futuro melhor e o lema da efeméride – “A recuperação começa com os professores” – salienta o papel dos docentes na formação e desenvolvimento de uma sociedade saudável no futuro. O dia Mundial do Professor vigora desde 1966, quando se realizou em Paris uma conferência internacional sob a égide da UNESCO, durante a qual se produziu uma declaração sobre a situação dos professores em todo o mundo.

Por outro lado, o Executivo investiu 62 milhões de dólares na compra de 10 novas embarcações de inspecção e fiscalização pesqueira e da aquicultura, com vista à prevenção, protecção e combate da pesca ilegal ao longo da orla marítima.

Cada barco com pelo menos 47 metros de cumprimento, uma velocidade de 22 nós, motor com potência de quatro mil cavalos, vai fiscalizar e combater as infracções pesqueiras que se registarem nas costas marítimas das províncias de Cabinda, Zaire, Luanda, Benguela e Namibe.

Ao intervir na cerimónia de lançamento das embarcações ao mar, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Afonso Canga, sublinhou que o sector continuará a investir nas infra-estruturas.

“O Executivo continuará a investir na construção e reparação de terminais e portos pesqueiros, de estaleiros para a reparação das embarcações, assim como na formação de quadros a todos os níveis, na investigação

científica e nas áreas de processamento, distribuição e comercialização de produto da pesca, garantiu.

O secretário de Estado das Águas, afirmou em Luanda, que o Executivo tem projectos em carteira para garantir à população acesso à água potável nas áreas urbanas e rurais, até ao ano de 2015.

Luís Filipe da Silva falava no seminário sobre o lançamento do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (Pdisa), financiado pelo Banco Mundial, tendo sublinhado que o desafio passa pela melhoria dos índices de desenvolvimento humano no país.

“A urbanização e o aumento significativo da população dos maiores centros urbanos têm determinado alterações nos padrões de vida da sociedade moderna, que se têm reflectido no constante incremento da procura do precioso líquido”, referiu, recordando que a guerra que assolou o país não permitiu a prática de uma sólida gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, mas com a paz tem sido possível reverter a situação.

Apenas 42 % da população urbana é abastecida de água com os padrões de qualidade, quantidade e regularidade recomendados e a Secretaria de Estado das Águas desenvolve esforços para assegurar que as pessoas tenham acesso a um nível mínimo desse serviço a partir de fontes seguras.

“Este esforço está patente e os dados mostram enormes avanços, pois cerca de 80 % da população urbana já tem acesso”, frisou.

O objectivo principal do projecto é reforçar a capacidade institucional e as agências do sector das Águas e melhorar o acesso ao líquido à população. Na primeira fase foram disponibilizados 57 milhões de dólares para a execução dos mesmos.

O projecto vai contribuir para a melhoria do abastecimento de água às cidades de Malange, Cuito, Ndalatando, Uíge, Huambo, Luena, Lubango e M’banza Congo, e o plano cobre quatro componentes para a sustentabilidade dos investimentos financeiros, incluindo fundos do projecto de emergência e reabilitação da rede hidrológica, também financiados pela Associação Internacional de Desenvolvimento.

O programa do sector das Águas já foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 2004.

O Ministro do Interior afirmou que a imigração ilegal “actua essencialmente, de uma forma organizada tal como o narcotráfico e a criminalidade financeira” e não apenas na procura das condições que o país pode oferecer.

Sebastião Martins falava no final da cerimónia em que foi empossado pelo PR como ministro, tendo anunciado a sua maior atenção e dedicação à imigração ilegal e à sua eventual associação ao crime organizado.

O novo ministro do Interior declarou haver trabalhos em curso para a simplificação dos actos migratórios pra-

ticados pelos serviços para os cidadãos e o reforço das medidas de controlo sobre estrangeiros que não encontram facilidades na sua obtenção.

O sector vai assegurar um policiamento da sociedade e garantir que a segurança comunitária seja de facto uma realidade assente entre os órgãos e as populações.

No mesmo dia, foi anunciado que as empresas públicas tuteladas pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas deverão melhorar a sua eficiência na prestação de serviço para o cumprimento dos objectivos para os quais foram criadas.

A recomendação foi expressa pelo ministro do sector durante a cerimónia de abertura do Conselho Consultivo que decorreu no Huambo.

Afonso Pedro Canga disse estar em curso um diagnóstico nas principais empresas, visando avaliar a sua actual situação.

“O êxito do trabalho depende, em grande medida, do empenho de todos e de cada um em particular. Temos consciência das dificuldades de ordem técnica e financeira mas o importante é, com os meios disponíveis, fazermos algo de positivo que contribua para a realização da nossa responsabilidade”, concluiu.

Por outro lado, o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros disse que os incidentes que predominam mais nas actividades da corporação são os incêndios provocados por negligência.

Para Faustino Sebastião, que falava a propósito do tema “Implantação do Sistema das Emergências Médicas”, a negligência nestes incidentes baseiam-se no mau manuseamento das fontes luminosas, como o transbordo de gás e combustíveis. “Na intenção de obtenção de lucro fácil, as pessoas fazem o transbordo de gás de uma botija para outra e as consequências têm sido trágicas”, lamentou, alertando para o perigo daí decorrente.

## 6.12 Nova Legislação para s Obras Publicas

*Semanario Agora*

*9 de Outubro de 2010.*

### **A Lei da Contratação Pública estabelece**

E que os custos devem basear-se na avaliação feita pela entidade contratante para adjudicar o projecto de construção sobre os recursos necessários para execução dos serviços de consultoria.

Quanto à aquisição de materiais de construção, o dono da obra pode constituir centrais de compras para centralizar as obras públicas, sem como a locação e aquisição de bens e serviços para a implementação de qualquer projecto.

Todos os contratos onerosos que tenha por objecto a execução ou concepção de uma empreitada do Estado está sujeita ao acompanhamento das entidades públicas para evitar que os investimentos caiam em mãos alheias.

No quadro da nova legislação o dono da obra deve definir, com a maior precisão possível, nos elementos escritos e desenhados do programa, as suas características e, se as condições técnicas da sua execução, bem como a qualidade dos materiais de construção que serão adquiridos no mercado interno ou através da Direcção Nacional de Materiais de Construção.

o pagamento do preço da empreitada pode efectuar-se em prestações periódicas fixas ou variáveis, em qualquer dos casos, sempre em função das quantidades de trabalho periodicamente executadas.

Mas também o empreiteiro pode reclamar contra os novos preços constantes no projecto de alteração ou indicados na ordem de execução, apresentando simultaneamente uma nova lista, no prazo de 20 dias a contar da data da recepção do projecto ou da data da ordem e com a anuência do director de fiscalização da obra no prazo de 30 dias.

Pelas deficiências técnicas e os erros de concepção dos projectos e dos restantes elementos patenteados no concurso, respondem o dono da obra ou o empreiteiro e o culpado deverá custear as obras.

Este mecanismo estabelece também que os empreiteiros são obrigados a assegurar os trabalhadores contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, danos da obra pelo valor da empreitada mencionada no contrato e responsabilidade civil contra terceiros.

### 6.13 Já não é possível construir um milhão de casas até 2012

*Semanario Agora*

*9 de Outubro de 2010*

O ano passado surgiram infra-estruturas económicas e sociais, das quais figuram vários projectos habitacionais, hoteleiros e desportivo, numa clara demonstração do crescimento económico.

O Executivo criou as condições necessárias para este crescimento, concebendo um programa para a edificação de um milhão de fogos, num período de quatro anos, para proporcionar melhores condições de vida a população.

O compromisso ficou reforçado com a realização, em Abril de 2009, da primeira conferência sobre a habitação no âmbito da estratégia de execução do “Programa Nacional de Urbanismo e Habitação”, que realçou importância do ordenamento do território para melhor gestão urbana.

O Presidente da República na ocasião, garantiu que a habitação devia ser encarada como parte da política de reordenamento do território, cujo o objectivo é melhorar a qualidade de vida das populações urbanas e rurais e racionalizar os investimentos públicos para o sector.

Atendendo a situação, a opção foi a edificada de mora-

dias de baixa renda para salvar o programa com injeção de milhões de dólares em vários projectos que, nalgumas províncias ainda continuam por concluir.

Passado um ano desde a realização da primeira conferência, e investimentos realizados pelo o executivo os indicadores apontam para quase “fracasso” do projecto visto, que os recursos financeiros necessários, a partir do orçamento interno ou mesmo financiamento externo ainda continuam longe de atingir aos 60 milhões de dólares previsto.

As províncias mais afectadas pela não conclusão dos projectos de construção são a Lunda-Norte, Moxico, Kuando-Kubango, Huambo, Huíla e Uíge e os empreiteiros fogem das suas obrigações.

#### **Atrasos:**

O Ministro do Urbanismo e Construção disse, recentemente, no Namibe que está preocupado com os atrasos registados em certas províncias do interior na implementação do “Programa Nacional de Urbanismo e Habitação”.

José Ferreira, que falava na cerimónia do “Dia Mundial do Habitat”, realçou as desigualdades com que decorrem os trabalhos tendo lembrando que existem boas, referências de algumas regiões, mas permanece a preocupação pelos atrasos que se registam noutras.

Assegurou que a chegada a fase da implementação dos projectos previstos, que tem por objectivo a construção, até 2012, de um milhão de fogos habitacionais,

O desejo do Executivo é que os cidadãos apostados em construir casa própria tenham acesso aos terrenos loteados nas reservas fundiárias. No entanto, devem ser empreendidos esforços para que grande parte das habitações a construir seja da sua responsabilidades dos próprios cidadãos.

#### **Fiscalização**

A comissão técnica para esta empreitada alega que o quadro actual poderá ser superado com a Lei da Contratação Pública, que estabelece os novos mecanismo para a execução das obras públicas ou participadas. Através deste órgão criado em Agosto passado, a luz da nova legislação para os que envolvem investimento do Estado, apenas 4 mil milhões de dólares, existem para a execução dos projectos e os restantes será locado através das parcerias e financiamentos externos.

Outro dado que preocupa a equipa liderada por Carlos Feijó, chefe da Casa Civil da Presidência da República, para conduzir a política habitacional no país, prende-se com as parcerias criadas entre o executivo e empresários, que operam no mercado imobiliário, invocando a falta de avaliação clara quanto a gestão futura, modalidades do reembolso e fiscalização das obras.

Aliás existe um grande fosso, entre o interesse público e o privado, sobretudo na concepção do preço para os

segmentos da população com rendimento médio e alto, quanto a oferta de habitações.

São várias as contingências que apontam para o fraco desempenho deste desejo no sector da construção civil e do imobiliário visto, que quase tudo previsto, foi cancelado com a redução das despesas públicas no Orçamento Geral do Estado (Oge) revisto deste ano e o pouco investimento que ainda se regista.

### **Dificuldades.**

O AGORA, apurou que persiste o enigma até quando continuarão o estudo de viabilidade, projectos preliminares ou de reservas fundiárias e intenções para se passar para a prática, tendo em conta o horizonte fixado pelo o Chefe de Estado (2012).

Todavia, a política habitacional sofreu um revês muito grande por isso existe a necessidade de se promover, em todo o país a discussão da construção de fogos habitacionais, planos urbanísticos, terrenos, tipologia e a qualidade, para que nada falhe, com o envolvimento e controlo da execução dos projectos.

O PR anunciou, em Agosto último, depois da reunião com a comissão para o programa nacional de habitação social, que a política do Executivo já não estava centrada na discussão e aprovação de projectos, mas infelizmente continuamos a assistir a projecção de infra-estruturas em quase todo o país.

Eduardo dos Santos, mesmo depois de reconhecer o atraso e ter renovado o compromisso de criar condições para que as famílias possam realizar o sonho de ter casa própria, parece ainda não encontrar estratégia certa para cumprir este propósito.

A construção e o imobiliário sector que conheceram grande impulso em 2004 com aposta no programa de reconstrução nacional, através da linha de crédito da China, abrandaram em 2009 com o despoletar da crise financeira mundial, comprometendo os planos executivos.

### **Financiamentos.**

A discussão em torno dos grandes projectos penalizou a calendarização do cumprimento deste desintegrado sem, no entanto, definir novos métodos de trabalho para tornar a acção mais eficaz e transparente, sobretudo quanto aos métodos de financiamento e os custos de cada centralidade.

O plano de obras públicas anunciado pelo Executivo foi completamente esvaziado, não só pela crise, sobretudo com a insistência nas medidas contra a importação de materiais de cerâmica e cimento, quando a oferta interna não responde à procura do mercado, ficando tudo mais coxo.

Fernando Vladimir, economista, garantiu que a discussão em torno das grandes infra-estruturas “no quadro do programa de reconstrução e construção de caminhos-de-ferro, pontes e estradas”, foi quase inútil, porque “acabaram por não ser feitas nem as grandes obras, nem

as obras que eram consensuais em tempo previsto nem com os orçamentos programados, principalmente nos caminhos-de-ferro. Em seis anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estradas de Angola, foram asfaltados cinco mil quilómetros de estrada, quando estavam previstos asfaltar 50 mil”.

A necessidade de se aclarar as políticas a desenvolver quanto à habitação social a oferecer à população é o que se quer para evitar que os gestores públicos continuem a atropelar a Lei da Contratação Pública.

Se, por um lado, umas não se fizeram porque a conjuntura, particularmente financeira, não o permitiu, o que é certo é que as que eram consensuais (auto construção dirigida e atribuição de lotes de terras urbanizadas) e podiam atenuar o desemprego, também não foram feitas e acabou-se por avançar na construção de fogos sem um panorama de implementação e o valor do projecto.

Esta meta exigirá um esforço contínuo e vigoroso da parte do Executivo e de todos os parceiros. Os privados terão também um importante papel a jogar na partilha de conhecimento e no colmatar das lacunas de financiamento de um programa tão vasto como urgente.

Com o agravamento das medidas sobre a importação de materiais de construção através de entidades privadas, os programas já gizados para diminuir a carência habitacional caíram em desuso, visto que eram suportados pelos bolsos dos cidadãos.

As actuais orientações constam das prioridades da administração do Estado, mas é importante realçar que o mercado imobiliário obedece à concorrência desleal, por não existir um padrão de negócio, sobretudo aquilo que se pode referir como intervenção directa do Estado na fiscalização deste segmento, dos preços praticados e dos orçamentos para cada empreitada.

## **6.14 Especuladores imobiliários tomam de assalto as terras em quase todo o espaço nacional**

*Semanario Factual*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

De acordo com o activista social, por isso, os especuladores ocupam muitas vezes grandes extensões de terras alheias Estado ou de domínio útil consuetudinário) sem interesse imediato, esperando pela elevação do preço da terra em determinada área para dele tirar ou maximizar o rendimento ou lucro, prejudicando os cofres do Estado”.

Na sua opinião, essa realidade deu azo a ocupações ilegais de grandes extensões de terras em muitas partes do território nacional, pelos mesmos especuladores, sem que delas façam o aproveitamento útil e efectivo em conformidade com a lei de terras.

Para aclarar a situação, Bernardo Castro detalhou que,

com a conquista da paz e, depois da aprovação da Lei de Terras, em 2004, a Lei 9/04, o tecido social e político conheceu profundas transformações.

“A livre circulação de pessoas e bens, a desminagem e os reassentamentos deram corpo aos mais diversos fluxos migratórios internos, e, deste modo, o interesse pela terra cresceu rapidamente”, salientou.

Para justificar afirmou que o país está numa fase de reconstrução nacional e, por conseguinte, da diversificação da sua economia com o aproveitamento da terra para o fomento agro-pecuário, habitacional e tantos outros fins.

“Como exemplo”, prosseguiu, “o processo de constituição de reservas fundiárias, para múltiplos fins é uma realidade”. Para o responsável da ONG angolana, “a expansão urbana desordenada com a extrema valorização do litoral deu lugar às profundas desigualdades humanas e disparidades regionais”.

Bernardo Castro considera que “a terra passou, deste modo, a ser mercadoria num mercado sem regulação, não só por inexistência ou não publicação do Decreto Executivo Conjunto Sobre a Tabela de Preços da Terra, como pela desordem e indisciplina no acesso e uso de espaços, devido ao não ordenamento do território e à ausência de uma política habitacional sustentável e suficientemente estruturada.

### **Especuladores abusam dos preços das terras**

O director executivo da Rede Terra, Bernardo Castro, lembrou que, nos termos do art. 47º da Lei 9/04, a constituição ou transmissão do direito à terra só pode ter lugar a título oneroso.

“O no 2 do art, nas suas alíneas a e b, conjugado com o art. 50º da Lei 9/04, Lei de Terras, isentam da onerosidade as pessoas que façam prova de insuficiência de meios económicos, o exercício do direito à terra no domínio útil consuetudinário e as instituições de utilidade pública reconhecidas que prossigam a realização de fins de solidariedade social, culturais, religiosos ou desportivos”, apontou como excepções.

Para o activista, “os negócios que configuram contratos de compra e venda da terra previstos na alínea a) do no 1 do art. 46 da Lei de Terras e do no 4 do art. 47º sobre os terrenos urbanos do domínio privado das autarquias locais (existentes entre nós) são feitos por meio de arrematação em hasta pública”.

Fez notar que a eleição de arrematação em hasta pública visa incrementar a concorrência entre os candidatos à aquisição e a finalidade de valorização a atingir como se vê no 1 do art. 48º do Regulamento Geral de Concessão de Terrenos (RGCI).

“Desde que uma empresa tenha experiência na gestão de terras o legislador dispõe a figura de adjudicação mediante abertura do concurso público, conforme o nº 2 do art. 48º do RGCT”, explicou.

Acrescentou que, segundo o no 3 do art. 57º da Lei 9/04, o montante a ser pago com a adjudicação ou de renda deverá ser calculado com base na situação e classificação do terreno, na sua área e no fim a que se destina.

### **Receitas do Estado têm que ter suporte legal**

“Como é óbvio, a fonte de receitas do Estado deve ter suporte legal e, no caso, é o Decreto Executivo Conjunto dos Ministérios das Finanças e do Urbanismo e Ambiente, como se depreende dos nos art. 67º, 79º, 88º, 104º do RGCT e do art. 156º do mesmo diploma legal. Os valores cobrados devem ser depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, com base no art. 164º do RGCT”, explicou.

Na sua opinião, “em muitos círculos e pelo nevoeiro internacional confunde-se o Decreto Executivo Sobre a Tabela de Preços da Terra supracitado com o Decreto tornado público sobre os preços que o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) deverá cobrar, enquanto Órgão Técnico de Gestão de Terras em Angola (art. 67º do RGCT) no exercício de suas atribuições de organização e conservação do tombo e trabalhos técnicos relativos à demarcação de terrenos e reservas, etc., no quadro dos pontos a) b) c) d) e) do art. 67º do RGCT”.

Alerta que, lamentavelmente, o Decreto Executivo Conjunto sobre a Tabela de Preços da terra em Angola ainda não foi publicado, sem se saber porquê.

“Assim sendo”, na sua opinião, “todos os preços praticados, actualmente, são ilegais até porque a fonte de receitas do Estado deve ser legal. Se formos às províncias ou distintas instituições que directa ou indirectamente estão envolvidos no processo de gestão de terras verificaremos, claramente, para os mesmos casos e circunstâncias diferentes preços e sem suporte legal”.

Não publicação de diplomas legais na base do problema o activista social Bernardo Castro considera que a não publicação de vários diplomas legais está na base dos vários problemas ligados à terra, “algo que se vai agudizando”.

Enunciou como sendo diplomas não publicados até agora, o Decreto Executivo Conjunto que regulamenta a tabela de preços da terra, o que tem motivado cobranças ilegais e subterrâneas do seu preço, e o Diploma sobre a Área da Unidade de Cultura, um dos instrumentos de prova da capacidade adequada em sede do aproveitamento útil e efectivo da terra.

Acrescentou a lista de constrangimentos a fuga de empreendedores ao licenciamento ambiental, a não aprovação da rubrica orçamental para efeitos de demarcação e titulação das terras rurais comunitárias, o que tem estado na base do esbulho e negociatas ilegais das terras rurais do domínio costumeiro, o não ordenamento do território e a inexistência de planos territoriais, o que permite dizer que nem o próprio Estado saiba os limites das terras

urbanizáveis, pondo em causa os direitos constituídos nas periferias das cidades.

“São ainda constatações, o cadastro desactualizado e, por isso, inadequado ao contexto sociopolítico actual, fazendas instaladas por força da prevalência dos marcos coloniais em terras rurais comunitárias, o uso da força marcado pelas demolições reiteradas e nalguns casos com alojamentos forçados e noutros expondo famílias inteiras, crianças velhos ao relento”.

Bernardo Castro fez também menção à fragilidade do sistema fiscal e a suposta incapacidade de resposta do aparelho administrativo do Estado.

Para o activista, em meio de tudo isso, as populações, maioritariamente pobres e sem acesso à informação são a grande vítima.

### **Problemática fundiária deve ter responsabilidade do Estado**

“Portanto, a problemática fundiária, para além de inspirar algum cuidado e profundidade na sua abordagem em razão da sua complexidade e multidisciplinaridade, deve despertar maior sentido de responsabilidade do governo angolano”, salientou.

Segundo afirmou acreditar, “essa triste realidade, que põe em causa os meios de vida das populações e o seu património histórico-cultural, macula a intervenção do Estado na gestão e ordenamento do território que é presidido, dentre outros, pelos seguintes princípios: c) equidade; d) distribuição justa dos solos e equilibrada dos espaços... e f) reforço da coesão nacional e entre as regiões do nº 2 do art. 6º da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo”.

## **6.15 A Associação dos Promotores Imobiliários quer a opção da “Alienação Fiduciária”**

*Jornal de Angola*  
14 de Outubro de 2010

A Associação dos Promotores Imobiliários de Angola defende a necessidade do mecanismo da “Alienação Fiduciária”, enquanto dispositivo legal que permite a transferência da propriedade de um bem móvel ou imóvel do devedor ao credor, para garantir o cumprimento de uma obrigação.

A Associação dos Promotores Imobiliários de Angola vê a instalação do mecanismo como saída para a estagnação imobiliária que o país regista devido à falta de crédito imobiliário de qualidade. Através dos seus associados, a Associação dos Promotores Imobiliários de Angola tem enfrentado inúmeros problemas sobretudo o crédito bancário, tendo verificado, que mesmo havendo recursos, os bancos perdem o interesse no crédito à habitação, uma vez que a cobrança dos incumprimentos e a reten-

ção do imóvel a favor do banco é lenta.

A presidente da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola, Branca do Espírito Santo, disse ao Jornal de Angola, que a Alienação Fiduciária, permite resolver os incumprimentos sem recurso ao Tribunal. Bastam os notários para notificar, restituir e leiloar os imóveis quando não haja pagamento das prestações e isso traz assinaláveis vantagens para o sector.

A Alienação Fiduciária é uma figura jurídica que garante algum conforto às entidades financeiras, permitindo que o banco credor beneficie do imóvel em caso de incumprimento. “São estas as questões que os bancos nos colocam. A Alienação Fiduciária pode concorrer para que a questão dos Tribunais seja ultrapassada”, referiu Branca do Espírito Santo.

Os projectos imobiliários, explicou, necessitam do chamado capital intensivo e para isso é necessário recorrer ao crédito bancário, que por sua vez tem juros elevados, o que faz com que o produto final seja caro. Branca do Espírito Santo diz que é esta causa dos elevados preços da habitação em Angola.

A alta dos juros encontra justificação nos riscos que se prendem com o incumprimento, morosidade dos Tribunais e de não haver garantias reais. Estas situações, afirmou, impedem que haja uma relação sã entre as empresas imobiliárias, os clientes e os bancos.

A presidente da Branca, do Espírito Santo referiu que é fundamental que se faça funcionar o crédito bancário, desde que existam mecanismos jurídicos que ofereçam boas garantias aos bancos. “Achamos que a figura da Alienação Fiduciária é uma delas”, disse.

“Trouxemos o tema à discussão, mas não tenho conhecimento de que esteja a ser trabalhado”, concluiu.

A Alienação Fiduciária é vantajosa para quem concede o crédito e para quem constrói. Com este mecanismo é possível desenvolver políticas sociais que permitam a concessão de crédito bonificados.

## **6.16 Há nomes obscenos atribuídos pelos os cidadãos**

*Semanario Novo Jornal*  
15 de Outubro de 2010

*Como anda a actualização da toponímia de Luanda?*

Nesta altura, realiza-se o concurso que mobiliza a sociedade civil, concretamente especialistas do domínio das artes e desenho que possam apresentar propostas sobre o modelo das placas para os topónimos e também a tipologia de números para a afixação das residências e instituições.

*Que critérios usarão para a atribuição dos nomes?*

Sabe que nestas coisas é preciso sempre uma legislação específica que determine as regras. Também já se trabalhou na proposta de um regulamento para este fim.

Não podemos trabalhar sem que estes diplomas sejam aprovados superiormente. A partir daí se saberá qual o modelo para a atribuição dos nomes.

*Alguma rua da zona urbana mudará de nome?*

A questão da mudança de nomes é muito complexa. É como, por exemplo, de um momento para outro decidirmos mudar uma figura qualquer da nossa moeda, teríamos de mudar tudo. Não faz muito sentido alterar só por alterar. Vamos fazer uma análise clara dos nomes existentes. Mas numa primeira fase o fundamental para nós é fazer o mapeamento da situação. E depois começarmos a actuar.

Há nomes de ruas ou bairro que não reflectem nada da história da área em causa... Sim, são todas estas questões que s vão ser afloradas neste trabalho que está a ser feito.

*E nomes os atribuídos pelos populares?*

É assim, a questão dos nomes dados pelos populares, nós teremos que ter algum cuidado, porque alguns são obscenos. Se nós queremos criar uma sociedade que restitui os valores morais e cívicos, e meteremos os nomes obscenos?

A comissão vai fazer também esta avaliação. Aqueles nomes dados pelo povo que nos parecem salutareos poderão manter-se porque vinculam mais a população, fazem a população sentir-se mais dona daquele espaço. Sente-se ainda uma confusão entre a distinção de ruas, avenidas e não só.

Está bem, isto tudo vai ficar esclarecido neste regulamento. Vai ficar definido quais os parâmetros para se saber o que é uma rua, avenida, uma ruela, ou travessa, beco e por aí fora. Mas é preciso perceber que a toponímia é um grande caminho até para o conhecimento da história ou factos relevantes da nossa sociedade e do mundo.

*A sociedade reclama o facto de nomes de nacionalistas fora do MPLA não serem atribuídos a ruas ou bairros. Quer comentar?*

Eu acho que estes aspectos vão ser considerados, porque a nossa história é muito complexa. A nossa história foi vivida de facto por muitas pessoas e tendências. Cada uma dessas tendências marcou o seu momento específico, colocou a sua pedra nesta construção da nação. Então, dentro daquilo que são as experiências dos nossos historiadores, antropólogos e sociólogos saberão de certeza absoluta encaminhar melhor o nome apropriado ao facto de um nacionalista que estiver a ser proposto, independentemente desta pessoa ser ou não do partido vencedor dos pelos populares, nós teremos que ter algum cuidado, porque alguns são obscenos. Se nós queremos criar uma sociedade que restitui os valores morais e cívicos.

A comissão vai fazer também esta avaliação. Aqueles que vão nomes dados pelo povo que nos parecem salutareos poderão manter-se porque vinculam mais a população, fazem a população sentir-se mais dona daquele espaço.

Sente-se ainda uma confusão entre a distinção de ruas, avenidas e não só.

Está bem, isto tudo vai ficar esclarecido neste regulamento. Vai ficar definido quais os parâmetros para se saber o que é uma rua, avenida, uma ruela, ou travessa, beco e por aí fora. Mas é preciso perceber que a toponímia é um grande caminho até para o conhecimento da história ou factos relevantes da nossa sociedade e do mundo.

## 6.17 Ventos de Mudanças no Imobiliário

*Jornal o País*

*15 de Outubro de 2010*

Poder-se-á dizer que, embora esta constatação, tal não tem impedido o seu desenvolvimento. Na actual conjuntura, o arrefecimento da actividade no sector imobiliário explica-se mais pelo lado da crise económica internacional do que pelo arcaísmo ou omissão da legislação aplicável.

Mas poderá o sector imobiliário crescer de forma sustentada sem a alteração da legislação sobre o arrendamento urbano e a definição de regras legais de acesso e de exercício da actividade de mediação e angariação imobiliária.

Não. É um daqueles casos que o mercado, por si só, não resolve.

O Decreto nº 43 525, de 7 de Março de 1961, sobre Arrendamento de Prédios Urbanos no Ultramar, tornou-se quase “letra morta”. São muitos os exemplos em que as partes, baseando-se nos ditames do mercado, divergem da lei em vigor, ignorando o interesse público que o arrendamento urbano deve incorporar. Na nova Lei de Arrendamento Urbano, o legislador não se limita a actualizar o enquadramento legislativo, através, designadamente, da introdução de normas que permitem um melhor equilíbrio entre a posição de senhorio e de inquilino. Estabelece regras que dão uma dimensão social ao mercado de arrendamento urbano e favorecem a segurança jurídica, mesmo quando as opções feitas seguem a linha do Decreto nº 43 525, de 7 de Março de 1961, colidindo assim, com os interesses prevalentes do mercado. Para ilustrar esta última ideia, basta pegar em algumas matérias que são nucleares na discussão e na celebração de um contrato de arrendamento urbano.

Na Lei de Arrendamento Urbano que se anuncia, a exigência de escritura pública para os arrendamentos sujei-

tos a registo e para aqueles que se destinem ao comércio, à indústria e ao exercício de profissões liberais, mantém-se. Ou seja, o legislador não cede à desformalização que o mercado dita. Continua a privilegiar o controlo de legalidade que os notários públicos devem garantir neste tipo de contratos, definindo os elementos e os documentos (título de propriedade horizontal, documento descritivo do estado do locado e do respectivo prédio, assim como a licença de utilização ou o seu pedido) que os mesmos devem referir ou conter.

As fixações da renda em moeda estrangeira apenas nos casos em que as partes (ou uma delas) não são residente cambial e a manutenção do prazo de um mês como período máximo de antecipação do pagamento da renda. São outros dois exemplos em que a Lei de Arrendamento assume uma divergência com as regras do mercado mantendo a orientação que vem detrás.

Noutros pontos. O legislador actualiza e inova, cortando amarras com o quadro legal vigente. Adapta aos tempos que correm as diversas formas de cessação do contrato de arrendamento nomeadamente nos contratos de arrendamento para habitação com duração limitada não deixando, contudo de exigir a intervenção judicial no despejo. Com carácter de inovação a Lei de Arrendamento cria por exemplo, diversos tipos de renda (livre, condicionada e apoiada), temperando, neste caso o princípio da liberdade de contratual das partes com preocupações sociais em matéria de aumentos de renda define mecanismos de deferimento da desocupação dos espaços locados por razões sociais imperiosas, e excluiu do seu âmbito os contratos de instalação e uso de loja de estabelecimento em centro comercial.

Com o propósito de preencher um vazio legal a proposta de Lei de Mediação que regulará também a actividade de angariação imobiliária visa criar ordem numa actividade desregulada que retém uma parte relevante da cadeia de valor do ciclo imobiliário. Na lei em discussão prevê-se que os mediadores imobiliários cumpram requisitos de exclusividade no exercício da actividade de capacidade profissional e financeira de idoneidade e de responsabilidade (reconhecendo-se, por um lado, ao Instituto Nacional de Habitação poderes de fiscalização e exigindo-se. Por outro, a celebração de seguros de responsabilidade civil profissional) Ou seja retira-se a actividade de mediação e angariação imobiliária do vácuo preenchendo-se o espaço vazio com um conjunto de normas que visam a protecção do interesse do consumidor e do Estado.

Estas duas intervenções legislativas que se avizinham anunciam assim, ventos de mudança. Num caso numa actividade socialmente relevante como é o arrendamento, reintroduzindo ordem onde há caos Noutro criando regras onde há vácuo trocando o arbítrio por uma regulação aceitável.

## 6.18 Um desafio entre a historia e a modernidade da cidade

*Semanário Novo Jornal*  
15 de Outubro de 2010

A sociedade luandense posterior a chegada dos primeiros portugueses com Paulo dias Novais a testa marca também os passos para a emergência de uma nova forma de organização socio-económica bastante vincada por questões do comércio de escravos que fizeram enriquecer muitos colonialistas portugueses que vinham com o anseio indisfarçável de uma oportunidade para a sua augurada mobilidade social ascendente. Segundo Manuel da costa lobo Cardoso, na sua obra “subsídios para a história de Luanda”, publicada sob a chancela do museu de Angola, é com a chegada do governador Francisco Sousa Coutinho que se dá a construção das “primeiras tuas” e “posteriormente, em 1779, foi a cidade “alta” ligada à “baixa” por duas artérias calcetadas que ainda hoje existem, são as actuais calçadas de Baltazar de Aragão e do pelourinho”. Tudo isso, numa cidade em que o modo de vida continuava a ser o mesmo de a um século “onde todos delapidavam e traficavam de um modo escandaloso”.

A propósito da calçada do pelourinho, hoje comumente chamado de largo do pelourinho conta-se que era o local onde, nos séculos XVII e XVIII se realizavam as operações de compra e venda de escravos, comércio tradicional, ou em alguns casos leilões. Encontra-se situado onde outrora foi o velho baigo de katari e é lá que se encontrava o pelourinho da cidade, demolido em 1884. É talvez o mais antigo largo de Luanda. Era tão grande o peso dos escravos naquela sociedade que “um português médio tinha ao seu serviço 50 escravos e os ricos chegavam a ter 3.000”, Escreveu Manuel Cardoso. Estas casas de “respeitados” senhores esclavagistas da época ficavam na rua dos mercadores que funcionavam portanto como entreposto de escravos antes de embarcarem para as Américas e Europa (muito poucos) vindos pelo canal do Kwuanza.

Ainda naquela zona da cidade, está o não menos conhecido largo da mutamba que, afinal, em kimbundu é uma árvore. É um dos mais antigos largos da cidade e alguns autores revelam que anteriormente se designava largo de danja-a-rosa onde se realizava todos os dias uma feira – praça – para a comercialização de frutas entre às 05 as 8:00 horas.

Se já em 1954 o autor que fazemos referência fazia menção ao facto de “Luanda, sob o ponto de vista urbanístico, apresenta-nos, actualmente, com certas deficiências peculiares a uma cidade com um longo passado”, para então concluir que “algumas das suas ruas e largos, ajustados às necessidades da época, nos parecem hoje mal delineados e aquém das exigências normais do trânsito”, o que dizer desta situação nos nossos dias.

O mais antigo registo toponímico da cidade de Luanda remonta a 1844 quando “uma sessão da Câmara deliberou que se organizasse uma nomenclatura para as ruas da cidade”. Curiosamente, foi neste registo que se convenci ou designar o actual Largo da Mutamba por Bressane Leite em homenagem ao governador José Xavier Bressane Leite. Entretanto a cidade continua a crescer, há novas centralidades a emergirem, há bairros periféricos novos que surgem no mapa da cidade alterando completamente a sua paisagem e geografia. Ao mesmo tempo, colocam-se novos desafios, mormente aqueles ligados às novas tecnologias de informação, com valências para a localização espacial e geográfica como são os famosos GPS para além de questões sociais e institucionais (como a Polícia, os Tribunais, Identificação civil) ou ainda serviços (como os Correios, água, luz, telefonia fixa entre outros).

Isso porém, notam alguns historiadores e pessoas próximas da KALU, não pode servir de pretexto para desvalorizarmos a ideossincrasia histórica da cidade, mesmo que em alguns casos, a manutenção de alguns nomes possa revelar-se uma anti-história ao apelar os valores do colonialismo. A cidade tem uma história, tem fenómenos, tem aspectos que lhe são intrínsecos, tem um património desde a toponímia e esta deve ser valorizada e preservada.

Torna-se necessário olhar para a forma como nasceu a cidade, insistem estas fontes, como cresceu em várias etapas da nossa ‘história e perceber a sua essência, mediante a sua ligação com o mar e o tráfico negreiro de escravos muitas vezes vindos do, Ndongo, Matamba e de outros reinos bantu pré-colombiana destruídos com a chegada dos portugueses. Do mesmo modo, a nova toponímia deve valorizar as alterações produzidas depois da independência, como atesta um levantamento de 1991, da Secretaria do Estado da Habitação ao qual nos apoiamos.

Algumas daquelas fontes associativas que preferem não ser citadas, apresentam porém algumas sugestões sobre esta matéria: “O Largo 10 de Maio passaria a chamar-se Largo da República e nomes como Samora Machel, Nelson Mandela, Mendes de Carvalho, Holden Roberto e outros pontificarem em ruas, avenidas, becos e outras zonas de grande relevo na nova Luanda que todos sonhamos que temos dificuldade em dar a luz”, sentenciam.

## 6.19 Opway Angola aposta em moradias de baixo custo

*Semanário Expansão*  
15 de Outubro de 2010

Uma fonte ligada a direcção da construtora Opway afirmou ao Expansão que a solução de construção para

os edifícios económicos deve ser reforçada na edição 2010 da feira Constrói Angola, que decorre de 14 a 17 deste mês, no recinto da Filda, em Luanda.

A fonte afirma que as habitações deverão ser de tipologias T2, T3 e T4, respectivamente com 64, 80 e 95 metros quadrados, numa concepção arquitectónica que deverá estar em linha com as condições locais do País, sendo que as paredes dos imóveis serão construídas à base de alvenaria estrutural, e as lajes (pedra lisa utilizada para cobrir pavimentos) serão pré-fabricadas.

O projecto de habitações de custo controlado, a par de outros liderados pela Opway Angola, é uma das frentes de negócio que a empresa pretende implementar à escala nacional.

Para alcançar tal desiderato, a construtora está a promover parcerias com fornecedores nacionais e a dar formação à mão-de-obra local, no intuito de reduzir o custo da construção, fomentar a criação de empresas fornecedoras e contribuir para a criação de emprego nas comunidades onde a empresa possui obras em execução.

As habitações, cujos preços ainda não foram adiantados, deverão ser comercializadas pela Imopway, imobiliária criada pelo grupo no intuito de reforçar a presença da empresa no mercado nacional.

De acordo com a direcção da Opway Angola, “a adjudicação desta empreitada representa um passo importante na estratégia da empresa, pois reforça a aposta da construtora numa das áreas que continuam a apresentar crescimentos significativos no País, o sector imobiliário”, sendo que a empresa tem participação em várias infra-estruturas públicas, como hospitais, portos pesqueiros, vias de comunicação, pontes viadutos e obras marítimas. O plano da Opway Angola, segundo garantias da sua direcção, surge também em resposta ao programa governamental que prevê a construção de um milhão de fogos até ao final de 2012.

Volume de negócios pode atingir os 250 milhões USD. Apesar de não revelar o volume e de negócios na actualidade, a direcção da Opway Angola estima que este montante poderá atingir os 250 milhões USD, em 2012, resultantes de obras em Luanda, Cabinda, Kwanza Sul, Benguela, Huíla e Namibe.

Um dos projectos imobiliários do grupo é o empreendimento Muxima Plaza, situado na zona central de negócios de Luanda, nas proximidades do edifício-sede do BPC, entre outras instituições.

O empreendimento representa um investimento de 34 milhões de USD. Trata-se de um projecto ambicioso que antevê a criação de um novo pólo empresarial na cidade capital, que inclui a habitação, escritório, zona comercial e 700 lugares de estacionamento, num quatro edifícios.

Os trabalhos de prospecção geotécnicas estão segundo os responsáveis, a ser marcados pela contenção periférica, a qual consiste numa cortina de paredes moldadas de betão em toda periferia do espaço da obra a construir abaixo da cota de superfície, completada com ancoragens, que são realizadas por níveis a medida que se avança com a escavação.

A Opway Angola nasceu de uma parceria entre os grupos Opway e Escom, que, em 2009, constituíram uma joint-venture para actuar no mercado de construção e obras públicas na África subsariana, ou seja, em Angola e Congo Democrático. O objectivo da Escom e da Opway Engenharia, ao nível da região da África subsariana, é o de atingir um volume de negócios de 500 milhões USD até 2012, ao passo que somente para Angola as estimativas apontam uma carteira de negócios na ordem dos 250 milhões USD.

A Opway surge da fusão da Opca com a Sopol. Desde 1992, a empresa tem marcado presença em Angola, com a realização de múltiplas obras em diversas regiões do País, sendo de destacar Luanda, Cabinda, Kwanza-Sul, Benguela, Chupa e Namibe. Em 2008, foi constituída como empresa de direito angolano, sendo hoje uma firma de referência no sector da construção civil e obras públicas em Angola e Portugal.

## 6.20 Crescimento Imobiliário impulsiona investimento

*Jornal de Angola*  
16 de Outubro 2010

O facto de o crescimento do sector imobiliário em Angola se repercutir na procura constante de material de construção, impulsionou a construção 20 unidades fabris de cerâmica, tinta e material acabamento, em todo o país, disse na quinta-feira o director nacional dos materiais de construção, Manuel Victor, quando visitava a “Constrói Angola 20 J O”, em Luanda.

Em cada província existe actualmente uma fábrica de cerâmica, o que, além de oferecer mais emprego e proporcionar rendimento, também diminui a dependência do país quanto a material de construção.

“Felizmente no nosso país tem tudo aquilo de que precisamos para explorar os recursos naturais e a capacidade de transformar e disponibilizar aos sectores que dele necessitam o produto já modificado. Em Angola estamos a produzir telha, tijolo, fios de revestimento, coisas que anteriormente importávamos de vários países, principalmente da Europa”, frisou.

Manuel Victor disse que o sector que dirige se lançou nesse desafio e prevê que em 2011 possa haver no país produtos acabados para construção de pontes, estradas, escolas entre outros.

“Vamos ter a oportunidade de poder desfrutar dos inves-

timentos que estão a ser implementados”, realçou. Em relação às fábricas de cimento, adiantou que além da Cimangola, em Luanda e Benguela, está prevista a construção de mais cinco fábricas, que podem levar cerca de 36 meses até ficarem operacionais.

“O Estado tem vindo a impulsionar a indústria de materiais de construção e acreditamos que nos próximos tempos os resultados serão melhores e muito mais visíveis”.

## 6.21 Milhares de casas em construção no município da Caála e Tchippa

*Jornal de Angola*  
16 de Outubro de 2010

Pelo menos 12 mil casas sociais são construídas em 2011, nas reservas fundiárias da comuna da Tchippa e no município da Caála. A informação foi divulgada no Huambo, pelo secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

Depois de, ter visitado as reservas fundiárias, o secretário de Estado disse que o projecto vai beneficiar cidadãos que têm emprego fixo e acesso ao crédito bancário. O projecto insere-se no âmbito do programa nacional de habitação do Executivo, que visa a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país.

As obras na comuna da Tchippa e nos municípios da Caála e Bailundo foram adjudicadas a uma construtora israelita. Depois do levantamento topográfico, disse Joaquim Silvestre, o projecto prossegue o seu curso normal, de acordo com os parâmetros traça dos pelo Ministério do Urbanismo e Construção”.

O secretário de Estado da Habitação considerou as condições dos terrenos propícias para a construção, por estarem numa área plana, que facilita as obras, principalmente de casas sociais. Para o êxito das obras, foram criadas na província representações de vários ministérios: Administração do Território, Finanças, Urbanismo e Construção, Energia, Águas e Ambiente todos empenhados no processo. O secretário de Estado da Habitação disse que, para o avanço do programa habitacional, foram revistos os contratos, há um mês, com a empresa construtora, para a construção das casas sociais e os apartamentos. A reserva fundiária do Tchippa tem uma área de 1.151 hectares, onde vão ser erguidas seis mil casas. No município da Caála também vão ser construídas seis mil casas, num espaço de 1.612 hectares.

### Postos de saúde

O sector da Etanha, comuna de Tchiumbo, município do Catchiungo, precisa com urgência de centros e postos de saúde, para reduzir as distâncias que percorrem diariamente as populações em busca de assistência, segundo o sob o António Tchippa.

“As populações caminham a pé mais de 20 quilóme-

tros para chegarem à sede da comuna, onde se encontra o centro de saúde”, disse o soba António Tchিপale, responsável pelas aldeias de toda a regedoria do sector do Etanha. O sector da Etanha não dispõe de nenhuma infra-estrutura sanitária e muitas vezes, de acordo com o soba, as mulheres grávidas, para fazerem consultas, fazem muitos sacrifícios e as parturientes são levadas em tipóia. Acrescentou que as doenças mais frequentes no sector são as diarreias e a malária.

## 6.22 Executivo continua apostado na construção de casas sociais

*Semanário Independente*  
16 de Outubro de 2010

O ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, reafirmou quinta-feira, em Luanda, o engajamento do Executivo angolano na construção de casas sociais e de média renda, confortáveis e adequadas às exigências da sociedade.

José Ferreira, que discursava na abertura da 8ª edição da Feira Internacional de Construção Civil e Obras Públicas (Constrói Angola/ 2010), acrescentou que o programa habitacional é um dos maiores desafios do Governo, pelo que a participação do sector privado é incondicional.

De acordo com o ministro, a realização da feira está enquadrada num contexto em que o país continua muito dinâmico no domínio da sua economia, de que se destaca o sector da construção. Segundo ele, o evento permitirá aos operadores encontrar muitas propostas tecnológicas e soluções técnicas capazes de impulsioná-los.

“O Executivo continua implementado o seu programa de construção, reconstrução e manutenção de infraestruturas, o que tem representado avultados investimentos para proporcionar o bem-estar, a comodidade e conforto dos cidadãos no país” lembrou, enaltecendo a coragem e sacrifício dos empresários face às adversidades.

Para o titular do Urbanismo e Construção, o país não pode, sozinho, continuar a arcar com todos os investimentos, por isso solicita a iniciativa do sector privado, que também depende do ramo do material de construção civil para desenvolver-se, atendendo às oportunidades que o mesmo oferece.

Nesta perspectiva, afirmou que o Governo mantém o seu desafio de ver crescer o sector de produção dos materiais de construção civil, com qualidade, como forma de reduzir o custo de construção das obras, e como forma de afirmação da classe empresarial, que se vê desafiada pelo programa habitacional do Governo.

Relativamente à Constrói Angola 2010, considerou uma iniciativa que, há oito anos, serve de montra da vontade dos angolanos em reconstruir e desenvolver o seu país e o potencial de Angola no domínio da construção, assim como aumenta a oportunidade de negócio para os empreendedo-

res que optarem em investir no mercado nacional.

“Aproveito a oportunidade que me é concedida para exprimir a minha satisfação e apreço pelo convite para discursar nesse acto de abertura, cuja 8ª edição acontece quando o país se mobiliza para assinalar os 35 anos da proclamação da Independência Nacional” – argumentou o governante. É esse aliás, prosseguiu, o pano de fundo desta feira, que vai servir para mostrar aos expositores e visitantes as inúmeras realizações em curso no país e o enorme potencial por ser explorado, além de vir a permitir a Angola assumir o seu verdadeiro papel de um país bom para os seus filhos e outros cidadãos.

Felicitou também os expositores pela participação e pelo seu contributo na execução dos projectos do Governo, superiormente aprovados. Por outro lado, congratulou-se também com os organizadores da Constrói Angola pela visão e persistência na realização anual do evento, que também impulsiona o crescimento do sector.

O associativismo empresarial angolano foi o tema escolhido para abrir o ciclo de debates das Jornadas Técnicas da Associação dos Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas de Angola (Aeccopa), que aconteceu esta sexta na Feira Internacional “Constrói Angola 2010”.

### Porta aberta para a geração de empregos

Por seu turno o director nacional do emprego e formação profissional, Leonel Bernardo, considerou que a realização de feiras no país abre portas para a captação de investimentos, facilitando deste modo a geração de empregos para jovens.

O responsável sublinhou que o processo de reconstrução que o país vive faz com que haja cada vez mais investimentos no sector.

Leonel Bernardo apelou aos empresários no sentido de apostarem na criação de indústrias de transformação e produção de materiais de construção para se evitar ou diminuir as importações.

“Seria bom que os empresários comessem a implantar indústrias em várias províncias. Desta forma não só estariam a acelerar o processo de reconstrução como surgiriam mais empregos”, realçou.

Segundo disse, uma das preocupações da direcção Nacional do Emprego e Formação Profissional é formar jovens técnicos na área da construção civil em função da demanda do mercado e por existir um grande interesse por parte dos mesmos.

Trezentos e 15 expositores nacionais e estrangeiras do ramo de construção civil expõem serviços e produtos na 8ª edição da feira Constrói Angola.

O evento, que encerra domingo, decorre nas instalações da Feira Internacional de Luanda (FILDA) sob o lema “Construímos o futuro movidos por um sonho”. É uma amostra representativa de equipamentos de ar condicionado, portas, janelas em alumínio, PVC, madeira, escadas de interiores em madeira, aço inox e material de revestimento.

## 6.23 Populares fazem a sua toponímia

*Semanário Novo Jornal*  
16 de Outubro de 2010

Não conhecem o termo que dá nome à acção que praticam e muitos deles nem sequer querem saber. “Toponímia é o quê?”, “Nunca ouvi falar disso” ou “não sei explicar” foram as respostas frequentes que obtivemos em diversas zonas periféricas de Luanda, quando perguntámos se já ouviram falar do termo em causa. Houve quem tentasse responder correctamente à nossa questão, deixando a impressão de que pelo menos já terá ouvido falar do vocábulo, embora não se lembrasse do seu significado.

“Se não me engano ouvi mesmo numa publicidade que passou na televisão ou na rádio, mas não entendi bem o significado. Mas costumo ouvir as pessoas a falarem esta palavra”, respondeu Augusto João, de 32 anos, em convívio com companheiros, numa rua sem nome oficial no subúrbio do bairro Prenda.

“E mentira, meu irmão, ele nunca ouviu nada disso. Ele não ouve a rádio. Na televisão assiste mais novelas do que outra coisa, interveio um amigo do Augusto. Lilás, que conta os mesmos anos de vida que o Kamba, revelou que também não sabia a resposta certa para a questão.

“Para ser sincero, nós aqui nunca ouvimos falar disso. Esta é a primeira vez que ouço falar desta palavra. Por isso, também não sei”, atirou Lilás sem que lhe tivesse sido feita alguma pergunta.

Tanto estes dois interlocutores, como os outros, agradeceram depois de resumidamente explicarmos que a toponímia significa o sistema de identificação de nomes de ruas, praças e lugares de uma determinada localidade, ou cidade, sua origem e evolução.

É, esclarecido o vocábulo; souberam contar como surgiram os nomes das ruas em que vivem, embora também tenham tido dificuldade em dizer os nomes dos autores da “toponímia popular”.

Se tiver em conta que a área urbana de Luanda e muito menor que a periferia, seguidamente, chegar-se-á a conclusão que a maioria dos nomes das ruas da capital foram atribuídos por populares e tais denominações nem sequer são reconhecidas pelo o Governo da Província.

### Lama Kizomba

No Prenda, começamos a nossa ronda, na rua da Lama. Este nome, segundo os moradores, surgiu em função da falta de uma rede de esgotos o que provocou a inundação da ruela com águas residenciais, que em alguns casos ate saíram das fossas.

“Quando viemos construir aqui, a rua ainda não tinha nome. Também, na altura eram muito poucas casas. Não tinha tanta gente, como agora. Em finais dos anos 80 é que as pessoas começaram a chamar de rua da Lama. Eu não sei quem deu este nome, mas sei que é por causa das águas estagnadas que se registavam aqui na rua”, explicou

Esperança Manuel, moradora aí há mais de 20 anos.

Vendedora de Bombó, assado e frito com ninguém torrada, na porta da casa da Tia Pancha, como e carinhosamente chamada, revelou que em tempos idos, a sua rua já foi uma das mais famosas do Bairro Prenda.

“Quem é que não conhecia a Rua da Lama, no Prenda? É engraçada, porque a medida em que a lama, no Prenda a rua foi ganhando cada vez mais fama. Ainda hoje, está inundada, que até porque faz mal a saúde. É quase impossível passar por aqui. O esgoto não funciona em condições”, disse a interlocutora.

Já, a rua da Kizomba, uma das mais extensas aperiitiva daquele bairro, e uma homenagem ao estilo de musica/dança com o mesmo nome.

Moradores desta rua que falaram ao Novo Jornal fizeram questão de explicar que o nome não surgiu apenas, para reverencia a Dança ou a Música, mas também por morarem os jovens que dançam de forma espectacular. Portanto nós aqui dançamos a sério a Kizomba.

Infelizmente os tiveram mesmo na origem do nome já partiram para outro mundo. Era obrigatório os jovens da nossa rua saberem dançar Kizomba, somos os melhores do Prenda, neste aspecto”, defendeu-se Gelito de 38 anos de idade.

### Praça Savimbi

Um pouco depois de 2002, altura do fim do conflito militar que assolou o país, algumas vozes se levantaram defendendo a atribuição uma rua com nome de Jonas Savimbi pela a dimensão histórica. A questão até é discutível, como disseram alguns interlocutores, mas nesta reportagem não se quer discutir, simplesmente dizer que dentro da “toponímia popular”, já existiu a mais de 20 anos uma rua com esse nome. O que conseguimos e esta atribuição foi ou não para homenagear o antigo líder do galo negro.

A rua do Savimbi já foi uma das mais famosas do Prenda no seu interior existe um pequeno, mercado informal que vai morrendo aos poucos, mas que no passado foi um dos lugares naquele musseque onde se vendia pão, manteiga e café.” Era aqui que boa parte das pessoas comprava o mata-bicho”, contaram os interlocutores.

“Ninguém sabe quem deu esse nome.” Eu vivo aqui há muitos anos, mas também não sei. Mas o que já ouvi é que nesta rua havia muitos militantes da Unita que terão sido estas pessoas que deram o nome de Savimbiao mercado”, explicou Domingos João.

“Mas também já ouvi que este nome foi atribuído por militantes do MPLA para irritar algumas pessoas mulheres militantes da UNITA que vendiam no mercado. Mas a verdade e que esta rua e chamada de Rua a Praça do Savimbi”, acrescentou o mesmo interlocutor.

Um outro entrevistado, que também vive naquelas, para-gens, identificado apenas Holy, contou-nos uma versão bem diferente da de Domingos. Para ele, terá surgido por

causa de um idoso que exibia uma barba ao estilo do falecido fundador do maior partido da oposição. “Também não sou a certa para responder a esta pergunta até onde eu sei é que o nome de rua ou praça do Savimbi terá surgido por causa de um mais velho que vivi aí e que tinha uma barba comprida parecida com a do Savimbi”, disse Holy. Estas não são as únicas ruas do Prenda baptizadas pelos próprios habitantes. Há ainda a dos Petróleos, em homenagem a uma cantina em que se comercializava este combustível, muito usado nos candeeiros, por falta de energia eléctrica. O proprietário da cantina chama-se senhor Chico. Zé Banana, era o nome do falecido dono de uma casa informal de exibição de filmes. No início dos anos 90, possuir um aparelho de vídeo cassete era um privilégio e os cinemas, também não satisfaziam a demanda. Apercebendo-se deste vazio, Zé Banana com o seu “raro” vídeo cassete, fez do seu quintal um “cinema” com duas sessões de filmes diária (das 18h00 às 20h00 e das 20h00 às 22h00), a partir daí a rua ganhou o seu nome, Rua do Zé Banana.

Mas os habitantes não só dão nomes às ruas como também aos bairros. Iraque, Bagdad, Simione são nomes de bairros do município do Kilamba Kiaxi que servem para exemplificar o que aqui reportamos. Fubu e Dangerei também pertencem a este município.

Catinton é o nome que os populares convencionaram chamar a um subúrbio afecto ao município da Maianga. O mesmo nome foi dado à vala de drenagem que passa por aí, saída da zona do Estádio Nacional da Cidade e que desagua no mar, na área do Benfica. Na Maianga ainda há, o musseque da Terra Vermelha, localizada por detrás do aeroporto, Margoso e Chabá, denominações de origem popular.

E, como já dito, por toda a periferia da capital os populares vão fazendo a sua toponímia. Muitas das vezes usam os nomes dos governantes ou de uma figura pública que tenha investimentos na zona em causa. Em Viana, por exemplo uma área chamada Jacinto Tchipa, antigo deputado do primeiro parlamento saído das eleições de 92. Em Viana há ainda uma rua e até mesmo um bairro com nome de Nando, em consideração do Vice-Presidente da República por nestas áreas investimento económicos.

## 6.24 Governo do Huambo esbanja um milhão de dólares na requalificação do rio Kalohombula

*Semanário Terra Angolana*  
16 a 30 de Outubro de 2010

A futura cidade ecológica do país chama por ajuda para a requalificação do seu pulmão ambiental. Trata-se da província do Huambo que observa a paralisação das obras de recuperação da Granja por alegada falta de dinheiro.

O pulmão ambiental pode ser engolido ainda o lixo que toma de assalto a cidade planáltica.

“O Governo provincial o Huambo gastou, para este ano cerca de cem milhões de Kwanzas para a requalificação mas as obras nunca tiveram início”, disse um activista social que considera a bacia do rio Kalohombula como uma enorme lixeira ao céu aberto.

Para além disto a ribeira da Granja da capital ecológica, como também é chamada a cidade do Huambo continua transformada numa mina de exploração de inertes, comprometendo ao longo prazo o próprio plano urbanístico da cidade do Huambo.

Tanto quanto se sabe os dinheiros em causa foram mesmo cabimentados pelo o Ministério das Finanças. Do executivo de Fautino Muteka nada se sabe, há dois meses do fim de ano, e ou seja, do encerramento do ano fiscal.

De ecologia não é tudo a o presidente da organização OMUNGA, José Patrocínio disse que o dia a do habitat, assinalado esta semana serviu para dedicar especial atenção a situação do direito habitacional no país, assim como denunciar as demolições que ocorrem um pouco por todo o território nacional, com realce para a cidade do Lubango.

Patrocínio considera ainda que o actual plano urbanístico traçado pelo executivo apresenta uma carga de discriminação aos pobres e que argumento ecológico avançado não passa de subterfúgio.

A ONG Omunga, promoveu um encontro de reflexão no Centro de Formação de Jornalistas, em que esteve em cima da mesa o direito habitacional e os actos de demolições que acontecem um pouco por todo o país.

## 6.25 FESA acusada de incumprimentos

*Semanário Terra Angolana*  
16 a 30 de Outubro de 2010

A Fundação Eduardo dos Santos prometeu em 2008 construir na zona da SAPU 150 casa. Volvidos dois anos os sinistrados da Ilha do Cabo não só perderam as tendas como também o direito adquirido de viver numa casa própria. Terra Angolana esteve na SAPU, a acompanhar uma visita de campo do Grupo Parlamentar da UNITA e soube que, do conjunto de casas prometidas apenas 18 foram erguidas e que o Governo de Luanda, parceiro da FESA não reconhece o documento da Fundação Eduardo dos Santos (nome errado do PR) que os habitantes em causa exibem. O quadro piorou nos últimos tempos quando o Governo de Luanda decidiu alojar os antigos ilhéus em casas que a partida seriam de “Fiscais burladores”, mas esta tentativa que foi pessoalmente dirigida pelo Vice Governador desta cidade, Bento Soito resultou em fracasso uma vez que as casas de destino foram há muito vendidas a terceiros pelos fiscais.

Rui Muteta, membro da comissão de moradores disse a nossa reportagem que os fiscais agiram sempre em nome e com o apoio da administração Municipal do Kilamba Kiaxi pelo que os seus erros devem ser assumidos pelo Governo. Exigiu, todavia que os mesmos sejam responsabilizados pelos crimes cometidos.

Nós vivemos 5 anos em tendas. Esperámos que o Governo que para cá nos trouxe e colocou em tendas. Esperamos o Governo que para cá nos trouxe e colocou em tendas fosse capaz de construir novas casas e realojar a nossa comunidade.

Este parece um sonho adiado porque o Governo não quis receber as casas dos fiscais e continuam a viver nessas casas reagiram e para evitarmos o pior regressamos para as zonas das tendas, destruídas por um buldozozor no mesmo dia em que seriam alojados no princípio deste mês.

Um outro morador da SAPU questionou intenção do Governo disse que o povo já vai aceitar que seja para confusão:” que pôr o povo contra povo. Nós já entendemos isso também já entendemos que a FESA enganou-nos. Quis apenas o nosso voto, ver que a promessa de 150 casas data de 2 Setembro de 2008 das últimas eleições disse.

Enquanto isso, Simão de 70 anos idade, que viu a residência a ser demolida na mesma região não compreender motivos do Governo que até prometeu destruir umas milhões casas”. Eu, já tinha uma e demoliram impiedosamente. Agora estou rua sem forças e não o Governo a protegeram me. “Esta Independência devia acabar porque os colonos demolira as nossas casas”, lamentou.

## 6.26 No dia da Habitação Presidente do IDD onde estão 1 milhão de casas

*Semanário Terra Angolana*  
19 de Outubro de 2010

Angola é signatária de vários documentos internacionais relacionado aos direitos de habitação adequada. Afirmou na última semana, a Presidente do Instituto para o Desenvolvimento Democrático “IDD”.

A dirigente da organização fez saber que, o 4 de Outubro serve de reflexão, sobre as condições de moradias e dos direitos de todos seres humanos, por ser um dia internacionalmente consagrado.

Clarisse Mukinda, recordou ainda, que no passado mês de Junho, Angola foi reeleita, no âmbito do mecanismo de revisão periódica universal, a membro do conselho dos direitos humanos das Nações Unidas, no qual o Estado Angolano se comprometeu a privilegiar os direitos humanos, como um factor estruturado, para o desenvolvimento do país.

No seu discurso, Mukinda lembrou aos presentes da conferência, que o governo angolano comprometeu-se de igual modo a construir até 2012 cerca de um milhão e quinhentas mil casas. O que tem se verificado segundo a chefe do referido órgão, são actos de desalojamentos

forçados em massa e violentos, sobre tudo nas províncias de Benguela, Huila e Luanda.

O desalojamento forçado sem indemnização ou habitação alternativa, para os pobres, tem sido considerado pelas Nações Unidas de que Angola faz parte, actos ilícitos a ordem internacional. No seu entender adiantou que, é neste ambiente, em que nos deslocamos a esta cidade, com o fim de reflectirmos em conjunto tais efeitos.

## 6.27 Casas Sociais para jovens foram entregues no Cunene

*Jornal de Angola*  
21 de Outubro de 2011

As obras de construção das 72 casas sociais para a juventude, localizadas no bairro da Kashila, arredores da cidade de Ondjiva, estão concluídas e foram entregues na terça-feira ao governo provincial pelo empreiteiro, num acto assistido pelo governador em exercício, Jerónimo Haleinge.

As referidas residências sociais são do tipo T2 e T3 e foram construídas no âmbito do programa “Angola Jovem” desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos.

A par destas casas já entregues ao executivo do Cunene, mais outras 20 residências estão a ser erguidas na vila Xangongo, no município de Ombadja, devendo ficar concluídas no próximo mês.

No acto de entrega das casas, o responsável da empresa construtora o matapalo, Alfredo da Silva Sousa, confirmou que as obras estão totalmente concluídas e prontas a serem habitadas, embora falte o apetrechamento das mesmas e canalização de água e energia eléctrica, acções que já não são da responsabilidade daquela construtora.

Salientou ainda que as casas ocupam um espaço de cerca 70 metros quadrados e possuem dois a três quartos, casa de banho, cozinha e sala comum do tipo americano.

O director provincial da Juventude e Desportos, António Wakanhuko José, afirmou que o próximo passo, depois de concluídas as obras das residências sociais da juventude, será a entrega aos legítimos beneficiários que se candidataram às mesmas.

## 6.28 Nome das Ruas de Luanda podem sair da Cladestinidade

*Semanario Agora*  
23 de Outubro de 2010

Para inverter o quadro, um concurso para regularização e actualização da designação da toponímia e números de polícia da cidade capital foi lançado recentemente e decorreu até ao último dia 22: O objectivo é dotar Luanda de novas placas, práticas, duráveis, visíveis e esteticamente apreciáveis, substituindo as miniaturas em azulejos herdadas da época colonial.

As referências mais negativas são de pessoas que todos os dias estão nas ruas para distribuir correios, contactar determinada empresa ou mesmo para os funcionários das embaixadas que perdem muito tempo com a falta de informação fixa e actualizada na capital.

É o caso de José Castela, relações públicas de uma missão diplomática acreditada no país que garantiu não dominar muito bem os nomes devido à deficiente identificação. Este é dos muitos exemplos de pessoas que mesmo vivendo na cidade têm fraco domínio da toponímia.

Outros responsabilizam as administrações municipais, em certa medida, enquanto uns defendem que é obrigação do Executivo Central velar pela boa imagem das nossas cidades.

O director de comunicação e imagem do governo de Luanda, disse que a escassez de placas que identificam, principalmente, ruas e avenidas, obrigou as autoridades, através da direcção da cultura a abrir o concurso público para os artistas plásticos apresentarem as propostas para alterar o quadro da informação fixa nomes e números de casas.

Adiantou que felizmente o reaparecimento da toponímia em alguns pontos será um privilégio para todos os cidadãos e visitantes logo que o processo avance os passos necessários. Ladislau Silva lembrou que há uma equipa de especialistas a trabalhar junto com as entidades para determinar o tipo de nome a colocar nos diferentes lugares e as placas a usar para o efeito.

O programa será de âmbito nacional com a discussão abrangente para atribuir um nome a cada rua ou avenida, quando se tratar para determinar o tipo de nome a colocar nos diferentes lugares e as placas a usar para o efeito.

O programa será de âmbito nacional com a discussão abrangente para atribuir um nome a cada rua ou avenida, quando se tratar de figuras que marcaram a nossa história e sublinhou a necessidade dos angolanos participarem com propostas que correspondam aos anseios de todos.

O projecto não anula a validade e a existência das placas anteriores, em azulejo, que manter-se-á como forma de preservação do seu legado patrimonial, mas pretende eger um modelo único de novas placas toponímicas três modelos de números de identificação para as vias, lugares e prédios urbanos, visto que a construções actuais apresentar configurações arquitectónicas nas quais o modelo de identificação variável.

Os concorrentes vão receber os devidos estímulos. Ao primeiro concorrente caberá mais de 3 milhões de kwanzas, enquanto que o segundo e terceiro receberão quantia de 700 mil kwanzas, respectivamente.

As propostas concorrentes vão ser avaliadas por um corpo de júri composto por cinco individualidades, nomeado pela governadora, Francisca do Espírito Santo e a divul-

gação dos resulta dos será feita em Novembro próximo. Contudo, a última actualização aconteceu em 1982.

## 6.29 Garantia de habitação para todos

*Semanario Folha 8*

*23 de Outubro de 2010*

Ecologicamente, habitat deriva da expressão “habitação”, recobrando diferentes significados, como acção de habitar, móvel ou lugar, provindo da etimologia do verbo “habere”, realizando um levantamento dos qualificativos emprestados da casa.

Considerar que cada sociedade tem a sua própria racionalidade inspirada na sua maneira de viver e de coexistir com a natureza e com as outras sociedades, acaba por ser uma afirmação eivada de bom senso. O postulado imediato seria de que o espaço social modela-se, e estrutura-se dentro dos parâmetros de alguma racionalidade.

A racionalidade das sociedades de “subsistência” que no domínio das relações baseiam-se nos substantivos que os antropólogos chamam simpaticamente de “reciprocidade e de redistribuição” porque à habitação antiga e contemporânea, por vezes é marcada pela precariedade das coisas, do nomadismo e da mobilidade residencial, a sua estrutura e o seu processo de diferenciação social, caracterizam-se pelo predomínio de relações de parentesco e pelos atributos “Naturais”, tais como a idade e a força física.

A relação de parentesco que está na base da organização social de muitas dessas sociedades em todas as dimensões relações entre grupos é marcada pelo: exercício do poder político, da prática religiosa e das actividades de produção.

A economia não seria mais do que um aspecto, entre muitos da realidade social-global assente na rede do parentesco, segundo esta teoria antropológica do domínio do parentesco, a mais generalizada na história da antropologia, o habitat e a organização do espaço estariam estreitamente vinculados e dependentes dos mecanismos ditados pelas estruturas do parentesco, correntes antropológicas mais recentes, nomeadamente a antropologia económica.

Angola vive mergulhada numa acentuada crise de vulnerabilidade estrutural das suas famílias, em que as desigualdades e assimetrias regionais dificultam grandemente a competitividade regional, pelo que em nosso entender o desenvolvimento de uma política de equilíbrio regional é necessária e carece de uma vigilância permanente em relação a política de planeamento (ascendente e descendente). Acompanhamos com alguma preocupação no dia 15 de Outubro do corrente, o chefe do executivo na sua primeira comunicação a Nação no hemiciclo nacional dizer que mais de 70 por cento dos cidadãos não têm habitação condignas, e que um grande desafio

para o seu executivo no sentido de reverter o quadro que do nosso ponto de vista é extremamente preocupante, na medida que esta foi sem margens para dúvidas o verdadeiro carro chefe, que ditou a retumbante vitória do partido no poder. Só não conseguimos perceber se estes números são referentes aos anos de 2008 a 2010, ou se reportam a 2002, como foi sendo a base de referência para alguns bens e serviços. O crescimento económico, presidido pela “mão invisível” é gerador de desigualdades provocadas pela “natural” procura de uma afectação racional e eficiente dos recursos e factores de produção. “In Professor Nelson Pestana”, na apresentação do livro *Desigualdades e Assimetrias regionais em Angola*, do professor Alves da Rocha.

A palavra musseque tem como génese significativa, areia vermelha comum nestas regiões e os agrupamentos de cubatas, no centro da cidade designados por bairros ou sanzalas. Num determinado momento surgiram um conjunto de palhotas ou casebres no alto das barrocas local sobre os quais foram construídos os Musseques, para designar um espaço social dos colonizados, vitimados, colocados a margem do processo urbano.

O Musseque torna-se pois num espaço de marginalização que servia de reserva, de mão-de-obra barata no crescimento colonial. Estudos feitos no tempo colonial faziam referência que mais de 60% da população dos musseques eram imigrantes, o que em nosso entender o quadro actual já não será tão linearmente assim. O Musseque enquanto suporte espacial, se relaciona por ciclos de acontecimentos que tendem a repetir-se em todo o lado do país, onde se pretende utilizar a política de avestruz” enterrar a cabeça na areia, optando por tapar o sol com a peneira como se diz hodiernamente.

Em nosso entendimento o musseque, pode ser considerado como uma forma de acomodação entre os grupos diferentes, através da qual um deles está ou fica subordinado ao outro, o musseque representa e, é historicamente verificável, numa das diversas maneiras possíveis de se abordar parte dos problemas de uma percentagem expressiva, das minorias diferentes no seio de uma população importante que se pretende urbanamente habitada.

Constituindo, ao mesmo tempo, numa forma de tolerância através da qual se deverá acautelar “os modus vivendi” que se estabelecem entre os grupos que estão em conflito sobre as questões fundamentais de adaptabilidade.

O musseque é uma forma pitoresca ou, o meio pelo qual os grupos culturais exprimem as suas heranças, quando são transplantados para um habitat diferente, a filtragem puramente renovada dos seus membros e as forças pelas quais a comunidade, mantém a sua integridade e a sua continuidade. Os nossos musseques, são formas subtis da sua comunidade cultural, transformando-se aos poucos mais ou menos, até se fundirem na comunidade envolvente, reaparecendo ao mesmo tempo sobre diversas formas, ligeiramente alterada comparativamente ao seu aspecto primitivo, mais ainda claramente identificáveis.

Um ponto que em nosso entendimento, merece ser examinado, é o conceito de racionalidade que tem sido utilizado normalmente, para avaliar o grau de urbanização dos grupos sociais que desde Simmel, um ilustre mestre da escola de Chicago, fala do “intelectualismo” do Urbanista e a ideia da localização da idade oposta ao misticismo do campo que está bem presente no contínuo falk urbano, de Radfiend.

O caso parentesco, a imparcialidade das relações históricas associadas e a “Objectividade racionalista”, servem de desenvolvimento para estratégias individualistas baseadas no cálculo. Comemorou-se na primeira segunda-feira de Outubro, o dia mundial do Habitat, o nosso país esteve no centro das atenções em 2009, pois tivemos uma ilustre visita sub-secretária da ONU, e directora executiva do programa para os Assentamentos Humanos, a Tanzaniana Anna Kajumulo Tibaijuka, que ocasião felicitou o executivo Angolano pela aposta na construção de milhão de casas, número profusamente sublinhado pelo chefe do executivo no acto centro ocorrido em Luanda.

O executivo angolano assinou com aquele organismo das Nações Unidas um acordo que visa dentre outras coisas, abertura de um escritório da UNHabitat em Luanda, que segundo se diz em princípio será aberto este mês de Outubro.

Apoio às políticas ligadas ao assentamento humanos e a capacitação de técnicos nacionais.

Contempla ainda o envio para Angola de peritos ao país para assessorar o desenvolvimento do programa nacional de habitação em curso em Angola (in *Jornal de Economia* de 17 de Outubro de 2009). Uma política habitacional superficialmente eficiente, torna-se desarticulada do planeamento urbano do território, pode gerar conjuntos habitacionais problemático neste sentido, à articulação da política habitacional, com os instrumentos de ordenamento do território contidos no plano director, pode contribuir para combater a segregação social e espacial. Pelo que esperamos que os escritórios das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos seja uma realidade no nosso país, para desencorajar o imputo voraz e demolidor do Kamartelo, cuja à insensibilidade alia-se, à arrogância dos que pretendem fazer de Angola uma fauna humana, que privilegia à Chilala dos poderosos castrenses.

### 6.30 As primeiras casas ficam prontas em Março

*Jornal de Angola*  
24 de Outubro de 2010

Os primeiros 800 fogos habitacionais, dos 135 mil previstos para a província da Huíla, no quadro do Programa Nacional de Habitação, ficam concluídas em Março do

próximo ano, anunciou quinta-feira, no Lubango, o director provincial do Urbanismo e Habitação.

Ao apresentar o andamento do programa de habitação e urbanização das reservas fundiárias, num encontro com os membros da comissão provincial, Nuno Ndala anunciou que as casas estão a ser executadas pela empreiteira Cassaforma, na zona da Eiwa.

Nuno Ndala explicou que as obras já começaram, depois da montagem de duas fábricas de materiais de construção civil da Cassaforma, numa altura em que as empreiteiras Consterra, Cidadela Degas e Urbanilar criam condições para o arranque da construção de outras 7.458 habitações.

As novas centralidades urbanas têm arruamentos, sistemas de drenagem das águas pluviais, serviços básicos, água, energia, hospitais, escolas, estabelecimentos comerciais, recintos desportivos e postos policiais.

O director do Urbanismo e Habitação da Huíla disse que a construção dos 135 mil fogos habitacionais na Huíla vai diminuir o défice de 213 mil casas que a cidade do Lubango regista neste momento.

### Urbanização do Lubango

Ao abrir o encontro, o governador da Huíla, Isaac dos Anjos, lembrou que o plano de urbanização da cidade do Lubango é antigo e foi projectado pelo arquitecto José António Aguiar, mas, devido à guerra, foi invadido pelas construções anárquicas.

O governador defendeu que é necessário manter o traço característico estabelecido pelo arquitecto; José António Aguiar para a antiga cidade, ao mesmo tempo que “projectamos novas urbanizações nas reservas fundiárias”.

O governador da Huíla acrescentou que “as propostas que trazemos para a urbanização da cidade do Lubango já tinham sido referenciadas anteriormente. Não são meras criações resultantes de uma deambulação intelectual qualquer, pesquisamos e conseguimos descobrir os projectos”, disse.

O governador da Huíla disse que a ideia consiste em conter o caos urbanístico vivido actualmente na cidade. “Identificámos novas áreas de crescimento e expansão da cidade do Lubango, evitando entrar em conflitos de terras e de propriedade”.

Sublinhou que as pesquisas permitiram considerar a construção de avenidas ao longo dos riachos, que atravessam o centro da cidade e obras de engenharia que vão reduzir a velocidade das águas de corrimento superficial. “Se incorporarmos a construção de diques ou represas para redução da velocidade da água, conseguir mos o desassoreamento da cidade e diminuir as consequências das e águas superficiais que causam danos às populações em zonas de risco”, afirmou Isaac dos Anjos.

O governador da Huíla disse que o levantamento para o plano urbanístico levou a considerar o que de e mais tradicional havia para “respeitar a memória colectiva,

conforme mandam os cânones de cidade por meio de busca sobre os projectos de antigos arquitectos”.

Novos espaços para o bem-estar. O governador da Huíla disse que o seu governo está a projectar no espaços urbanos com traçados largos e bonitos para integrar pessoas em harmonia, o que contribui para o desenvolvimento soe da população. “Queremos o bem-estar de todos os habitantes do Lubango nos novos espaços, com urbanismo, ordenamento e vida “tas são as nossas propostas para transformar a cidade num projecto comum da nossa pitoresca cidade.

### 6.31 Jovens de Benguela recebem casas em Dezembro de 10

*Jornal de Angola*  
25 de Outubro de 2010

Os jovens de Benguela começam a receber casas em Dezembro no bairro que está a ser construído no âmbito do “Projecto Angola Jovem”, disse ontem o director provincial da Juventude e Desportos de Benguela, Pedro Garcia. Em declarações ao Jornal de Angola, Pedro Garcia disse que está tudo a postos para a entrega das primeiras 32 habitações construídas no Bairro Nossa Senhora da Graça, na cidade de Benguela.

As restantes 62 casas estão em fase de conclusão e vão ser entregues no princípio de Fevereiro do próximo ano. As habitações custam 50 mil dólares e o pagamento é feito em 20 anos, com prestações mensais de 25 mil kwanzas. Pedro Garcia acrescentou que a Direcção Provincial de Benguela da Juventude e Desportos está a criar as condições para a realização do sorteio das 32 casas já prontas no Bairro Nossa Senhora da Graça.

O director provincial da Juventude e Desportos de Benguela informou que os jovens interessados têm de fazer uma inscrição prévia para se habilitarem às casas, num sorteio. “Já estamos a trabalhar no processo para o concurso público, através de uma comissão provincial que integra um dos vice-governadores, o director provincial da Juventude e Desportos, representantes do Banco de Poupança e Crédito (BPC) e do Conselho Provincial da Juventude”, referiu Pedro Garcia.

Além das casas vão ser construídos espaços de lazer, creches, centros médicos e espaços comerciais. Pedro Garcia afirmou que durante o ano foram cumpridos vários programas do Ministério da Juventude e Desportos, como o “Crédito Jovem” e o projecto habitacional enquadrado no “Programa Angola Jovem”. Também foram desencadeadas acções de informação sobre a Sida e de combate à delinquência juvenil.

#### Crédito Jovem

No que diz respeito ao projecto Crédito Jovem, a província de Benguela recebeu um fundo de 400 mil dólares

que beneficiaram 475 jovens desempregados, dos quais 132 do sexo feminino. Foram organizadas 95 cooperativas nas áreas do comércio, construção civil, pequenas indústrias, pescas e agricultura.

Os projectos financiados pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC). Os jovens que se candidataram aos créditos abriram negócios ou criaram cooperativas nos ramos da agro-pecuária, pesca artesanal, prestação de serviços, transportes, informática e indústria e salões de beleza, nos municípios de Benguela e da Baía Farta.

O projecto “Crédito Jovem” foi lançado em Abril de 2007 pelo Ministério da Juventude e Desporto em parceria com o BPC e o Banco Sol, com o objectivo de melhorar a situação socioeconómica jovens e contribuir no combate à pobreza.

O “Crédito Jovem”, que conta cinco milhões de dólares para financiar jovens em todo país, sobretudo na condição de desempregados, prevê apoiar 20 mil jovens dos 18 aos 30 anos.

## 6.32 Viana vai ter Complexo de três mil Casas

*Semanario Novo Jornal  
26 de Outubro de 2010*

Um complexo residencial denominado Viver, que comportará mais de três mil casas de rendimento médio, está a ser construído, no município de Viana, pelo grupo empresarial Marques e Andrade. As residências vão ocupar uma área total de 108 hectares. Em entrevista ao JE, o responsável de vendas da empresa, Ramos Pereira disse que o projecto imobiliário será concluído em 2012.

“Estamos a desenvolvê-lo de maneira que seja uma mini-cidade, ou seja, onde as pessoas não só compram a sua habitação, mas também podem fazer tudo lá dentro”, disse. O projecto engloba habitação de um único padrão, em tipologias T3. Os mesmos serão comercializados a partir de 85 mil dólares norte-americanos, sendo o valor máximo das residências fixadas em 200 mil dólares. A forma de pagamento vai ser efectuada a prestações de 25 por cento cada até terminar o, prazo de amortização. O complexo vai integrar serviços, como áreas de lazer, supermercados, salões de beleza, ginásios, farmácias, escolas, quadras desportivas, quadra policial e segurança 14hpor 24h.

O empreendimento, a ser erguido estará localizado na auto-estrada que liga Viana a Camama. A complexa conta com sistemas montados para o tratamento de água, medição da qualidade do produto, fornecimento de material e certificação para o consumo os clientes que quiserem fazer alterações nas residências podem o fazer, basta entrar em contacto connosco”, disse.

A fachada exterior das construções não terá qualquer padrão, enquanto os desenhos aplicados no complexo

foram inspirados em empreendimentos das grandes cidades europeias e do mundo.

Apesar das variações, as áreas internas de cada tipo de residência serão todas iguais, independentemente da arquitectura dos imóveis.

“A nossa expectativa é que as pessoas tenham as casas dos seus sonhos, pois, com essa qualidade a um preço desse nível, a nossa probabilidade é vender tudo. Teremos quartos grandes e plantas boas e bastante confortáveis”, disse.

Ramos Pereira afirmou ainda que o segmento da classe média não tem sido abrangido em projectos imobiliários, daí que o seu grupo pretende participar na iniciativa governamental de construção de um milhão de fogos.

### Outros projectos

O grupo empresarial Marques e Andrade pretendem investir em 2011 num novo edifício para escritórios, e Talatona. O projecto ocupará uma área de construção de dez mil metros quadrados. Na óptica da fonte, trata-se de um produto inovador que proporcionará um espaço para escritórios, que pode ainda ser considerado um ponto de encontro, uma vez que será também implantado no imóvel restaurante luxuoso. Além do e imóvel para escritórios, a empresa vai erguer um condomínio de luxo no Morro Bento (Samba).

As obras do empreendimento a ser erguido pelo grupo empresarial começam, em 2011. O condomínio será construído em duas etapas.

De acordo com o responsável, a operacionalidade nas outras províncias abrem excelentes perspectivas para o desenvolvimento do país.

### Mercado

Presente no mercado angolano há dois anos, os responsáveis da empresa destacam que o segmento do seu negócio é bastante promissor e rentável, tendo frisado que o mercado está a crescer e há necessidades de construir várias habitações, quer na cidade, quer no interior do país. Outro sinal de optimismo em relação à realidade económica do país é o crescente protagonismo dos empresários nacionais e estrangeiros.

De acordo com a fonte, apesar da crise financeira e económica internacional ter afectado também a sua empresa, a Marques e Andrade está confiante no futuro do mercado imobiliário em Angola. A fonte disse ainda que a empresa encontra-se numa fase de recuperação.

“Sofremos bastante com a crise económica e financeira, pois tivemos que adiar muitos projectos, mas já os conseguimos dar a volta por cima”, afirmou.

### Concorrência

Quanto à concorrência, o responsável diz não temer visto que Angola está numa fase de crescimento.

“O mercado angolano está em constante progressão. Continuamos a fazer o nosso trabalho com optimismo

e com o sentido de responsabilidade com vista a contribuir na valorização do parque imobiliário de Angola”, afirmou Ramos Pereira, para quem a sua empresa procura também acompanhar o ritmo de crescimento do país, oferecendo produtos inovadores no mercado. “Estamos permanentemente mobilizados para satisfazer às necessidades dos investidores no que concebe ao desenvolvimento das suas áreas de negócios”, acrescentou.

### 6.33 Construção de Casas arranca em Janeiro

*Jornal de Angola*

*27 de Outubro de 2010*

Pelo menos 5.750 casas sociais vão ser construídas, a partir de Janeiro de 2011, no município sede de Malange, na reserva fundiária localizada no bairro da Carreira de Tiro 11, numa extensão de 300 hectares.

O facto foi anunciado na semana finda pelo secretário de Estado para a Habitação, Joaquim Silvestre, após uma reunião da Comissão Ministerial e o Governo da Província de Malange, representado pelo seu vice-governador para o sector de organização e serviços técnicos, Conceição Cristóvão.

O secretário de Estado para a Habitação disse que o projecto na reserva fundiária do futuro bairro da Carreira de Tiro 11 prevê, no seu todo, erguer sete mil casas sociais.

A delegação que acompanhou o secretário de Estado para a Habitação visitou as reservas fundiárias nos bairros de Cangambo, Katepa e as obras de asfaltamento do troço Cangandala/Malange, com a previsão de conclusão antes do final do mês em curso. Durante a sua estada em Malange, Joaquim Silvestre manteve um encontro com os membros da Unidade Técnica ligados ao Programa Nacional de Urbanização e Habitação na província.

A reserva fundiária da Carreira h de Tiro 11 é a maior do município sede de Malange e tem mais de 300 hectares, onde, para além de casas, vão ser construídos postos médicos, centros de saúde e escolas.

## 7 TERRA

### 7.1 Comunidade da Tchavola proibida de ser reunir

*Jornal Novo Jornal*  
1 de Outubro de 2010

Voltou a agitação à cidade do Lubango. Depois das demolições que mexeram até com os alicerces da política local, e que puseram a Tchavola no centro do país, a capital da província da Huíla está de novo com o barulho do camartelo a acompanhar o dia-a-dia. Desta vez os trabalhos de demolição decorrem ao longo do rio Mucufi, que atravessa a cidade.

Mais paralelamente às demolições, três activistas foram detidos de forma temporária e sem justificação plausível. Parecia uma premonição do que aconteceria a seguir, quarta-feira, com os já referidos ataques do camartelo. “Estávamos a trabalhar na Tchavola quando o comandante da Polícia nos informou que estão proibidos os encontros comunitários naquele bairro”, contou Cecilia Cassapi (uma das detidas) ao Novo Jornal, a partir das terras altas da Chela.

A história é mais ou menos simples mas com um final estranho, ao sabor do vento e das vontades das autoridades policiais. Na primeira pessoa: “A população da Tchavola está descontente com as plantas das casas que o Governo Provincial da HUÍLA (GPH) disponibilizou... Há áreas em que um adulto não consegue ficar em pé, sequer. Então pediram ajuda para modificar as plantas, melhorando os projectos. Chegaram mesmo a enviar cartas para as instituições oficiais a pedir isto”, explica a activista da Associação Construindo Comunidades (ACC), com sede Lubango.

Para isso, a ACC contou com o apoio de um arquitecto e estava a trabalhar nesse sentido junto das pessoas, reunindo-se no local e discutindo ideias debaixo de uma árvore, junto ao Bloco 17. “Junto de nós estavam alguns dos coordenadores são 18, um por bloco, e um coordenador-geral e alguns representantes da comunidade. A determinada altura, agentes da Polícia, fardados e à civil, começaram a rondar a área, até que nos interpelaram. Depois da alguma conversa, nos intimaram a acompanhá-los até à unidade instalada na Tchavola. A princípio estávamos remitentes, mas depois lá avançamos”, frisa Cassapi.

Foi ali que a autoridade policial lhes informou que estavam proibidas as reuniões. “Ainda lhes dissemos que não fazia sentido, que a Constituição garante os direitos das pessoas e que não precisamos da autorização de ninguém para realizar encontros nas comunidades”, reforça. Mas de nada valeu “Neste momento estou a acompanhar as demolições e a situação está difícil. Vejo crianças a chorar” relata a activista da ACC.

### Demolições e jornalistas paiados

A destruição de casas começou quarta-feira, logo pela manhã, e já a abrangeu cerca de 150 imóveis, segundo dados apurados pelo Novo Jornal. Ao todo, estão previstas 85 demolições ao longo do Rio Mucufi Os sinistrados, segundo o Jornal Angola, estão a ser transferidos para a zona da Quilemba.

A acompanhar o caso estiveram três jornalistas, dois do semanário “O País” (Eugénio Mateus e Nuno Santos) e um do Angolense, José Zanguí. “Chegámos ao Lubango quinta-feira, de manhã, para relatar o assunto em primeira-mão”, avançou ao Novo Jornal José Zanguí “Quando encontrámos as demolições, logo montámos o material para recolher imagens. Passado algum tempo fomos abordados por oficiais da Polícia, que nos impediram de recolher outros dados”, refere Zanguí.

“A partir daqui, e perante o aparato policial (com o respaldo das FAA), acabámos por ficar sem os meios necessários para efectuar o nosso trabalho. Mais tarde, já com o envolvimento de outras pessoas (sindicato dos jornalistas, advogado David Mendes), nos devolveram as coisas. Com um senão: os meios do colega de “O País” não estavam em perfeitas condições, e ele não as aceitou receber”, explica José Zanguí, do Angolense.

Segundo foi possível apurar, tanto a Polícia como o GPH declinam ter ordenado qualquer medida no sentido de impedir o trabalho da comunicação social. O que é certo, é que a situação se repete, já que o governador Isaac dos Anjos tomou pessoalmente essa medida durante as primeiras transferências forçadas e para a Tchavola

### 7.2 Transferência dos moradores agita Bairro Operário

*Semanario A Capital*  
2 de Outubro de 2010

Quarenta famílias foram transferidas para o Zango III, onde, segundo promessas, deverão encontrar casas próprias. Geny, proprietária de uma cantina, queixou-se do local que perdeu, acreditando que não encontrará um lugar no Zango, para pôr em funcionamento o seu estabelecimento comercial.

«Vivi no Bairro Operário durante 17 anos e agora tenho que me adaptar com uma outra realidade», lamentou, acrescentando que “gostaríamos que fossemos retirados daqui em Janeiro, para que as nossas crianças pudessem terminar o ano lectivo com tranquilidade. Mas, infelizmente, não fomos ouvidos», reclamou.

Já uma outra senhora desalojada, que falou sob anonimato, reconhece que o processo de transferência está bem encaminhado. “Já estávamos à espera desta situação há bastante tempo”, mostrando regozijada com a iniciativa da administração local.

Adilson da Silva, um outro morador abrangido pelo

mesmo processo, encara a retirada como um mal menor: “vamos estar num sítio melhor e podemos fazer as nossas coisas à vontade», reconheceu.

Juliana de Almeida e Silva, por sua vez, mostrou-se com uma opinião contrária. “O Zango fica bastante distante”, agastou-se. Mas, contudo, conformou-se: “esperamos que encontremos condições básicas de habitabilidade, desde água, luz eléctrica e saneamento básico», reforçou.

O areal apurou que o pessoal transferido é deslocado de guerra, maioritariamente provenientes da província do Huambo, e que ocuparam a zona há cerca de 18 anos, transformando-a numa favela.

As primeiras pessoas começaram a ocupar o espaço paulatinamente. Na altura, segundo revelaram os moradores, eram apenas cinco famílias, para, posteriormente, juntarem-se outras famílias, que viviam em tendas. Inicialmente, e com o passar do tempo, foram erguendo outras residências com melhores condições, a começar pela sua estrutura física de construção definitiva, à base de cimento, tijolos e blocos.

De recordar que os moradores estão a ser transferidos faseadamente e, nos próximos dias, aguarda-se pela evacuação de mais de 35 famílias para a área do Zango III, onde estão a ser enviados, com a garantia de serem agraciadas com novas moradias.

### 7.3 Demolições voltam a agitar as terras da Chela

*Semanário Agora*  
2 de Outubro de 2010

A segunda fase de demolições de residências ao longo do rio Mukufi, no centro da cidade, ficou marcada por lágrimas, insultos e detenções activistas dos Direitos Humanos (Dh).

A investida das autoridades, Jara além de deitar abaixo milhares de residências, não poupou Instituições públicas e templos, tendo a operação iniciado na manhã desta quarta-feira no bairro “Lucrécia, defronte a Rádio 2000, germinando na zona dos barracões, no bairro Tchioco, desabrigando mais de quatro mil famílias.

Quatro máquinas foram coladas disposição, tendo, inicialmente, destruído as casas de alto e médio ladrão, entre elas a sede do Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof), da Alfracar, empresa de venda de automóveis e a vivenda de um coronel das Forças Armadas. As autoridades haviam alertado aos moradores no sentido de abandonarem, a zona mais devido ao faseamento das operações inicialmente proposto, tendo em conta a distância que algumas casas tinham com o rio, boa parte nem sequer removeu os seus haveres, quando foi surpreendido pelo martelo demolidor.

A população voltou a sentir o choque da envergadura

das destruições maciças que sem apelo nem agravo atingiram o centro da cidade.

Para o sucesso da operação, as autoridades montaram um dispositivo de segurança coordenado pelo segundo comandante provincial da polícia, superintendente-chefe Lino de Matos, integrando o comandante municipal Fernando Domingos, altos oficiais do serviço de informação e da polícia militar professor Jacinto Sakanjuele foi detido quando tentava dirigir algumas palavras as pessoas a quem a esposa do coronel das ofendia.

Sakanjuele é membro de direcção da Ajafda, organização não governamental que ajudou a erguer a sede do Simprof, e que trabalha na defesa dos Dh.

A organização desde cedo se tem batido contra a exploração de terras na província.

O processo de demolição de casas vai continuar, sem no entanto, serem criadas as condições para os desalojados.

### 7.4 Adra promove dialogo sobre conflito de terras

*Semanário A Agora*  
2 De Outubro de 2010

Informar e reflectir sobre os intensos conflitos de terras nos meios urbanos, peri-urbanos, rurais e criar um espaço de diálogo entre os diferentes actores sociais, foi o objectivo da conferência nacional sobre terra e cidadania denominada “Promovendo os Direitos de Terra em Angola”.

O presidente do conselho fiscal directivo da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra) disse que a sua instituição quer contribuir para uma consciência pública da sociedade e melhorar a cobertura dos casos de conflitos.

Guilherme Santos sublinhou que trata-se de um fenómeno social abrangente, impondo-se que seja visto a partir de diferentes dimensões, sendo os meios de comunicação social um parceiro estratégico no combate a este mal.

“O resultado desta conferência é apresentar o resultado da pesquisa sobre os conflitos de terras e contribuir para o desenvolvimento de uma consciência pública sobre a situação fundiária no país. A terra é um problema e continuará a ser”, frisou.

Sendo assim, a Adra entende que os conflitos que acontecem um pouco por todo o país devem ser vistos na perspectiva dos direitos dos cidadãos, tendo em consideração a existência de convenções internacionais já rectificadas pelo país e a Lei de Terra aprovada pelo Executivo. “O direito e a justiça são elementos fundamentais para ultrapassar os conflitos, onde cooperativas são desalojadas das suas terras de origem sem o mínimo respeito à vida e neste contexto a nossa organização vai continuar a promover o diálogo, fazer advocacia e colaborar com

as instituições do Estado”, asseverou.

Os conflitos e possibilidades na gestão de terras nas regiões do Chipindo e Gambos (Huíla), Conda, Sumbe (Kwanza Sul), experiências locais de uso e distribuição de terras, desenvolvimento territorial e resposta jurídica aos conflitos de terra, foram os temas abordados. Participaram no encontro membros do Governo, deputados, representantes das organizações da sociedade civil, administrações municipais, líderes comunitários (Quipungo, Chipindo, Bailundo, Conda, Gambos, Sumbe, Kalandula), representantes de associações de camponeses, académicos, organizações internacionais e especialistas.

A Adra é uma organização não governamental, que tem vindo a promover espaços de diálogos, concertação e de aprendizagem sobre diversas questões sociais com vista a contribuir para o processo democrático e para o exercício da cidadania, através do fortalecimento das capacidades da população mais desfavorecida e das organizações da sociedade civil que traduzem-se no respeito pela diversidade e pluralismo de ideias, na recuperação dos valores culturais, valorização dos recursos naturais, partilha do conhecimento e das vivências, na defesa dos Direitos Humanos em sentido lato, construção de uma cultura democrática e de paz, concretização da reconciliação e construção de um desenvolvimento democrático, sustentável, social e um ambiente justo. Esse compromisso realiza-se fortalecendo a capacidade dos excluídos para que se tornem actores desse processo e capaz de influenciar as políticas públicas sem descuidar a sua responsabilidade como actor do mais amplo processo de mudança.

## 7.5 GPL garante novo cadastramento de terrenos

*Semanário Angolense*  
*2 de Outubro de 2010*

O vice-governador para Área Técnica de Luanda, Bento Soito, adiantou, recentemente, o Governo da Província de Luanda pretender alocar mais quatro pontos para a recepção de títulos de direitos de superfície dos terrenos localizados nos arredores do estádio 11 de Novembro e das novas centralidades da Camama, município do Kilamba Kiaxi.

O governante disse que, apesar de o GPL ter recebido 13 mil processos, se verificou que centenas de pessoas continuam a dirigir-se ao local, com o objectivo de cadastrar os respectivos espaços, depois do encerramento provisório da repartição da Chicala (Ilha de Luanda), onde se fazia a recepção dos títulos de direito de propriedade. O último dia foi marcado por enchente e centenas de pessoas ficaram sem ser atendidas. A referida situação resultou da ineficácia com que abordou a situação. Segundo vozes que defendem que o cadastramento dos

espaços nunca deveria ser feito em apenas um lugar nem mesmo com prazos muito curtos, o processo iniciou em Junho até 20 de Agosto e prorrogou-se para 15 de Setembro.

“Tão logo o Governo da Província de Luanda esteja em condições de receber melhor a população e tenhamos concluído o tratamento dos 13 mil processos que já deram entrada no Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) serão abertos outros locais”, garantiu o governante.

Bento Soito disse, igualmente, que o GPL vai alocar áreas de recepção em mais quatro pontos, mas, para isso, é preciso que seja instalado o sistema informático que está no IPLGU a questão do contrato com a empresa responsável pela informática, para que o sistema possa ser instalado rapidamente nestes pontos e contratar técnicos que possam fazer a recepção da documentação nos mesmos. O titular explicou a razão da criação destes postos ser devido ao número elevado da população, mesmo depois da prorrogação, no sentido de tentar desafogar o processo, mas verificou-se que, em contrapartida, não é suficiente. “Então, vamos adoptar outro sistema aí que possa garantir que os municípios se desloquem a estes postos e façam o seu à mais quatro pontos, mas, para isso, é preciso que seja instalado o sistema informático que está no IPGUL e rever a questão do contrato com a empresa responsável pela informática, para que o sistema possa ser instalado rapidamente nestes pontos e contratar técnicos que possam fazer a recepção da documentação nos mesmos. O titular explicou a razão da criação destes postos ser devido ao número elevado da população, mesmo depois da prorrogação, no sentido de tentar desafogar o processo, mas verificou-se que, 5 em contrapartida, não é suficiente (repetição). “Então, vamos adoptar outro sistema aí que possa garantir que os municípios se desloquem a estes postos e façam o seu à registo em condições apropriadas para o efeito”, disse, ao garantir que as pessoas podem ficar descansadas, porque é propósito e intenção do GPL registar a população que ocupa as áreas referenciadas e, enquanto não for concluído, o registo vai prosseguir.

O vice-governador lembrou que os proprietários de terras no município de Cacucaco, zona do Kifika, próximo do mercado do artesanato, Bricomil, Lar do Patriota, na Samba, não têm a necessidade de fazer o cadastramento. Segundo o responsável, devem ser cadastradas as áreas à zona Sul, abaixo da auto-estrada, que começa do controlo da polícia em direcção ao Kwanza Sul, à margem direita de quem sai da Samba ou do Benfica para a Viana.

“Os terrenos que estão à margem direita da auto-estrada até à nova cidade Kilamba Kiaxi, assim como toda a área adjacente à nova centralidade e os adjacentes ao estádio 11 de Novembro, devem fazer, igualmente o cadastramento”, esclareceu.

O titular esclareceu que, no centro de cadastramento, existe um mapa com os limites para evitar que as pessoas se juntem no local e que as zonas referidas no edital sejam reservas fundiárias do Estado. Os proprietários daquela localidade devem castrar-se para permitir ao Governo aferir quem é que lá está, além dos camponeses.

## 7.6 Policia resgata bens roubados aos Católicos

*Semanário Agora*  
2 de Outubro de 2010

Cinco presumíveis implicados no roubo dos equipamentos da Igreja Católica no bairro dos Eucaliptos, no Namibe, foram apresentados esta semana pela polícia.

Os especialistas da investigação criminal conseguiram capturar o grupo liderado por Afonso Laurindo vulgo “General Sotan” que confessou a autoria do crime.

Durante a missa celebrada no 25º domingo do tempo comum, dirigida pelo padre Elias Nito, “Sotan” foi ter com as madres, como se fosse mendigo, pediu comida, comeu e introduziu-se na capela, onde viria a roubar vários artigos religiosos.

“Não tenho vergonha de falar a verdade, esses aparelhos são da igreja, tudo que está aqui, roubamos. A vida está difícil, como precisávamos de dinheiro, a Igreja foi o local para nós mais fabuloso e seguro, pelo facto de não se encontrar ali o corpo de guardas armados” disse. Comeram as hóstias e beberam vinho santo que simbolizam o corpo e o sangue de Jesus. “Sotan” disse que alguns assaltos têm sido encomendados por pessoas que antecipam em proceder ao depósito de dinheiro para o bem que pretendem.

Neste assalto terão sido mandatados por uma senhora que disse chamar-se Cristina Maria. “Ela entregou-nos sete mil kwanzas para roubarmos as colunas da Igreja. Depois de termos consumado o acto lhe comunicamos e foi ter connosco às 3h de madrugada buscar as coisas. Elas, é que nos mandam e nós arriscamos”, afirmou.

Por seu turno, Cristina Maria, negou ter sido mentor dos assaltantes por aliciamentos. “Nunca mandei ninguém roubar. Desta vez apenas houve coincidência de factos”, sublinhou.

João Sampaio, pai de Cristina Maria, é Católico, soube dos bens roubados na Igreja e parte deste património roubado foi encontrado em sua residência. Questionado sobre o caso, disse que o negócio é da sua mulher. Comprou as colunas por um valor de 15 mil kwanzas.

O padre Francisco Mbambi agradeceu a acção da polícia e dos órgãos de comunicação social na província.

“É bonito vermos os nossos meios que tinham sido roubados, agora de volta. Pedimos que a polícia e os jornalistas, continuem nesta senda”, notou o sacerdote referindo-se igualmente à degradação dos valores morais

no país, onde até a Igreja, não escapa dos malfeitores.

A captura dos meliantes aconteceu depois de o comandante provincial da polícia subcomissário Valmiro da Cruz Verdades, ter prometido accionar mecanismos, visando resgatar os meios roubados.

“Sotan” é desertor da Polícia de Intervenção Rápida (Pir). De acordo com ele, apoderou-se do litúrgico para verificar o que estava escrito e a cruz santa ria para embelezar o seu o seu bairro dos Eucalipto sido muito assolado pela sequência. No seu interior abundam fabriquetas” de das caseiras como o seu quarto.

O bairro dos Eucaliptos tem sido muito assolado pela a delinquência. No seu interior também abundam” fabriquetas “de bebidas caseiras como o caporoto”.

Dpic sem meios. Entretanto a Direcção provincial de investigação Criminal (Opic) atravessa dificuldades por falta de meio, trabalho. Apenas para exencar, a falta de uma impresso tipo HP 2.600 que, no mercado, cal custa cerca de 90 mil Kwanzas tem dificultado a impressão de, documentos.

O comissário-geral Ambró Lemos durante a sua última de trabalho ao Namibe prol meios às várias dependências da corporação para melhorar o lho mas ainda nada transpirou.

## 7.7 Administração da Ingombota denuncia presença de oportunista no bairro Favela

*Semanario Factual*  
2 a 9 de Outubro de 2010

Administradora do município da Ingombota, Susana de Melo, denunciou Terça-feira, 28, a existência de pessoas que se querem aproveitar da situação registada no bairro da Favela, para se beneficiar de residências.

No Sábado (25/09) à noite, um incêndio deflagrou no bairro da Favela, na comuna da Kinanga, causando a morte de duas crianças, e em consequência disso 50 famílias foram transferidas para o complexo residencial do Panguila.

Susana de Melo, que se encontrava Domingo no local para acompanhar a transferência das famílias, afirmou que o processo de realojamento foi feito com transparência no sentido de se evitar que os aproveitadores beneficiem da situação.

“Infelizmente há pessoas que tentam fazer negócios com os projectos que o governo tem para os mais necessitados. São frequentes as situações em que pessoas fazem casebres e arrendam a outras pessoas, na hora de dar o nome, falseia o agregado familiar e quando da transferência para o complexo do Panguila, ele não sabe o nome dos familiares”, sublinhou.

Afirmou ainda que foram detectadas situações em que

determinado cidadão consta de vários agregados familiares, como filho de diversas famílias.

## 7.8 Activista detidos no Lubango

*Semanario A Factual*  
2 a 9 de Outubro de 2010

Os indivíduos, segundo autoridades governamentais da Huila, participavam numa reunião com os moradores locais, incitando-os a não acatarem as deliberações governamentais tendo em vista o seu bem-estar.

Cabe ao governo da Huila discutir a rectificação das plantas atribuídas para a construção de casas dirigidas e não os supostos activistas dos direitos humanos”, afirmou uma fonte afecta à administração municipal do Lubango.

Nos últimos dias, a localidade de Tchavola, no município do Lubango, transformou-se num campo de mobilização por parte da oposição e organizações não governamentais.

“Estamos a criar as condições para as pessoas colocadas nesta localidade. Não demos importância aos agitadores”, asseverou o governador provincial Isaac do Anjos, a propósito.

## 7.9 Na Huila : Jornalistas impedidos de reportar demolições

*Semanario Angolense*  
2 a 9 de Outubro de 2010

Aquilo que seria um dia normal de trabalho enquanto jornalistas, no Lubango, capital da província da Huíla, famosa ultimamente pelos casos de demolições, se transformou num problema.

A polícia local, que assegurava o processo de demolições que decorre desde quarta-feira, da semana finda, nos bairros Lucrécia e Laurianos, duas localidade da cidade de Lubango, decidiu apreender o material de reportagem do jornalista José Zangui, do Angolense, e de dois outros, do jornal O País, na circunstância Nuno Santos e Eugénio Mateus, demonstrando uma vez mais a falta de liberdade noutras províncias do país onde os governadores se comportam como os senhores e donos de tudo, auxiliados pela polícia nacional, muitas vezes passando por cima da lei.

Os jornalistas em questão chegaram ao Lubango por volta das 9h00 desta quinta-feira, tendo se deparado com demolições em tempo real antes mesmo de chegarem ao hotel. Depois de se identificarem, o aparato policial e

o militar que se encontra no local das demolições para evitar desacatos, permitiu que os jornalistas fizessem o seu trabalho, mas o chefe da operação, o superintendente Fernando, que também exerce o cargo de director da polícia da Ordem Pública na província, sentiu-se beliscado quando viu que os repórteres captavam imagens de famílias atiradas ao relento com crianças e trochas ao céu aberto e sem destino.

Nesta altura, o Director da Ordem Pública mudou de discurso e mandou recolher o material do repórter do jornal Angolense (caça palavra e rádio gravador) e a máquina fotográfica do repórter fotográfico do jornal O País, Nuno Santos.

Face a resistência destes dois profissionais da comunicação em entregar o material, o próprio Director da ordem pública encarregou-se de receber o equipamento, usando força, tendo, de seguida, solicitado aos seus subordinados para apagarem as Imagens; captadas.

Depois da acção, procuramos contactar a Vice-Governadora da Huíla para saber se havia uma ordem neste sentido, mas esta estava engajada numa conferência, que decorria no mesmo dia, pelo que o seu director de gabinete informou -nos que não havia impedimento nenhum em fazer o nosso trabalho, até porque tratavam-se de demolições que estavam acontecer a olhos de todos. “É uma acção pública e não vejo nenhum inconveniente, aliás nós somos abertos à imprensa” – disse o director do gabinete da vice governadora da Huíla.

No Comando provincial da polícia onde nos deslocamos momentos depois de termos deixado a sede do governo, o Comandante Provincial da Polícia em exercício desconhecia o que estava acontecer e disse tratar-se de excesso por parte do director da Ordem Pública que, aliás, segundo os seus colegas da corporação, é recorrente neste tipo de comportamento.

Apesar de todas diligências feitas pelos jornalistas, o material continuava apreendido na carrinha Hilux branca, guiada pelo chefe de operações das demolições, no caso superintendente Fernando.

Os jornalistas só viram devolvidos os seus equipamentos às 11h45, depois de várias reacções quer de Luanda, através do Porta-voz do Comando Geral da Polícia Nacional, Carmo Neto, quer da voz da América, Rádio Ecclésia e Rádio Despertar, assim como Secretário do Sindicato dos Jornalistas na Huíla, Luís Garrido que esteve sempre ao lado dos colegas, assim como do Secretariado Nacional do sindicato dos Jornalistas. A presença no local do Advogado David Mendes, que “por coincidência se encontra vá-se a trabalhar no Lubango,

ajudou a mudar o rumo dos acontecimentos. A amnistia internacional também reagiu ligando directamente para os jornalistas em causa.

Entretanto, o repórter fotográfico do jornal O País, continua sem a sua máquina, pelo menos até ao fecho desta edição tudo porque lhe foi entregue avariada, como consequência do mau manuseamento por parte da polícia que pretendia a todo custo apagar as fotos registadas.

Muitos populares assistiram o comportamento da polícia no local das demolições e gritavam em uníssono: “filmam mesmo”, “queremos falar”, “o governo não presta” e “vamos morar aonde”?

Na verdade, era tanta gente em cima dos escombros, com trochas e crianças, se saber aonde se abrigar. Outros recolhiam pedaços de chapa sem saber no entanto, para onde levar.

As demolições não pouparam a casa do Procurador-geral da República do município da Matala, que viu o seu prédio, que incluía um andar superior, ser deitado abaixo mesmo tendo consigo o direito de superfície. Quem ainda chora amargamente é empresário local, da empresa Renta a Car “ArFracar”, Lda cuja a empresa destruída e mais dois escritórios no bairro do Laureano.

O empresário contou que apesar de ter toda documentação legalizada, não foi avisado das intenções do executivo local. “Não tive um aviso prévio, esta quarta feira, às 6 horas, as máquinas chegaram e começaram a demolir um projecto que já vai no seu quarto ano”, contou, para mais adiantar dizer que a empresa empregava 60 trabalhadores que foram dispensados. “Consegui o dinheiro através de um empréstimo bancário para pagar em três anos, agora não sei o que farei para pagar”, lamentou

O proprietário contou também que na altura em que foi demolido o seu stand tinha 60 viaturas, que agora estão a céu aberto e num lugar sem segurança.

Entretanto, disse que vai intentar uma acção judicial contra o governo da provincial porque ele tinha os terrenos legalizados e não pode ser minado desta forma, sem qualquer indemnização sobre os danos.

O governo de Isaac dos Anjos alega a zona onde decorrem as demolições é de risco posição, que, no entanto, é contrariada pela população, alás os bairros Laureano Lucrécia, como – são conhecidos, encontram-se, na nobre da cidade e não, constituem nenhum perigo, podemos constatar.

## 7.10 Reserva Fundiária livre de Minas

*Jornal de Angola*  
3 de Outubro de 2010

A brigada do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) destacada no Kuando-Kubango destruiu, na sexta-feira, nas imediações da aldeia Chana, 1.560 engenhos explosivos diversos.

Entre os engenhos destruídos havia minas anti tanque, bombas de aviação, munições, mísseis e obuses de morteiro de 60,80, 81 e 82 milímetros.

O vice-governador para serviços técnicos e organização, Simão Baptista; no final da operação, louvou o trabalho da brigada de desminagem, sublinhando o perigo que representam os engenhos explosivos para a população.

Apesar do número de minas ainda existentes na província, lembrou, a destruição destes engenhos vem diminuir o receio da população em deslocar-se para determinadas áreas.

“O governo sente-se regozijado pelo trabalho árduo que o INAD e outras empresas de desminagem estão a fazer”, disse.

O chefe de departamento do INAD na província, Coxe Sucama, esclareceu que os engenhos destruídos resultam de operações de desminagem e de limpeza efectuadas na periferia do aeroporto de Menongue, na comuna de Mucusso (Dirico) e na reserva fundiária As operações de desminagem do INAD, revelou, permitiram limpar 72 quilómetros de estrada na via Menongue/Aldeia Chana, o que tem facilitado a ligação dos cabos da fibra óptica.

Coxe Sucama referiu que há 457.921 metros quadrados livres de minas, onde os camponeses trabalhar sem receio e além do município de Mavinga os sapadores realizam acções de limpeza nas reservas fundiária Cuchi, Cuito-Cuanavale e Cuangar, processo que se vai estender aos municípios de Mavinga, Nacova, e Rivungo. O Instituto Nacional de Desminagem dispõe para estas operações de duas brigadas, cada uma delas composta por 35 efectivos, entre sapadores e pessoal administrativo.

## 7.11 Entrega de lotes

*Jornal Economia & Finanças*  
5 de Outubro de 2010

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, procedeu ontem à entrega simbólica de 52 loteamentos dos 100 previstos inseridos no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação no âmbito do Dia Mundial do Habitat. O plano, em fase de conclusão, está a ser implementado desde 2009 no bairro 5 de Abril e tem disponíveis 3.380 talhões de 900 metros quadrados para a edificação de habitações numa área de 6.164 hectares. O Executivo pretende, com este programa, corrigir o crescimento irregular da cidade e dedicar-se à construção de infra-estruturas sociais (escolas, centrais de água e energia, hospitais, jardins e espaços de lazer, redes hoteleiras e estradas. Na distribuição dos lotes, estão a ser prioridades as pessoas que pretendem construir com meios próprios.

### Itália

O embaixador de Angola acreditado na Itália, Manuel Pedro Pacavira, apelou aos empresários italianos da comuna de Castelnuovo vai á Cecina para investirem em Angola no sector turístico e hoteleiro. O diplomata angolano, que falava na conferência internacional sobre o “O turismo como factor chave do desenvolvimento de um território”, realizada na semana passada, referiu que o mercado angolano é aberto a todo o tipo de investimento. No veemente apelo, o embaixador disse que o país precisa da experiência de empresários italianos nesse domínio para desenvolver o espaço turístico, onde o Governo de Angola se tem empenhado para o seu relançamento. No fórum, foram abordados temas como “O cenário económico internacional e oportunidades futuras”, dentre outros.

### 1879 Milhões

É um lote de títulos suplementares a serem emitidos pela petrolífera brasileira estatal Petrobras, no âmbito do histórico aumento de capital lançado na semana passada, devido à forte procura verificada. De acordo com a ANGOP noticiosa “Estado Brasileiro”, a companhia decidiu distribuir até 75.198.838 acções ordinárias (com direito a voto) e 112.798.256 papéis preferenciais pelo mesmo valor de saída definido uma folha da operação, o que pode elevar o valor total da operação a cerca de 120 mil milhões de reais (5'1,1 mil milhões de euros).

### Orçamento grego

O Governo da Grécia apresentou ontem um anteprojecto de orçamento para 2011, ancorado no rigor, estimando uma redução do défice público para 7,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com a informação avançada pela agência France Press, o anteprojecto deverá tomar a sua forma final nos próximos dois meses, antes de ser entregue no parlamento, em Dezembro. O documento, segundo a AFP, será baseado no plano de austeridade “draconiano” imposto em Maio pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca de um empréstimo de 110 mil milhões de euros para salvar o país da bancarrota. O anteprojecto será apresentado pelo ministro das Finanças, Georges Papaconstantinou, na segunda-feira em Conselho de Ministros.

### Tv cabo em benguela

A empresa de distribuição simultânea de sinais de televisão por cabo e Internet, TV Cabo, investiu 12,8 milhões de dólares norte-americanos, na expansão da sua actividade comercial para Benguela, contribuindo assim para o desenvolvimento das telecomunicações em Angola. De acordo com comunicado de imprensa à que o JE teve acesso, a infra-estrutura da TV Cabo instalada em Benguela e no Lopito apresenta um elevado nível de qualidade, consistindo numa rede convergente avançada de

banda larga baseada em IP que permite serviços diversos sobre a mesma infra-estrutura, tais como voz, vídeo e dados em simultâneo. Além disso, a base principal desta rede é a fibra óptica, que tem capacidade para suportar serviços da nova geração.

## 7.12 A Terra Como potencial de conflitos nas comunidades

*Semanario Novo Jornal*

*8 de Outubro de 2010*

O conflito e o processo de procurar obter recompensas pela eliminação ou enfraquecimento dos competidores. Consiste na luta de populações ou grupos diferentes por objectivos que são de difícil conciliação. Trata-se de uma ‘situação’ – seja social, cultural, económica ou política – que emerge quando actores encaram interesses mutuamente incompatíveis. Resulta de processos e dinâmicas diferentes que determinam sua natureza, tipo, evolução ou escala. Pode ser fruto de uma disputa quanto a relações de poder, valores culturais, riquezas ou recursos naturais ou ambientais.

Até mesmo a luta quotidiana por parte de indivíduos ou de grupos e a interacção entre eles com o objectivo de satisfazer uma necessidade específica pode, às vezes, representar uma fonte de tensão e conflito. Estas situações podem ser potenciais diferendos entre as partes, diferendos patentes entre as partes, potencial de conflito entre as partes, conflito latente entre as partes, conflito patente entre as partes e conflito que descambou em violência entre as partes. Frequentemente, o conflito social é custoso e destrutivo, todavia, também tem funções integrativas como o conflito, geralmente, ajuda a definir questões e a promover um novo equilíbrio das forças litigantes; o conflito leva à resolução de questões, aumenta a coesão grupal, leva à aliança com outros grupos e mantém os grupos alertas para os interesses dos membros.

Os efeitos desintegradores do conflito pode ser o ressentimento, pode levar a destruição, leva a tensão entre grupos, destrói os canais normais de cooperação e desvia a atenção dos membros dos objectivos grupais.

O livro de Sociologia de Paul B. Horton e Chester L. Hunt oferece uma abordagem interessante sobre alternativas ao conflito. Diz que o conflito pode cumprir funções úteis, mas a um custo tão elevado que muitas vezes se procura evitá-lo.

Assim, o conflito também é evitado através de processos de acomodação, deslocamento, superordenação, compromisso, assimilação e liderança.

A acomodação é um processo que consiste em criar acordos temporários que funcionam entre indivíduos em conflito ela se desenvolve quando pessoas ou grupos julgam necessário agir em conjunto, apesar de suas hostilidades e diferenças um teórico chamou-a de “cooperação antagónica”.

A acomodação pode ter vida curta ou perdurar séculos. Não se alcança qualquer resolução da questão; cada grupo retém suas próprias metas e pontos de vista, mas chega a um “acordo para discordar” sem lutar.

O deslocamento é o processo que consiste em suspender um e substituí-lo por outro. Por todo lado o uso da guerra ou da guerra para liquidar conflitos internos e promover unidade nacional.

A técnica principal do deslocamento é a teoria do bode expiatório, ou seja, arranjar um culpado. A superordenação é a dominação total e impiedosa em relação aos demais. O conflito entre duas partes, pode, às vezes, acabar pela submissão forçada a terceiros e o mundo está cheio de exemplos.

O grupo ou povo pode aceitar a derrota, submeter-se e fazer disso o melhor que poder. Mas também pode haver uma situação em que, depois da derrota, os grupos optam por fazer resistência através de sabotagem, guerrilha ou assassinatos.

O compromisso é quando todas as partes são suficientemente poderosas, de modo que nenhuma aprecia a perspectiva de conflito. Normalmente, cada um faz concessões de acordo com o seu poder relativo, a parte mais fraca é que faz menos concessões.

O compromisso, regra geral, deixa sempre as partes insatisfeitas, e os acordos somente são cumpridos enquanto se mantiver o equilíbrio. Os conciliadores, mediadores, facilitadores e árbitros muitas vezes auxiliam na obtenção de compromissos.

Quando o compromisso é inaceitável e o acordo não é absolutamente necessário, os grupos podem usar a tolerância como alternativa para o conflito.

A assimilação é quando se dá um certo intercâmbio ou difusão cultural. Mesmo os grupos que procuram evitar tal difusão, efectivamente não conseguem fazê-lo.

É sempre um processo bilateral em que cada grupo contribui de várias formas com o que possui, dependendo de vários factores como o tamanho, o prestígio de cada grupo e outros factores.

Portanto, assimilação reduz os conflitos de grupos por mesclar diferentes grupos em outros maiores e culturalmente homogêneos.

A assimilação cultural elimina muitos estímulos para o conflito; mesmo quando existe diferenças físicas visíveis.

A tolerância ocorre quando, em certos conflitos, a vitória é impossível, ou insuportavelmente custosa e o compromisso não é duradouro. Nestas circunstâncias, alguns participantes descobrem que talvez não seja absolutamente necessário um acordo. A tolerância é um acordo para discordar pacificamente.

### **A Lei de Terras e a resolução de conflitos**

O ARTIGO 77º DA lei de Terras consagra as questões de litígios relativos aos direitos fundiários que são obrigatoriamente submetidos à tentativa de mediação e conciliação antes da propositura da acção do tribunal competente. Estabelece os princípios que devem guiar a mediação e conciliação de conflitos, nomeadamente: a imparcialidade, a celeridade e a gratuidade.

Define pressupostos fundamentais para a resolução destes conflitos:

A lei de Terras reconhece e atribui o poder de resolução de conflitos de terras às instituições do poder tradicional A lei de terras (Alínea do artigo 1) ao definir comunidades rurais o reconhece às mesmas os princípios da auto-administração e da autogestão das suas terras. A lei de Terras reconhece às comunidades rurais personalidade e capacidade judiciária, ou seja, estão em altura de tratar das suas terras, mesmo perante os tribunais, sem qualquer impedimento.

A personalidade Judiciária das comunidades rurais é o reconhecimento da pessoa como sujeito de direitos e obrigações, e ou seja, reconhecer a dignidade das comunidades rurais como iguais a outras pessoas, embora actuem de forma colectiva. A capacidade judiciária das comunidades rurais é a aptidão de vi intentar uma acção em tribunal ou ser intentado directamente contra si uma acção, ou ainda e escolher livremente quem possa representá-lo num processo.

As modalidades de resolução de Litígios são: primeiro, a livre negociação entre as partes tem a ver com o diálogo e com os consensos entre as partes envolvidas. A segunda é a arbitragem, isto é, fazer recurso a um Tribunal Arbitral, que se rege pela lei angolana, constituída por três pessoas e deve dirimir os casos em não mais de 6 meses, para sair a decisão. A terceira é a Justiça comunitária, os casos decididos no interior das comunidades rurais e em harmonia com o costume vigente.

A quarta é o tribunal (área civil) que se rege pela lei da Angola.

### 7.13 Comandante da Policia atrapalha Jornalista

*Semanario O Pais*

*8 de Outubro de 2010*

O super-intendente chefe Fernando dos Santos, de acordo com a identificação que exibia numa placa afixada ao peito, protagonizou na província da Huíla um acto que atenta contra a Constituição angolana, que incorpora no seu articulado uma disposição que garante a liberdade de imprensa como um direito do jornalista e da sociedade.

Para o efeito, usou de um argumento quanto irresponsável, quando alegou que as máquinas fotográficas tinham sido apreendidas por terem registado imagens da Polícia, mas na verdade o que aconteceu foi a captação de um plano em que máquinas pesadas demoliam residências habitadas, no qual apareciam agentes da corporação e militares a protegerem o trabalho de demolições, juntamente com cidadãos civis.

Arrogante e truculento, o oficial superior da Polícia que responde pela Ordem Pública no Comando da Huíla, não soube sequer discernir o atentado à ordem pública, que seria uma infracção, da violação de direitos de outrem, não sabendo com esta atitude fazer jus ao grau e distintivo policiais que ostenta e forçou mesmo a entrega das máquinas fotográficas do repórter deste jornal e de um colega do jornal Angolense.

Na sequência de diligências efectuadas para reaver a posse dos seus meios de trabalho, o Governo Provincial da Huíla e o comando da Polícia local foram os destinos dos aflitos jornalistas que se viram impedidos de continuar com o trabalho de captação de imagens não só das demolições como de uma verdadeira política de “limpeza de vestígios” para abater “no ovo” a possibilidade de visitar mentalmente a ideia de que alguma vez teriam sido erguidas habitações e empreendimentos comerciais e escritórios no local.

A tentativa de esclarecer o oficial de que estava a violar disposições legais que davam cobertura ao trabalho dos jornalistas, era frequentemente contraposta com a ideia de que na Huíla havia um governo ao qual deveria ser requerida autorização para se fotografar e recolher opiniões das pessoas sobre o que se estava a passar num dado momento, numa dada circunscrição administrativa.

Dentre os efectivos policiais não faltaram mesmo expressões como “você são jornalistas de Luanda”

como se houvesse uma descontinuidade nos possíveis domínios para justificar que a Constituição aprovada na Assembleia Nacional não tenha aplicação igual na Huíla, devendo esta entidade administrativa ser vista numa perspectiva difícil de nomear, em que a Polícia é o capataz e carrasco de um dos entes mais importantes que conformam o Estado: os seus cidadãos.

Assinale-se mesmo a incredulidade de agentes da Polícia do Comando policial sem qualquer cargo de responsabilidade que repudiaram a atitude do chefe da ordem pública, tendo sido notada a mesma postura da parte de funcionários do Governo Provincial da Huíla.

“Não entendemos o porquê desta atitude, porque a população sabe das demolições, é um assunto público e não há qualquer orientação para impedir o trabalho dos jornalistas”, disse uma fonte contactada pelos jornalistas na sede do governo da Huíla.

O grave neste episódio intencionado de obstruir o trabalho dos jornalistas é que depois de se ver pressionado pelas mais diversas vias, o superintendente chefe Fernando dos Santos, director da ordem pública, entendeu autorizar por uma interposta pessoa a entrega das máquinas depois de obstaculizar a prossecução do trabalho de reportagem iniciado às primeiras horas da manhã de quinta-feira 30.

Agentes policiais ainda revelam um espantoso défice de conhecimento da Lei que juraram defender, confundindo uma ordem superior, às vezes sem qualquer esteio legal, com os pressupostos daquela que comumente é considerada a bíblia de Angola, a Constituição, chegando-se por indução à ideia de que se o chefe desconhece, o subordinado também.

Então que venham as aulas de “alfabetização constitucional” nos vários níveis de comando da Polícia.

A Associação Construindo Comunidades (ACC) tem tido alguma intervenção de intermediação com o governo, a quem apresenta as preocupações das comunidades, além da função consciencializadora destas.

Dados aproximados avançados pela ACC até na última sexta-feira, indicavam que já tinham sido demolidas 1.557 casas nos bairros Dr. Agostinho Neto, onde restaram 660 por demolir até à Nossa Senhora do Monte, faltando apenas indicar os locais para onde serão encaminhados os desalojados. Os bairros Barracão; Santo António, Favorita e Benfica e Patrice Lurnurnba já foram demolidos.

A directora executiva da ACC, Cecília Augusto, relatou mesmo experiências traumáticas vividas pelas crianças:

“quando a Polícia reprime os pais à frente delas, perguntam aos pais o que fizeram para merecer aquele destino”.

Mas a população também já começa a manifestar sinais de saturação e isto ocorreu no bairro Matadouro, onde a formou uma corrente humana diante das suas casas para impedir a demolição sem garantias nenhuma.

A activista lamenta em todo este processo de demolições, o facto do fiscal da legalidade, Ministério Público, não interceder a favor dos desalojados, questionando deste modo a sua função. A este respeito, David Mendes questiona o que esperar do Ministério Público quando o PGR depende organicamente do chefe do Executivo, inferindo que por esta lógica os procuradores provinciais também são dependentes dos governos provinciais.

### **O Governo que não está para comunicar**

Contactado em duas ocasiões em dias distintos, o governo da Huíla através da vice-governadora para a área social, Victória Conceição, os jornalistas não obtiveram mais do que um silêncio sepulcral.

A bem à dizer, tratou-se de um caso revelador de alguma falta de boa educação, com a governante a manter-se de costas viradas para os jornalistas enquanto dialogava com o seu staff, tendo-se retirado de costas, não olhando sequer para os profissionais da comunicação social.

A esperança de ver atendida a solicitação de uma curta conversa para esclarecer a situação dos desalojados, em matéria de garantias de habitação e o projecto que reservava para a área a ser demolida foi igualmente gorada por alegado aperto da sua agenda de trabalho.

### **Tchavola Em Revista**

Aqui o cenário é melhor. Os talhões estão limpos com tendas montadas ou casas de adobe já levantadas pelos proprietários que não detêm ainda o título de posse daquelas terras mesmo estando ali a residir há mais de seis meses, segundo disseram à reportagem de O PAÍS alguns moradores contactados.

Entregue aos seus afazeres domésticos, Joaquina Viuala disse que foi realojada na Tchavola há um mês ida do bairro Sofrio na cidade do Lubango. Teve a sorte de receber uma tenda onde vive com o marido e dois filhos menores, com quem partilha os muitos problemas da vida no novo bairro e os sonhos também.

Mas deixou a percepção de que se debate com muitos problemas e disse mesmo que tudo passava por haver condições para manter a família e o emprego é a condição primeira para pôr tudo em marcha: “aqui não há trabalho, o meu marido tem de ir lavar os adobes lá em baixo”, actividade que combina com alguns biscates nas

obras de construção das casas no bairro. Ela própria também é desempregada.

Apesar de haver pontos de recolha de água espalhados pelo bairro, reclama, no entanto, o facto de ser disponibilizada muito tarde, entre as 9 horas, para de jorrar nas torneiras até pouco menos das 15 horas, numa frequência de duas vezes por semana.

O saneamento é inexistente, Viuala disse que a sua tenda foi possível ver da vizinhança que não têm quintais, não dispõe de uma retrete e, por isso, “fazemos todas as necessidades ali mesmo naquela mata”, apontou para um espaço baldio que está do outro lado da mata, o que poderá trazer consequências graves para a saúde dos moradores do meio.

O acesso aos serviços de saúde é assegurado através do posto médico que está distante de sua casa. O hospital ainda não está em funcionamento.

Há alguma acção dos habitantes da Tchavola, mas lamentam de algum descaso com a sua situação, segundo disse o cidadão Augusto António há seis meses realojado no bairro e agraciado com 20 vinte chapas de zinco. Enquanto não há cimento, areia, pedras e outros materiais para a construção de uma casa condigna, António também lava os adobes para erguer a sua casa.

Estruturas provisórias avultam na Tchavola

O progresso na qualidade dos equipamentos sociais é gradual. Há seis meses os alunos estudavam numa tenda, mas agora existe a escola erguida pelas autoridades locais, embora tenha ainda um carácter provisório, apoiadas em carris de metal, as paredes da escola são cobertas. Alguns alunos não tinham tido aulas por ter faltado o professor por razões que tinham que ver com a falta de um sistema de transporte.

Este terá sido o mote para a reparação dos acessos à cidade do Lubango e vice-versa. A equipa de reportagem de O PAÍS não pôde lá estar de noite, mas o Wilson Maurício de 8 anos, estudante da terceira classe, confirmou que tem um gerador em casa que lhe permite ver os programas favoritos da televisão.

O futebol acalenta o seu sonho de ser um grande jogador. Comparando os espaços em que já viveu assegurou que “na Canguinda estava melhor, porque havia frutas”. Saudades que poderá matar lá para a frente se hoje plantar uma árvore fruteira e colher depois. Os tempos de ouro da meninice jamais voltarão.

## 7.14 Famílias beneficiadas estão a vender as casas

*Jornal de Angola*  
8 de Outubro de 2010

Alguns chefes de famílias que, no final de Setembro, foram realojadas em casas económicas no complexo residencial do panguila, no Cacucaco, numa acção do governo de Luanda, estão a vender as moradias, revelou, na quarta-feira, o administrador municipal do Cacucaco. Em declarações ao *Jornal de Angola*, Carlos Cavuquila disse que a situação acontece no Panguila e noutros pontos de Luanda e é a prova de que determinadas pessoas viviam nas chamadas zonas vulneráveis ou de risco por outras razões que não propriamente por necessidades habitacionais.

“Essas pessoas viviam lá por uma questão de ocupação e negócio, para depois forçar o executivo a entregar-lhes outra moradia”, lamentou Carlos Cavuquila, acrescentando que se está a trabalhar para que sejam identificadas as pessoas envolvidas.

O administrador adiantou que, nalguns casos, há pessoas que viviam em regime de arrendamento e os proprietários reivindicam agora a posse da moradia. “São situações que ocorrem, diariamente, e que vamos procurar resolver porque existem soluções”, disse Carlos Cavuquila apelou à população no sentido de redobrar a vigilância e denunciar os comportamentos oportunistas. Acrescentou que a solução não passa apenas por medidas policiais, mas sobretudo pelo sentido de honestidade, respeito pelo próximo e pelas instituições do Estado.

“Dentro dos mecanismos legais, os cidadãos realojados ainda não podem considerar-se os proprietários efectivos, e por isso não podem vender as casas.

Portanto, quem comprou corre o risco de as perder, realçou. As famílias transferidas para casas económicas no complexo residencial do Panguila, no Cacucaco, viviam em condições precárias, em casas construídas em papelões e chapas de zinco deterioradas, no bairro da FaveIa, na comuna da Finança, município da Ingombota. As moradias no Panguila são constituídas por três quartos, cozinha, sala, quarto de banho e uma área para construção de um quintal.

## 7.15 Das Cidade Para as Matas

*Semanario O Pais*  
8 de Outubro de 2010

Serpenteando um leito rochoso que se estende pelas suas duas margens, a impressão que se tem do rio Lucufi é que não oferece perigo algum para as construções ali erguidas, mas ainda assim a entidade governativa deste

modo não entendeu e “arreou” todas as edificações que ali estavam havia mais de 30 anos, algumas delas.

Entre estas, contava -se a sede provincial do Sindicato Nacional dos Professores cujo espaço foi cedido legalmente pelas autoridades locais há mais de quatro anos. Na hora de accionar o camartelo demolidor as autoridades não se ficaram comedimentos e deitaram abaixo até uma empresa de rent a car que empregava 60 pessoas.

A intervenção do advogado David Mendes da Associação Mãos livres foi crucial para se negociar um espaço em que provisoriamente está a ser continuada a actividade empresarial, nas imediações do pavilhão de basquetebol da Nossa Senhora do Monte, mas já sem as condições para instalar um escritório.

O proprietário da Afriear vocacionada para o serviço de rent a car, comercialização de peças e venda de automóveis, Arlindo Pedro, lamenta o facto de não lhe ter sido concedido um tempo para retirar as 40 viaturas para a venda e as 12 destinadas ao aluguer que ali estavam parqueadas.

Numerado na quarta-feira, o escritório foi deitado abaixo no dia seguinte. “Nós praticamente resgatamos as valores, porque eles permitam aqui na véspera com as máquinas e quando em seis hora e trinta minutos de quinta-feira começam a demolir todas as residências que julgam estar no que consideram de risco”, disse, abalado, Arlindo Pedro, director da empresa, que acrescentou não ter recebido qualquer aviso prévio.

A área a si concedida para a edificação do seu empreendimento, disse Arlindo Pedro, foi inspeccionada para efeitos de concessão de título de propriedade pelo actual administrador adjunto do município do Lubango ao tempo em que respondia pela área técnica que alegou, estranhamente, o facto de o empresário ter adquirido o terreno numa altura em que a administração estava infestada de funcionários corruptos, uma prática recorrente em muitas administrações do país e que urge, por isso mesmo, sanar.

Apesar de ter adquirido provisoriamente, por via negocial, um espaço onde doravante vai exercer a sua actividade comercial, Pedro manifesta-se, contudo, aflito com o facto de ter compromissos comerciais por tomar com o Banco de Poupança e Crédito, além de outras obrigações relacionadas com o fisco e segurança social dos funcionários da casa.

“Há três anos nós pedimos crédito ao banco e demos como garantia as instalações da empresa que, com esta situação, não sabemos como fazer com o banco, já que

a capacidade financeiro da empresa vai com certeza desgrudar-se”, disse aflito o empresário, que recorreu à dispensa dos funcionários porque não tem condições de os manter a trabalhar.

Neste leque de entidades que tinham adquirido terrenos pela via legal, esteve envolvido também um magistrado do Ministério Público a quem não foram feitas quaisquer contemplações e viu a sua edificação de dois pisos, posicionada de maneira confortavelmente distante do “alegado perigo”, ser também demolida.

Ironicamente, o governador local foi citado como tendo afirmado que até então só tinham sido destruídas duas residências dignas desse nome, pois as demais “não passavam de. Lixo”.

### **David Mendes na jogada**

A Associação Mãos Livres, na pessoa do seu líder David Mendes, anunciou a interposição de uma providência cautelar junto do Tribunal Supremo para salvaguardar os interesses dos ofendidos pelas demolições das suas residências e empreendimentos na cidade do Lubango.

A Associação vislumbrou dois tipos de casos que defenderá, sendo uma a dos sujeitos que detinham a posse legal do espaço e, a outra, dos cidadãos que perderam habitações familiares.

David Mendes adiantou que o Estado deverá responder pela acção dos seus agentes, que lesaram os interesses de quem detinha direitos de propriedade que aquele desrespeitou.

No caso dos cidadãos que residiam no local havia mais de vinte anos, para lá de qualquer situação de legalidade ou não, “estas pessoas têm direito à habitação nos termos da Constituição e o Estado tem a obrigação de as providenciar”, lembrando uma vez mais que os órgãos da administração não têm a competência para demolir as residências do cidadãos cabendo esta prerrogativa aos tribunais.

O advogado também não descartou o recurso ao Tribunal Constitucional pelas razões que afirma: “O Estado devia primeiro embargar, mas nunca partir as residências dos cidadãos e, por isso, vamos requerer o pronunciamiento do Tribunal Constitucional porque truta se já de factos jurídicos e não apenas administrativo”.

### **Com força intimidatória**

O processo de demolição das residências mobilizou um importante aparato da Polícia, forças armadas e outros agentes ao serviço da administração local, situação que produz um efeito coercivo e levou as pessoas a não saírem voluntariamente das casas em que habitavam.

Quando passavam poucos minutos das oito horas, uma nuvem de poeira e a actividade frenética de motores, máquinas pesadas e camiões puderam ser vistas à distância e o cenário na ponte sobre o riacho, na zona dos Laureanos, era de uma grande aglomeração de pessoas, umas a acompanharem os últimos instantes da verticalidade das suas casas e outros, transeuntes, que incrédulos viam a actividade demolidora das máquinas.

Entretanto, do outro lado da ponte, cidadãos atirados para a condição de desabrigados juntavam os pedaços de chapas, materiais de construção e alguns imóveis quebrados no interior. Lançavam improperios contra as autoridades pela medida que diziam não compreender, pois argumentavam que não tinha havido um diálogo prévio para esclarecimento sobre todos os passos que estavam a ser dados para o seu realojamento.

“Se partem as nossas casas sem nos dizerem aonde iremos parar como é que querem que fiquemos?”, interrogavam-se os desafortunados moradores com a desolação estampada nos rostos, pedindo que os repórteres fotográficos captassem as imagens da destruição para mostrar ao mundo a situação porque estavam a passar, enquanto a vigilância sobre os jornalistas apertava com o seguimento milimétrico de um agente à paisana ou armado.

Enquanto isso, os transeuntes só meneavam a cabeça em sinal de desaprovação da medida do governador da Huíla, Isaac dos Anjos.

A oportunidade jornalística para colher pormenores fotográficos e de fazer entrevistas sobre o momento, era constantemente interrompida por polícias, agentes à paisana e militares das forças armadas que seguiam de forma cerrada os seus passos e obstruíam qualquer possibilidade para o efeito, sendo nesta altura que se dá o episódio de apreensão de duas máquinas fotográficas e um gravador de dois jornalistas.

### **As razões de um desalojamento**

Apesar do mutismo manifestado pela governação da Huíla a respeito do processo de demolições, o destino a dar às pessoas que perdiam as suas casas e ainda o que seria feito no local que já estava a ser limpo dos escombros das residências, O PAÍs apurou de uma organização de defesa dos direitos das comunidades que “pensa-se num projecto megalómano”.

Segundo a fonte, “há planos de fazer uma Cape Town a partir da Humpata, passando por Palanca até ao Aeroporto Internacional da Mukanka”. O corredor ficará ligado por comboio expresso, zonas comerciais, ornamentado com jardins, sendo o próximo passo o alargamento das ruas, que implicará outras makas.

“Mas entendemos que este é um projecto para o longo prazo e não percebemos por que é que têm tanta pressa em desalojar as pessoas já agora”, e não descartou “a vigência de um plano de estratificação social violenta”.

### **Eugénio Mateus no Lubango**

Serpenteando um leito rochoso que se estende pelas suas duas margens, a impressão que se tem do rio Lucufi é que não oferece perigo algum para as construções ali erguidas, mas ainda assim a entidade governativa deste modo não entendeu e “arreu” todas as edificações que ali estavam havia mais de 30 anos, algumas delas.

Entre estas, contava -se a sede provincial do Sindicato Nacional dos Professores cujo espaço foi cedido legalmente pelas autoridades locais há mais de quatro anos. Na hora de accionar o camartelo demolidor as autoridades não se ficaram pelos comedimentos e deitaram abaixo até uma empresa de rent-a-car que empregava 60 pessoas.

A intervenção do advogado David Mendes da Associação Mãos Livres foi crucial para se negociar um espaço em que provisoriamente está a ser continuada a actividade empresarial, nas imediações do pavilhão de basquetebol da Nossa Senhora do Monte, mas já sem as condições para instalar um escritório.

O proprietário da Africar vocacionada para o serviço de rent-a-car, comercialização de peças e venda de automóveis, Arlindo Pedro, lamenta o facto de não lhe ter sido concedido um tempo para retirar as 40 viaturas para a venda e as 12 destinadas ao aluguer que ali estavam parqueadas.

Numerado na quarta-feira, o escritório foi deitado abaixo no dia seguinte. “Nós praticamente resgatamos as viaturas, porque eles pernoitam aqui na véspera com as máquinas e quando em seis e trinta minutos de quinta-feira começaram a demolir todas as residências que julgavam estar no que consideram zona de risco”, disse, abalado, Arlindo Pedro, director da empresa, que acrescentou não ter recebido qualquer aviso prévio.

A área a si concedida para a edificação do seu empreendimento, disse Arlindo Pedro, foi inspeccionada para efeitos de concessão de título de propriedade pelo actual administrador.

## **7.16 Saques e Violações em série**

*Semanario Folha 8  
9 de Outubro de 2010*

Não se dorme, não se pode andar a partir das 19 horas nos arredores da Praça Nova. Com o recuo das quitandeiras que vendiam no Roque para aquela praça, a ban-

didagem retrudescceu de forma assustadora. Os assaltos a mão armada, disparas nas ruas, violações, assaltos as residências, isto acontece mesmo ali nas barbas de uma esquadra policial fixada pouco menos de 500 metros, no bairro Bom pastor além de agressões e assaltos realizam igualmente sabotagem nas linhas de conduta de electricidade; os fios eléctricos são cortados, o que priva o bairro de energia, mergulhando-o na escuridão. Os residentes estão entregues ao e Deus dará, já não confiam na polícia. O pânico apoderou-se da população que por nosso intermédio pede a intervenção do Comando-Geral da Polícia para que seja aumentado o efectivos naquela zona. Com o fim do Roque, a vida tornou-se impossível no Kikolo.

## **7.17 Burla de fiscais na Sapu 2**

*Semanario Folha 8  
9 de Outubro de 2010*

Moradores do bairro Sapu 2, município de Viana, acusam os funcionários dos Serviços de Fiscalização do Governo Provincial de Luanda de os ter, supostamente, burlado nas transacções de terreno.

De acordo com cidadãos que caíram no embuste da compra ilegal de terrenos, os fiscais destacados naquela zona exigiram 3 a 4 mil USD, em troca de porções de terrenos, finalmente de forma fraudulenta. Isto data de há quatro anos.

Para além dos valores monetários correspondentes aos terrenos adquiridos, os fiscais beneficiaram de construções de casa no valor de 20 mil USD, construídas pelos compradores, no quadro de um contrato estabelecido estritamente ente as partes.

Somente depois de terminadas as casas, os fiscais forneciam os títulos de propriedade que, mesmo assim, não tiveram validade na altura de se proceder ao cadastramento oficial no Governo Provincial. Durante esses anos, os elementos que tinham adquirido os terrenos tranquilizaram-se, até porque, de quando em vez, recebiam, regularmente, a visita da governadora da província e do vice-governador.

O espanto dos moradores foi no dia 20.08.10, quando surpreendidos por fiscais supostamente do GPL – Governo Provincial de Luanda, que iniciaram com um processo de cadastramento e embargo de todas as construções. Alguns foram notificados e averbadas com multas que variavam de cento e dez a trezentos mil Kwanzas.

Após o pagamento da multa, isto no dia 07.09.10, aturdidos, viram-se invadidos pelo barulho ensurdecador de

máquinas dirigidas por fiscais, que demoliram 91 residências, alegadamente por terem sido construídas em zona de risco.

“Se era uma zona de risco, porquê que nos venderam os terrenos ali?”, disse dona Rangel.

Para alguns, era atracção turística; mas, para os lesados, foi o pior cenário das suas vidas, ao verem o sonho da casa própria a desmoronar-se.

Dois dias depois, uma nova máquina entrou em cena, tentando demolir mais casas, mas a população interveio revoltando-se e frustrando o piar máquina.

“Estamos preocupados com a situação pedimos a quem de direito que de as nossas casas”

Moradores ainda reclamam, porque sentem ameaçados em perder as para a população que se encontra em tendas ainda confirmaram que não identificados arrancaram janelas e os mesmos objectos apanharam à venda no mercado.

“Como é que as nossas casas demolidas, mas as feitas para os f encontram-se intactas?”

## 7.18 Conflito de Terras em Angola

*Semanario Independente*  
9 de Outubro de 2010

A ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) organizou na semana passada uma conferência que reuniu membros da sociedade civil, instituições e organizações não governamentais, com o intuito de trazer a público, discutir e procurar soluções para os conflitos de terra.

No encontro, que durou mais de seis horas e teve como local a sala de conferências do CEFOJOR, Centro de Formação de Jornalistas, debateram-se temas como: “Conflitos e Possibilidades de Gestão de terras em Angola”, “Apresentação de Experiências Locais de Uso e Distribuição de Terras”, “Sistema de Uso de Terras e Desenvolvimento Territorial”, e “Resposta Jurídica aos Conflitos de Terra”.

Cerca de meia centena de estudantes, jornalistas e representantes de algumas províncias do nosso país fizeram-se presentes.

Guilherme Santos, presidente do conselho directivo da ADRA, disse que a conferência ocorreu num contexto particular de Angola. “Se repararmos com cuidado, a terra está ligada a alguns contextos muito concreto, em que nalgumas cidades há conflitos provocados pelas demolições de casas construídas em zonas impróprias. Toda esta dinâmica ocorre num contexto em que há

muito pouco conhecimento sobre a realidade em zonas rurais”, afirmou.

O mesmo revelou que a conferência teve como pano de fundo uma pesquisa realizada em quatro províncias, nomeadamente Huíla, Benguela, Huambo e Kwanza-Sul, através da qual se avaliou quais eram os problemas reais das comunidades em conflito.

E, em tom de conclusão, sobre os objectivos da e conferência disse: “a conferência visou criar a consciência sobre o tema e produzir soluções concretas que possam contribuir para a actuação dos parlamentares angolanos e outras instituições que têm a responsabilidade de garantir o direito de ai acesso e utilização da terra para todos os angolanos”.

Segundo Zacarias Inácio, pesquisador, a pesquisa visou diagnosticar os principais focos de conflito. “Populações rurais em áreas são, as vezes, obrigadas a abandonar que estão a cultivar por várias razões, definidas como urna área que era fazenda agora são obrigados a sair, ou outra pessoa que requereu e agora a obrigada a sair. Isto coloca a população numa situação de vulnerável.

“As razões dos conflitos são várias da situação em que o país está a viver porque estamos a sair de um conflito que se movimentou muita gente, situação de paz, estes problemas com tona visto que todos os programas estavam paralisados. Os conflitos dramáticos, principalmente quando os direitos mais elementares, que marcam que comunidades rurais e não os que apenas pelo facto jurídico”, afirmou.

Quanto aos casos em que prejudicam comunidades e beneficiam! disse:” Acontece que em muitas áreas o croquis de localização não são feitos obedecendo aos trâmites legais, em que a pessoa vai aquela área conversar com a comunidade, mas não é o caso. Sabe-se que em alguns casos os croquis são inventados e a realidade de hoje é diferente e chega-se a esse tipo de conflitos, porque onde se pensou que não há gente confronta-se com uma comunidade”.

“Os diferendos tem como principal base a expropriação de terra pelos fazendeiros ou pelo governo, por interesses públicos quer no meio rural como no meio urbano. As vedações das fazendas interferem nos sistemas, não só no maneiio de gado para pastores, mas também para agricultores.

Os conflitos tendem a aumentar e a serem cada vez mais complexos”. Algumas pessoas que vivem concretamente estes problemas foram trazidas a Luanda para prestar depoimentos da situação. Floriano de Jesus, represen-

tante do município dos Gambos, província da Huíla, não se fez calar e sobre a situação conflituosa naquele município, disse:

“Iniciaram em 1999 o conflito entre os fazendeiros e a comunidade, quando os fazendeiros queriam ocupar todas as áreas de transumância da terra dos Gambos. Dois anos depois os conflitos diminuíram com a ajuda de algumas organizações como a ADRA”.

O mesmo acrescentou que numa outra área a situação é a mesma e que questões de propriedade de áreas onde os bois possam pastar e beber água que estão na base dos conflitos.

Já o representante do município do Chipindo, província da Huíla, afirmou que a situação está mais complicada na parte norte do município.

“Neste município existem problemas comunitários. A situação acontece entre aldeias vizinhas como a Kalopa, o Guelengue e a Chivanda, que estão nas margens de um rio que se chama Tembo. Nós, grupo teatral Vozes do Chipindo, com a ajuda de uma organização não governamental, tivemos ciclos de formação. E através de palestras e do teatro nós fomos mobilizando, fomos fazer trabalhos com a população sobre o que aprendíamos com a organização não governamental, transmitimos às comunidades aquilo que é o direito fundiário”.

Neste contexto, algumas pessoas, concretamente algumas comunidades, despertaram a atenção de juntarem documentos para a legalização das suas terras.

No entanto, as comunidades de Guelengue, Chivanda e Kalopa, acharam por bem remeter a documentação à administração para fazerem a delimitação das terras comunitárias. Mas o tempo foi passando e a administração nunca deu o aval destas comunidades para terem os seus direitos fundiários.

Passado algum tempo, apareceu um fazendeiro com títulos de propriedade e tirou grande parte da terra daquelas comunidades. Essas sentem-se usurpadas e também direitos, porque foram elas as solicitadas à administração para as suas terras.

O fazendeiro já tem o título as comunidades já não têm como, andam de mal para pior”, avançou.

O mesmo, fazendo menção de existente na sede do município revelou que na sede do município começa a sinalização das casas para o futuro derrube no quadro da requalificação das cidades. Primeiro, a administração não podiam construir aqui, nem construir noutra lugar alegando que construir passaria a futura empreendimentos. Mas, passado a administração volta a aparecer é

mesmo neste lugar onde construíram e irá passar a nova estrada. As comunidades ficaram assim, e não sabem o que fazer dizem que passará a nova estrada. A entre a espada e a parede. Não te porque as comunidades rurais campo e do seu cultivo e não é assim no momento estão sem respostas certas e perspectiva de sair”, disse.

## 7.19 Parem de partir casas e oprimir as populações autóctones

*Semanario Folha 8*

*9 de Outubro de 2010*

Desde 29 de Setembro de 2010, o Governo provincial da Huila procedeu à demolição de 1557 casas numeradas, com o apoio de um forte aparato policial e das forças armadas que protegeram as máquinas demolidoras e muitas vezes assassinas, “que roubaram os sonhos de mithares de pessoas humildes, na cidade do Lubango”, lamenta o. padre Pio Wakussanga.

Ao contrário do que se publicitou, não se tratava de casebres de chapa ou papelão, a maioria das demolições recaíram para habitações de construção definitiva, em betão, onde, por exemplo, se incluía um stand de automóveis, a sede do SINPROF-Huíla e uma vivenda de dois pisos pertencente a um Procurador da República.

“Nós pretendemos melhorar a vida dos cidadãos, preservar o curso do rio e dar nova imagem urbanística à cidade capital da Huila, por isso falámos com os moradores e mostramos-lhes antes as alternativas. Eles concordaram, porque passarão a ter um título de propriedade definitiva”, disse ao F8, Armando Luís do governo provincial, acrescentando que “as margens do rio que cruzam a cidade serão melhoradas com a construção de uma estrada, jardins, zonas de lazer, comércio com os padrões do mesmo nível de qualquer País do mundo”. Entretanto, questionado sobre os prazos, para a execução de tão ambiciosa empreitada, não descartou “um período entre três a cinco anos. Mas há necessidade de preparação do terreno e outras formalidades”, opinou.

Porém, o advogado Domingos Manuel contraria o optimismo governamental, “embora se diga que as populações foram realojadas para um sítio mais seguro, a verdade é que as pessoas estão ao relento, sem tendas para abrigo, água, luz e até sanitários, o que significa que as pessoas têm de fazer necessidades no meio do mato”.

Recorde-se ainda o fado de ter sido preso, durante a demolição dos escritórios do SINPROF um dos seus membros, por ter protestado contra a ilegalidade, “pois nem nos deram tempo para retirada dos equipamentos e meios de trabalho que foram triturados no local, que, tal como muitas casas demolidas, tinha escrituras públicas,

e mesmo assim não foram respeitados os seus direitos de propriedade, tão-pouco foram expropriados por utilidade pública, nem sequer houve negociação e indemnizações das vítimas”. Entretanto, existiam habitações com anexos alugados, não numerados, significando que nuns casos as pessoas chegaram a receber duas fichas, mas noutros apenas uma, “constituindo isso uma injustiça e o negócio que os fiscais do governo estão a fazer. Eles querem ganhar com a nossa desgraça”, lamentou Luzia Agostinho.

Em suma, o número de casas demolidas é muito superior às estatísticas adma apresentadas, uma vez terem sido realizadas nos bairros Lucréda, Laureanos e Patrice Lumumba, ao longo das duas margens do rio Mukufi. A razão das demolições avançadas pelo governo local, eram de que a maioria das casas tinha sido construída em zonas de risco e nas margens do rio, com probabilidade das enchentes, puderem criar danos as pessoas e bens. “Mas ficou provado o contrário, por muitos cidadãos terem títulos de propriedade actualizados. Eles querem é tudo para eles e a grande realidade é que os angolanos que não bajulam o partido no poder, não podem morar na cidade e em zonas nobres”, denuncia o militante do MPLA, Júlio Castro.

Este político disse ainda conhecer bem o rio, pelo seu caudal, mesmo em tempo de chuvas, “nunca chegou a transbordar, nem colocar em perigo a vida dos habitantes, pelo que tudo são mentiras e desculpas, dos que querem enriquecer com o sofrimento do povo e a alta traição ao programa do MPLA”.

Entretanto, nos corredores e bastidores, corre uma versão segundo a qual o Governo provincial da Huilaa em parceria com actores privados, pretende construir uma zona residendaimobiliária, muito luxuosa ao longo do rio Mukufi, com um canal de água, jardins e edifícios altos, alguns com 15 a 20 andares, nas duas margens. No entanto, importa referir que o rolo de lamentações tem estado a subir de tom, muito pela forma musculada como tem sido conduzido o processo, que não foi devidamente notificado aos habitantes locais. “Muitas pessoas não sabiam a data certa das demolições e foram apanhadas desprevenidas, ante o avanço dos tractores que, cegos, foram triturando tudo, desde paredes, mobiliário e as chapas de cobertura das casas.

Mas tudo isso, bem como o grito de revolta e indignação geral, foi contido pelo forte aparato da Polída de Ordem Pública, da Polícia Militar e dos Serviços de Informação, SINFO (Polícia Secreta), quer nas zonas demolidas, como nas que os receberam depois de terem sido “empurrados”, olde não existe sequer infra-estruturas. É um sítio descampado, que coloca em risco a

saúde das pessoas, especialmente das crianças, dos doentes e idosos. “E a prova de não respeitarem o povo é o de terem levado uma clínica móvel, mas esta não tem medicamentos nem condições para atender o número de utentes”, denunciou ao F8, o médico Elias Mariano, “considerando um desrespeito à saúde das pessoas e um atentado à sua dignidade”.

Com base neste cenário, as pessoas ali chegadas, por não encontrarem água são induzidas a socorrerem-se das cacimbas (poços artesanais), mesmo tendo consciência do líquido ser impróprio para consumo.

“As pessoas não têm outra alternativa. Vamos fazer como? Morrer de sede ou esperar o governo do senhor Isaac e de Eduardo dos Santos, que está bem lá em Luanda e não conhece o país? Nós não somos ninguém. Eles só nos pensam no período das eleições, depois nos abandalham e até podem nos fazer necessidade na cabeça”, afirma amargurado, Luceu Manguvele, adiantando terem as pessoas consciência de que a consumirem a água naquelas condições, estão a correr, voluntária ou involuntariamente o risco de contraírem doenças.

período das eleições, depois nos abandalham e até podem nos fazer necessidade na cabeça”, afirma amargurado, Luceu Manguvele, adiantando terem as pessoas consciência de que a consumirem a água naquelas condições, estão a correr, voluntária ou involuntariamente o risco de contraírem doenças.

Neste cenário dantesco e violador dos Direitos Humanos está o facto de muitas crianças (e mesmo adultos) em idade escolar, que não puderam ficar na cidade em casas de parentes ou amigos, perderem o ano lectivo, pois o local “onde estão desterrados” fica entre 13 a 15 quilómetros, da cidade do Lubango;

Os estragos até aqui na vida dos autóctones são mais que muitos e eles tendem a aumentar, por estarem na “ponta da navalha” os moradores dos populosos bairros do Kamazingo e Comercial, mesmo, aparentemente, não estando em nenhuma zona de risco, vale o facto de a sua localização ser cobiçada pelos grandes construtores e promotores imobiliários. Ante o dramatismo da situação, o que mais preocupa o padre Pio Wakussanga, por exemplo, é saber “quem poderá aconselhar e ajudar o governador Isaac dos Anjos e o governo central a pararem com esta onda demolidora das casas, sem qualquer organização e que é violadora dos mais elementares Direitos do homem, como a vida, a habitação, a saúde e a educação destas gentes da cidade do Lubango, que merecem mais respeito e dignidade enquanto angolanos com os mesmos direitos de quem, hoje, tem mais poder e dinheiro”.

## 7.20 Realojados na Sapu descontentes com condições das moradias

*Semanario Independente*  
9 de Outubro de 2010

Enquadrado no Programa de Habitação Social do Governo Provincial de Luanda (GPL), o complexo da Sapú, no Kilamba Kiaxi, alberga famílias provenientes dos bairros Hoji -ya -Henda, Petrangol, Boavista, FTU, Cuca, Golfe I e II, Favela da Praia do Bispo, Calemba I e II, Morro da Luz e outros.

Estas famílias foram removidas pelo GPL das habitações em que viviam em condições de insegurança, por estarem em locais considerados de risco. Os moradores das novas casas construídas na Sapú reclamam das condições da estrutura das mesmas, algumas das quais inacabadas.

As casas foram construídas pela empreiteira Odebrecht, mas apresentam-se sem vigas e pilares. As paredes não foram rebocadas e já estão com fissuras. Durante as chuvas, muitas delas ficam sem tecto. As fossas estão entupidas.

“Há momentos em que o cheiro nauseabundo das fossas invade as nossas casas, de tal forma que não conseguimos permanecer nelas”, lamentou José Mendes de Sousa.

Morador há dois anos nas conhecidas “Casas Azuis”, reclama do permanente calor que suporta dentro de casa, por causa da pouca altura das paredes. Tendo em conta a dimensão das próprias paredes, que não satisfazem os padrões exigidos no ramo da construção civil, os moradores acabam por suportar temperaturas altíssimas no seu interior. E como se não bastasse isso, para colocarem um aparelho de ar condicionado têm de pedir a autorização à administração e pagar uma multa de aproximadamente 7 mil e 500 kwanzas.

Têm de pagar à administração do bairro caso pretendam fazer qualquer coisa, de acordo com os regulamentos impostos pela administração. Para levantarem o muro do quintal têm de desembolsar 27 mil kwanzas e 7500 para qualquer remodelação no interior das mesmas. Mendes Mário recebeu uma casa sem o chão cimentado, as paredes não rebocadas e a fossa desestruturada. Mesmo assim, ele terá de pagar para reabilitar a sua própria casa. “Mas não concordo”, retrucou o senhor. Tem duas filhas, que ficaram sem estudar no passado ano lectivo.

A promessa de que seriam transferidas para as escolas mais próximas não foi cumprida. Para a formação dos adultos existe um instituto préuniversitário nas proximidades,

mas as crianças têm de atravessar a estrada para se deslocarem à escola primária.

O centro médico também está a milhas, em Luanda Sul, junto à Vila de Viana.

“Os pais ficam receosos em mandar os filhos sozinhos à escola, com medo de que possam ser atropelados ou mordidos pelas cobras que existem naquele local”, disse Luísa.

Pelas razões avançadas pela vizinha Mariana, moradores como Job Fernando, que vivia na Boavista, preferiam regressar às “zonas de origem” devido às más condições que encontraram na Sapú. “Eu tinha uma casa de construção definitiva, mas o Governo decidiu parti-la para alargar a estrada. Não tivemos outra alternativa senão aceitar estas casinhas. Durante as negociações, eles nunca nos diziam como nem aonde seríamos realojados”, sublinhou Neto.

O ex-morador da Boavista salientou que se tratou de um processo pouco claro e que os fiscais que participaram do realojamento também têm casas no projecto da Sapú. Ainda segundo Job Fernando, “isso dá a entender da aldrabice em relação ao número de casas que merecíamos, depois de terem garantido que seriam compatíveis”.

O vice-governador de Luanda para área social, Bento Soito, havia dito, num dos seus discursos, que os fiscais que procederam à venda e destinados à construção de áreas sociais habitacional da Sapú, no município de responder criminal e judicialmente praticados.

Em declarações ao *Semanário O Independente* no final da visita, na última semana da Comissão Técnica de Apoio a Luanda, de que é membro, deu a conhecer que tais práticas ocorrer fiscais do programa de realojamento. Explicou que a concessão dos terrenos interessados (populares) em construção de duas casas, sendo uma pé outra para o interessado.

Referiu que foi possível detectar mais irregularidade devido à construção de algumas feitas por cima das linhas de água.

Quanto aos cidadãos ludubriados, garantiu que não serão lesados, tendo que o assunto será levado aos organismos competentes, no intuito de ser encontrada a justa para a resolução da questão.

## 7.21 A Lei Mãe das Tendas

*Semanário A Capital*  
9 a 16 de Outubro de 2010

A pesar de nos ter sido dito que havia entre aquela multidão, membros da Comissão de Moradores do campo

da Maná, não nos foi possível contactar com um deles. Entretanto, dos relatos dos populares que se aproximaram de nós ao chegarmos, ficamos a saber que muito ainda havia por se ajustar. Para eles, a planificação tinha sido mal feita.

Os populares que encontramos, em grande número, ao relento, disseram que estavam ali por já não haver mais casas para eles.

Isso mesmo acabamos por comprovar minutos depois, quando nos foi indicada a direcção onde seriam erguidas futuramente novas habitações.

Fomos ao sítio onde, de facto, encontrarmos máquinas planadoras a desbravarem um vasto terreno, na rua da Maboque, nas proximidades do mesmo recinto das residências litigiosas do complexo Sapú-II.

Tudo quanto foi dito aos sinistrados de 2007, é que o espaço em preparação está destinado à instalação de novas tendas para albergar aqueles que não forem contemplados no número reduzido de casas atribuídas.

Na sua maioria, estes populares negam-se, entretanto, a entrar nas residências que lhes foram disponibilizadas, tendo em conta a presença dos reais donos que, se estão-lhes a até físicas, sobretudo a noite.

O Governo da Província de Luanda, na pessoa do seu vice-governador para a área técnica, Bento Soito, já se pronunciou sobre o assunto. Segundo ele, na verdade as casas terão sido construídas de forma irregular, por elementos, alegadamente da Fiscalização provincial.

Contudo, assegurou, estão-se a limar as arestas e põem-se os traços nos tês.

“O que está a acontecer aqui é a recepção das casas que foram construídas para os fiscais, para beneficiarem os sinistrados das chuvas. Alguns encontravam-se na zona da Sapú, nas tendas, e outros noutros municípios, como Cazenga, Sambizanga e Viana. Portanto, são estas pessoas que merecem estar neste espaço. São as pessoas para as quais foi reservado este espaço”, sublinhou o governante.

Acontece, porém, que algumas pessoas já compraram casas, ou, pelo menos, fizeram acordos com os supostos fiscais, para terem uma casa no local. Estes, não estão a ser expulsos, mas, de acordo com Bento Soito, têm, primeiro, que esclarecer a situação.

“Estamos a colocar a pessoa que comprou em contacto com o fiscal e, quando esse aparecer, vai responder judicialmente. Então, essa pessoa pode assumir o espaço. Sem que isto aconteça, o Governo toma conta ou o espaço fica cativo”, asseverou.

## 7.22 Na Tchimukua o sofrimento e a dobrar

*Semanario Agora*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

Depois de ter “atirado” para Tchavola cerca de três mil famílias, ante ao silêncio de um Parlamento que não munge nem tuge, Isaac dos Anjos não abandonou a sua veia demolidora. Na semana passada (quarta e quinta-feira) o martelo demolidor madrugou nos bairros Lucrécia e Laureanos, localizados a margem do rio Mucussi, nos centros da cidade de Lubango. A alegação do executivo da Huila é de que a zona em causa é de risco, uma justificação que é contrariada por pessoas que habitavam aí há 20 anos e que defendem que sempre estiveram seguros, até porque havia uma grande margem entre o rio e as casas. No entanto, o Angolense soube de várias fontes que no terreno o governo pretende erguer um projecto imobiliário, visto estar no coração da cidade.

Os desalojados passaram duas noites ao relento, com trochas e crianças por cima dos escombros e, segundo dados da Associação Construindo Comunidades, foram destruídas até quinta-feira, 30 de Setembro, só nestes dois bairros, 1557 residências. Porém e sempre com o seu ar insensível, quando já estavam deitadas por terra cerca de 300 casas, Isaac dos Anjos, em declarações a uma das emissoras locais, disse que apenas tinham sido demolidas duas casas e que tudo o resto era lixo.

Quem também viu a sua sede a ser demolida é o Sindicato dos Professores do Lubango. João Francisco, primeiro Secretário municipal do Simprof do Lubango, disse ser inconveniente esta onda de demolições, sem a criação de condições para o realojamento das pessoas, até porque avançou” o projecto que o governo quer erguer no local onde estão a ser retiradas as pessoas só começa a ser implementado daqui a 5 anos”, referiu.

O Secretário do Simprof aventou mesmo a hipótese de avançar com uma providência cautelar, para exigir a reparação pelos danos que o governo da Huila causou.

## 7.23 Governador da Huila justifica demolições

*Semanario Agora*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

O governador da província, da Isaac dos Anjos, apelidos pelos os huilanos como o anjo do Diabo “devido a s Diabo”, devido a sua veia demolidora, disse em declarações a rádio Ecclesia que, para este ano, as demolições já não vão prosseguir, porque as que tinham que ter lugar já

foram efectivadas. “Terminamos o trabalho que tínhamos a efectuar ao longo dos caminhos de ferro, isto quer dizer que para além do Lubango tínhamos que proceder demolições no Tchipungo e Matála, o trabalho foi concluído durante o mês de Agosto e, agora, no final do de Setembro, conforme anunciado Março deste ano, procedemos as demolições ao longo do rio Mucussi, no centro da cidade do Lubango, por isso, para este ano não há mais demolições”, prometeu. Isaac dos Anjos reconheceu que as demolições devem ser preparadas antes. “Temos que preparar pnmelto condições, fazemos novos levantamentos e, só depois disso, é que se poderá eventualmente poderá se proceder demolições em 2011” – reconheceu.

Recentemente, o Sindicato dos professores de Lubango e a CSILA realizaram uma manifestação em massa, empunhando cartazes em que exigem o pagamento dos dois meses de salários em atraso e a exoneração do governador. Sobre este assunto, o governador Isaac Maria dos Anjos disse à Ecclésia que a ralação entre Simprof e CGSILA e executivo da Huila não é das melhores, reconhecendo que “há efectivamente um atraso salarial”.

O governador considerou que a manifestação dos professores foi pacífica, pese embora terem proferido palavras insultuosas contra si. “Nos termos do que a lei prevê nós autorizamos a manifestação e criamos as condições para se evitarem distúrbios públicos, e, portanto, neste ponto de vista podemos considerar que a manifestação foi pacífica. Agora, no de curso desta foram proferidas palavras insultuosas contra a figura do governador e é por isso que nós publicamos uma nota exigindo da parte dos promotores o pedido de desculpas públicas” – explicou Isaac dos Anjos.

## 7.24 Na Tchavola : população continua debaixo do sol

*Semanario Angolense*  
9 a 16 de Outubro de 2010

Estamos na Tchavola (em português significa podre) uma localidade que dista há cerca de 9 quilómetros da cidade de Lubango. É neste campo desértico que o executivo de Isaac dos Anjos “atirou”, em Março deste ano, mais de três mil famílias, que viram as suas residências demolidas ao longo do caminho de ferro de Moçamedes, pelo governo provincial da Huila, sem, no entanto, ter criado condições mínimas para um alojamento condigno.

As imagens deste texto, a primeira vista podem parecer de um acampamento turístico, mas quem assim pensa está enganado. São imagens que mostram o quão difícil é a vida na Tchavola.

Neste desértico, segundo constatamos, as pessoas conti-

nuam a viver em condições precárias, as crianças viram – se obrigadas a abandonar a escola, devido a distancia por um lado, por outro porque os pais ficaram sem recursos para suportarem os custos com o táxi, feito pelos Kupapatas.

A única escola que existe aqui foi construída totalmente de chapa de zinco e segundo as poucas crianças que a frequentam, estudar aí torna-se um inferno quando o sol abre. Disseram ainda que a maioria dos professores deixaram de dar aulas logo no mês em que a escola foi inaugurada, por estarem. engajados no fabrico de adobes para suas casas, visto que também foram desalojados do Lubango.

Algumas crianças segundo constatamos, tornarainse adultos tão cedo para ajudar os pais na feitura dos adobes, é o caso de Alberto Dala, 13 anos de idade.

Por altura das demolições, para além da distribuição das tendas e de terreno com a dimensão de 25x 40, o governo da Huila não fez mais nada até a presente data. As mais de 3000 famílias continuam a viver em tendas, casotas de chapa e outras ao relento. Enfim, levam uma vida de cão.

Feliciano Nanguila explicou que “o governo apresentou uma planta que todos nós temos que obedecer e está a vender por 3500 kwanzas. Nós aqui não temos dinheiro vamos fazer como? Estamos a fazer apenas os adobes, se um dia conseguir dinheiro vamos construir” disse, acrescentando que “aqui na Tchavola a vida não está boa, tendo reclamado da falta de água potável e de comida. “Tenho nove filhos e não estou a viver bem, a fome é demais” lamentou.

Augusto António está na Tchavola há seis meses mas ainda vive na tenda com o esposo. “Não temos cimento para construir nem comida é muito sofrimento aqui” contou.

Outras pessoas contactadas pela nossa reportagem não soltaram verbo mas os seus rostos sisudos “falaram”.

### Crianças com sonho adiado

As crianças na Tchavola enfrentam uma realidade que nenhum adulto gostaria ter como recordação ou ver um próximo seu a enfrentar. O direito a educação lhes foi retirado brutalmente pelo governo de Isaac dos Anjos.

No único posto médico em funcionamento nesta localidade com mais de três mil habitantes, as crianças são as que mais morrem, de acordo com a enfermeira Guilhermina Angélica. No princípio, o posto médico atendia em média 70 paciente por dia, hoje reduziu para 25. Segundo a mesma fonte as doenças diarreicas, malária e pneumonia e a má nutrição continuam a ser as epidemias que levam as crianças a morte mais cedo em consequência das péssimas condições.

O posto médico carece de quase todo tipo de medicamentos, dispõe apenas de uma médica, que no entanto, atende apenas duas vezes por semana.

Tal como a médica que só atende duas vezes por semana, a distribuição da água pelo governo também só é feita com a mesma periodicidade. Por isso, muitas famílias disseram que recorrem a Cimbas onde pagam 50 Kwanzas pelo balde de 20 litros.

## 7.25 Transferidos ou desalojados ?

*Semanário 9 a 16 de Outubro de 2010*

Feliciana Junqueira é uma das muitas pessoas transferidas do centro de acolhimento adjacente à extinta Igreja Maná, ao Kilamba Kiaxi, para a área da Sapú.

Segundo ela, há quatro anos que vive nas tendas. «Estamos há quatro anos e vamos completar cinco, em Janeiro do próximo ano», enfatizou esta cidadã, proveniente do bairro Havemos de Voltar, que, no entanto, diz estar descontente com a maneira como estão a ser tratados.

«Na terça-feira, a senhora Isabel do MINARS e algumas pessoas do Governo Provincial foram lá no campo onde estávamos, por volta das 9h00 e começaram a tirar os nomes das pessoas que encontraram para serem transferidas para aqui. Segundo eles, as casas da Sapu-II estavam construídas para nós. Mas, infelizmente, o que encontramos aqui foram casas construídas por algumas pessoas, cujos terrenos lhes foram atribuídos por fiscais», contou.

«Já encontramos algumas casas ocupadas, outras ainda em fase de acabamento, mas com donos. Não tem nenhuma casa construída pelo Governo, agora só algumas pessoas receberam casas; outras ficaram ao relento. Mesmo aquelas que receberam, estão mal, porque os donos estão a fazer confusão e a causar muitos problemas», sublinhou, deduzindo que, aqueles que não foram contemplados com casas, possam ser, novamente, colocados em tendas num terreno a ser terraplenado para o efeito.

Na mesma situação que Feliciana Junqueira se encontra Angelina Tito Mondo, que viu a sua casa inundada pelas enxurradas que, há quatro anos, deixaram Luanda às avessas.

Embora seja oriunda do bairro Golfe I, ela também não recebeu casa na Sapú-II, para onde foram levadas com esse propósito. De acordo com ela, a casa que lhe estava a ser atribuída já tem dono.

«Desde o dia que nos trouxeram para aqui, encontramos que as casas, afinal, já tinham donos. Alguns receberam mesmo assim, em litígio, mas outros, como eu, não aceitaram por causa da demasiada confusão.

Por isso, é que estamos a dormir ao ar livre, sem termos condições para cozinhar ou procurar formas de nos sustentarmos», relatou Angelina Mondo, que julga que o processo está a ser mal gizado ou «há pessoas de má fé, a aproveitarem-se da nossa situação».

«Porque não é possível, o Governo não saber que as casas que estavam preparadas para nós, ainda não estejam prontas ou que já estavam ocupadas, porque os fiscais tinham feito contratos com as pessoas e elas construíram duas casas, sendo uma para elas e outra para o próprio fiscal», pasmou-se, para mais adiante esclarecer que por este estado de coisas, a maioria dos sinistrados ficaram ao relento.

«Assim já saímos das tendas e vamos voltar a entrar noutras tendas. Parece que não querem que os campos de refugiados desapareçam, porque isso já não é campo de acolhimento. Estamos há quatro anos nessas condições e ninguém se preocupa connosco. Entra ano, sai ano e a coisa é sempre a mesma. O que estava para ser resolvido em apenas três meses, daqui a pouco vamos chegar ao quinto ano e ainda estaremos nas tendas», manifestou, visivelmente, insatisfeita.

Alguns receberam mesmo assim, em litígio, mas outros, como eu, não aceitaram por causa da demasiada confusão.

Por isso, é que estamos a dormir ao ar livre, sem termos condições para cozinhar ou procurar formas de nos sustentarmos», relatou Angelina Mondo, que julga que o processo está a ser mal gizado ou «há pessoas de má fé, a aproveitarem-se da nossa situação».

«Porque não é possível, o Governo não saber que as casas que estavam preparadas para nós, ainda não estejam prontas ou que já estavam ocupadas, porque os fiscais tinham feito contratos com as pessoas e elas construíram duas casas, sendo uma para elas e outra para o próprio fiscal», pasmou-se, para mais adiante esclarecer que por este estado de coisas, a maioria dos sinistrados ficaram ao relento.

«Assim já saímos das tendas e vamos voltar a entrar noutras tendas. Parece que não querem que os campos de refugiados desapareçam, porque isso já não é campo de acolhimento. Estamos há quatro anos nessas condições e ninguém se preocupa connosco. Entra ano, sai ano e a coisa é sempre a mesma. O que estava para ser

resolvido em apenas três meses, daqui a pouco vamos chegar ao quinto ano e ainda estaremos nas tendas», manifestou, visivelmente, insatisfeita.

### **Ninguém esta em paz na Sapu II**

As pessoas que receberam casas clamam por segurança, porque os donos das mesmas teimam em fazer confusão com eles. Isabel Kiala foi uma das contempladas. A viver com o seu marido e mais cinco filhos, teme que os proprietários os venham retirar da casa, tendo em conta que estes estão constantemente a reclamar as casas deles.

«Uma senhora foi intoxicada com gasolina e quase morreu. Não sei quem nos vai defender. Eles aparecem dia e noite a reclamar, também, o que é deles», manifestou.

Para esta moradora “os quatro anos vividos nas tendas foram suficientes, pelo que seria indecoroso deixar as pessoas ficarem mais tempo nas condições, em que estão».

Juliana Domingos Serafim foi, igualmente contemplada com uma casa. Embora com a porta frontal destruída, “porque tiveram de arrombar para nós entramos».

«À noite aparecem pessoas a bater na porta. Sobem no tecto a fazer confusão para que nós abandonemos as moradias. Não sabemos se são mesmo pessoas ou não. Somos africanos, sabemos que a magia existe. Então, não queremos ficar em casas onde depois podemos pagar caro», explicou.

## **7.26 Omunga responsabiliza Presidente da Republica**

*Semanario Angolense*  
9 a 16 de Outubro de 2010

José Patrocínio, Coordenador da Omunga, disse que o 4 de Outubro se reveste de grande simbolismo na medida em que reflectiram sobre as demolições forçadas.

“A ideia que nós tivemos, foi por um lado, apresentar um documentário que ainda não foi distribuído, que foi elaborado entre campanhas não partam a minha casa”. É um documentário de protesto contra as demolições que têm decorrido em Angola”, pontualizou.

Dados divulgados pela OMUNGA referem que com o retomar das demolições na província da Huíla mais de mil casas já foram destruídas.

Para aquela organização cívica, igual número de pessoas está ao relento, desde o dia 29 de Setembro do ano em curso e sem condições.

Por outro lado, a conferência teve como objectivo juntar

pessoas de diferentes comunidades, que têm sido vítimas de demolições ou ameaças, em vários locais do país, no caso Luanda, Benguela e Huíla. “O Chefe de Estado, através dos seus porta-vozes, pediu desculpas a 04 de Abril, às vítimas de demolições no Lubango e prometeu que nunca mais iriam acontecer situações do género. Estamos a protestar porque, na realidade, a promessa feita publicamente não está a ser cumprida porque estamos a ver novas demolições”, disse o activista cívico.

Para a OMUNGA, o que está a acontecer na Huíla é da responsabilidade do Presidente da República, na qualidade de Chefe do Executivo Estado.

As responsabilidades são imputadas ao Chefe de Estado, segundo a OMUNGA pelo facto da Assembleia Nacional ter deixado de fiscalizar as acções do Governo. “O Chefe de Estado é o responsável por tudo que acontece no país, a ideia é apresentar o nosso protesto junto ao Presidente da República, para que, o que está a acontecer no Lubango venha a debate”, sugeriu.

Com o objectivo de ver os problemas das vítimas das demolições resolvido, a OMUNGA endereçou mais cartas a relatora especial para os Direitos de Habitação das Nações Unidas.

A carta, que faz parte de um conjunto de outras, reporta de imagens fotográficas e depoimentos de vítimas que solicitaram a intervenção das autoridades do país.

Refira-se que o lema deste ano do Habitat é “Cidades melhores -Vidas melhores”.

O encontro reuniu vários segmentos da sociedade e, fundamentalmente, às vítimas de demolições das províncias de Luanda, Benguela e Huíla.

## 7.27 O sentimento de quem ficou na tenda

*Semanário A Capital*  
9 a 16 de Outubro de 2010

Os populares transferidos para a Sapú-II não são todos, os que habitavam em tendas no campo da Maná. Os que ainda ficaram lá, fervem de ansiedade e receio de não virem a ser abrangidos, longe de saberem o drama que os seus companheiros vivem.

Manuel Francisco está entre as pessoas que ficaram no campo da Maná. Ele aguarda apenas que chegue a sua vez, para lhe ser dada uma casa para morar, condignamente, com a família.

«Levaram o primeiro grupo e, infelizmente, não nos disseram quando é que voltariam para nos levarem também. Não sei se iremos continuar aqui mais tempo ou se os que foram, já receberam casas».

Nenita Gomes Mateus, por seu turno, lamenta a forma como foram seleccionadas as pessoas que foram levadas do campo para a Sapú-II, lembrando que os que ficaram são a maioria.

«Como é que os governantes vêm mais aqui fazer listas, se no primeiro dia já foram elaboradas listas, inclusive tiraram-nos fotografias? Isso é mesmo par criar desordem, porque nem todos os sinistrados se encontravam no campo, quando eles vieram», reagiu, para ilustrar de pois que a operação cadastramento para a transferência iniciou por volta das 9h 00, momento em que a maioria dos moradores das tendas já se tinham dispersado para as diferentes actividades.

«É claro que para conseguirmos ter alguma coisa para comer, temos de trabalhar, vender ou fazer algum biscate. Ao chegarem às 9h00, fazerem uma lista e levarem o pessoal, é uma grande desordem. Deviam vir num dia e dar a informação que no dia seguinte ou num dia de comum acordo, as pessoas permaneçam no campo e, com as listas que o Minars e o próprio Governo Provincial têm, com as fotografias de cada pessoa, levar as pessoas», notou.

Alguns habitantes das tendas do centro da Maná, dizem-se usurpados por oportunistas, favorecidos pelos responsáveis que dirigem o processo. Dizem mesmo que alguns oportunistas foram vistos a ocuparem as tendas deixadas pelo pessoal já transferido. Mas, por outro lado, o A Capital apurou que alguma gente, depois de posta na SapúII e se deparado com as condições pouco dignas, preferiram regressar à procedência.

De recordar que os moradores do campo de acolhimento da Maná, ao Kilamba Kiáxi são provenientes dos bairros

GolfeI, Vila Estorial, Neves Bendinha, Palanca, Camama e Havemos de Voltar.

Sem eira nem Beira

Contra todas as expectativas, as casas que, inicialmente, se pensava lhes estavam destinadas, algumas, afinal, já tinham donos lá dentro, o que despoletou uma forte onda de contestação, descontentamento, revolta e desilusão.

Este foi o estado de espírito em que encontramos duas velhas: Helena Dala e Teresa Francisco, por sinal, mãe e filha. A última, Teresa Francisco, está em situação degradante de saúde. Naturais de Kalandula, em Malange, um dia pensaram em deslocar-se para Luanda, em busca de uma vida melhor. Possuíam casa própria e sempre viveram apenas às duas.

A filha, era o suporte da mãe. Hoje, acometida de uma doença que, aos olhos da reportagem do A Capital, pareceu ser algo ligado à anemia, Teresa Francisco está, praticamente, inactiva. Tem os pés e o abdómen inchados.

Sua mãe, Helena Dala, já vai sentindo o peso da idade e, por isso, nada mais consegue fazer, nem para ajudar a filha, tão pouco para ela mesma. À estas duas senhoras solitárias foi atribuída uma casa, sem cobertura, nem as mínimas condições de habitabilidade.

Quando entramos, encontramos-as sentadas num canto da casa de um quarto. A filha deitada, e a mãe ao lado, sentada.

## 7.28 O martírio das Tendas que se prolonga ao relento

*Semanário A Capital*  
9 a 16 de 2010

A semana que termina foi marcada por mais um episódio daqueles que envolve a transferência de populares de um para outro sítio. O facto, como sempre, despertou a atenção da sociedade. E como quando isso ocorre, há sempre alguma celeuma, uma equipa de reportagem do A Capital deslocou-se ao local.

À nossa chegada demos conta de que estávamos perante um grupo de populares, com os quais já há quatro anos fomos estando em contacto.

Trata-se daquelas pessoas que, na fatídica noite de 21 para 22 de Janeiro do distante ano de 2007, viram suas residências serem arrastadas pela força da correnteza das águas das enxurradas que se abateram sobre a capital do país.

Depois do sinistro, estes populares foram realojados num campo de acolhimento, em tendas, nas cercanias da Igreja Maná, com a promessa de que ali haviam de permanecer apenas por três meses.

Os dias foram passando, até que os três meses, acabaram por se transformar em quatro penosos anos.

Hoje, a caminho do quinto ano, eles entram para aquilo que parece ser o início de mais uma jornada, rumo à conquista de uma residência cómoda pouco mais próximos, demos conta de aglomerados de gente ao pé das paredes das casas, em busca de sombra. O sol estava ardente.

No primeiro contacto com algumas mulheres, contaram-nos que ao serem tirados das tendas, nesta quinta-feira, 30 de Setembro, foram alvo de mais uma promessa. Deixariam as tendas para, na Sapú- II, serem alojados em casas, justamente ergui das para eles. Nada melhor para quem penou tanto tempo apinhado numa tenda, sem direito à privacidade.

“Começa assim o fim de quatro anos de calvário nas tendas”, pensaram. Malgrado eles. O negócio, à partida, estava mal feito. As autoridades envolvidas, (Governo Provincial de Luanda e Ministério da Reinserção Social), aparentemente estavam a ser enganadas por alguém.

Segundo apurou este semanário, no acto da venda dos terrenos onde estão as casas em referência, alegadamente por elementos da Fiscalização do GPL, estes determinaram aos compradores que o processo passaria por um acordo de cavalheiros.

“Tu ficas com o terreno, mas constróis uma casa gémea, sendo, um lado para ti, outro para mim”. E assim foi.

É que levados das tendas, nutrindo a esperança de que teriam, finalmente, casas, os populares acabaram no pior. Atirados, uns ao relento, e outros ensardinhados entre quatro paredes de casas sem tectos.

No total, fala-se em mais de 150 famílias que viviam em tendas nas imediações da extinta igreja Maná, depois das intensas chuvas de 2007. Alguns, num número de 50 famílias, terão já sido realojados, na primeira fase do processo, em 2009, na comuna do Zango.

## 7.29 MPLA detecta venda ilícita dos títulos de propriedade

*Jornal de Angola*

*11 de Outubro de 2010*

O primeiro secretário do comité municipal do MPLA no Lubango, Adriano Alberto, denunciou, sábado, a existência de falsos fiscais que continuam a enganar a população realojada na Tchavola com promessas de conceder títulos de propriedade dos lotes de terrenos.

Adriano Alberto falava num acto político de massas, que marcou a eleição dos corpos directivos dos três novos comités de acção do partido recém-constituídos na zona da Tchavola, onde mais de 771 pessoas ingressaram no MPLA. Adriano Alberto disse que o partido está preocupado com atitudes de indivíduos que aproveitam a situação para extorquir dinheiro à população e promover a venda ilegal de títulos de terrenos atribuídos a três mil famílias realojadas.

“Não aceitem entregar valores a ninguém, porque os títulos são gratuitos. Os títulos de propriedades vão ser distribuídos a todas as famílias. Denunciem todos aqueles que estão a aproveitar a situação para roubar o dinheiro da população para que as autoridades tomem medidas”, apelou Adriano Alberto.

Sublinhou que as famílias realojadas na Tchavola continuam a merecer as atenções do MPLA e do Executivo porque todos os problemas sociais e de fornecimento de serviços básicos vão ser resolvidos. “O facto de estarem nesta zona, não significa que os camaradas estão abandonados.

Sabemos que há e falta da água, energia, escolas e hospitais, mas todas estas dificuldades e vão ser resolvidos porque o Executivo sabe o que vai fazer para acabar e com estes problemas”, disse.

O primeiro secretário do MPLA no Lubango sublinhou a importância da constituição dos três comités de acção, porque vão contribuir para o levantamento, organização dos militantes e mobilização de outros cidadãos para as fileiras do partido.

## 7.30 Classificação Fundiária

*Semanário Novo Jornal*

*15 de Outubro de 2010*

A LEGISLAÇÃO angolana classifica as terras em função de vários critérios. Quanto aos fins a que se destinam e do regime jurídico, são terras do Estado as concedíveis e as não concedíveis.

Os terrenos concedíveis classificam-se em terrenos urbanos e em terrenos rurais. Segundo a Lei de Terras, é havido como terra rural o prédio rústico situado fora da área delimitada por um foral ou numa área de um aglomerado urbano e que designadamente se destine a fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola e mineira.

As terras integradas no domínio público do Estado e as terras comunitárias são terras não concedíveis. São concedíveis as terras de que o Estado tenha a propriedade

originária, contanto que não tenham entrado definitivamente na propriedade privada de outrem.

As terras rurais são classificadas em função dos fins a que se destinam e do regime jurídico a que estão sujeitos, em terrenos rurais comunitários, terrenos agrários, terrenos florestais, terras de instalação e terras várias.

As terras rurais comunitárias são as ocupadas por famílias das comunidades rurais locais para a sua habitação, exercício da sua actividade ou para outros fins reconhecidos pelo costume e pela legislação vigente.

As terras agrárias são os terrenos aptos para a cultura, designadamente para o exercício de actividade agrícola e pecuária.

As terras florestais são os terrenos aptos para o exercício da actividade silvícola, designada mente para a exploração e utilização racional de florestas naturais ou artificiais, nos termos dos planos de ordenamento rural e da respectiva legislação especial.

Segundo a Lei de Terras, entende-se por terreno urbano o prédio rústico situado na área delimitada por um foral ou na área delimitada de um aglomerado urbano e que se destine a fins de edificação urbana. Segundo a Lei de Terras, é terreno rural o prédio rústico situado fora da área delimitada por um foral ou da área de um aglomerado urbano e que designadamente se destine a fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola e mineira.

A delimitação dos terrenos rurais comunitários será precedida da audição das famílias que integram as comunidades rurais e das instituições do Poder. Tradicional existentes no lugar da situação daqueles terrenos.

As terras agrárias são classificadas em função do “tipo de cultura predominante, em terrenos de regadio, arvenses ou hortícolas, e terrenos de sequeiro. São regulamentadas” por normas próprias.

São terrenos de instalação os que têm contiguidade com as minas, fontes de matéria-prima ou eixos viários que aconselhem a implantação de uma instalação mineira ou industrial.

Ainda existe o conceito de terreno vário e terrenos reservados ou reservas os terrenos excluídos do regime geral de ocupação, uso ou fruição por pessoas singulares ou colectivas, em função da sua afectação, total ou parcial, à realização de fins especiais que determinaram a sua constituição.

Conforme foi referido acima, em termos da Lei de Terras em Angola, quanto aos fins a que se destinam e do regime jurídico, são terras do Estado as concedíveis e as não concedíveis.

Os terrenos concedíveis classificam-se em terrenos urbanos e em terrenos rurais. As terras urbanas são classificadas em função dos fins urbanísticos em terrenos urbanizados, terras de construção e terras urbanizáveis.

São urbanizadas as terras cujos fins concretos estão definidos pelos planos urbanísticos ou como tal classificados por decisão das autoridades competentes, contanto que nelas estejam implementadas infra-estruturas de urbanização. São terras de construção as urbanizadas que, estando abrangidas por uma operação de loteamento devidamente aprovada, se destinem à construção de edifício, contanto que esta haja sido licenciada pela autoridade local competente.

São terrenos urbanizáveis os terrenos que, embora abrangidos na área delimitada por foral ou no perímetro urbano equivalente hajam sido classificados, por plano urbanístico ou plano equivalente, como reserva urbana.

Os sistemas de organização da economia agrícola apresentam diferenciação que se fundamentam em duas lógicas: a preocupação de produzir, sobretudo para o consumo próprio, e o outro em que predomina a preocupação de produzir excedentes para colocação no exterior.

Os sistemas de produção e uso e usufruto da terra no meio rural é também baseado na pastorícia pastores e agro pastores, – em função das características agro ecológicas e outros factores.

A mobilidade é a estratégia e característica – chave deste sistema de produção e de vida, não somente a procura de pastagem e água, mas também um mecanismo de maneo secularmente desenvolvido com base em factores ambientais, sócio culturais, produtivos e económicos.

### 7.31 Falta de Transparencia processual compromete sonho da propriedade

*Semanário Expansão  
15 de Outubro de 2010*

O acelerado crescimento económico que tem tornado o País tão atractivo para os investidores tem sido acompanhado pelo consequente aumento do interesse na propriedade em território nacional, com particular destaque para o litoral do País.

À luz da Constituição angolana, a terra é propriedade originária do Estado. Este concede direitos aos seus cidadãos sobre parcelas, consoante os procedimentos legais previstos na Lei de Terra aprovada em 2004.

A quantidade de terrenos disponíveis pelo País fora deveria ser paralela à facilidade de aquisição por parte dos seus cidadãos, no entanto, e apesar dos vários programas governamentais voltados para o efeito, a realidade mostra um processo de aquisição pejado de “zonas cinzentas” em que dificilmente o proprietário se sente seguro de o ser, mesmo após a construção do muro que pretende assegurar a propriedade.

As dificuldades no caminho dos aspirantes a proprietários são muitas. Desde a inflação vivida no sector imobiliário nacional (particularmente a nível da capital), a um número desconhecido de intermediários que prometem o mesmo terreno a mais que uma pessoa, passando ainda por um processo de legalização de terrenos pouco claro em que o utente é frequentemente vítima da falta de informação sobre as competências das instituições responsáveis.

Neste contexto, não faltam relatos dramáticos de pessoas que apostaram as suas economias na compra de um terreno e viram os seus sonhos de propriedade frustrados, frequentemente, já numa fase de construção ou de tomada de posse da respectiva área.

O histórico de ocupações e de demolições em zonas e bairros em crescimento testemunha a insegurança que reina no sector e justifica a inquietação tanto dos compradores como dos órgãos encarregados da fiscalização, cuja tarefa de ordenamento territorial é muitas vezes dificultada pela informalidade que ainda se vive no País. À parte da construção anárquica por manifesto desconhecimento da regulamentação da propriedade, e da manifesta falta de documentação, os governos provinciais são frequentemente confrontados com situações em que populações que já foram realojadas em projectos habitacionais para o efeito vendem as suas propriedades e regressam às zonas de origem afim de reclamar novo realojamento. Mais grave ainda, as burlas não se cingem à população.

Recentemente, o Governo Provincial de Luanda foi obrigado a considerar a legalização de habitações construídas em terrenos destinados ao realojamento de pessoas, ilegalmente cedidos por funcionários do próprio GPL nos arredores do bairro da Camama.

Os espaços terão sido cedidos por fiscais do GPL em troca da construção de habitações para vendas que os fiscais efectuavam com lucros que variavam entre os 10 mil e os 18 mil USD por residência. Alguns dos fiscais em causa foram já detidos, enquanto o GPL estuda a

possibilidade de legalização das casas dos lesados, sendo uma das contrapartidas a denúncia dos fiscais que cederam os espaços.

As burlas de que as pessoas são vítimas na compra de terrenos resultam também do desconhecimento das leis e medidas governamentais.

A maleabilidade das decisões e dos projectos traduz-se nas frequentes alterações na jurisdição das instituições e respectivos dirigentes, tornando-se uma das principais causas da confusão generalizada.

A concessão de parcelas de terreno, que já foi da responsabilidade das administrações municipais) está actualmente entregue aos governos provinciais, no caso de parcelas até 5 hectares. Porém, já existiram períodos em que foram criadas comissões específicas para a concessão de espaços. Outros períodos ocorreram em que as administrações municipais foram concessoras autónomas de terrenos. Estas instituições foram sendo postas total ou parcialmente à margem do processo à medida que emergiam irregularidades.

Actualmente, são o GPL e o Instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL) as instituições indicadas para esclarecimento prévio sobre a condição dos terrenos, assim como sobre a viabilidade de projectos.

Quando se trata de um espaço superior a 5 hectares, a cedência cabe ao Ministério do Urbanismo e Construção, que surgiu da agregação entre o Ministério do Urbanismo e Ambiente e o Ministério das Obras Públicas, cujas competências foram muitas vezes confundidas com as do Gabinete de Reconstrução Nacional, que, por sua vez, foi o gestor das reservas fundiárias do Estado, e que viu recentemente parte das suas principais atribuições passarem para a 50nangoI.

### **Os caminhos da legalização**

O processo de compra e legalização de terras deve começar com a definição da finalidade que se pretende dar ao espaço, segundo especialistas, que recomendam ainda a prévia solicitação de informação sobre a condição jurídica do (espaço a requerer. Tal informação A deve ser requerida na administração municipal onde estiver localizado o espaço ou, no caso de Luanda, no IPGUL, que tem a competência de gerir o urbanismo da cidade capital.

Comprovada a disponibilidade do terreno, o requerente recebe uma declaração de concessão provisória da administração municipal e deve seguir os passos no sentido de assegurar o direito de superfície. Nesta fase os especialistas indentificaram já um certo comodismo depois da recepção da declaração provisória, sobretudo quando se trata de espaços para edificação urbana, dando

muitas pessoas início as obras, perigando o processo de legalização.

Para a solicitação do direito de superfície, a documentação deve ser entregue na administração municipal, para posterior encaminhamento para o Governo Provincial, que no caso de Luanda, por sua vez solicita o parecer do IPGUL, que tem ainda a missão de calcular o custo do direito de superfície a ser pago pelo o espaço.

Segundo um especialista consultado pelo o Expansão, não existe um período estipulado para o deferimento do processo, estando o tempo total de um processo de legalização de terreno “muito ligado a pressão requerente”. Se o espaço for para fins agrícolas, as condicionantes são exigências de que a área seja superior a 600 metros quadrados e que esteja localizada em zonas rurais. Embora não esteja legislado assim, os requerentes normalmente solicitam o parecer do Ministério da Agricultura.

### Os preços

A nebulosidade existente no processo de concessão e legalização de terrenos tem elevado os custos dos mesmos e criado condições para o crescimento de mercado paralelo (com os respectivos intermediários) que promete a compra de terrenos sem as vicissitudes e dúvidas de que o público tem sido vítima. Estes agentes, que frequentemente se limitam a agilizar os processos de obtenção das declarações provisórias, lucram várias vezes o preço que pagam pela concessão ao Governo (normalmente inferior a 100 USD).

Actualmente, o GPL está a conceder 35 m<sup>2</sup> no bairro do Zango a 60 mil Kz (cerca de 650 USD).

O Expansão apurou que, em simultâneo, e informalmente, os mesmos terrenos estão disponíveis por entre 6 e 10 mil USD, pela mão de intermediários.

Na zona do Benfica, no município da Samba, terrenos de 50 m<sup>2</sup> concedidos por cerca de 800 USD no ano passado estão actualmente disponíveis por entre 10 mil e 12 mil USD (sempre sujeitos a discussão), prova das distorções inflacionárias introduzidas pelos intermediários. Além dos custos de concessão, os requerentes devem pagar para a aquisição do direito de superfície, cujo os valores variam entre 8 e 108 USD/m<sup>2</sup>, dependendo do nível de urbanização e localização do espaço. Um terreno localizado numa zona não urbanizada nas zonas periféricas de Luanda custa o mínimo, sendo que um terreno no centro da cidade custará o máximo previsto. Em relação aos preços informais de compra, os terrenos no centro da cidade rondam os 2 mil USD.

### Os direitos e os camponeses

Pelo facto de durante muitos anos terem ocupado, para as suas actividades, zonas que hoje interessam para edificações urbanísticas, a classe camponesa ocupa lugar de destaque no processo de venda e concessão de terrenos, já que são os principais vendedores particulares (fora do centro da cidade).

É bom lembrar que a desorganização no sector é parte do processo de reconstrução e desenvolvimento de um País que viveu um longo e pernicioso período de conflito. As irregularidades e contusões que se verificam são próprias do momento actual, que obriga a um esforço no sentido do reordenamento à escala nacional, com a carga histórica que lhe é adjacente. Neste sentido, a criação do futuro Guiché Predial, aprovado recentemente em Conselho de Ministros, poderá centralizar e uniformizar o processo de aquisição com vantagens evidentes para o tecido social e para o desenvolvimento do País. O referido guiché pretende, à semelhança do Guiché Único de Empresas, facilitar e agilizar o processo de aquisição e formalização dos direitos de propriedade da terra

### Enquadramento Jurídico

O jurista Alegria Ekongo do GPL esclareceu que, entre os vários direitos fundiários previstos, o domínio útil consuetudinário reconhece o direito de propriedade perpétua aos camponeses que é concedido não por meio de um contrato como tal, mas sim, pelo reconhecimento do Estado. Na referida condição os proprietários podem conceder ou vender a respectiva parcela a terceiros.

Quando as zonas ocupadas por camponeses interessam ao Estado, os primeiros são indemnizados, proporcionalmente se já estiverem a beneficiar do direito consuetudinário, e desproporcionalmente caso ainda não estejam a beneficiar do referido decreto.

O domínio útil civil e o direito de propriedade são os outros Direitos Fundiários que concedem o direito de exploração perpétua ao requerente. O jurista esclarece que a diferença entre ambos está no facto de o domínio útil civil, apesar de ser um reconhecimento tal como o direito consuetudinário, ser utilizado para os terrenos em zonas urbanas, enquanto o direito de propriedade se transfere à propriedade por tempo indeterminado, mediante cláusulas contratuais.

O direito de superfície e de ocupação precária são os outros regimes previstos na legislação, sendo que o direito de superfície determina a exploração do espaço por um tempo determinado de 60 anos, findos os quais a titularidade volta a ser do Estado, que pode voltar a negociar com a mesma ou outra pessoa, sendo que o

ocupante tem o direito de preferência. O direito de ocupação precária tem um período de exploração não superior a um ano e as construções a serem edificadas no local devem ser de carácter removível (à semelhança do verificado em zonas' como a Ilha de Luanda), segundo Alegria Ekongo, que esclarece também que nestes casos a actividade a ser explorada no espaço requerido determina o tipo de direito a conceder.

### 7.32 Classificação Fundiária

*Semanário Novo Jornal*  
15 de Outubro de 2010

A legislação angolana classifica as terras em função de vários critérios. Quanto aos fins a que se destinam e do regime jurídico, são terras do Estado as concedíveis e as não concedíveis.

Os terrenos concedíveis classificam-se em terrenos urbanos<sup>18</sup> e em terrenos rurais. Segundo a Lei de Terras, é havido como terra rural o prédio rústico situado fora da área delimitada por um foral ou da área de um aglomerado urbano e que designadamente se destine a fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola e mineira.

As terras integradas no domínio público do Estado e as terras comunitárias são terras não concedíveis. São concedíveis as terras de que o Estado tenha a propriedade originária, contanto que não tenham entrado definitivamente na propriedade privada de outrem.

As terras rurais são classificadas em função dos fins a que se destinam e do regime jurídico a que estão sujeitos, em terrenos rurais comunitários, terrenos agrários, terrenos florestais, terras de instalação e terras várias.

As terras rurais comunitárias são as ocupadas por famílias das comunidades rurais locais para a sua habitação, exercício da sua actividade ou para outros fins reconhecidos pelo costume e pela legislação vigente.

As terras agrárias são os terrenos aptos para a cultura, designadamente para o exercício de actividade agrícola e pecuária.

As terras florestais são os terrenos aptos para o exercício da actividade silvícola, designada mente para a exploração e utilização racional de florestas naturais ou artificiais, nos termos dos planos de ordenamento rural e da respectiva legislação especial.

Segundo a Lei de Terras, entende-se por terreno urbano o prédio rústico situado na área delimitada por um foral ou na área delimitada de um aglomerado urbano e que

se destine a fins de edificação urbana. Segundo a Lei de Terras, é terreno rural o prédio rústico situado fora da área delimitada por um foral ou da área de um aglomerado urbano e que designadamente se destine a fins de exploração agrícola, pecuária, silvícola e mineira.

A delimitação dos terrenos rurais comunitários será precedida da audição das famílias que integram as comunidades rurais e das instituições do Poder.

Tradicional existentes no lugar da situação daqueles terrenos.

As terras agrárias são classificadas em função do “tipo de cultura predominante, em terrenos de regadio, arvenses ou hortícolas, e terrenos de sequeiro. São regulamentadas” por normas próprias.

São terrenos de instalação os que têm contiguidade com as minas, fontes de matéria-prima ou eixos viários que aconselhem a implantação de uma instalação mineira ou industrial.

Ainda existe o conceito de terreno vário e terrenos reservados ou reservas os terrenos excluídos do regime geral de ocupação, uso ou fruição por pessoas singulares ou colectivas, em função da sua afectação, total ou parcial, à realização de fins especiais que determinaram a sua constituição.

Conforme foi referido acima, em termos da Lei de Terras em Angola, quanto aos fins a que se destinam e do regime jurídico, são terras do Estado as concedíveis e as não concedíveis.

Os terrenos concedíveis classificam-se em terrenos urbanos e em terrenos rurais. As terras urbanas são classificadas em função dos fins urbanísticos em terrenos urbanizados, terras de construção e terras urbanizáveis.

São urbanizadas as terras cujos fins concretos estão definidos pelos planos urbanísticos ou como tal classificados por decisão das autoridades competentes, contanto que nelas estejam implementadas infra-estruturas de urbanização. São terras de construção as urbanizadas que, estando abrangidas por uma operação de loteamento devidamente aprovada, se destinem à construção de edifício, contanto que esta haja sido licenciada pela autoridade local competente.

São terrenos urbanizáveis os terrenos que, embora abrangidos na área delimitada por foral ou no perímetro urbano equivalente hajam sido classificados, por plano urbanístico ou plano equivalente, como reserva urbana. Os sistemas de organização da economia agrícola apresentam diferenciação que se fundamentam em duas lógicas a preocupação de produzir, sobretudo para o

consumo próprio, e o outro em que predomina a preocupação de produzir excedentes para colocação no exterior.

Os sistemas de produção e uso e usufruto da terra no meio rural é também baseado na pastorícia pastores e agro pastores, em função das características agro ecológicas e outros factores.

A mobilidade é a estratégia e característica – chave deste sistema de produção e de vida, não somente a procura de pastagem e água, mas também um mecanismo de maneio secularmente desenvolvido com base em factores ambientais, sócio culturais, produtivos e económicos.

### 7.33 Cadastro predial pilar do desenvolvimento

*Semanário Expansão  
15 de Outubro de 2010*

1. Uma sociedade desenvolvida é um edifício de linhas arrojadas: normas e regras servem-lhe de estrutura, os contratos são os tijolos que lhe dão habitabilidade, e o dinheiro em circulação (a liquidez) é a argamassa que mantém o todo coeso. Mas é a segurança jurídica, quais alicerces, que lhe confere robustez e resistência.

Sem regras e contratos, o sector imobiliário ficaria confinado à autoconstrução. Sem liquidez (sobretudo, a liquidez criada pelo crédito bancário), haveria projectos de iniciativa governamental financiados exclusivamente com receitas fiscais (edifícios que permaneceriam para sempre na posse do Estado) e pouco mais. E é só quando estão reunidos regras, contratos, liquidez e segurança jurídica que surge um mercado capaz de satisfazer a procura imobiliária (residencial e comercial) e de dar confiança à construção.

2. No sector imobiliário, segurança jurídica é sinónimo de normas gerais, abstractas e enunciadas com clareza sobre: a titularidade da propriedade imobiliária; a sua transmissão; as formas de onerá-la (hipoteca, etc.); o arrendamento e o uso pacífico da propriedade arrendada; o regime fiscal não discriminatório da propriedade imobiliária e dos rendimentos que ela gerar. Sendo certo que ninguém, em seu perfeito juízo, quererá um direito (no caso, o direito de propriedade): que não consiga demonstrar com facilidade; que não possa fruir pacificamente; do qual não consiga dispor livremente; que esteja sujeito a um regime fiscal nebuloso; que possa ser violado impunemente; enfim, que seja causa de (más) surpresas e de litígios sem fim.

Seja como for, a propriedade imobiliária nunca deixará de ser fonte de conflitos. Mas, para reduzir essa confi-

tualidade à menor expressão, terá de ser possível identificar, a todo o momento e sem sombra de dúvida: já o prédio (aqui, sinónimo de terreno, edifício ou fracção autónoma) em causa, distinguindo-o com nitidez de qualquer outro; já quem seja o seu proprietário. Isto implica, desde logo, que os prédios do domínio público estejam, também eles, correctamente identificados.

3. A identificação da propriedade imobiliária faz-se por meio de um registo universal (o Cadastro Predial) permanentemente actualizado. Todos os prédios (incluindo os que pertençam ao domínio público), os seus titulares e, quando for o caso, os ónus que os atinjam, aí devem constar, formando assim uma base de dados (Base de Dados Cadastrais) única. Não existe solução mais eficaz para esvaziar os conflitos que tenham epicentro na propriedade imobiliária.

É que, se subsistir a mais remota dúvida sobre os limites do prédio, as hipotecas que o oneram, ou a identidade do seu proprietário – o que é dizer, se a segurança jurídica abrir brechas, o crédito bancário manter-se-á afastado do sector imobiliário, e nem a construção, nem o arrendamento, nem a procura imobiliária terão, alguma vez, condições de prosperar, por absoluta falta de liquidez.

Construir e adquirir prédios é, sempre, um investimento: investimentos com prazos diferentes, expostos a riscos diferentes, a mas que só se tornam realidade quando os investidores sabem que há quem esteja na disposição de os financiar. Ora, o financiador (as mais das vezes, um banco) vai querer, certamente, garantir o reembolso dos capitais que emprestar, aconteça o acontecer ao devedor, e mesmo que o prédio que é objecto do financiamento mude de mãos.

Uma tal garantia (geralmente, uma hipoteca) só será útil: se estiver formalizada (para os bancos, tal é exigido pela própria supervisão); se for do conhecimento público; e se puder ser eficazmente reclamada independentemente de quem esteja na posse do prédio dado em garantia. Ou seja, deve constar do Cadastro Predial – e, por isso, uma Base de Dados Cadastrais actualizada e em boa ordem é condição indispensável para que a liquidez (designadamente, o crédito bancário) aflua ao sector imobiliário.

Por seu turno, quem se propõe adquirir um prédio há-de querer saber se existem hipotecas e, se existirem, quais os seus valores – e é no Cadastro Predial que encontrará essa informação.

4. O Cadastro Predial deve assim permitir: O acesso público – qualquer um deve poder consultá-lo; O acesso

irrestrito – para consultá-lo, não há que demonstrar previamente o interesse directo e legítimo no resultado da consulta;

- O acesso por múltiplos critérios de pesquisa número do registo, identidade da pessoa do titular (ou co-titular), uma qualquer estrema geográfica, conservatória, data da inscrição registral, etc.;
- A correspondência automática com um sistema de informação geográfica – de tal forma, que seja possível “ver” a implantação da propriedade no terreno, e as respectivas confrontações;
- Uma única referência para efeitos, simultaneamente, registrais e fiscais – evitando-se, deste modo, as inconsistências entre a Base de Dados Cadastrais e a Base de Dados Fiscais;
- A actualização em tempo real a partir dos principais pontos onde tenham lugar actos susceptíveis de modificar o registo cadastral (cartórios notariais, bancos, municípios, administração fiscal).

5. Identificar proprietários não é complicado, desde que se observe escrupulosamente o princípio do trato sucessivo (segundo o qual só o actual proprietário registado pode tomar a iniciativa de modificar o Cadastro Predial e haja o cuidado de proceder à renovação oficiosa se o Cadastro Predial permanecer sem movimento durante largo tempo (a liquidação de um imposto sobre a propriedade imobiliária é um excelente meio para evitar que esta caia de mão morta), Assim como também não será difícil manter actualizado o registo, quer das hipotecas (e outros ónus) que impendem sobre cada prédio, quer dos respectivos beneficiários.

Pelo contrário, a identificação geográfica de um prédio, distinguindo-o dos prédios vizinhos, é uma tarefa assaz complexa – mas que os novos sistemas de referência geográfica por satélite vieram simplificar.

Uma coisa é certa, porém: o mercado imobiliário só tem condições para funcionar se a realidade estiver ali mesmo, à vista e ao alcance de todos, numa qualquer conservatória do registo predial.

6. Onde há insegurança jurídica não há crédito bancário – e, não havendo crédito bancário, a liquidez que circular (emitida pelo banco central, ou porque está a monetizar a dívida pública, ou porque está a acumular reservas cambiais) terá, cedo ou tarde, efeitos inflacionistas. Mesmo nas economias mais desenvolvidas e nos mercados financeiros mais eficientes, a liquidez à disposição do mercado imobiliário tem origem, em larguíssima medida, no crédito bancário muito embora os

bancos, num segundo momento, possam repassar esses créditos para outros investidores.

Segurança jurídica, pois, para que o crédito bancário encontre condições que lhe permitam financiar tanto a construção de imóveis (residenciais e comerciais) como a aquisição de imóveis (seja para ocupação própria, seja para arrendar) – e para que o mercado imobiliário ganhe pujança. Nesta matéria, quem diz segurança jurídica diz cadastros prediais, base de dados cadastrais e conservatórias de registo predial.

7. Acontece, porém, que o mercado imobiliário, com especial destaque para a procura residencial, necessita de financiamentos por largo prazo. Mas os balanços dos bancos comerciais, financiados como são por depósitos a menos de um ano, não estão preparados para acolher até ao respectivo vencimento créditos com prazos longos – e foi justamente isto que a actual crise veio revelar. Quando esta realidade é ignorada, e se permite que os créditos de longo prazo ganhem um peso significativo no sistema bancário, as economias caminham permanentemente à beira de crises de liquidez, e os bancos centrais convivem diariamente com um dilema: ou mantêm o rumo da política monetária e assistem à propagação do risco sistémico (com a consequente fragilização do sistema bancário); ou privilegiam a estabilidade financeira da banca e desistem dos objectivos da política monetária.

Dir-se-ia, então, que mercados imobiliários com liquidez suficiente para funcionarem bem, por um lado, e estabilidade financeira da economia, por outro, são cenários incompatíveis, que mutuamente se excluem. Assim não é, felizmente – se houver o cuidado: já, de estruturar os mercados financeiros de modo tal, que o crédito bancário que alimenta de liquidez o mercado imobiliário possa ser, num segundo momento, repassado para um amplo leque de investidores, designadamente investidores institucionais (seguradoras, fundos de pensões, fundos de investimento já, de vigiar de perto, para contê-los, os riscos inerentes ao mercado imobiliário. São estes dois cuidados que levam a conceber mecanismos de financiamento específicos para as políticas de habitação.

### 7.34 Segurança fundiária das Comunidades camponesas esta comprometida

*Jornal de Pais*  
15 de Outubro de 2010

A segurança fundiária das comunidades camponesas angolanas está cada vez mais fragilizada, segundo uma pesquisa feita pela ADRA e apresentada pelo seu presi-

dente, Guilherme dos Santos, no X Encontro Nacional das Comunidades que decorreu esta semana em Luanda.

O estudo constatou que existe uma diferença entre a aplicação do que está consagrado na Lei de Terras e o que efectivamente acontece pelo país nesse domínio.

O documento aponta ainda a existência de sobreposições e desajustes de competências entre as diferentes instituições estatais na gestão da terra.

A pesquisa concluiu, com uma certa preocupação, a paralisação da delimitação das terras rurais comunitárias prevista na Lei de Terra. Actualmente assiste-se a uma progressiva delimitação para o sector privado.

“Isso cria um desequilíbrio que não é saudável para o país que se quer inclusivo”, disse o presidente da ADRA, organização não-governamental que completou recentemente 20 anos de existência e que actua no campo da promoção da paz e desenvolvimento rural.

Guilherme dos Santos acredita que as instituições estão fragilizadas, tendo em conta que o princípio do primado da lei é um valor que está a ser corroído por desrespeito às leis instituídas.

O relatório da ADRA destaca que as pessoas mais afectadas são aquelas que têm acesso a pouca informação, conhecimento e justiça, razão pela qual a organização tem procurado implementar projectos no seio destas comunidades para atenuar as falhas ainda existentes.

Segundo o documento, continua a verificar – se em todo o país inúmeros conflitos de terras, cuja solução tarda a acontecer por incumprimentos dos postulados da Lei de Terras. Contribui igualmente para lutas, segundo os pesquisadores, uma alegada falta de visão inclusiva, multifacetada e colegial dos interessados.

As respostas às solicitações de resolução dos conflitos não surgem, quer seja entre o sector privado e a comunidade ou com o próprio Estado, porque muitos deles nem sequer são conhecidos.

A ADRA defende como solução a implementação de mais acções de advocacia social, além da informação, uma acção que podera pressionar as instituições competentes a solucionarem os referidos conflitos.

Sobre a Lei de Terras, a pesquisa realça que está a ter um nível aceitável, embora se assista frequentemente ao seu incumprimento. A excessiva burocracia, aliada ao espírito de desconfiança reinante na sociedade, e, constituem igualmente desafios a serem vencidos para se garantir a posse e a segurança das terras das comunidades mais desprotegidas.

O X Encontro Nacional das Comunidades teve como

principal objectivo favorecer a troca de experiência sobre aspectos ligados à vida das comunidades, para além de proporcionar o debate em torno-dos programas governamentais.

A conferência analisou também o cumprimento das resoluções do IX congresso das comunidades e a apresentação de programas do Governo.

### 7.35 Neste momento Luanda não tem disponibilidade para concessões de espaços

*Semanário Expansão*

*16 de Outubro de 2010*

*Qual é o panorama da capital em termos de disponibilidade de espaços?*

Neste momento, Luanda não tem disponibilidade de espaço. Durante os anos de guerra e mesmo depois disso, o sentido migratório foi sempre das províncias para Luanda, e chegou uma altura em que houve necessidade de se ocuparem novas áreas, as pessoas foram saindo do casco urbano e ocupando terrenos nas redondezas, nas chamadas zonas de expansão: Benfica, Viana e Kilamba Kiaxe. Esta situação levou a que o governo provincial, devido à procura de terrenos para a construção de habitações, principalmente logo a seguir a 2002, concedesse loteamentos a determinadas áreas, sem respeitar a qualquer plano urbanístico geral. Esta situação, que deveria ser provisória, demorou mais que o esperado, e o Governo central decidiu parar com estas concessões porque as redes de infra-estruturas não estavam devidamente definidas. A desordenação destas áreas é evidente, e não me refiro apenas à organização do perímetro, mas também à distância existente entre as áreas ocupadas, que força o Governo central a despender grandes esforços na colocação de infra-estruturas por toda a província.

*Então não é que não existam espaços?*

Exactamente, existem espaços, que não estão disponíveis porque a concessão foi suspensa.

Há estimativa para a reabertura das concessões?

Não podemos avançar esta informação porque a suspensão foi decretada pelo Chefe de Estado, e acredito que será a mesma entidade a determinar o levantamento, porque o decreto não faz menção temporal, diz apenas que durará até à aprovação dos planos territoriais. Estamos, primeiro, a pensar no plano director da província de Luanda e, depois, noutros planos territoriais de menor dimensão. Mas a medida tomada não é absoluta no sentido de que as concessões acontecerão depois da elaboração de todos os Planos. Acredito que, a medida tomada não é absoluta no sentido de que as concessões poderão acontecer. Por exemplo, existe um projecto residencial no distrito do

Camama, um plano urbanístico devidamente aprovado. Numa situação como esta, e possível dar continuidade as concessões. A ideia não é de estancar as concessões na província mas, sim, parar para organizar.

*Quando é que um cidadão está a construir ilegalmente?*

Para construir, é preciso ter a licença de construção, e para ter a licença de construção, é preciso a titularidade do espaço, mas muitas pessoas constroem sem qualquer autorização. Podemos perguntar onde fica a fiscalização, mas, na realidade, não é fácil estar em cima de cada situação, porque a dinâmica de ocupação e de construção é tão grande, que às vezes torna-se difícil para os serviços administrativos acompanharem.

*Em média, quanto tempo dura o processo de legalização de espaços?*

É um processo que, de facto, leva algum tempo, porque envolve várias entidades e dinâmica da parte do requerente e da entidade concedente, porque implica dar andamento a um processo que deve estar completo e devidamente instruído. Esta relação entre o requerente e administração é que torna as coisas morosas. Há ainda a questão cadastral, que é o que mais afecta o processo, porque é preciso saber de quem é o terreno, se ainda não foi feita uma concessão a outra pessoa, a fim de evitar que um mesmo terreno seja cedido a mais de uma pessoa. No passado, esta situação aconteceu muito, actualmente está a diminuir, mas isso implica termos o cadastro actualizado. É necessário um sistema moderno de gestão de cadastro que permita em tempo real saber se um terreno solicitado ainda não foi solicitado por outra pessoa.

*E a área do cadastro está devidamente preparada?*

Para a dinâmica da nossa sociedade, ainda não está, no entanto existe um esforço para melhorar os serviços de cadastro para este fim. Isso implica fazer todo um trabalho que não foi feito durante muitos anos, é preciso actualizar cadastros de há 35 anos. Há muita coisa que já foi concedida e não está devidamente cadastrada. Não é um trabalho que se consiga fazer em um ou dois anos, porque também é preciso preparar os próprios funcionários para a tarefa.

*É um risco comprar-se terrenos à classe camponesa?*

Se o terreno for propriedade do camponês, pode proceder-se à aquisição, mas, na maioria dos casos, os terrenos não são dos camponeses, são do Estado, cedidos aos camponeses de alguma forma, num contexto diferente da realidade actual, em que há necessidade de muitos destes terrenos terem outra utilidade, serem transformados em terrenos urbanos. A questão da cedência é complexa.

*E o direito consuetudinário?*

É para proteger as comunidades rurais, principalmente,

para evitar que, por falta de documentos escritos, percam os seus terrenos para outrem. No entanto, a lei protege as comunidades, e não pessoas individuais. É o caso dos camponeses que estão no sul de Luanda há vinte ou trinta anos. No entanto, é bom lembrar que o terreno é protegido para um determinado fim e não para depois o camponês talhionar e vender. A protecção é a do modo de vida de quem lá vive. O Estado pode, em determinado momento, entender que precisa do terreno para um fim diferente, encontrar uma solução para os camponeses, como já aconteceu, e proceder à transferência das pessoas para uma outra área adequada para a mesma actividade desenvolvida.

*que se deve atribuir os conflitos e fraudes no processo de venda e compra de terrenos?*

O cerne da questão está na necessidade urgente que as pessoas têm de resolver o seu problema. O governo provincial está atento à situação e procura encontrar as soluções para a distribuição de terrenos de forma digna. Isso acaba por prejudicar as pessoas porque se torna um processo burocrático e demorado. Então as pessoas preferem ir negociar com o camponeses ou com quem diz ter terrenos, e os resultados estão à vista.

*Alguma razão especial para que o direito de superfície seja o mais concedido?*

Não sei qual será a razão, mas o direito é dado em função da finalidade que se quer dar ao terreno e é quase sempre para urbanizar. Para este fim, as pessoas escolhem aquele que dá mais tempo de duração. O direito de arrendamento tem duração de um ano, o uso consuetudinário e o domínio civil são para as comunidades. Restam os direitos de superfície e de propriedade. Neste momento, salvo raríssimas situações, o Estado não tem concedido o direito de propriedade. Penso ser por razões históricas de organização territorial e soberania, embora a lei também preveja o direito de propriedade.

## 7.36 Governo do Huambo esbanja um milhão de dólares na requalificação do rio Kalohombula

*Semanário Terra Angolana  
16 a 30 de Outubro de 2010*

A futura cidade ecológica do país chama por ajuda para a requalificação do seu pulmão ambiental. Trata-se da província do Huambo que observa a paralisação das obras de recuperação da Granja por alegada falta de dinheiro.

O pulmão ambiental ode ser engolido ainda elo lixo que toma de assalto a cidade planáltica.

“O Governo provincial o Huambo gastou, para este ano cerca de cem milhões de Kwanzas para a requalificação

mas as obras nunca tiveram início”, disse um activista social que considera a bacia do rio Kalohombula como uma enorme lixeira ao céu aberto.

Para além disto a ribeira da Granja da capital ecológica, como também é chamada a cidade do Huambo continua transformada numa mina de exploração de inertes, comprometendo à longo prazo o próprio plano urbanístico da cidade do Huambo.

Tanto quanto se sabe os dinheiros em causa foram mesmo cabimentados pelo o Ministério das Finanças. Do executivo de Fautino Muteka nada se sabe, há 15 dois meses do fim de ano, e ou seja do encerramento do ano fiscal.

De ecologia não é tudo. O presidente da organização OMUNGA, José Patrocínio disse que o dia a do habitat, assinalado esta – semana serviu para dedicar especial atenção a situação do direito habitacional no país, assim como denunciar as demolições que ocorrem um pouco por todo o território nacional, com realce para a cidade do Lubango.

Patrocínio, considera e ainda que o actual plano urbanístico traçado pelo executivo apresenta uma carga de discriminação aos pobres e que argumento ecológico avançado não passa de subterfúgio.

A ONG Omunga, promoveu um encontro de reflexão no Centro de Formação de Jornalistas, em que esteve em cima da mesa o direito habitacional e os actos de demolições que acontecem um pouco por todo o país.

### 7.37 Demolições são fabricas de Pobreza

*Semanario Novo Jornal  
20 de Outubro de 2010*

O presidente da comissão dos sinistrados da ilha do cabo residentes no zango, alberto viace, considerou as demolições que ocorrem um pouco por todo país como “fábricas de pobreza”, uma vez que o processo através do qual elas são levadas a cabo não contempla a criação de condições mínimas de habitabilidade.

Alberto Viace falou à margem de uma conferência sobre pobreza, realizada na passada terça-feira, dia 19, no Zango I, a propósito das comemorações do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza.

“Imaginemos alguém que tem a casa demolida, é retirado do seu bairro para outra zona de forma forçada, ao ponto de perder o seu emprego e haveres. É claro que esta pessoa se torna mais pobre do que era”, afirmou o responsável, apelando às autoridades governamentais para o respeito pela Lei durante o processo de demolições, de modo que estas não piorem projectos governamentais carecem de respostas comunitárias. “Não

podemos esperar, por exemplo, que alguém do governo central venha varrer a nossa rua, mas as comunidades devem organizar-se para fazê-lo”, exemplifica.

Pedro Branquima cita outro exemplo, desta vez relacionado com os registos de nascimento. “Se calhar os governos centrais desconhecem onde estão as pessoas, os problemas que estão a enfrentar e quais são as faltas das políticas que eles criaram. Portanto, nós como actores sociais temos que influenciar as políticas das autoridades cujos destinatários somos nós mesmos”, argumenta, salientando que a pobreza não atinge apenas as pessoas residentes nas tendas, “embora pelo facto de estarem na condição de desalojados sejam mais vulneráveis do que outras pessoas”..

### 7.38 Administração reavalia documentação de titulares de espaços na Ilha do Cabo

*Jornal de Angola  
22 de Outubro de 2010*

A administração municipal da Ingombota, em Luanda, vai, a partir hoje, reavaliar a documentação dos alegados proprietários de espaços públicos em toda a extensão da Ilha do Cabo.

A administradora municipal, Susana Augusto de Melo, disse ontem, à Angop que o processo vai ser desencadeado por uma equipa da administração local, composta por especialistas do gabinete técnico, das secções do Comércio, Serviços Comunitários e Espaços Verdes, Turismo e Fiscalização e da Capitania do Porto de Luanda.

A medida, prosseguiu, visa saber a condição legal de cada um, uma vez que se registam ocupações desordenadas e construções anárquicas.

Suzana de Melo garantiu que, após a peritagem, vai ser feito um enquadramento das ocupações à luz das normas, regulamentos e das leis que regem a ocupação de espaços. Na sua opinião, as construções particulares e a ocupação de espaços públicos devem obedecer a normas urbanísticas e de ordenamento que o governo da província de Luanda tem elaborado.

A administradora da Ingombota manifestou-se indignada pelo facto de a população continuar a sujar as praias com resíduos sólidos, principalmente aos fins-de-semana, situação que acontece numa altura em que a administração municipal e a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) iniciaram a realização de uma série de tarefas comunitárias, no âmbito da aplicação do programa do Governo e Provincial de Luanda(GPL).

Esta tarefa, de acordo com a administradora, realiza-se aos sábados e consiste na limpeza e embelezamento, bem como

na colocação de balneários públicos e criação de zonas verdes para melhorar a imagem da circunscrição, tendo em conta a necessidade de atrair a cada vez mais turistas. As autoridades estão igualmente a sensibilizar a população e frequentadores da Ilha de Luanda, principalmente nesta época balnear, no sentido de depositarem o lixo nos locais apropriados.

Foram igualmente colocadas novas placas em áreas consideradas de risco ao longo da orla marítima, numa acção conjunta da administração municipal e da unidade especial de naufragos, localizada na Chicala e afectada à Direcção Provincial de Protecção Civil e Bombeiros.

### 7.39 Armazéns são demolidos no Rocha Pinto para permitir o alargamento da estrada

*Jornal de Angola*  
22 de Outubro de 2010

Um total de 173 armazéns comerciais e três moradias localizadas ao longo da Avenida 21 de Janeiro, entre a rotunda que dá acesso ao campo do Interclube de Angola e a unidade principal da FAPA, vão ser demolidos para permitir a execução final das obras de reabilitação e alargamento da via, revelou na quarta-feira o Secretário de Estado da Construção.

A Joanes André, que falava à imprensa no final de uma visita às obras das vias estruturantes e secundárias da capital, referiu que a continuidade da empreitada está a ser dificultada, devido à presença das referidas estruturas. Os armazéns estão encerrados há mais de três meses, na sequência de uma decisão do Governo Provincial de Luanda que deseja tornar o trânsito automóvel naquela área mais fluído. Joanes André esclareceu que as negociações entre o Gabinete Técnico Executivo de Coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC), Governo Provincial de Luanda e proprietários dos armazéns, com vista ao início da expropriação, podem acontecer amanhã. Acrescentou que as obras na Avenida 21 de Janeiro já se encontram em 60 por cento do seu percurso.

“Prevê-se que, com a expropriação dos armazéns, as obras possam estar concluídas em Dezembro ou Janeiro de 2011”, disse Joanes André.

O Secretário de Estado da Construção alegou que, por vezes, as autoridades têm sido incompreendidas das por parte da população e avançou que já são visíveis os benefícios na circulação rodoviária em algumas vias estruturantes e secundárias. “Foi muito difícil no início, mas estamos a conduzir os trabalhos de tal maneira que, até 2012, o programa concedido fica concluído”, garantiu.

### Valas de drenagem

O projecto de reabilitação e alargamento da Avenida 21 de Janeiro inclui a colocação de lancil, arranjo de redes técnicas de energia eléctrica, telefone e condutas de água, separador central, construção de passeios para peões em cada lado da estrada e melhoramento dos sistemas de drenagem das águas pluviais. Entretanto, assessora do Presidente da República para a área social, Rosa Pacavira anunciou que os trabalhos de limpeza das valas de drenagem da cidade Luanda e o lixo na sua envolvente vão começar hoje.

Rosa Pacavira, que acompanhe visita às obras, disse que foi criada uma empresa para desempenho dessa tarefa e que os equipamentos para o desassoreamento e desobstrução das valas que estão assegurado.

“Precisamos da compreensão do apoio da população para a colocação de lixo dentro das valas”, disse. A propósito, refere que vai ser realizado um trabalho de sensibilização junto das populações residentes ao longo das linhas de risco das valas de drenagem com vista à sua evacuação para áreas habitacionais no Zango, Panguila e Sapú. Esclareceu que se trata de uma acção de continuidade, a exemplo do que aconteceu com as famílias que residiam no Cazenga, Cariango e na rua dos Comandos.

A delegação, que integrou ainda o vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soito, visitou igualmente as obras de requalificação das vias secundárias nos bairros Cassenda e Mártires de Kifangondo, a passagem aérea dos Congolenses na via Expresso Luanda-Viana, a Subestação de energia eléctrica da Cama IVa, a Estação de Tratamento de Água de Kikuxi, e o projecto de construção de cinco mil casas de autoconstrução dirigida.

### 7.40 Diferendos Comunitários em Benguela

*Semanario Novo Jornal*  
22 de Outubro de 2010

Neste campo, destacam-se principalmente as disputas pelos espaços agricultáveis, que têm a ver com os limites das lavras, considerando que as famílias cresceram bastante e as reservas de terras a nível das famílias começam a escassear, assistindo-se frequentemente transposições dos limites de lavras “ovililo” ou ainda “olongave”.

Normalmente, os filhos vão sempre viver com a mãe e, por isso, são chamados de “olungendalena”.

Mesmo do ponto de vista de linhagem, os filhos são mais da mulher do que do homem, daí a herança feita pelos filhos ter sido atribuída este nome.

Outro tipo de conflitos desta natureza está relacionado com a herança de terras cedidas aos amigos ou familiares

não próximos em tempos idos. Actualmente, assiste-se disputas entre os herdeiros dos que haviam sido cedidas as terras e dos que haviam cedido essas terras.

Estes últimos defendem que as terras lhes pertencem, porque aos outros só lhes tinha sido cedida; os primeiros, por sua vez, defendem terem nascido nessas aldeias e que viram os seus pais sempre trabalhando essas terras como sendo deles.

Este tipo de diferendos agudizam-se principalmente quando os “videntes” (aqueles que vieram) manifestarem comportamentos menos dignos da boa convivência nas aldeias, tais como transpor limites, tentativas de venda ou cedência a terceiros.

As terras cedidas a “videntes” dão direito a usufruição, mas não à venda ou a outro tipo de as dispor.

Ainda em relação à herança, há aqueles herdeiros que cresceram nas cidades e pretendem regressar às terras dos seus familiares. Às vezes, não conhecem os verdadeiros limites das terras de seus familiares. Vêm apenas por indicação de outros parentes ou familiares.

Ao demarcarem as terras de sua herança transpõem os limites, abrangendo casas ou aldeias, criando conflitos entre estes e os encontrados. Outros, depois de demarcadas, vendem-nas e desaparecem, -fixando residência em Luanda.

Este tipo de conflitos não é generalizado. Entretanto, no encontro com o grupo focal de Cayengue, foram levantados entre comunidades vizinhas. Em geral, as aldeias onde existem “ombalas”, reconhecidas ou não, tendem a subestimar as outras aldeias, ditando regras até de limites das aldeias e, conseqüentemente, das lavras. Alguns moradores de Cayengue, Por exemplo, foram impedidos de implantar lavras fora dos limites da sua aldeia, mesmo que estes se intitulem donos daquelas terras. O mesmo acontece com os exploradores de carvão... Os conflitos com as entidades referem-se sobretudo à relação entre fazendeiros ou empresários e as comunidades locais. Este tipo de diferendos assume várias características, que vão desde as demarcações (iniciais ou definitivas), até aos procedimentos legais de obtenção de títulos de concessão. As demarcações, normalmente, ou chocam com o sistema de produção e “modus vivendus” das comunidades encontradas, ou envolvem aldeias dentro dos croquis apresentados, o que cria grandes conflitos com as comunidades. Por exemplo, na área do Pinto (Chidumbo), um fazendeiro tem conflitos com a comunidade por causa da vedação que limitou o acesso da população à água. No Balombo, a Administração, sob pedido de um empresário, mandou vedar a área das

águas do Kota-kota, proibindo a população de tomar banho e fazer lavras nos arredores.

Em termos de conflitos que decorrem dos procedimentos legais, salienta-se os procedimentos ilícitos de obtenção das assinaturas dos sobas. Há sobas que são aliciados com bens, bebidas ou dinheiro para emitirem pareceres favoráveis ou assinarem documentos de legalização, muitas vezes sem conhecimento da população.

Enquadram-se neste tipo de diferendos, a questão das reservas fundiárias. No município, foram implantadas reservas fundiárias.

A primeira não tem dentro residências, mas somente lavras.

Do ponto de vista das reacções das comunidades; esta reserva não é muito polémica. A segunda inclui, na sua área, um bairro e alguns empreendimentos sociais, tais como escolas (de adobe) e um projecto de construção da Igreja Católica. O conflito é ainda potencial, considerando que as comunidades aguardam pela implementação dos projectos definidos para estas reservas. Entretanto, já questionam ir sobre quem vai se beneficiar com E estas reservas. Os conflitos ou diferendos inter-comunitários, em geral são resolvidos, dependendo da sua natureza, a nível familiar (através de qual mais velhos da JlepataJl), dos séculos ou sobas das aldeias ou em colibalas, quando assumem dimensões 3S que ultrapassam as famílias e quanto menos, são encaminhados às regedorias, que podem ou não pedir a Polícia Nacional da sua circunscrição. São raras as vezes em que conflitos de natureza comunitária vão parar em tribunais. Exceptuam-se, nestes casos, as vendas a (terceiros, externos à comunidade, (que, normalmente, têm intervenção da Polícia. Os conflitos com fazendeiros, em geral são encaminhados para as respectivas Administrações, desde o nível Comunal ao Municipal, que inclui as repartições afins.

Em muitos casos, as comunidades levam muito tempo para obterem o um retorno das decisões à volta destes diferendos e, às vezes, transformam-se em “assuntos sobre os quais não se pode falar”, deixando ou, um certo cepticismo por parte das ser comunidades.

O acesso à informação constitui, de algum modo, um atenuante do impacto dos diferendos ou conflitos. Em alguns casos, como da implantação das reservas fundiárias, tem havido diálogo entre as autoridades administrativas e as comunidades, no sentido de sensibilizá-las para os efeitos e conseqüências que daí podem resultar e como o Governo Local pensa lidar com a situação. Ora, mesmo que isto não resolva a situação, pelo menos a informação passou e dá um certo conforto. Como por exemplo alguns dos nossos interlocutores disseram:

“... não sabemos como vai ser, mas pelo menos houve

um encontro para nos informar...”. Este procedimento dá a sensação de que pode haver alguma abertura para negociação pelo menos, para as pessoas serem ouvidas.

#### 7.41 Governo Provincial inicia demolições dos armazéns e casas no Rocha Pinto

*Jornal de Angola*  
28 de Outubro de 2010

O Governo Provincial e o Gabinete Técnico Executivo de Coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC) começaram a demolir 173 armazéns comerciais e três casas, que têm dificultado a execução final das obras de reabilitação e alargamento da Avenida 21 de Janeiro, em Luanda.

Os armazéns, que se localizam entre a rotunda que dá acesso ao campo do Inter Clube de Angola e a unidade principal da Força Aérea, estão encerrados há quatro meses., na sequência de uma decisão das autoridades..

O coordenador do Programa de alojamento Básico de Luanda, Anfmio Teixeira, disse que decorrem trabalhos no último troço da empreitada, daí a razão das demolições.

António Teixeira explicou que os proprietários dos imóveis podem ser indemnizados, mas, em relação aos armazéns, referiu que a questão tem tratamento especial na Direcção Provincial do Comércio. Os proprietários das casas vão ser transferidos para o complexo residencial do Zango, em Viana. “Neste momento, estamos a fazer as demolições e também a realojar as pessoas”, disse António Teixeira. O técnico informou que se existir colaboração da população, as demolições podem durar entre três e que o projecto de reabilitação pagamento da Avenida 21 inclui a colocação de passeios, arranjo de recarga de energia eléctrica, condutas de água, separador central, construção de passeios para peões em cada lado da estrada, passagens superiores e melhoramento dos sistemas de drenagem das águas pluviais.

#### 7.42 Sinistrados das Chuvas acomodados na Samba

*Semanário Angolense*  
27 de Novembro de 2010

As vítimas das enxurradas que se abateram sobre a cidade capital na quarta-feira, 17, no Município da Samba, estão a ser realojadas em tendas na comuna do Benfica, em áreas devidamente urbanizadas em métodos pouco comuns ao que se tem dado aos sinistrados em Luanda. Segundo ao que nos foi possível observar no local, para

além da água, às cerca de 50 famílias que aguardam outras em igual número, a edilidade colocou no local um gerador para iluminação pública, uma tenda comunitária com um televisor, uma equipa permanente de assistência de saúde, latrinas e um espaço para polícia, etc.

Soubemos ainda da edilidade que estão em marcha programas de sensibilização dos sinistrados sobre os cuidados a ter com as questões higiénicas de forma a evitar doenças. Segundo os realojados tanto as condições logísticas que lhes permite variar a dieta, assim como a zona em que foram realojadas se enquadra perfeitamente naquilo que é primariamente necessário para sobreviver depois de um desastre.

Para eles, até a altura estão a ser tratados bem, na medida em que as necessidades básicas estão a ser supridas, mas que o que começa a inquietar é a questão de transporte e, entretanto, solicitam as entidades de direito que coloquem transportes públicos na zona.

Neste momento é quase certo que os populares recentemente realojados poderão permanecer no local, onde lhes serão cedidos espaços para poderem fazer as construções das suas casas dentro de um programa urbanístico de auto construção dirigida.

Ainda assim, um posto médico existente naquela localidade poderá responder a questões mais complicadas de saúde, apesar de haver no local uma equipa médica a prestar assistência médica e medicamentosa enquanto que, estão a ser preparados espaços para a construção de um outro centro médico com maior dimensão, uma escola do 11.º ciclo, para além de tantas outras questões que poderão ser melhoradas ainda no decurso do primeiro semestre do ano próximo.

#### 7.43 Edilidade conforta os realojados

*Semanário Angolense*  
27 de Novembro de 2010

O administrador municipal, Pedro Fançony, acabou de dar um exemplo de humanismo e solidariedade para com o próximo, ao efectuar diariamente duas deslocações ao centro de realojamento.

A primeira decorre na hora do pequeno-almoço enquanto que a segunda decorre ao fim do dia. Abordado pelo *Semanário Angolense* no local, Pedro Fançony explicou, em gesto de balanço das actividades desenvolvidas desde o primeiro dia que iniciou o realojamento.

Para ele o balanço é positivo, mas lamentou na mesma medida o facto de terem que realojar as pessoas nas tendas “o atraso poderia custar-lhes a própria vida, então tivemos que lhes tirar rapidamente e colocá-las nas tendas. Levámo-las para o Benfica, mais para dentro da.

Comuna, nas imediações de uma aldeia. Existe muita vantagem em permanecerem aqui, porque há escola na Aldeia que tem energia solar e que pode ajudar na formação das crianças», disse.

Esclareceu ainda que os sinistrados foram muito bem recebidos pela população, com o apoio directo da OMA, JMPLA e voluntários porque sabiam que havíamos de lá levar aquelas famílias.

Compreende por outro lado, que qualquer mudança é sempre dramática, “quando as pessoas são recebidas com canções isso conforta ainda mais», referiu.

Outro aspecto referendado pelo administrador é o facto, de haver um grupo de voluntários que está pronta e a disposição das famílias “emprestando o seu calor, o seu apoio diariamente vão saber se esta tudo bem ou se falta alguma coisa”

Referiu ainda que para os sinistrados ainda não é tudo, porque na sua óptica a escola da Aldeia será rapidamente ampliada para servir ainda para o próximo ano lectivo.

Questionado sobre o destino que poderá ser dado aos sinistrados, PF disse que a ideia seria a construção de casas evolutivas no local, mas alertou que nada ainda está decidido. “Existe no Zango um programa de colocar as pessoas com casas evolutivas. Isto é, o Estado constrói rapidamente um quarto, uma sala e um quarto de banho e depois deixa as pessoas irem construindo mas dentro de um desenho de plano especial de casa. O que se pensa é fazer exactamente isso aqui, mas estão a ser feitos contactos para ver se isso é possível», adiantou.

No rasto da sua visita, a nossa equipa de reportagem verificou que a urbanização permitiu o realojamento destas famílias, enquadrado num passo inovador que poderá evitar que haja pessoas a viverem em zonas de risco.

Foi notório no mesmo perímetro, as zonas bem definidas contendo áreas sociais, áreas habitacionais e industrial onde está instalada a Central Betuminosa da ENCIB.

Para ele, “os sinistrados da Samba são especiais para o Administrador, e devem ser acarinhadas para lhes permitir ganhar forças para continuar a vida», concluiu.

## 7.44 Legislação e pouco divulgada

*Jornal de Angola*

*4 de Dezembro de 2010*

Cerca de 300 títulos de direito dt: superfície foram cedidos no período do 2008/2009 na província do

Kwanza-Sul pelo Instituto Geográfico Cadastral de Angola (IGCA), no âmbito do cadastramento de requerente de espaços para fins agro-pecuários de construção. A informação foi prestada no sábado, à Angop, pelo chefe de Departamento do Instituto Geográfico e Cadastrato de Angola (IGCA), Alberto Boaventura. Acrescentou que a instituição está a conceder espaços nas zonas urbanas, sub-urbanas e rurais.

Alberto Boaventura apelou para uma maior divulgação da legislação vigente, tendo acrescentado que há poucos registos de pedidos de espaço para fins de construção, devido à falta de conhecimento desta medida por parte da população. “A mensagem está a chegar muito mal aos interessados porque temos registado poucos processos para fins de construção” – frisou. Considera importante uma maior divulgação desta iniciativa para acabar com as ocupações desordenadas de terrenos e construções anárquicas. “A eficácia do processo passa por vários procedimentos, como a elaboração de planos urbanísticos que ditam as regras de construção”, afirmou.

## 8 SERVIÇOS BASICOS

### 8.1 Moradores Sastifeitos com a Empresa do Lixo

*Semanario Agora*  
2 de Agosto de 2010

A administração do Cazenga respondeu, finalmente, aos apelos da população da zona do mercado dos Kwnzas que se viam a braços com os amontoados de lixo, ao contratar uma empresa r para a recolha dos resíduos.

Trata-se da Besílias que há cinco anos entrou no ramo através do convénio rubricado com a Elisal, tutelada pelo governo e provincial de Luanda.

Para além da zona dos Kwanzas a empresa actua, igualmente, no Hoji-ya-Henda, com 40 trabalhadores.

A recolha do lixo é feita diariamente, sendo o mesmo depositado no aterro sanitário dos Mulenvos.

Para Pedra Domingos, 65 anos, a Besilias apareceu na hora d certa, tendo em conta as consequências que poderiam ocorrer e com o acumular do lixo, sobretudo na época chuvosa.

“Corríamos o risco de contrair inúmeras doenças”, disse Pedro Domingos.

Já Isabel da Silva, 34 anos, também moradora e vendedora no mercado dos Kwanzas, agradeceu o gesto, afirmando ser notória uma nova imagem na área.

De acordo com o director da empresa, de princípio foram enfrentadas muitas dificuldades, porque a população deitava o lixo em qualquer lugar.

Benedito Elias garantiu que todas as condições estão agora criadas para dar resposta a demanda, sendo alguns dos meios cedidos pela administração municipal.

### 8.2 Governo do Huambo assina contrato com nova empresa de recolha de lixo

*Jornal de Angola*  
28 de Agosto de 2010

O governo da província do Huambo assinou na quarta-feira um contrato com uma nova empresa de recolha de lixo, a Evirobak, com vista a melhorar o saneamento básico da cidade.

O governador Fernando Faustino Muteka disse esperar que, com a entrada em funcionamento da nova empresa,

o lixo e as doenças diminuam, e encorajou os trabalhadores a redobrar esforços no sentido de manter a cidade limpa. “Assinámos um contrato com a Evirobak que vai trabalhar connosco. Vamos começar com um grupo pequeno, mas esperamos que venha a crescer, porque queremos que trabalhem no sentido de manter a cidade limpa, porque há meses que atravessamos momentos difíceis, afirmou. Faustino Muteka adiantou que a recolha de lixo vai aumentar à medida que for havendo mais meios e pessoal.

O director das operações da Evirobak, Paulo Miguel, disse que a empresa dispõe de três compactadeiras de 19 metros cúbicos, três tractores, duas basculantes e três varredoras, das quais uma simples. A empresa tem 109 trabalhadores, sendo 65 provenientes da administração.

Segundo Paulo Miguel, estão abertas as inscrições para operários de limpeza, para atingir a cifra de 250 trabalhadores.

Numa primeira fase, a empresa vai actuar nas áreas da Rua dos Ministros, Bairro Académico e São João, levando o pessoal a fazer reconhecimento de outras áreas. Após a assinatura do contrato, a empresa fez a distribuição, porta a porta, de baldes para a recolha de resíduos sólidos, na Rua dos Ministros.

### 8.3 Começou o êxodo de populares em busca de agua

*Semanario A Capital*  
2 de Outubro de 2010

Salvador Sebastião Lopes ancião da aldeia do Mimbota, comuna do Quicabo, confirmou que, na verdade, há dois anos não chove na zona, o que contribuiu para que os solos enrijecessem de tanto estarem sem humidade suficiente para produzir alimentos, ou manter aqueles que já se encontravam em crescimento.

«As mangueiras, mandioqueiras, bananeiras, batateiras e laranjeiras estão todos a secam, ilustrou, notando que “este ano, a situação piorou, porque os rios secaram, o que agravou tanto a fome, como a falta de água.

«O único rio que ainda tem um pouco de água é o Lifune e, daqui para lá, são quatro quilómetros e meio, perfazendo nove, ida e volta», acentuou Sebastião Lopes, para quem “não é pela primeira vez que isto acontece nesta região.

«Em 1978, a situação foi pior, os animais domésticos e selvagens morreram. Aquilo era só apanhar. O rio Lifune, também quase que secou», recordou, para

depois notar que se não chover nesta época, a situação será incontornável, porque alg umas famílias, ja começaram a se deslocar para outras regiões onde há falta de agua, só para conseguirem água para consumo, banho e lavam. “É uma autêntica dor de cabeça», lamentou o ancião, quando fazia saber que a população em si, que povoa a área em causa, é emigrante, tendo provido já de outras terras.

#### “Somos todos emigrantes.”

Vimos de outras aldeias, durante os anos de 1970. Paramos aqui, pelo facto de a zona ser suficientemente agrícola e capaz de produzir quase tudo», contou o nosso interlocutor, que em recordação e jeito de ênfase ao que acabava de dizer, informou que, antigamente, ele era proprietário de um pomar, com cerca de 200 pés de laranjeiras, que, entretanto, neste momento, estão totalmente secos.

O ancião Lopes queixou-se também de que a mandioca, que ainda resistiu no subsolo, está agora a sair da terra toda esponjosa, tomando-se imprópria para o consumo. Mas entende que a situação do cultivo só pode ser, mesmo, resolvida com chuva.

Quanto a água para o consumo, o popular defende que as autoridades procurem construir um sistema que canalize água a partir do rio Lifune, para as aldeias próximas destas.

«Porque o abastecimento com camiões não vai resolver o problema. Só abastecem uma a duas vezes, por semana», concluiu.

## 8.4 Angorecycling investe 27 milhões de dólares no saneamento

*Semanario A Agora*  
2 de Outubro 2010

Com um investimento global de 27 milhões de dólares na modernização das suas infra-estruturas, a Angorecycling com as instalações localizadas em Viana, vai construir três a seis centros de recolha, aterro, bem como outras infra-estruturas a serem criadas em outras zonas da cidade.

O decreto presidencial de 3 de Setembro, procura instituir regras obrigatórias para o início das actividades e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico em Luanda, bem como proceder à adequação do estatuto da empresa ao quadro jurídico-legal previsto na Lei de Bases de Investimento Privado (que estabelece as linhas gerais do investimento a realizar no país).

Para atender às necessidades operativas, a recolha e reci-

clagem de sucata será feita em áreas públicas indefinidas em quantidades mínimas de 25 toneladas, bem como reciclagem de sucata de sociedades comerciais e industriais e processamento de resíduos tangíveis de empresas químicas e petrolíferas.

Quanto ao impacto ambiental, tudo está conforme às normas relativas à protecção ambiental consistindo em medidas que permitem a minimização do impacto negativo sobre o ambiente, em conformidade com os regulamentos nacionais e internacionais em vigor.

A Agência Nacional de Investimento Privado (Anip) é a responsável pelo controlo da execução do contrato, contando a empresa com o apoio institucional dos ministérios do Ambiente, Indústria, Urbanismo e Construção, Finanças, Administração Pública, Emprego segurança Social, Comércio, Ep2rgia, dos governos provinciais e da Anip.

Com a entrada em funcionamento da operadora, cujas futuras instalações devem estarem concluídas a 31 de Dezembro próximo, espera-se que 456 novos postos de trabalho sejam criados durante a fase de investimento, sendo 447 nacionais e nove estrangeiros.

A duração do contrato é de 30 anos renováveis por períodos iguais e sucessivos, a seja recusada por algumas partes.

## 8.5 Viagem a uma terra sem agua

*Semanario A Capital*  
2 de Outubro de 2010

Quarta-feira, 29 de Setembro. Arrancamos de manhã cedo de Luanda para um destino pouco comum:

Quicabo. Uma povoação de onde, há alguns meses, chegam relatos de uma terrível estiagem. Precisamos de aproximadamente três horas para deixar a capital do país, passar Caxito e chegar ao destino. São pouco mais de uma centena de quilómetros ao longo da estrada 312 até a comuna de Quicabo.

Para lá da sede comunal, ao longo da referida estrada, estão duas pequenas aldeias, nomeadamente, Mimbota e Balassende. Distam entre si, perto de uma vintena de quilómetros. Aqui, a água é, verdadeiramente, um líquido precioso.

É o que deu para perceber, quando no horizonte, à nossa frente, vislumbrou um aglomerado de casas feitas em adobe, na sua maioria cobertas de chapas de zinco, sobre um recanto de terra batida.

Bastou descermos do carro para nos apercebermos do que, realmente, ali se estava a passar. Disseram-nos que estávamos no primeiro destino da nossa viagem. A aldeia Mimbota, uma das aldeias fortemente afectadas pela estiagem danada que assola a zona sudoeste do Bengo, segundo as autoridades, num total de 12 povoações.

São sensivelmente 16:00 Homens, mulheres e crianças, estão agrupados de baixo das árvores que ainda não secaram, aproveitando-se da sombra já que o sol incidia com alguma intensidade os seus raios sobre aquela terra húmida, pela primeira vez, em dois anos. Animais domésticos, sobreviventes, deambulam pela aldeia.

Num olhar misto de pasmo e ansiedade, os populares arregalam os olhos para o carro que nos transporta. À beira da estrada está sentado um grupo de mulheres e crianças. Foi a elas que nos dirigimos para confirmar o nome do povoado. Tínhamos, sim, chegado, certamente. Embora já fosse do nosso conhecimento o drama humano que se vivia, perguntamos às mães: como ia a vida na aldeia?

«A vida vai bem. É só a fome que nos mata», respondeu a senhora Domingas Pedro Manuel, 44 anos, mãe de quatro filhos. Segundo ela, na origem da fome está a estiagem que assola a região desde o ano passado, o que afectou profundamente a produção agrícola. Reconhecem que as autoridades provinciais lhes têm fornecido o que se pode considerar ajuda, contudo, lamentam o facto de ser irrisória. Dona Mingota, 24, mãe de quatro filhos, ilustrou as dotações das assistências que foram dadas, até à nossa passagem, duas apenas.

«Estão a dar dois quilos de arroz, dois de fuba, uma caneca de feijão e um copo de óleo e para cada família», ilustrou, e para depois lamentar o facto de esta dotação ser igual para todas as famílias, sem considerar o número de cada uma.

«Se são 10, sete ou dois, a quantidade é a mesma», o que, acrescentou, é uma injustiça e doloroso para quem estava habituada a colher boas quantidades e comer à vontade. O mais agravante é que, quando a ração é distribuída, nem sequer lhes é dito para quanto tempo é.

Ao todo são dois anos agrícolas comprometidos, pelo que, por mais longos que fossem os celeiros, para quem sobrevive da lavoura tradicional, resistir, seria um milagre. Na manhã em que a reportagem do A Capital escalou aquelas paragens, o solo estava largamente molhado, o que assinalava que a noite passada havia sido baptizada por intensas quedas pluviométricas.

Foi, na verdade isso que tinha acontecido. Pelo menos foi o que nos confirmou logo a seguir a menina Conceição, 22 anos, mãe de dois filhos, um dos quais, recém-nascido, apenas sete meses de vida, de quem lavava as fraldas.

«Começou à chover ontem às 21h00. Até quase 9h 00 ainda estava a serenar», explicou com um sorriso de alegria, pois, esta obra da natureza acabou por lhe reduzir a ela e às demais mulheres da comunidade a maçada de, todos os santos dias, percorrerem quatro quilómetros, em busca de água no rio Lifune.

Nos campos, os mandiocais e canaviais desapareceram. Nada mais de verde se vê, que, seja comestível. Mas a chuva da daquela noite trouxe algum vigor e o amainar da tristeza nos rostos dos camponeses. Disso foi prova, depararmo-nos com, uma aldeia fantasma.

Muita gente tinha madrugado para as lavras. Cruzarmos, igualmente, com muitas a mulheres carregando bacias à cabeça, com pés de mandiocadeira e enxadas, prontas para, com a humidade do chão, aproveitarem plantar.

Nos dias que antecederam a nossa chegada ao local, fome e sede eram a tônica do quotidiano, nutrindo um autêntico ar de desespero. A situação afigura-se tão grave, que até as árvores de fruta, (mangueiras, laranjeiras e bananeiras), que serviriam de alternativa a médio prazo, estão também a secar.

O mais grave é que os poucos pequenos caudais de água que irrigavam alguns dos campos aráveis, estão a secar. Entre as aldeias Balassende e Mimbota, por exemplo, estava o rio Bonduweji, do qual só resta o leito e o nome. O rio secou.

## 8.6 Naufragio do Rangel

*Semanario A Capital*  
2 de Outubro de 2010

As ruas da Lama, Dona. Malha, da Vaidade e da Catana são os exemplos desta triste realidade. Alguns moradores destas ruas vêem-se aflitos quando têm que sair ou voltar para as casas, a pé ou de carro.

Morador do Rangel, na rua da Lama, há mais de 20 anos, João André, disse que vive ali apenas por não ter outro sítio.

«Não sabemos até quando estaremos nesta situação.

A rua da Lama tem este nome, porque é aqui que a água pára. Por isso, há lama por todos os lados.

Estamos cansados de reclamar. Não nos dão ouvidos. Tememos apenas pela saúde dos nossos filhos e netos, que estão expostos aos males dessa situação».

André referiu, por outro lado, que as águas que se acumulam no local, são tão imundas, que transportam inclusive secreções humanas.

«As casas que não têm latrinas, para fazerem as suas necessidades, defecam em sacos ou baldes, para depois atirarem na rua». De acordo com este morador, é assim todos os dias, agravando-se a situação com as águas que vêm dos quintais e que acabam também escorrendo para as ruas.

«Antigamente havia eucaliptos que têm uma grande importância nas zonas, onde há lençóis freáticos. Mas, estes foram todos cortados e ninguém fez nada, para remediar a situação. A Administração quando mandar requalificar o bairro, tem que enquadrar no seu plano, a criação de esgotos e valas de drenagem para acabar com isto», manifestou o popular, mostrando, como exemplo, a zona do Marçal, onde, mesmo chovendo, os moradores já não têm motivos de preocupação como antigamente.

Os populares queixam-se também da existência de focos de lixo, um pouco por todos os lados. “Não tem beco onde você passa e não encontra lixo», deploram.

Antónia Gaspar, outra moradora da rua Dona Malha, vive ali há 45 anos. De acordo com ela, nunca se sentiu tão mal como agora. Há quatro anos, avançou, sofrem por causa das águas salobras.

Não sabemos de onde é que vêm. Certo é que todos os dias temos que tirar água de fora de casa. Mesmo sem chover a rua alaga-se», deplorou, para depois salientar que, para se deslocarem, “temos que colocar pedras nos charcos para pisar e podermos passa.

“Havia uma empresa que estava arranjar as estradas. Desde então, começou a nossa desgraça”.

Na rua da Catana, como contou à nossa reportagem Braulio Francisco, a situação já dura cinco anos. Adiantou que, quando chove tudo piora, porque as águas paradas avo lumam-se com a da chuva, provocando a inundação das residências.

«Já fui a Administração pedir que, ao menos, entulhassem e abrissem as valas, para que a água possa correr. Temos crianças e não conseguimos ficar nos quintais, devido ao mau cheiro. As crianças estão constantemente doentes, com as diarreias, paludismo e alergias», queixou-se.

«Quando as sarjetas ficam cheias, usamos electrobombas ou, então, chamamos os carros de saneamento básico. É isso que fazemos todos os anos para sobrevivermos no Rangel. Por isso, chamamos a atenção às administra-

ções, principalmente à Administração comunal, para resolver o problema dos moradores».

### **Entre os Eucaliptos e o Saneamento Básico**

José Silva, ambientalista e director da Juventude Ecológica Angolana disse que a região da Precol ao Rangel, estendendo-se às Bes, até à ao Estádio da Cidadela, está sobre uma nascente de água.

No tempo colonial, segundo testemunho de alguns mais velhos, esta foi sempre uma zona que acumulava muita água. A fonte adianta que naquela altura a solução encontrada para reduzir o impacto do fluxo aquático foi a plantação de eucaliptos, tendo em conta a sua natureza de espécie com alto poder de consumo de água.

«Devidas as suas raízes compridas, ela faz esforço de ir buscar água mesmo abaixo do subsolo», enfatizou o ecologista, para quem por essa razão, o bairro, antigamente, deixou de inundar.

Entretanto, reforça, com o crescimento populacional de Luanda, não seguido de estudos, as construções no Rangel foram aumentando, ao mesmo tempo que, para ocuparem os espaços, as pessoas não viram outros meios que não fossem cortar os eucaliptos que existiam.

«No lugar dos eucaliptos foram empreendidas novas infra-estruturas como casas, armazéns, edificios vários, etc.», pelo que, “passado muito anos, como a fonte natural que estancava a água e absorvia, já não existe, então a água começou a se espalhar pelo bairro e a subir até à superfície».

«Acho que a solução não passaria apenas pela reposição dos eucaliptos, porque não sei se teriam a mesma força que tiveram antigamente. Seria importante que se fizesse um estudo mais profundo a nível do município do Rangel, para se ver se a solução seriam os eucaliptos ou outras soluções à nível do saneamento básico, tais como a construção de infra-estruturas como as redes de esgotos e as valas de drenagem», sugeriu.

## **8.7 Redes obsoletas causam transtornos a cidadãos**

*Semanario Factual*

*2 a 9 de Outubro de 2010*

Devida ao seu tempo de utilização, as condutas de água se encontram totalmente antiquadas, pela falta de manutenção ou substituição.

Uma das situações constatadas pelo Factual tem a ver com a rua do Patrícia e a 6a avenida; nas imediações do

mercado do Asa Branca, no município do Cazenga.

Na rua do Patrícia, o estado obsoleto em que se encontra a rede de abastecimento de água tem causado grandes dificuldades aos moradores e também à empresa chinesa que está responsabilizada pela reabilitação daquela via de circulação.

Segundo apurou o Factual, a situação tende a piorar quando é feita o abastecimento de água, o que obriga os técnicos a pararem os trabalhos para a retirada do líquido turvo ou purulento.

Já nas imediações do mercado do Asa Branca, na 6ª avenida, a situação é igual, visto que há mais de dois meses os técnicos da

Devido ao seu tempo de utilização, as condutas de água se encontram totalmente antiquadas, pela falta de manutenção ou substituição.

Uma das situações constatadas pelo Factual tem a ver com a rua do Patrícia e a 6ª avenida; nas imediações do mercado do Asa Branca, no município do Cazenga.

Na rua do Patrício, o estado obsoleto em que se encontra a rede de abastecimento de água tem causado grandes dificuldades aos moradores e também à empresa chinesa que está responsabilizada pela reabilitação daquela via de circulação.

Segundo apurou o Factual, a situação tende a piorar quando é feita o abastecimento de água, o que obriga os técnicos a pararem os trabalhos para a retirada do líquido turvo ou purulento.

Já nas imediações do mercado do Asa Branca, na 6ª avenida, a situação é igual, visto que há mais de dois meses os técnicos da EPAL tentam resolver uma rotura na conduta, sem conclusão.

De acordo com Paulo Zacarias, que vive na circunscrição há mais de quarenta anos, “os técnicos estiveram aqui, escavaram a conduta e deixaram-na aberta sem sequer concluírem o trabalho. Agora, quando é feito o abastecimento de água a rua fica totalmente alagada, o que dificulta a circulação das pessoas e dos, automoveis.

Questionado sobre o tempo de existência da conduta, a fonte falou ao Factual que “quando nasci já encontrei a conduta e há 42 anos que vivo aqui e nunca constatei qualquer trabalho de mudança da mesma. Eu tenho a certeza absoluta que tem sido esta a causa das constantes tonturas da conduta”.

Por outro lado, para além das dificuldades quanto à execução das obras, bem como a circulação de pedestres

e automóveis, as antiquadas redes de abastecimento de água contribuem também para a deterioração de várias obras em Luanda, das quais se destaca a destruição do tapete asfáltico, devido às constantes roturas que se verificam um pouco por toda a capital.

Para Joaquim Gaspar, existe a necessidade de a Empresa de Abastecimento de Agua de Luanda (EPAL) começar a estudar mecanismos para a mudança gradual das redes de abastecimento de água da província, uma vez que as consequências do estado obsoleto das redes ainda tendem a aumentar.

“Nos últimos tempos temos deparado com situações graves devido ao mau estado das condutas. Sou de opinião que não é necessário acontecer uma tragédia para que uma rede de abastecimento de água seja mudada”, referiu Joaquim Gaspar.

Outra situação que saltou também à vista tem a ver com as canalizações anárquicas que, de certa forma, danificam as condutas, tendo em conta que muitos prevaricadores não recorrem à EP AL no sentido de algum técnico fazer o acompanhamento das obras.

O Factual tomou ainda conhecimento, por intermédio de alguns moradores, inconformados com a actividade que está a ser levada a cabo por alguns habitantes na zona da terra vermelha, no município do Cazenga, onde estão a ser efectuadas ligações para as suas residências a partir da conduta que abastece os chafarizes montados para o abastecimento de água à população.

Por este motivo, os moradores apelam à EPAL para que intervenha a fim de pôr cobro à situação anárquica.

## 8.8 Manutenção das Valas de Drenagem

*Semanario O Factual  
2 a 9 de Outubro de 2010*

A falta de manutenção periódica das valas de drenagem da cidade de Luanda está na origem de muitas inundações que se registam em Luanda durante o período de chuva.

Há muito que se fazia sentir a necessidade de se criarem equipas para a fiscalização e manutenção periódica das valas de drenagem, evitando que se transformem em depósitos de lixo.

Muitas valas de drenagem reabilitadas e construídas estão a ser mal usadas pela população, que as transformam em depósito de lixo, inviabilizando o escoamento das águas residuais.

O uso inadequado dessas inEra-estruturas causa a sua

degradação precoce, podendo redundar em inundações no tempo chuvoso. Este cenário regista-se em toda a extensão do município da Samba, onde moradores depositam diariamente o lixo e objectos deteriorados.

A mesma prática é seguida pelos moradores que vivem ao longo das valas do Rio Seco, do Senado da Câmara, do Suroca, de São Pedro, do Cariango e de outras de pequena dimensão, abertas em algumas áreas da periferia.

Por isso, veio em boa hora o anúncio feito na Quarta-feira, 28, pelo Conselho de Ministros, sobre a criação de uma empresa pública especializada na limpeza, de âmbito local, para assegurar a manutenção, abertura e expansão da rede de esgotos.

A referida unidade estatal vai igualmente zelar pela manutenção, limpeza das valas de drenagem, recolha de resíduos sólidos e a intervenção em caso de calamidades naturais, a reciclagem e o processamento do lixo.

Contudo, não basta criar empresas para cuidar dessas vias pluviais. Como se sabe, durante o período nocturno até as primeiras horas do dia, centenas de cidadãos vão normalmente depositar lixo e todo o ferro-velho que se encontra nas suas casas.

Por isso, torna-se urgente continuar-se com as campanhas de sensibilização nesses bairros, assim como a aplicação de multas pesadas aos prevaricadores. As medidas punitivas que forem tomadas estão previstas na Lei-Quadro das Transgressões Administrativas.

Mas enquanto a população não ganhar consciência de que os bens públicos devem ser preservados, a todo o custo, as autoridades administrativas locais e centrais devem antecipadamente fazer a limpeza nas valas de drenagem das águas pluviais e residuais em todos os municípios de Luanda, para que a chuva não cause estragos maiores.

De qualquer modo, é importante que as associações da sociedade civil, sobretudo as igrejas e as organizações juvenis, exerçam o seu papel educativo junto das populações, para que estas mudem de conduta.

Por outro lado, as administrações municipais e comunais devem procurar manter um diálogo mais aberto e regular com as principais organizações locais, com vista a fazer passar a sua mensagem.

Reza a experiência, que a resolução dos problemas das comunidades deve contar com a participação dos beneficiários, para que os mesmos se sintam responsáveis por tudo quanto se faz na sua municipalidade.

## 8.9 Imprudência faz Consumir água turva

*Semanario Factual*

*2 a 9 de Outubro de 2010*

Moradores dos bairro Embondeiro e Mabor, no município do Cazenga, optaram pelo consumo de água turva nos dias 24 a 28 de Setembro, em consequência de uma rotura causada por máquinas escavadoras na rua Ngola Kiluanje, facto que fez jorrar em todos os chafarizes locais água imprópria para consumo.

Segundo os moradores, esta é a terceira vez consecutiva no período de nove meses que as crianças e adultos consomem água purulenta por imprudência das empresas que estão a reabilitar a rua Ngola Kiluanje. A primeira vez foi em Maio e a segunda em Julho.

Elsa Miranda, de 30 anos de idade, afirmou ao *Factual* ter consumido água dos reservatórios subterrâneos, assim como a dos chafarizes dos bairros Mabor e Embondeira que se encontravam em mau estado, cuja venda era feita em baldes de 25 litros ao preço de 30 kwanzas, e dada à carência que se verificara apertada que se faz aos camionistas de cisternas.“

Não estamos a especular, o problema da insuficiência de água nestes arredores não é da nossa conta, apenas reagimos consoante as exigências”, comentaram.

Para a empresa chinesa encarregue da reabilitação da rua Ngola Kiluanje, a falta de topografia dificulta a verificação subterrânea de qualquer estrutura. Por esta razão estamos constantemente a criar transtornos aos moradores afectos à comuna do Hoji-ya-Henda, afirmou um dos engenheiros chineses a operarem aí.

## 8.10 A Empresa de Aguas a luz das makas de crime de peculato

*Semanario Angolense*

*2 a 9 de Outubro de 2010*

Detido há já quatro meses, o antigo director da Saúde em Benguela, Doutor António Bento, começou por pagar com a perda do cargo a factura de um sector que andou sempre na boca de “meio mundo” pelos piores motivos, embora a acusação de crime de peculato, vinda do Tribunal Provincial muito depois da exoneração, esteja, hoje, a falar bem mais alto. As benfeitorias, ainda que poucas para as necessidades, levadas a cabo ao longo do seu consulado acabaram todas, verdade seja dita, diluídas num cortejo de denúncias públicas sobre a má prestação dos serviços de saúde, surgindo trapalhadas

ocorridas no Hospital Geral, várias vezes noticiadas por este semanário, como um exemplo incontornável.

Observadores atentos aos bastidores da governação, todos ouvidos na sequência do contexto actual, confienciaram ao Angolense que António Bento é o antigo administrador de Benguela, Manuel Francisco, estão para lá da alegada prática de crime de destino ilegal de do Estado, a pagar por um; conturbada liderança em secto res sensíveis da vida da província. Na Saúde, agora com Doutor Valentino Caliangue ao leme, são visíveis os reflexos de uma gestão atabalhoada, apesar dos avanços em matéria de assistência sanitária, estando em voga problemas bicudos como a existência de fantasmas e atrasos na promoção de carreiras de centenas de professores. É, enfim, um “oceano de problemas” nada favorável ao antigo director, podendo o cenário, tal como referem as fontes por nós contactadas, ser equiparado ao calvário do anterior administrador municipal de Benguela. De acordo com os mesmos observadores, Manuel Francisco é o responsável pela nódoa que manchou as cores do MPLA por causa das demolições de casas “sem Graça” no bairro da Nossa Senhora, arredores da cidade, onde centenas de famílias acabaram sem abrigo. Se existirem dúvidas de que o caso “jardim milionário” acabou simplesmente por estalar o verniz, o que parece pouco provável, basta dizer que o pedido de exoneração do Comité Municipal do partido no poder fala em “graves transgressões administrativas”, das quais sobressai a retirada de terrenos legalmente cedidos a cidadãos que tencionam erguer suas moradias. As fontes ressaltam que, independentemente de terem cometido ou não crimes, pese os “fortes indícios” existentes, o aspecto comum é o que ambos não deixam saudades do ponto de vista da prestação de um serviço que satisfizesse os anseios da população. O mesmo não se pode dizer, convenhamos, de José Manuel Lucombo, actual administrador municipal de Benguela, que saiu da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela na altura em que a reestruturação somava e seguia. Vai daí, sem que isso represente um “exercício de bajulação”, os vários comentários de uma opinião pública que não se conformava com a medida de Dumilde Rangel, que quase deu lugar a uma manifestação de trabalhadores solidários com Lucombo, substituído por Francisco Vieira Paulo, chegado ao posto com o rótulo de “jovem empreendedor”.

Actualmente no centro de várias especulações, Vieira Paulo foi, como se sabe, suspenso do cargo de coordenador geral da terrenos legalmente cedidos a cidadãos que tencionam erguer suas moradias. As fontes ressaltam que, independentemente de terem cometido ou não crimes, pese os “fortes indícios” existentes, o aspecto comum é o que ambos não deixam saudades do ponto de vista da prestação de um serviço que satisfizesse os anseios

da população. O mesmo não se pode dizer, convenhamos, de José Manuel Lucombo, actual administrador municipal de Benguela, que saiu da Empresa de Águas e Saneamento de Benguela na altura em que a reestruturação somava e seguia. Vai daí, sem que isso represente um “exercício de bajulação”, os vários comentários de uma opinião pública que não se conformava com a medida de Dumilde Rangel, que quase deu lugar a uma manifestação de trabalhadores solidários com Lucombo, substituído por Francisco Vieira Paulo, chegado ao posto com o rótulo de “jovem empreendedor”.

Actualmente no centro de várias especulações, Vieira Paulo foi, como se sabe, suspenso do cargo de coordenador geral da Empresa de Águas de Benguela e do Lobito, para o qual foi nomeado há seis meses, por estar a responder a um inquérito instaurado para apurar rastros de irregularidades na gestão. Com os órgãos de justiça ainda em campo, não sendo por isso aconselhável partir para os mujimbos do quotidiano, o dado a reter é que o homem marcou a diferença com um trabalho (continuidade e inovação) que fez jus ao estatuto de jovem promissor.

As realizações falam por si, nomeadamente no domínio da gestão de infra-estruturas erguidas no âmbito do Projecto de Águas de Benguela, que consumiu qualquer coisa como 300 milhões de dólares norte-americanos. Consta que a direcção cessante chegou a implementar, claro que de forma limitada, acções inseridas na última das três fases, como se sabe ainda no papel, destacando-se a extensão da rede de distribuição de água.

Facto curioso se bem que insuficiente para ilibar Francisco Paulo, é que o próprio governador Armando da Cruz Neto, que tratou de suspender os membros da Comissão para fazer funcionar o inquérito, teceu sempre elogios ao nível de organização e de prestação de serviços da EASBL.

### **Sem tempo para a “Missão África do Sul”**

Francisco Vieira Paulo foi apeado do cargo precisamente na altura em que consolidava a cooperação com a Empresa de Águas da província sul-africana do Kwazulu Natali. Duas visitas de técnicos sul-africanos, ambas aproveitadas para uma radiografia do sistema de distribuição de água ao Lobito, Benguela, Catumbela e Baía Farta, serviram para delinear a cooperação. Satisfeitos com o funcionamento do sistema, os visitantes prometeram ajudar no que for necessário. Afinal, a província de Benguela precisa consolidar os ganhos que vem obtendo. Nos seus discursos, Vieira Paulo foi apontado a necessidade de formação de quadros nas áreas hidráulica e química, uma vez que a gestão das infra-estruturas, muitas construídas pela empresa brasileira Odebrecht,

exige formação contínua. No domínio técnico, a cooperação estabeleceu como ponto alto a construção e apetrechamento de laboratórios que ajudem a melhorar a qualidade do produto. Outro dado a reter é que a equipa de “Chiquinho” tinha os olhos postos na reestruturação do sector comercial, em grande medida no sentido de acabar com as perdas mensais de milhões e milhões de Kwanzas. É que as insuficiências existentes no sistema informático fazem com que centenas de consumidores digam “não ao pagamento”. Estes são, portanto, alguns dos desafios que o Engenheiro Jaime Alberto, coordenador da Comissão de Gestão, um quadro com experiência acumulada, deverá dar sequência enquanto estiver na condução dos destinos da Empresa de Águas e Saneamento.

## 8.11 Estragos do garimpo de água são avultados

*Jornal de Angola  
5 de Outubro*

Instituição vocacionada para a captação, tratamento, distribuição e comercialização de água, a Empresa Pública de Água (EPAL) trava uma luta com os garimpeiros de água que quase diariamente violam a rede de distribuição. Em entrevista ao Jornal de Angola, o Presidente do Conselho de Administração, Lionídio Ferreira de Ceita, considerou avultados os estragos decorrentes desses actos. Os prejuízos decorrentes dessas acções, disse, devem rondar os quatro milhões de dólares.

Jornal de Angola- As XIV Jornadas Técnico-Científicas da Fundação Eduardo dos Santos tiveram como lema

“A água como factor de desenvolvimento”. *Que significado atribui ao tema?*

Lionídio Ferreira de Ceita Trata-se de um tema bastante actual, pois uma cidade ou população sem água potável dificilmente consegue alcançar níveis aceitáveis de qualidade de vida. A água une as pessoas e incentiva os negócios, a actividade agrícola e arrasta consigo o desenvolvimento.

JA – *uais os problemas que estão na origem do deficiente abastecimento de água à cidade de Luanda?*

LFC – Luanda é uma cidade com um número muito elevado de habitantes e com um ritmo de crescimento diário de construções, o que torna difícil manter um abastecimento regular de água. Podemos mesmo dizer que mais de 50 por cento dos habitantes de Angola possuem uma residência em Luanda, e conhecemos as causas que estiveram na origem do fenómeno. O primeiro constrangimento começa na falta de quadros

especializados no ramo da água. Mas, o maior de todos são as ligações clandestinas à rede de distribuição, nas quais, a troca de valores monetários, estão envolvidos alguns funcionários da própria empresa. Isso implica que residências não cadastradas recebam água. Também temos o problema do garimpo da água que se limitava às zonas suburbanas e que agora é feito no casco urbano da cidade.

JA – *Que medidas já foram aplicadas para contornar essa prática ilícita?*

LFC – A situação passa a ser competência da EPAL. É um trabalho de polícia e dos tribunais, porque essas pessoas são detidas e levadas a responder em tribunal, e muitas vezes libertadas sem qualquer tipo de punição. Logicamente que isso incentiva as pessoas a continuar na ilegalidade.

JA – *Em que zonas mais se fazem sentir essas práticas?*

LFC – Na periferia, continua a ser no bairro da Fuba e na área por detrás do projecto Nova Vida, ambas no município do Kilamba Kiaxi, e em alguns pontos da Samba. No casco urbano, defronte ao bairro Mártires de Kifangondo e nas proximidades do Eixo Viário.

JA – *Já foram quantificados os prejuízos daí decorrentes?*

LFC – Por exemplo diante de uma situação de garimpo na conduta de 400 metros cúbicos de água sai da Estação de Luanda Sudeste para o Benfica, esta trabalha apenas uma a duas horas por dia, quando em condições normais podemos abastecer de água as zonas da Gamek, Benfica E o Lar do Patriota, durante mais de 16 horas. Os prejuízos são avultados, não só pela água que é consumida sem pagar, mas pelos danos que provocam à rede de distribuição.

JA – *Existe um cálculo de perdas financeiras?*

LFC – Apesar do garimpo e outras violações à rede de água, temos feito uma cobrança de perto dois milhões de dólares mês, e pelos estudos realizados, se a água que é desviada fosse comercializada pela EPAL estaríamos à volta dos quatro milhões de dólares mês. Podemos também analisar que, quando a água é garimpada, não há possibilidade de estender a rede para novos bairros e cadastrar outros clientes e isso significa que estamos a falar de valores elevados. Acreditamos que os prejuízos decorrentes dessas acções devem rondar os quatro milhões de dólares.

JA – *De qualquer forma, fala-se em aumento dos níveis de produção...*

LFC – Estamos em 5,8 metros cúbicos de produção de água por dia, só que poderíamos estar em melhores condições se não fossem os constantes cortes de energia eléctrica. Só para se ter ideia, caso falte energia eléctrica numa estação de captação, após a sua reposição pode levar mais de 14 horas até ao retomo do nível normal de produção. Portanto, torna-se difícil dizer que estamos bem.

JA- *Qual é a taxa de cobertura da EPAL?*

LFC – Devido à expansão populacional de Luanda é difícil determinar um número, mas podemos afirmar que todos os habitantes beneficiam da água produzida pela EPAL, que tem os níveis exigidos pela Organização Mundial da Saúde.

JA- *Até que ponto essa expansão populacional acaba por criar dificuldades no plano de modernização dos serviços da empresa?*

LFC – O que dificulta a nossa acção é estarmos sempre atrás do prejuízo. Por mais investimentos que se faça nunca alcançamos o que pretendemos. Neste momento, no (quadro do Programa de Investimento Público (PIP), está em preparação para o próximo ano a construção da estação modelar de captação de água do Bita. Ainda no próximo ano, vamos dar início ao concurso público para a construção da Estação de Captação do Kilonga Grande, que arranca com 1,5 metros cúbicos de água. A soma das duas dá um volume próximo da actual produção de água.

JA – *A empresa conta com quantas Estações de Tratamento e de Água?*

LFC – Contamos com cinco Estações de Tratamento de Água. Temos a de Kifangondo, que é a mais te antiga de Luanda e que neste momentosa reabilitação, porque o volume de água produzido não é o nominal. Temos a mais nova, que é a Estação do Sistema 1 reconvertida, que fica na zona do Candelabro, a Estação de Luanda Sudeste, que é a maior de Luanda, a Estação de tratamento de Kikuxi e a de Luanda Sul. Em construção está a segunda fase do Sistema de Candelabro num projecto que envolve três fases. Como órgãos do sistema de abastecimento de água contamos com dez Centros de Distribuição, entre os quais o do Cazenga, Marçal, Maianga, Golfe, Benfica, Luanda Sul, Viana, Morar e da Mulemba, alguns já foram reabilitados enquanto outros aguardam pela reabilitação, e em construção temos mais três centros.

JA – *Na zona do Benfica foram concluídos centenas de quilómetros de conduta e projecta-se a ligação ao domicílio*

*para beneficiar 35 mil consumidores. Já iniciaram o processo de contratação de novos clientes?*

LFC – No total foram concluídos 760 quilómetros de rede primária e secundária, mas faltam as ligações domiciliarias. A rede é para abastecimento da população e na eventualidade de incêndio podem servir para abastecer as cisternas dos bombeiros. Estamos a analisar os valores a pagar por cada ligação domiciliar com a empresa encarregue dessa empreitada, mas já iniciámos o cadastramento não só no Benfica como também no Talatona.

JA – *Na zona do Benfica foram concluídos centenas de quilómetros de conduta e projecta-se a ligação ao domicílio para beneficiar 35 mil consumidores. Já iniciaram o processo de contratação de novos clientes?*

LFC – No total foram concluídos 760 quilómetros de rede primária e secundária, mas faltam as ligações domiciliarias. A rede é para abastecimento da população e na eventualidade de incêndio podem servir para abastecer as cisternas dos bombeiros. Estamos a analisar os valores a pagar por cada ligação domiciliar com a empresa encarregue dessa empreitada, mas já iniciámos o cadastramento não só no Benfica como também no Talatona.

– *Quantos clientes têm contrato com a EPAL?*

LFC – A empresa tem contrato com cerca de 130 mil consumidores, que é um número bastante ínfimo e do qual entre 90 a 70 mil consumidores pagam as contas. O Conselho de Administração da EPAL, que entrou em funcionamento há cinco meses, adoptou como uma das linhas de força o recadastramento de clientes, particularmente no casco urbano, porque sabemos que a maior parte daqueles que não pagam o consumo de água têm acesso a ela 24 horas por dia.

JA – *Como é que EPAL está em termos de formação de quadros?*

LFC – A história da EPAL tem situações caricatas, entre as quais a de jardineiros que depois de algum tempo passaram para operadores de estações. Repare que temos 1.700 funcionários, na sua maioria não qualificados. Estão cá e não podem ser despedidos. Mas também temos técnicos com formação média e superior. Conhecemos as dificuldades e por isso estamos a preparar estratégias para que possam servir convenientemente a empresa.

JA – *Fala-se insistentemente de um plano director de abastecimento de água. Em que ponto se encontra o projecto?*

LFC – A EPAL tinha um plano feito na visão da empresa. Aguardamos pelo plano director da cidade, porque pensamos que deve ser o Governo da província de Luanda a definir as áreas de crescimento e as necessidades a nível da água.

JA – *Qual é a realidade do projecto referente à construção de infra-estruturas de abastecimento de água nas residências que se localizam nas zonas I e II do bairro Zango, em Viana?*

LFC – Já foi lançada a rede de água, só que o Zango cresceu muito e não pode apenas ser abastecido directamente da Estação de Tratamento de Água para as torres tal como acontece. Já foi feito um levantamento para colocar alguns reservatórios pré-fabricados junto a essas torres, porque em caso de corte de energia na Estação, as populações ficam de imediato privadas de água. Importa dizer que o terreno do Zango é plano e essa é uma das inovações que se vai estender aos Zango III e IV.

JA – *O custo da água é proporcional aos investimentos que são realizados?*

LFC – Em Angola é subvencionada pelo Estado, mas sou de opinião que deve começar a ser paga pelo valor real, para que os investimentos possam ter retomo. E tudo temos feito para que a empresa tenha também participação no Orçamento Geral do Estado. O esforço tem vindo a ser feito e uma das deliberações dos membros do Conselho de Administração passa por abrir agências em todos os bairros de Luanda. O nosso fundo salarial corresponde a quase 120 por cento das cobranças e queremos alterar este quadro.

JA – *Apesar das dificuldades de acesso, verifica-se que a gestão equilibrada da água não é das melhores. Quer deixar alguma recomendação aos consumidores?*

LFC – A recomendação vai no sentido de maior solidariedade com aqueles que não têm água corrente e necessitam deste bem, pois ao utilizarmos correctamente o precioso líquido, vamos dar a possibilidade de outras pessoas usufruírem. Para tal, vamos também reforçar o controlo com recurso a contadores adequados.

JA – *Qual é a taxa de cobertura da EPAL?*

LFC – Devido à expansão populacional de Luanda é difícil determinar um número, mas podemos afirmar que todos os habitantes beneficiam da água produzida pela EPAL, que tem os níveis exigidos pela Organização Mundial da Saúde.

JA – *Até que ponto essa expansão populacional acaba por criar dificuldades no plano de modernização dos serviços da empresa?*

LFC – O que dificulta a nossa acção é estarmos sempre atrás do prejuízo. Por mais investimentos que se faça nunca alcançamos o que pretendemos. Neste momento, no (quadro do Programa de Investi- (mento Público (PIP), está em pre- (paração para o próximo ano a construção da estação modelar de capta- I ção de água do Bita. Ainda no pró- (Xiq|O ano, vamos dar início ao concurso público para a construção da Estação de Captação do Kilonga Grande, que arranca com 1,5 metros cúbicos de água. A soma das duas dá um volume próximo da actual produção de água.

JA – *A empresa conta com ti quintas Estações de Tratamento e de Água?*

LFC – Contamos com cinco Es- q tações de Tratamento de Água. Temos a de Kifangondo, que é a mais te antiga de Luanda.

## 8.12 Projecto de “Água para Todos” chega aos centros urbanos

*Jornal de Angola  
6 de Outubro de 2010*

A população dos centros urbanos do Huambo, nomeadamente da parte alta da cidade, Rua do Comércio e. Zona Industrial da Chiva, já beneficia do programa do Executivo “Água Para Todos”, fruto da reabilitação da subestação de captação e tratamento, sobre o rio Culimanhala.

O chefe de departamento de Abastecimento de Água e Saneamento, António Quaresma, disse recentemente, ao Jornal de Angola, que as acções actualmente em curso na província do Huambo permitiram reabilitar os centros de distribuição de água da parte alta da cidade, da Rua do Comércio, uma das mais tradicionais da urbe, e da Zona Industrial da Chiva, onde se situam as fábricas de cerveja Cuca (Nocebo) e da Coca-Cola (Cefa).

António Quaresma disse ainda que, durante a primeira fase de implementação do projecto “Água para Todos”, foram criados 160 quilómetros de novas redes de abastecimento para a cidade do Huambo, que vão beneficiar os novos projectos urbanos, no âmbito do programa de Governo de construção de um milhão de casas.

Disse, por outro lado, que o Ministério da Energia e Águas, em pareceria com o Governo da Província do Huambo, está a elaborar novos estudos para o reforço do

sistema de abastecimento de água à cidade do Huambo e localidades circundantes, a partir de uma outra fonte, que é o Rio Kunhangâmua.

“Os estudos em causa vão ter como base de sustentação o crescimento populacional que se tem verificado nos últimos anos nesta cidade e também o crescimento industrial, cujo ressurgimento é uma das prioridades do executivo local para 2011”, frisou António Quaresma.

Além da cidade do Huambo, António Quaresma foi peremptório em assegurar que os estudos visam também reforçar o abastecimento de água ao pólo industrial da Caála, à própria vila da Caála e aos bairros adjacentes que vão surgindo.

Os estudos, segundo o responsável do Ministério da Energia e Aguas, devem estar concluídos entre os meses de Março e Abril de 2011, ao que se seguirão os concursos públicos para adjudicação das respectivas empreitadas.

A nível de outros centros urbanos importantes do Huambo, nomeadamente as sedes municipais, António Quaresma disse que o governo da província e o Ministério da Energia e Águas têm estado a trabalhar para assegurar o abastecimento às populações que residem nas restantes municipalidades que compõem a circunscrição administrativa da província.

“Excepção feita aos municípios do Catchiungo e da Tchicala-Tcholoanga, onde se verificaram alguns problemas, que vão ser resolvidos a breve trecho, nos demais municípios as populações estão já a ser beneficiadas em termos de abastecimento de água potável”, disse.

Durante a primeira fase, ainda de acordo com António Quaresma, foram construídos na cidade do Huambo sete pequenos sistemas de água, sendo que outros dois estão em fase de conclusão. No mesmo período foram ainda construídos 100 novos pontos ou furos de água com bombas manuais, para além da reabilitação de 150 furos com bombas manuais.

### **Dez mil grades de gasosa por dia**

A nova linha de enchimento da fábrica de refrigerantes Sefa Coca-Cola no Huambo, orçada em mais de 20 milhões de dólares americanos, já começou a ser ensaiada e prevê produzir, até aos finais deste ano, dez mil grades de gasosas por dia, das marcas Coca-Cola, Sprite e Fanta.

A informação foi anunciada segunda-feira, no Huambo, pelo director geral daquela unidade fabril, Neto Rocha. “Os ensaios já começaram e a nossa expectativa é de produzir até dez mil grades por dia. E evidente que a produção vai depender muito de todo o esforço na área

comercial irá desenvolver no futuro”, disse o director geral da Sefa Coca-Cola no Huambo.

Neto Rocha disse que os trabalhos de montagem da nova linha tiveram início em Setembro do ano IV passado. “Nós contamos produzir refrigerantes já a partir do final deste ano, visto que os trabalhos de montagem já decorrem a 70 por cento”, garantiu.

Disse, por outro lado, que após o término da obra, a fábrica de refrigerante vai contar com uma produção diária de três vezes mais, em relação à produção feita actualmente, que é de três mil grades de gasosa por dia. “Nós podemos chegar à ordem das 10 mil grades de gasosas por dia, a trabalhar num só turno”, concluiu. Acrescentou, por outro lado, que, com a entrada em funcionamento da nova linha, a produção vai se expandir ainda mais, sobretudo quando o comboio começar a circular e as vias rodoviárias chegarem a outras partes do exterior da província..

O projecto de expansão da comercialização do novo produto da Coca-Cola, Fanta e Sprite abrange as províncias do Huambo, Bié, Moxico e Kuando-Kubango, que são os maiores clientes.

“Chemonics International” elogia programa do governo

O presidente da “Chemonics International”, uma empresa norte-americana de consultoria, Richard Dreinan, elogiou na sexta-feira, na Caála (Huambo), o programa de vacinação contra a poliomielite em curso no país, enaltecendo os esforços do Governo angolano na luta pela erradicação da paralisia infantil.

O executivo norte-americano manifestou-se assim no final de uma visita ao município da Caála, 23 quilómetros a Oeste da cidade do Huambo, onde contactou vários projectos de saúde pública em curso nessa circunscrição.

Em declarações à Angop, o presidente da “Chemonics International” disse que a visita vai ajudar a identificar novas áreas de intervenção e outras estratégias para melhorar a performance dos projectos já elaborados localmente em prol do bem-estar social da população.

Visivelmente satisfeito com a existência de um comité de saúde no município da Caála, Richard Dreinan pediu o envolvimento de toda a sociedade na resolução dos principais problemas sociais que afectam as comunidades da região.

A Chemonics é uma empresa de consultoria para o desenvolvimento internacional que ajuda governos, empresas, grupos da sociedade civil e comunidades a promoverem mudanças significativas para o bem-estar da população e a implementar acções produtivas independentes.

### 8.13 Executivo Garante mais água potável

*Jornal de Angola*  
6 de Outubro de 2010

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, disse, ontem, em Luanda, que o Executivo tem projectos em carteira para garantir à população acesso à água potável nas áreas urbanas e rurais até ao ano de 2015.

Luís Filipe da Silva, que falava no seminário sobre o lançamento do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas SA), financiado pelo Banco Mundial, acrescentou que o desafio do sector que dirige é melhorar os índices de desenvolvimento Humano em Angola.

“Acrescente urbanização e o aumento significativo da população dos maiores centros urbanos do país, têm determinado alterações nos padrões de vida da sociedade moderna, que se têm reflectido no constante incremento da procura de água”, disse ontem Luís Filipe da Silva.

O secretário de Estado das Águas afirmou que a guerra que assolou o país, não permitiu a prática de uma sólida gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. Mas com a paz, disse Luís Filipe da Silva, já foi possível reverter a situação com a reabilitação e construção de novos sistemas em várias cidades do país. “Neste momento, estão em curso importantes acções em Ondjiva, Dundo, e Saurimo”, garantiu secretário de Estado das Águas.

Luís Filipe da Silva informou que apenas 42-por cento da população urbana é abastecida de água C8m os padrões de qualidade, quantidade e regularidade recomendados.

Garantiu a Secretaria de Estado das Águas está a fazer um grande esforço para assegurar que as pessoas tenham acesso a um nível 1 mínimo de serviço, com quantidades mínimas de água a partir de fontes seguras.

“Este esforço está patente e os dados mostram um grande avanço, pois cerca de 80 por cento da população urbana já tem acesso pelo menos a estes serviços mínimo”, frisou Luís Filipe da Silva.

Luís Tavares, representante do TI Banco Mundial (BM), disse que a sua instituição aprovou um projecto institucional do sector das Águas em Angola, orçado em 113,2 milhões de dólares, a ser executado entre 2009 e 2015, visando melhorar o fornecimento de água à população.

“O objectivo principal do projecto é reforçar a capacidade institucional e as agências do sector das (Águas e melhorar o acesso ao produto à população. Numa primeira fase disponibilizámos 57 milhões de dólares para a execução do projecto”, disse Luís Tavares.

Segundo o representante do Banco Mundial, o projecto vai contribuir para o abastecimento de água às cidades de Malange, Cuito, Ndalatando, Uíge, Huambo, Luena; Lubango e M’banza Congo, em resposta aos esforços do Executivo para a melhoria do fornecimento de água para todos os angolanos. E acrescentou que o plano cobre quatro componentes para a sustentabilidade dos investimentos financeiros, incluindo fundos do projecto de emergência e reabilitação da rede hidrológica angolana, também financiados pela Associação Internacional de Desenvolvimento.

“O crédito vai permitir o desenvolvimento das instituições no abastecimento de água,, melhorar a gestão de recursos hídricos, reabilitar os sistemas de fornecimento de água e desenvolver a capacidade e gestão de mudanças a nível do sector e do país”, disse Luís Tavares. O programa de desenvolvimento do sector das Águas já foi aprovado no Conselho de Ministros em 2004.

### 8.14 Projectos contam com o apoio do Banco Mundial

*Semanario Independente*  
9 De Outubro de 2010

Luís Tavares, representante do Banco Mundial (BM), disse que a sua instituição aprovou o projecto institucional do sector das Águas em Angola, orçado em 113,2 milhões de dólares, a ser executado entre 2009 e 2015, visando melhorar o fornecimento de água à população.

“O objectivo principal do projecto é reforçar a capacidade institucional e as agências do sector das Águas e melhorar o acesso ao produto à população. Numa primeira fase disponibilizámos 57 milhões de dólares para a execução do projecto”, disse Luís Tavares.

Segundo o representante do projecto vai contribuir para o abastecimento de água às cidades de Malange, Kuito Uíge, Huambo, Luena, Lubango e em resposta aos esforços do EXE melhoria do fornecimento de água angolanos. E acrescentou que o plano componentes para a sustentabilidade dos investimentos financeiros, incluindo fundos do de emergência de reabilitação da rede hidrolectica angolana também financiados pela Associação de Desenvolvimento.

“O crédito vai permitir o de sem instituições no abastecimento de água gestão de recursos hídricos, reabilita fornecimento de água e desenvolve] gestão de mudanças a nível do sector Luís Tavares. O programa de desenvolvimento do sector das Águas já foi aprovado Ministros em 2004.

O Executivo Angolano, com 2 parceiros nacionais e internacionais” a um dos maiores desafios que é água potável como uma das vias para alcançar os oito Objectivos de Desenvolvimento aos quais se comprometeram todo Estados e de Governos em 2000.

## 8.15 Executivo Angola perspectiva água para todos

*Semanario Independente*  
9 de Outubro de 2010

A falta de acesso à água para beber, para a higiene e para a segurança alimentar – causa enormes dificuldades a mais de um bilhão de membros da família humana”, dizia o antigo Secretário-Geral da ONU, Koffi Annan, em Dezembro de 2002, aquando do lançamento do Ano Internacional para Água Potável- 2003. Assim, o repto parecia estar lançado para todos os países do mundo, com particular realce para aqueles em vias de desenvolvimento, com taxas elevadas de urbanização, como é o caso de Angola.

O Executivo angolano tem procurado, entre outros propósitos, centralizar a sua actuação em torno desse desafio, atendendo ao papel insubstituível da água para desenvolver o país, numa altura em que as atenções estão viradas para a consecução dos chamados Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. Entre os projectos em carteira, relativamente ao acesso à água potável, constam a garantia do seu acesso nas áreas urbanas e rurais até ao ano de 2015.

Quem deu a conhecer esta estratégia do Executivo angolano foi o secretário de Estado das Águas, no seminário sobre o lançamento do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), financiado pelo Banco Mundial. Luís Filipe da Silva destacou que o desafio do sector que dirige é melhorar os índices de desenvolvimento humano em Angola.

O governante angolano reconheceu que “a crescente urbanização e o aumento significativo da população dos maiores centros urbanos do país, têm determinado alterações nos padrões de vida da sociedade moderna, que se têm reflectido no constante incremento da procura de água”.

O secretário de Estado das Águas afirmou que a guerra que assolou o país, não permitiu a prática de uma sólida gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos. Mas com a paz, disse Luís Filipe da Silva, já foi possível reverter a situação com a reabilitação e construção de novos sistemas em várias cidades do país. “Neste momento, estão em curso importantes acções em Ondjiva, Dundo, e Saurimo”, garantiu o secretário de Estado das Águas, numa alusão aos projectos para viabilizar o fornecimento de água potável às populações das áreas rurais e urbanas naquelas localidades.

Luís Filipe da Silva informou que apenas 42 por cento da população urbana é abastecida de água com os padrões de qualidade, quantidade e regularidade recomendados. Garantiu que a Secretaria de Estado das Águas está a fazer um grande esforço para assegurar que as pessoas tenham acesso a um nível mínimo de serviços, com quantidades mínimas de água a partir de fontes seguras.

“Este esforço está patente e os dados mostram um grande avanço, pois cerca de 80 por cento da população urbana já tem acesso pelo menos a estes serviços mínimos”, frisou Luís Filipe da Silva.

## 8.16 Falta de Água cria Constrangimentos

*Semanário Novo Jornal*  
15 de Outubro de 2010

Com um recipiente de mais ou menos 20 litros sobre a cabeça, Dona Maria reclama pela distância e o enorme sacrifício que empolgou para conseguir água para consumo doméstico.

Tal como a anciã de 52 nos de idade, muitos moradores do bairro Vila da Mata, no município do Cazenga, estão nesta situação e enfrentam diariamente muitas dificuldades para conseguir o líquido precioso.

Segundo aqueles residentes, o bairro está com carência de água há mais de um mês e, por isso, são obrigados a transportar água durante longas distâncias e a pagarem preços exorbitantes. Luzia é uma das muitas moradoras da vila da mata que percorre diariamente entre 800 a 900 metros de Distância a para obter um balde água de 25 litros de água, que ela paga ao valor de 150 kwanzas. “Eu estou a vir da estrada nova. Lá é o único sítio onde estão a vender água nos tanques, e nós estamos a pagar muito caro”, desabafou a jovem.

Por seu turno, Nelson mostrou também a indignação pela constante carência de água que ultimamente o bairro tem vivido, e as frenéticas enchentes que se verificam nos únicos tanques que abastecem o bairro.

“Para além da distância e o preço muito alto, também já não estamos a aguentar as bichas que enfrentamos todos os dias para conseguir um bidão de água”, reclamou o jovem. Questionado – sobre quanto pagou por um bidão de 25 litros, Nelson não escondeu a sua insatisfação e revelou. mesmo que desembolsou 100 kwanzas.

Quem não quis deixar passar a reportagem do noção de língua vivida.

“Quando nos chafarizes a água jorrava normalmente, nós comprávamos o balde a cinco kwanzas, não percebo porque é que essas senhoras estão a vender 100 kwanzas! Eu por exemplo tenho um filho, ele precisa de banhar, preciso lavar as fraldas, cozinhar, beber, onde é que eu, vou tirar esse todo dinheiro para comprar água?, questionou a jovem.

Uma das questões que também preocupa aqueles populares é a qualidade da água que está a consumir-se. Segundo eles, quem abastece os tanques são pequenas cisternas cujas condições são precárias.

De realçar que no bairro da Vila da Mata, muito recentemente foi instalado uma série de fontenários que abasteciam o bairro com normalidade, mas nos últimos dias os mesmos chafarizes estão a funcionar com muita deficiência.

## 8.17 Camponeses tem agua para regar horta

*Jornal de Angola  
20 de Outubro de 2010*

A população do Namibe, que até há pouco tempo vivia quase exclusivamente da pastorícia, está agora virada para o cultivo da terra como forma mais eficaz de combater a fome e a pobreza. Os camponeses também trabalham na apicultura e na extração de óleo mupeque para o seu sustento.

“Com a abertura de mais este furo na nossa lavra, vamos agora dobrar os esforços no cultivo de produtos hortícolas, para sustentarmos as nossas famílias,” disse o camponês António dos Santos Kolela, de Munhengo, município da Bibala, 43 anos, pai de sete filhos.

António Kolela é animador da associação de camponeses da aldeia, que tem 125 famílias filiadas. O camponês participa activamente em todos os projectos da Organização Não Governamental italiana Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes, actividade que está ligada à promoção do trabalho do campo.

António Kolela está feliz porque se sente mais estimulado para cultivar a terra, porque com a água do furo, foi reforçada a capacidade de regadio.

A satisfação é partilhada por todos os camponeses da associação, que agora têm condições para reforçar a actividade agrícola. Mais campos de hortícolas e frutícolas foram desbravados e o processo de combate à pobreza e à fome tem mais pernas para andar.

O furo de extração de água, que se associa a outros 35 já existentes nas diferentes comunidades, está instalado numa lavra com três hectares, que começou a ser desbravada. Sábado, a comunidade de Munhengo recebeu da ONG Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes uma moto bomba, enxadas, pás, carrinhos de mão, picaretas, ancinhos e luvas.

### Acabar com a fome

O responsável da comunidade, o soba Joaquim Munukanheva, fez o ensaio do novo furo, retirando do poço um volume considerável de água, dizendo, no fim, que “estamos bem servidos e muito gratos pela oferta, agora vamos trabalhar mais para minorar os efeitos da fome e da pobreza no seio das comunidades e reduzir ao abate indiscriminado de árvores”.

Joaquim Munukanheva, o “pai grande” da comunidade de Munhengo, assegurou à nossa reportagem que antes da abertura dos furos de água as pessoas viviam do pasto e do corte de árvores para lenha e fabrico de carvão, mas desde que trabalham a terra, o abate de árvores está a diminuir e as pessoas dedicam-se mais à produção agrícola.

Para o soba Joaquim Munukanheva, iniciativas dessa natureza devem continuar e não deviam partir apenas de ONG estrangeiras, as angolanas também deviam apoiar, porque desenvolver o campo “é a melhor saída” para erradicar a fome e a pobreza.

A acção da ONG italiana inserese no âmbito dos projectos para “diminuição da vulnerabilidade alimentar e ambiental da província do Namibe”, financiados pela União Europeia (UE) e Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O objectivo é o reforço da produção agrícola nas comunidades rurais de Haukulo e do Munhengo.

### Irrigação permanente

“Com a irrigação permanente as colheitas vão aumentar”, disse visivelmente satisfeita Maria Amélia Kanheva, uma das dezenas de mulheres camponesas de Munhengo. Mbayavoka Manuel acrescentou que, com a abertura de mais este poço, “acabou a dependência das chuvas para a rega das sementeiras, com a estiagem na região muitas sementes secavam e não germinavam”.

Os camponeses de Munhengo cultivam de tudo um pouco desde milho, feijão, massango, massambala, batata, quiabo, tomate, mandioca e gindungo. A terra é também apropriada para o cultivo de couve, repolho, cebola, alho, gengibre, beringela, e muitos outros produtos hortícolas.

O representante da administração do Munhino, comuna do Kapangombe, considerou frutífero o gesto da ONG italiana Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes, “que muito tem feito para o crescimento dos rendimentos das famílias camponesas”.

Mateus Delgado, da Direcção Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas realçou que ao longo de três anos tem vindo acompanhar as acções da Organização Não Governamental italiana agrícola, “vemos que aos poucos a comunidade quer ser alfabetizada, aprender o português e a reduzir a prática da transumância, o que dá boas perspectivas no futuro, porque é muito difícil de gerir uma população transumante”.

Quanto à alfabetização, “já temos o projecto em andamento junto do Governo Provincial e através da administração local, uma vez que é notório esse interesse por parte da população”.

O projecto de alfabetização tem várias vertentes: reforçar o papel da mulher rural dentro da comunidade e sobretudo a componente da criança para a sua inserção na escola. Matteo Tonini disse que a comunidade mucubal normalmente utiliza as crianças para pastorear o gado, “mas já estamos a ver um grande interesse por parte das crianças e jovens em aprender a ler e escrever”.

### **Legalizar as propriedades**

As associações de camponeses têm de legalizar a terra que estão a cultivar para garantirem a sua posse: “com o apoio da administração e graças ao dinamismo da governadora Cândida Celeste da Silva, o processo de registo das propriedades está a decorrer rapidamente o que facilita as nossas acções futuras”, disse Matteo Tonini.

No Munhengo estão a funcionar viveiros de tomate, couve, repolho, cebola, melancia, melão e praticamente todos os produtos hortícolas para associar e diversificar a produção.

A maioria dos produtos cultivados é para consumo directo. O tomate, como tem saída no mercado, é destinado à venda. Com o dinheiro os camponeses compram combustíveis para as moto bombas e isso permite uma grande sustentabilidade nas acções para o desenvolvimento das comunidades.

Cada motobomba tem a capacidade para regar até

quatro hectares. No projecto do Munhengo está a ser aberto outro furo, que fica pronto no final do mês e a capacidade de rega passa para oito hectares.

O engenheiro agrónomo Matteo Tonini disse que a terra na Bibala é fértil, o que dispensa o uso de adubos. Quando houver necessidade, vai ser aplicado estrume porque as comunidades locais têm muitos bois: e não vale a pena gastar dinheiro em produtos químicos porque além de serem muito caros, têm efeitos negativos sobre o meio ambiente.

### **Plantas vitaminadas**

Para juntar o útil ao agradável, arrancou no Munhengo o programa de reflorestação através de frutíferas, para aumentar o consumo de vitaminas nas comunidades locais, através de mamão, laranja, limão, manga e goiaba. Os pomares estão a ser plantados.

A associação do Munhengo tem 45 famílias. Começou o mês passado com 38, mas algumas famílias que viviam nos quimbos mais distantes vieram trabalhar as novas lavras, uma vez que já tinham a garantia da água.

A região tem 34 associações apoiadas pela ONG italiana. Estão nos vales dos rios Bentiaba, Bero, Giraúl e na sede municipal, Bibala, e desde a comuna de Capangombe até Caitó. Também está em constituição uma associação de camponeses na comuna da Lola, outrora um dos maiores centros de cultivo de tabaco em Angola.

Para o gado, estão a ser reactivadas as chimpacas para captação e conservação da água que está a cair neste tempo da chuva.

O número de beneficiários do projecto é de 3.400 famílias no município da Bibala. E abrangem produtores de mel, agricultores e produção e repovoamento florestal. O projecto permitiu a redução da vulnerabilidade alimentar e ambiental na província do Namibe.

### **O óleo mupeque**

Matteo Tonini disse à nossa reportagem que a apicultura exige um trabalho bastante cuidadoso, por isso, “foram seleccionadas as comunidades pouco tradicionais para os trabalhos da apicultura. Mais de 100 colmeias foram colocadas nas áreas da Makala, do Progresso, do rio Bero e nos arredores da sede da Bibala, no Chimuko, na Mwunda, e algumas no Caitó.

A extracção de óleo mupeque arrancou no Munhengo com autorização da administração municipal. Neste momento a sua venda é assegurada por vendedores ambulantes, mas à medida que a produção aumentar, os coordenadores do projecto vão abastecer os maiores mercados formais.

## 8.18 Água chega aos domicílios

*Jornal de Angola*  
20 de Outubro de 2010

A população das comunas do Oongo e TChamutete, esta ‘última sede do município da Jamba, na Huíla, vai começar a consumir água potável a partir de Novembro, graças à reabilitação e ampliação do sistema de produção e distribuição deste bem essencial.

O sistema, que vai ser inaugurado no âmbito das comemorações do dia da Independência Nacional, vai fornecer água potável ao domicílio, o que beneficiará 330 famílias das duas localidades, e inclui o fornecimento a fontanários.

O administrador municipal da Jamba, Miguel Cassela, disse que as obras de reabilitação tiveram início em Janeiro, no quadro do programa “Água para Todos”, que visa melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Miguel Cassela referiu que os trabalhos estão na fase final e consistem na ampliação do sistema de armazenamento, substituição da canalização antiga de metal por outra em plástico, colocação de torneiras e contadores. “Actualmente, a água já jorra nas torneiras, mas inauguração está prevista para Novembro a no âmbito das comemorações dos 350 aniversário da Independência Nacional”, sublinhou. “Pre vemos até 2012 fornecer água potável às populações residentes nas comunas, sectores e aldeias, com a abertura e reabilitação de furos de água”, adiantou o administrador.

## 8.19 Estado actual do sector de água e energia

*Semanario Novo Jornal*  
22 de Outubro de 2010

“A geração total de Energia eléctrica também aumentou e de forma expressiva foi o resultado dos investimentos públicos feitos depois da conquista da paz.

Em 2000, a geração nas suas diversas modalidades foi de 1.426 gigawattsjhora. Em 2009, esse total atingiu 4.914 gigawattsjhora, ou seja, um aumento de cerca de 3 vezes e meia. A capacidade de produção de água tratada passou de 430,9 mil metros cúbicos em 2006 ‘pala 705 mil metros cúbicos -m 2009, um aumento de 1 por cento.” (Presidente José Eduardo dos Santos).

Estado Actual do Sector da Água

Até Abril de 2007, a distribuição de água por pessoa era estimada em 1.000 metros cúbicos dia o que, já naquela altura era tido por especialistas da ONU como sendo

“deficiente em Angola”. De lá para cá, é mister admitir que as coisas não mudaram muito, tendo em conta que entre regiões, a água continua escassa de Norte a Sul tornando mais de um terço do território desértico ou semidesértico, o que contrasta com os números sobre o potencial hidrográfico.

O Ministério da Energia e Águas de Angola previa, naquela altura, aprovar planos directores de curto e médio prazos para as diferentes cidades do país para fazer frente a má distribuição do chamado “precioso líquido. E estavam assim a ser desenvolvidos, esforços para pôr em marcha um programa de obras de regularização das principais bacias hidrográficas de modo a torná-las potenciais armas de combate aos fenómenos ex- Atremos de cheias e seca”.

O potencial hidrográfico de Angola, em conjunto com a RDC e a República do Congo Brazzaville, representa mais de metade dos recursos hídricos do continente africano, sendo to considerado por especialistas como uma provável mola impulsionadora da integração económica e social da África Central.

Uma das edições do Relatório Económico de Angola, produzido na ocasião constava que a água existe em três Estados atinge a fasquia dos 60 por cento, onde Angola na se apresenta como um dos principais beneficiados.

A título de exemplo, a pesquisa refere que a região angolana entre os rios Kwanza e Catumbela (províncias de Malanje, Bié, Huambo, Benguela, Kwanza Norte e Sul) Gmêen’utra 80 por cento do Gcencial lúdrico inventariado no país.

Deste, potencial, o rio Kwanza, o maior de Angola, detém 45 por cento, podendo ser nele construídas 11, barragens. No entanto, no médio Kwanza já estão edificadas as centrais hidroeléctricas de Kapanda e de Cambambe, existindo entre as duas mais seté projectos do genero. O estudo também faz referência à bacia hidrográfica do rio Keve, onde poderão ser edificadas oito projectos. Não parando por aí, as projeções do Relatório Económico de Angola avançam a possibilidade de construção de dez barragens na bacia do rio Lucala, enquanto no Cunene estão planeados 12 esquemas lúdricos.

### Energia eléctrica

A energia eléctrica produzida em Angola nunca correspondeu à demanda de consumo desde que o país passou a viver o fenómeno de fuga para as cidades das populações do meio rural. Hoje, oito anos após o fim do conflito armado os apagões ou as interrupções do fornecimento de energia eléctrica continuam a provocar incómodos para os utentes deste bem como perdas elevadas para os sectores produtivos e sociais. Especialistas consideram que a dependência de muitas empresas à energia

eléctrica fazem com que se percam até vidas humanas como por exemplo em hospitais.

A desarticulação existente entre os sectores de produção, de transporte e de distribuição concorrem para a não utilização racional deste recurso disponível em Luanda e nas grandes cidades do país. Outro factor tem a ver com o facto de a maior parte das infra-estruturas energéticas ter sido contruídas da dependência. Estão também apontadas as consequências da guerra civil, as dificuldades financeiras, a insuficiente manutenção dos equipamentos. A maior produção de energia eléctrica vem da barragem da Kapanda instalada no Rio Kwanza na província de Malanje. Inaugurada pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos em 2004 a Hidroeléctrica de Capanda contou com financiamento do Governo brasileiro e executada pelo Consórcio Capanda, constituído pela empresa Technopromoexport, de origem russa, responsável pelo projecto, pelo fornecimento e pela montagem dos equipamentos, e pela Construtora Norberto Odebrecht, que realizou as obras civis.

Na primeira fase, estimava-se que aquele empreendimento pudesse gerar 260 MW em duas turbinas, para fornecer energia para a região norte de Angola. Posteriormente, com a entrada em operação das duas outras turbinas, alcançaria a potência total de 520 MW e passando a atender o centro e o sul do país, criando as bases necessárias para o desenvolvimento económico e social de Angola. Dizia-se mesmo que com este empreendimento Angola passaria a ser um dos países líderes em capacidade de produção de energia na região.

Angola é um país que possui vários recursos energéticos, tais como o petróleo 15.º do ranking mundial de reservas em 2008), o gás natural, bem como recursos renováveis resultantes do elevado potencial hídrico e solar. Estes recursos, explorado de forma sustentada, podem satisfazer as necessidades energéticas do país, permitindo que Angola se transforme num exportador de electricidade.

Existem três grandes sistemas eléctricos em Angola (que não se encontram interligados em termos de rede eléctrica) e ainda alguns sistemas isolados, como segue.

Sistema Norte fornece as províncias de Luanda, do Bengo, do Kwanza-Norte, do Kwanza-Sul e de Malange. Do total da capacidade instalada, apenas 86% se encontra disponível (percentagem que piora nas centrais térmicas onde apenas 64% das centrais se encontram operacionais).

Esta zona é responsável por cerca de 83% da energia produzida em Angola, com forte preponderância na energia hídrica, já que é aqui que se localizam as barragens de Capanda e de Cambambe, responsáveis por cerca de

55% e de 18%, respectivamente, da electricidade produzida em Angola, em 2008.

A capacidade de produção do Sistema Norte é muito superior à actual procura de energia eléctrica desta zona, porém, a falta de interligação de redes tem impedido a partilha desta electricidade com outras regiões.

O Sistema Central abastece as províncias de Benguela, Huambo e Bié, cuja produção representou, em 2008, cerca de 4,9% da electricidade produzida em Angola. Aqui, encontra-se operativa apenas 47% da capacidade instalada, pois esta foi a zona do país que sofreu maior destruição durante a guerra (encontram-se muitos sistemas isolados a operar nesta zona do país).

É no Sistema Central que se localizam as barragens de Biópio e de Lomaum. O Sistema Sul fornece as províncias de Huila e de Nanube. Nesta zona existe um pequeno sistema isolado ao longo da fronteira, entre a província do Cunene e a Namíbia, que é formalmente considerado como parte do Sistema Sul embora não esteja ligado a este (não possui capacidade produtiva própria e importa toda a sua energia da Namíbia). O Sistema Sul contribui apenas com 5,7% da electricidade produzida em Angola, destacando-se a barragem de Matala.

#### **Os sistemas isolados**

A Empresa Nacional de Electricidade de Angola possui vários sistemas isolados nas seguintes províncias:

Bié, Bengo, Cabinda (o mais importante), Huambo, Malange, Monco e Uíje. A capacidade instalada destas redes isoladas era, em 2008, de 159 MW (84% centrais térmicas), encontrando-se cerca de 72% operacional.

Embora não se saiba quantos consumidores domésticos possuem geradores de energia, as estimativas informais das autoridades, indicam que poderão chegar até cerca de 75% dos consumidores em algumas zonas Urbanas. A produção de electricidade é efectuada mediante concessão ou licença, sendo a o principal player.

#### **Transporte de electricidade**

A Rede Nacional de Transporte (RNT) de electricidade de Angola é explorada em regime de concessão de serviço público pela ENE. Esta rede é de reduzida dimensão face às necessidades do país (compreende cerca de 2.588 Km), parte desta não se encontra operativa (apenas 71% da rede eléctrica existente funciona) e os três sistemas de produção (Norte, Centro e Sul) não se encontram interligados, pelo que a electricidade não pode ser transportada entre estas zonas (verificando-se excesso de produção de electricidade num dos sistemas, essa electricidade não pode ser transferida).

A rede de transporte de electricidade em funcionamento ascende a cerca de 1.841 Km de linhas, cerca de 34% de 60 KW de capacidade e 47% de 220 KW de capacidade. A primeira linha de transporte de Alta Tensão de 400 KW encontra-se a ser construída em Lucala (província do Kwanza-Norte), o que permitirá interligar a barragem de Capanda até às subestações de Viana (na Província de Luanda) e de Maquela (na Província do Uíge).

Para a interligação entre o Sistema do Norte e do Centro (Gabela a Quileva) está em construção uma linha de 220 KW, numa extensão de 180 km, cuja conclusão está prevista para Dezembro de 2009. A interligação do Sistema Central ao Sistema Sul encontra-se em fase de estudo. Também a nível internacional as interligações são inexistentes, existindo apenas uma ligação a Namíbia, que fornece uma pequena zona rural na província do Cunene. No entanto, o objectivo é unificar os três sistemas de modo a criar uma rede eléctrica global em todo o território, que será ligada às redes eléctricas dos países vizinhos, o que possibilitará fluxos de energia eléctrica (exportação) no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

## 8.20 Operador sem meios para recolher o lixo na cidade de Saurimo

*Jornal de Angola*

*22 de Outubro de 2010*

A situação que Saurimo vive hoje levanta algumas interrogações sobre a integração da cidade na lista das mais limpas do país.

Os municípios Anastácia Pedro e Pedro Afonso dizem-se preocupados com o estado do saneamento da cidade e pedem ao governo da província que defina estratégias que resolvam esta situação.

O representante da Ponto Verde, José Artur, reconhece existirem problemas na recolha e transporte do lixo para o aterro sanitário, mas garantiu que a empresa já reforçou os seus meios com mais um camião basculante e uma máa quina retro-escavadora, para proa curar alterar o cenário nos próximos sete dias.

Para isso, o responsável espera á a colaboração da população, principalmente dos comerciantes, os quais aponta como sendo os principais causadores desta situação, já que insistem em depositar enormes quantidades de lixo em contentores destinados a pequenos resíduos.

Perante esta situação, o administrador municipal adjunto, Nelson Daniel, sugere que se analise o mercado com o objectivo de contratar mais uma operadora e que

sejam adquiridos equipamentos que permitam à administração local intervir.

O responsável disse ainda que devem ser feitas campanhas de sensibilização junto dos municípios, para que os mesmos sejam educados e criem a cultura da boa higiene e saneamento do meio, assim como para lhes transmitir os procedimentos a seguir para um manuseio correcto do lixo.

## 8.21 Comportas Abertas

*Semanario O Pais*

*22 de Outubro de 2010*

E mais uma vez as comportas do céu foram abertas e novamente Luanda se vê inundada, na sequência das enxurradas que se têm registado.

O drama de bairros da periferia repete-se, ano após ano, sem que nem dos céus venha uma solução, ainda que milagreira!

Há um ano, todos nós sabíamos que este ano, e por esta altura, seria a mesma coisa.... quero eu pensar que todos sabíamos, mas na verdade parece que quem melhor devia saber não sabe até hoje!

A fotografia de bairros como Rangel, Sambizanga, Cazenga, Terra – Nova ou a Samba ilustra bem o que escrevo.

Começa a ser difícil não admitir que há de facto incapacidade do GPL lidar com a “maka” das chuvas em Luanda, porque na verdade o “problema que estamu c’um ele” não é só a chuva.

A chuva vem só piorar um cenário que já começou mal na altura em que se permitiu o crescimento desordenado dos bairros... da cidade no seu todo, diria mesmo.

Agora os resultados estão aí!

Mais gente forçada a dormir ao relento, trânsito mais caótico, a cólera e a malária a galgarem degraus, mais problemas de energia eléctrica e de água potável.

É impressionante mas ainda há quem pense que os problemas graves de Luanda são as zungueiras que vendem pelas ruas ou os carros que são lavados na via pública (quando ninguém se preocupa em criar estações de serviço) ou os carros mal estacionados (quando só há parques no imaginário).

Os zelosos fiscais, preocupam-se em procurar “vítimas” para saciar a sede da gasosa, mas fazem vista grossa aos mercados a céu aberto que todos

Alguém pode acreditar que ninguém do GPL ou da administração da Samba ainda não viu o mercado que

se está literalmente a montar nas imediações da ponte do Nzamba .

Então se alguém estiver a lavar a viatura a escassos metros do tal mercado aparecem logo fiscais e polícias de ordem pública mas aquele mercado ali ninguém o vê? É difícil perceber a insegurança a que estão expostas aquelas vendedoras? Mesmo à beira da estrada onde fazem as vendas sujeitas a e serem colhidas por um qualquer azul-e-branco?

Alguma coisa vai mal no Reino da Kianda... e por menos que se goste, há coisas que têm mesmo de ser ditas e escritas, quanto mais não seja para alertar a quem deve agir e impor a sua autoridade!

Penso que seja mais fácil, mais prático e menos oneroso para o Estado, atacar os problemas à nascença. Assim, era bom ver-se já a questão da recolha de lixo na denominada Zona Verde no bairro de Benfica, zona Sul da cidade de Luanda.

A área habitacional e a zona de comércio estão a crescer a um ritmo considerável e com isso aumenta também o amontoado de lixo em quase todas esquinas e ruas.

Não creio que seja necessário recorrer à consultoria externa ou a empresas conceituadas para que se criem mecanismos de recolha de lixo naquela zona... por enquanto!

## 8.22 Pombolo anuncia empresa de águas

*Jornal de Angola*  
*23 de Outubro de 2010*

O governador Paulo Pombolo aproveitou, quarta-feira, a visita do Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, ao Uíge, para apresentar algumas das questões que mais inquietam o seu consulado. A completar um ano desde que assumiu o governo da província do Uíge, Pombolo falou das “imensas dificuldades” do sector das águas, que, devido ao estado obsoleto da rede, torna impraticável a distribuição do produto às populações.

Ao apresentar o quadro socioeconómico da província a Fernando da Piedade Dias dos Santos, Paulo Pombolo disse que, além o estado da rede existente, o governo da província regista a ausência de equipamentos de reposição na única estação de captação e distribuiçã,o existente na província.

O governante disse ainda que a solução encontrada pela província é a de constituir a Empresa de Águas do

Uíge (EAU) e a contratação de serviços de assistência técnica capazes de ajudar a recuperação da rede de distribuição e na criação de condições para a produção e comercialização.

Para a concretização desta solução, de acordo ainda com Paulo Pombolo, o executivo local remeteu, no primeiro trimestre deste ano, uma proposta fundamentada 3;os Ministérios da Energia e Águas e da Coordenação Económica, aguardando a sua aprovação com vista à criação da EAU, que poderá, posteriormente, beneficiar de subsídios do Ministério de tutela para suportar as despesas de assistência técnica nos três primeiros anos, até atingir a auto-suficiência financeira.

Nos outros municípios, segundo Pombolo, foram igualmente tomadas medidas de recurso para atender as necessidades das populações, através de soluções locais viáveis.No domínio da produção e abastecimento de energia. eléctrica à cidade do Uíge e às sedes dos municípios e comunas, o governo local tem em carteira um plano para substituição do sistema foto voltaico implementado na cidade capital, por uma solução tradicional, devido aos resultados não satisfatórios registados com o sistema actual.

O governo do Uíge pretende transferir o equipamento para as zonas rurais, e pensa recorrer à instalação de mini-hídricas para o abastecimento às comunas e aldeias. Seria uma solução sustentável, disse o governador. Para o efeito, o governo provincial submeteu ao Ministério de tutela uma proposta que está em fase de estudo e avaliação.

Paulo Pombolo anunciou, por outro lado, que a aceleração dos trabalhos de transportação de energia de Capanda através da subestação de Lukala, adjudicada a empresa Odebrechet, com disponibilidade de 40 MW, é uma das vias seguras para resolver a situação, a curto prazo, do fornecimento de energia para as cidades do Uíge e Negage, enquanto os municípios de Mucaba e Maquela do Zombo beneficiariam da energia a ser transportada pela rede de Luakala Mavoio, pela empresa Camargo Correia, faltando apenas a apresentação dos respectivos projectos para o seu estudo e posterior decisão das estruturas competentes.

Em relação aos municípios do Púri, Sanza Pombolo, Milunga, Buengas, Kimbela e Bembe, Pombolo disse que está em avaliação um plano para resolver o problema de abastecimento de energia eléctrica.

Relativamente às Obras Públicas, Paulo Pombolo lembrou que existem cerca de seis edifícios na cidade do Uíge que apresentam danos graves com tendências de

ruírem nos próximos tempos. “Fizemos o convite a um grupo de técnicos do Laboratório de Engenharia, que trabalhou no levantamento das deficiências existentes e apresentou algumas recomendações que serão discutidas nos órgãos do Governo”, disse.

### Comuna do Quipedro sem comunicações

O governador do Uíge mostrou-se preocupado com o facto de as populações da comuna de Quipedro estarem desligadas do resto da província devido à degradação das vias e das pontes que a ligam à sede do município.

Paulo Pombolo revelou que, para chegar ao Uíge, as populações de Quipedro têm de passar por Caxito. Segundo ainda o governador, idêntica situação vivem as populações das comunas de Icoça, AltoZaza, Buengas Sul, Lembua, KiloFuta, Beu, Sacandica. Pombolo sublinhou que as vias secundárias e terciárias precisam de trabalhos de terraplanagem para facilitar a circulação de pessoas e bens.

Paulo Pombolo disse, por outro lado, que a institucionalização da Universidade Pública “Kimpa Vita”, na VII região académica, com sede na província do Uíge, exige a criação de condições de trabalho dignas para os serviços da referida Universidade, o que poderá reflectir-se positivamente no programa de desenvolvimento integrado.

Segundo Paulo Pombo lo, actualmente a Reitoria da Universidade Kimpa Vita “funciona em instalações impróprias, quase em escombros”. Para o governador, impõe-se uma intervenção urgente no sentido de reabilitar o edifício e conferir dignidade à instituição.

Paulo Pombo lo anunciou ainda que “a Universidade Kimpa Vita prevê o arranque de importantes cursos na região académica, nomeadamente os de Economia, Direito e Engenharia. “São cursos que muita falta fazem aos jovens, e às respectivas províncias que integram a VII região académica”.

## 8.23 “Água para todos chegou” ao Cangolo Muquiqa

*Jornal de Angola*

*25 de Outubro de 2010*

Com o Programa Água para Todos, de iniciativa Presidencial, o Governo da Huíla construiu sistemas de captação, tratamento e distribuição nos 14 municípios da província, articulando o abastecimento de água com acções de saneamento básico e ambiental!

O programa visa melhorar os indicadores sociais, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, propostos pela Organização das Nações

Unidas (ONU) para serem alcançados até ao ano 2015. Mais de três mil habitantes da aldeia de Cangolo Muquiqa, município da Chibia, Huíla, passou a beber água potável, através do “Programa Água para Todos”. João Mucanda, 49 anos, pastor, é um dos habitantes da aldeia e diz que depois de mais de quatro décadas a consumir água do rio, poços, cacimbas e chimpacas, “agora já bebo água de qualidade”.

Os motivos para comemorar são muitos, por isso Mucanda e os seus companheiros, ao ritmo do batuque, do reco-reco, kissange e outros instrumentos musicais tradicionais, dançam a cambangula.

Ao ritmo contagiante do batuque, mulheres e crianças, vestidas da cabeça aos pés com trajes e tradicionais, juntam-se à festa para expressar a sua satisfação pelo ponto de água e dar as boas vindas aos visitantes. No seu orgulho de pastor tradicional, Mucanda, no acto inaugural tomou a palavra e disse: “a água da bomba é mais saborosa e limpa do que a do rio, do poço ou da chimpaca”.

O pastor sempre usou água não tratada para beber. Como bom pastor, bebe onde está a beber o seu rebanho. Agora tem água tratada e saborosa. A festa continua!

A satisfação do pastor é partilhada por Joaquina Ngueve, camponesa, que vê no [ontanário que começou a jorrar água potável a redução do seu sofrimento de percorrer três quilómetros para acarretar água no rio.

Visivelmente satisfeita, Joaquina Ngueve disse que a abertura do primeiro ponto de água na aldeia veio melhorar as condições de vida dos seus habitantes, que agora têm água potável para beber, mas também para lavar a roupa e tomar banho.

Conta que antes da inauguração, homens e animais utilizavam o mesmo rio, lago ou chimpaca para beber, o que trazia consequências graves para a saúde das pessoas. “O risco de contrairmos doenças era muito grande”, disse.

Joaquina Ngueve explicou que por causa da partilha de água entre as pessoas e o gado era frequente o registo de doenças como a cólera e alergias.

A funcionária pública Verónica Chicusse disse que as autoridades governamentais da província da Huíla atenderam a uma preocupação que a população há décadas clamava por solução. Verónica Chicusse considera que a vida na localidade renasceu com a água, mas é preciso que outros sistemas sejam construídos, porque um ponto não é suficiente para atender todos os habitantes.

Água potável nos municípios Ao abrigo do Programa “Água para Todos, que visa levar o “precioso líquido” às comunidades rurais e melhorar o saneamento básico, mais de 300 mil habitantes dos 14 municípios que integram a província da Huíla Já beneficiam de água potável.

O director provincial das Aguas na Huíla, Abel Costa, considerou positivos os dois anos de execução do Programa Água para Todos, uma vez ter beneficiado mais de 300 mil pessoas nas comunidades rurais.

Abel da Costa disse que desde o início do projecto, em 2009, até ao momento, já foram executados 60 sistemas de abastecimento de água, dos quais 17 convencionais para as sedes municipais.

O titular do sector das Aguas na Huíla esclareceu que os sistemas convencionais instalados nas sedes municipais estão equipados com uma central de captação, armazenagem e distribuição de água com canalização ligada ao domicílio.

Para as comunidades rurais com mais de 300 pessoas, foram construídos lavandarias com pontos de água, alguns dos quais manuais e outros equipados com placas solares para alimentar o sistema, sublinhou. Este ano foram feitas pequenas intervenções que permitiram a instalação de pontos de água na periferia de algumas localidades dos municípios do Lubango, Matala, Chibia, Humpata, Quilengues e Caconda.

A meta, disse, é até ao ano de 2012 beneficiar com este projecto 80 por cento da população da província da Huíla, estimada em 3,1 milhões de habitantes, grande parte concentrados na cidade do Lubango.

Sublinhou que o objectivo do projecto é beneficiar com água potável 2, 8 milhões de pessoas na Huíla, o que constitui 80 por cento do total.

### **Menos doenças**

Doenças como a cólera, alergias, infecções urinárias, problemas intestinais e outras causadas pelo consumo de águas impróprias estão a reduzir nas comunidades rurais onde o Projecto Água para Todos já chegou.

O director do sector das Águas na Huíla, Abel Costa, assegurou que, graças ao projecto, o índice de doenças causadas pelo consumo de água imprópria reduziu drasticamente. Abel Costa informou que nas comunidades rurais, a cólera, a malária e diarreias agudas eram consideradas as doenças que mais mortes causavam e esta iniciativa está a contribuir para a sua prevenção.

Garantiu que o Projecto Água para Todos está a ser um êxito na província da Huíla, na medida em que a melho-

ria da qualidade de vida das populações está a ser alcançada. Abel Costa sublinhou que fruto da sua materialização, o saneamento básico no seio das comunidades rurais melhorou.

O consumo de água potável está a dar qualidade de vida às comunidades mais desfavorecidas”, afirmou, acrescentando que as pessoas melhoraram a higiene pessoal e das suas casas, um factor determinante para a prevenção de doenças.

Acrescentou que as crianças e mulheres deixaram de fazer grandes esforços ao percorrer longas distâncias para acarretar água em lagos, rios e lagoas, muitas vezes contaminados pelo facto de serem usados pelo gado.

Abel da Costa diz que valeu a pena investir em projectos de abastecimento de água, porque melhorou o saneamento básico, diminuíram determinadas doenças e poupa-se dinheiro com vacinas e medicamentos para o tratamento dos doentes.

Investimentos avultados

Ao todo, 8,2 milhões de dólares foram investidos no Projecto Água para Todos na província da Huíla, no sentido de melhorar o abastecimento de água às populações das comunidades rurais.

O director provincial das Águas na Huíla, Abel da Costa, sublinhou que os serviços recebem anualmente 4, 1 milhões de dólares para execução de projectos nos 14 municípios. Referiu que com este montante, os serviços de Aguas estão a recuperar a capacidade dos sistemas antigos das sedes municipais, abrir furos nas comunidades periféricas e rurais e construir lavandarias.

Abel Costa disse que para alcançar as metas estabelecidas pelo Projecto Água para Todos, as verbas são insuficientes, uma vez que a maior nova tubagem para os domicílios, contadores e outros equipamentos, exemplificou.

### **Plano director**

Abel da Costa informou que a melhoria definitiva do abastecimento de água às populações da cidade do Lubango passa pela materialização do Plano Director do Governo Provincial da Huíla, orçado em 245 milhões de dólares.

Elaborado há dez anos, o Plano Director de Águas da cidade do Lubango foi recentemente actualizada para corresponder ao crescimento demográfico e económico que a capital da província da Huíla vem registando.

De acordo com o director provincial das Aguas na Huíla, o Plano Director já foi remetido ao ministério de tutela e este, por sua vez, levou-o ao Conselho de Ministros, para análise e aprovação pelo Chefe do Executivo.

Abel da Costa explicou que o sistema de abastecimento de água da cidade do Lubango foi construído para atender 30 mil consumidores, mas actualmente o número de habitantes cresceu para um milhão e 200 mil. Frisou que devido à antiguidade da rede de distribuição e ao estado degradado da canalização ao domicílio, 60 por cento da água proveniente da captação da Tundavala IS acaba por se perder.

Enquanto se aguarda pela aprovação do Plano Director, a Direcção das Águas da Huíla, em parceria com Organizações Não Governamentais, está a instalar bombas manuais nos bairros periféricos da cidade do Lubango.

## 8.24 Cidade do Dundo com água em abundância

*Jornal de Angola*  
27 de Outubro de 2010

O director provincial de Energia e Águas da Lunda-Norte, André Camilo, assegurou segunda-feira que o abastecimento de água potável à cidade do Dundo e arredores vai melhorar consideravelmente, quando forem inaugurados, no próximo mês, os sistemas de produção e tratamento de água do Mussungue e Cazunda. Os centros de produção e tratamento de água das referidas localidades, de acordo com o responsável, beneficiaram, durante dois anos, de obras de restauro, aumento da capacidade de produção, renovação das condutas, melhoramento e ampliação da rede de distribuição domiciliária.

O processo de renovação do sistema de produção e distribuição da água à cidade do Dundo inclui a montagem de cinco novas bombas na captação do Mussungue e duas outras no centro de Cazunda, para produzir mais de dez mil metros cúbicos de água por dia.

André Camilo disse que foram ainda construídas condutas de três mil metros de extensão entre as duas captações e uma outra conduta de transporte de quatro mil metros de tubagem, que liga o Mussungue à cidade do Dundo, num percurso de sete quilómetros e quatro mil metros de tubagem, que liga o Mussungue à cidade do Dundo, num percurso de sete quilómetros.

O projecto contempla ainda a construção de tanques reservatórios com a capacidade de 12.500 metros cúbicos e a recuperação da antiga estação de armazenamento de água da geofísica.

O sistema de distribuição domiciliária, a nível da zona urbana, de acordo com o responsável, está em fase de conclu-

são, restando a extensão da rede de distribuição nos bairros da periferia, que prevê a construção de 50 chafarizes.

O director adiantou que, de acordo com o número estimado de consumidores, o consumo diário por cada pessoa é de aproximadamente 150 litros de água, o que considera benéfico por ir de encontro às necessidades das populações.

Assegurou que o objectivo é fazer chegar e distribuir água de qualidade a todos os municípios da província. Por esta razão, disse, o governo local vai proceder à inauguração de mais captações de água no âmbito dos 35 anos da Independência Nacional.

Em Novembro, segundo o responsável, vão ainda ser inaugurados os sistemas de captação de água das sedes municipais de Cambulo e Cuango e das comunas do Canzar, Camissombo e Xinge, com o objectivo de melhorar o abastecimento às populações, de forma a evitar a proliferação de doenças provocadas por consumo de água imprópria.

## 8.25 Construções ilegais dificultam limpeza

*Jornal de Angola*  
28 de Outubro de 2010

As construções ilegais junto às valas de drenagem existentes em Luanda têm constituído principal obstáculo à operação de limpeza na sua envolvente, que recomeçou na passada sexta-feira, disse na segunda-feira o assessor técnico da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL).

Lucas Rodrigues referiu que as reconstruções dificultam a movimentação de máquinas e de homens que a limpeza foi feita nos locais onde o acesso foi possível. Temos as valas adjacentes às valas de drenagem completamente ocupadas por habitações e em alguns troços não foi possível a penetração, nem a consequente limpeza, pelo que esperamos não venha a acontecer nada de pior”, disse ou Lucas Rodrigues lamentou que, em alguns pontos, as valas praticamente tenham desaparecido, uma vez que há entulho em zonas de valas de drenagem, além de construções por cima do traçado.

Torna-se impossível movimentar as máquinas e a solução que torna-se impossível movimentar as máquinas e a solução que temos estado a encontrar em algumas valas é a de colocar homens a fazer a limpeza manualmente”, disse.

O assessor técnico da ELISAL explicou que deve haver um trabalho integrado destinado a retirar as constru-

ções e fazer um reordenamento das áreas adjacentes, acrescentando que este tipo de operação envolve custos financeiros elevados.

### Deposição de lixo

Lucas Rodrigues pede às pessoas que ainda residem ao longo das valas, e não só, a absterem-se de depositar lixo no seu traçado, como acontece quase diariamente.

Apontou que, por vezes, as crianças brincam com lixo e águas pluviais e residuais, o que constitui um atentado à saúde que pode resultar no seguimento de, doenças”.

Na semana passada, a assessora do Presidente da República para a área social pediu à população para evitar colocar lixo dentro das valas e apelou a um maior acompanhamento e participação pública.

Rosa Pacavira, que assegurou a existência de equipamentos para o desassoreamento e desobstrução das valas, disse também que os municípios têm mesmo de sair desses para locais, para facilitar o desassoreamento do sistema de drenagem e saneamento. “Vai ser realizado um trabalho de sensibilização junto das populações residentes ao longo das linhas de risco, com vista à sua evacuação para áreas habitacionais no Zango, Panguila e Sapú”, disse.

Constam entre as principais valas de drenagem da cidade de Luanda a da Samba, Senado da Câmara, Rio Seco, Cazenga-Cariango, Suroca e Boavista.

## 8.26 Elisal quer mais rigor na recolha de lixo

*Jornal de Angola*

*10 de Dezembro de 2010*

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) vai impor maior rigor para que o custo dos contratos que são firmados com as empresas de recolha e tratamento de resíduos sólidos na capital do país estejam dentro dos indicadores normais, anunciou recentemente, o seu director-geral.

Antas Miguel, que falava no final de um encontro com representantes das empresas de recolha de resíduos sólidos, explicou que vão ser reavaliados os actuais processos de concessão e contratação dos serviços de limpeza e a sua adaptação às condições do novo modelo. O director-geral adiantou que as empresas que não se adaptarem às novas condições de trabalho correm o risco de ser afastadas. A título de exemplo, disse que “Luanda tem de deixar de olhar para a quadra festiva como uma preocupação adicional, e todos os resíduos produzidos na cidade diariamente, devem ter um serviço de recolha normal”.

Uma das novas tarefas do executivo da capital, explicou, é devolver a responsabilidade da limpeza urbana aos municípios, uma vez que não é possível limpar uma cidade sem que se definam procedimentos e actos de quem produz o lixo.

Antas Miguel disse também que o serviço de limpeza pública deve ter um carácter integrado e que parte dos problemas que concorrem para o seu défice têm ligação com a organização e estruturação.

A implementação de um sistema que satisfaça o poder público, os municípios e as operadoras de limpeza e tratamento de resíduos sólidos é a pretensão da ELISAL no quadro do programa do Executivo para a boa governação de Luanda”, disse.

O novo modelo de limpeza para Luanda passa por integrar as Administrações Municipais no processo de gestão do sistema de limpeza através dos serviços técnicos municipalizados locais.

### Campanha na Maianga

Entretanto, a administração da Maianga lançou uma campanha de divulgação de recolha de lixo, no interior da municipalidade. O administrador Manuel Marta afirmou na quarta-feira que ela se enquadra no programa do Governo de Luanda, e defendeu a utilização das crianças para permitir que a mensagem chegue mais depressa aos adultos. “Queremos que os municípios estejam cientes das consequências derivadas do acumular de lixo, para o banir dos arredores das residências. Mas para isso devemos, em conjunto, tratar devidamente os resíduos que se transformam em lixo”, disse, acrescentando que a população de Luanda em geral deve colaborar com as operadoras de recolha de lixo, para garantir a limpeza da cidade.

## 9 GÉNERO / VIOLÊNCIA

### 9.1 Apanhados autores da morte de um polícia

*Semanario Agora*  
1 de Outubro de 2010

O Comando Provincial de Luanda da Policia Nacional apresentou ontem, quinta-feira 30 criminosos detidos esta semana, dois dos quais estão envolvidos na morte do Agente da Policia Nacional Samuel Kiala Kanza, morto na quarta-feira. Entre os 30 detidos estava um cidadão de nacionalidade cubana, acusado de violar uma meor de 11 anos, oito homicídios, roubo de carro e trafico de droga.

O agente da Policia Samuel Kiala Kanza foi morto junto ao centro comercial do Camavo, no dia 29, por volta das 19 horas, quando numa brigada de moto, constituída por quatro agentes, abordou os marginais.

Júlio Mateus, de 20 anos confessou o crime; acrescentado que quem fez os disparos foi o seu amigo que até ao momento se encontra foragido. O jovem disse que já faz assaltos a carros e residências há um ano, que participaram no crime cinco a elementos e que não queria matar o agente da polícia. “Nós estávamos a preparar-nos para assaltar uma casa no Miramar, e quando os agentes nos mandaram parar tirar o medo porque não tínhamos documentos nem carta de condução”.

O agente da polícia estava colocado na Unidade Operativa de Luanda, tinha 22 anos, morreu no hospital militar.

Nicoli Muzinga, 29 anos, e Eduardo Kola Kiaku, 41, foram detidos no aeroporto internacional 4 de Fevereiro. A primeira transportou 3.822 cápsulas de cocaína numa bolsa e o segundo 4.196 kg, num voo proveniente de São Paulo, Brasil.

Alfredo Ngola Dias, de 20 anos, acusado de matar um cidadão de nacionalidade mauritaniana, confessou o crime, acrescentando que não queria matar. “Queriu dinheiro para ir à festa e não tinha onde tirar, é por isso que fiz este assalto”. Miguel Gonçalves Salvador, de 36 anos, está a ser acusado de ter matado a própria esposa, de 28 anos. O jovem nega a acusação, dizendo que ela terá caído no chão.

Luís Miguel, de 27 anos, entrou no mundo do crime há dois anos. O jovem é acusado de roubar três viaturas. “Roubava para sustentar a família. Tenho dois filhos e não sei como sustentar eles, e a minha mãe, foi aí que decidi entrar no mundo do crime”.

Segundo a polícia, os supostos criminosos actuavam nos municípios Viana, Kilamba Kiaxi, Samba, e Cazenga.

### 9.2 Mulheres devem formar associações para facilitar acesso ao financiamento

*Jornal de Angola*  
1 de Outubro de 2010

A vice-governadora do Bié para a esfera Económica e Produtiva, Ana Maria Mvuai, exortou no passado fim-de-semana na comuna do Umpulo, município de Kamacupa, as mulheres das zonas rurais a organizarem-se em associações e cooperativas agrícolas a fim de beneficiarem de créditos bancários.

No acto de abertura das jornadas alusivas ao dia internacional da mulher rural, Ana Maria disse ser necessário elevar a consciência da mulher rural sobre o seu papel no fortalecimento das economias regionais para o bem-estar da família.

Ana Maria Mvuai para quem a vontade não é suficiente para levar a cabo determinados projectos, convidou a mulher rural a organizarem-se em associações e cooperativas de camponeses para que, de uma forma directa, possam beneficiar de crédito bancário, um factor que confere facilidade na aquisição de meios e instrumentos de produção, visando o aumento da produção.

A governante disse que, com o crédito agrícola, o governo vai assumir perante os bancos que operam na província, em sintonia com o grupo técnico, o financiar de projectos agrícolas desde que apresentem projectos bem estruturados e viáveis.

A concluir, a vice-governadora insistiu haver necessidade das mulheres participarem no processo de alfabetização frequentando as aulas, considerando o analfabetismo dos principais factores para o subdesenvolvimento na comunidade.

No encontro mantido com as mulheres da comuna do Umpulo, a Vice- Administradora Celeste Carlos disse que o município de Kamacupa existem cinco cooperativas e mais de 80 associações de camponeses, constituídas maioritariamente por mulheres.

Além disso, informou que para instruir prática e tecnicamente mulheres rurais em matéria agropecuária, o sector da agricultura trabalha em parceria com a Cruz Vermelha de Angola e Espanhola, tendo constituído, para o efeito, quatro escolas de campo, nas quais a matéria é dada de forma faseada e de acordo com as necessidades de cada área.

Celeste Carlos disse que com o crédito agrícola, o município de Kamacupa, o primeiro a nível do país onde o programa conjunto de combate à má nutrição no seio das comunidades com bens agrícola de produção local vai nos próximos tempos aumentar os seus níveis. O objectivo é garantir uma dieta equilibrada para a comunidade.

### 9.3 Mulheres aparecem menos nas notícias

*Semanário Agora*  
2 de Outubro de 2010

A investigação “Quem faz as notícias? Projecto global de monitorização dos media 2010”, avaliou 1.365 jornais, canais de televisão e de rádio bem como portais noticiosos, num total de 17 mil 795 notícias que envolveram 38 mil 253 pessoas.

Ao todo, foram analisados os meios de comunicação social de 108 países, representando 82 % da população mundial.

A investigação, coordenada pela Associação Mundial para a Comunicação Cristã, foi orientada em Portugal. Comparativamente a 1995, ano em que foi feito o primeiro estudo, a mais actual investigação, a quarta, conclui que 24% das pessoas retratadas nas notícias são mulheres, um “modesto aumento” face aos 17 % registados há 15 anos.

Ainda que abaixo dos homens, as mulheres passaram a dar mais a sua opinião na media este ano, ou em 44 % dos casos, do que há cinco anos, em 34 % das situações. Os dados relativos a 2010 realçam que 46 % das notícias reforçam os estereótipos sexuais e que apenas uma em cada cinco mulheres é ouvida como especialista.

### 9.4 Mulheres e Crianças são principais alvos

*Jornal de Angola*  
8 de Outubro de 2010

O comandante provincial do Zaire da Polícia Nacional e delegado do Ministério do Interior, subcomissário Francisco Massota, informou que “há mulheres e meninas angolanas que são traficadas dentro do país para servidão doméstica e exploração sexual. Os jovens são traficados internamente para actividades agrícolas e trabalho Indiferenciado”.

O responsável da Polícia Nacional no Zaire, que falava num seminário sobre tráfico humano, que decorreu no Soyo, acrescentou que “relatos não confirmados apontam alguns países da Africa Austral, Central e da

Europa como os principais destinos para angolanos que são traficados”.

O tráfico de seres humanos, em todo o mundo, movimenta milhões de dólares por ano e semeia a desgraça no seio das vítimas e suas famílias.

Apesar do tráfico de seres humanos afectar toda a gente, o subcomissário Massota disse que as mulheres e crianças são mais vulneráveis por estarem quase sempre indefesas. O oficial da polícia afirmou que “o tráfico humano representa uma forma moderna de escravatura”.

Todos os anos milhares de mulheres e crianças são vendidas no tráfico de seres humanos, “que tem como principal objectivo a exploração sexual e o trabalho forçado, gerando fortuna aos traficantes”, acrescentou.

O comandante da Polícia Nacional no Zaire e delegado provincial do Ministério do Interior, disse que o tráfico de seres humanos é incompatível com o princípio de igualdade no género e, no caso das crianças, “constitui um atentado ao direito inalienável de crescer num ambiente protegido, acolhedor e de ser livre de qualquer forma de abuso ou exploração”.

Para o sub-comissário Massota o tráfico de seres humanos é “uma realidade com um impacto económico e social comparável apenas ao contrabando de armas e drogas, pelas consequências nefastas que dele advém”. O mais alto responsável da Polícia Nacional no Zaire revelou que a movimentação na fronteira fluvial e terrestre da província do Zaire ‘com a República Democrática do Congo indicava, até 2009, a existência de tráfico de seres humanos na região..

Mas tais indícios deixaram de existir desde que o Ministério do Interior tomou medidas enérgicas: “o fenómeno na província do Zaire diminuiu. O que mais tínhamos era a entrada, a partir do Congo Democrático, de meninas menores que vinham para casas de prostituição. A situação foi estancada desde que foram detectados os locais de concentração, na sequência da recolha e repatriamento de estrangeiros ilegais no ano passado”, frisou o oficial da Polícia Nacional.

Persistem alguns casos de menores que são usados para serviços forçados nos mercados de fronteira. “A Polícia Nacional, através do Serviço de Migração e Estrangeiros tomou medidas que dificultam a entrada: de crianças no território nacional. Tais crianças eram aproveitadas para o transporte de mercadorias, para, ainda de água e para outros fins, recebendo como pagamento uma ninharia”, afirmou.

#### Travessia de menores

O sub-comissário Francisco Massota, na qualidade de representante provincial do Ministério do Interior,

disse que o Serviço de Migração e Estrangeiros aplicou medidas rígidas na travessia de crianças de Angola para a RDC: “com esta rigidez, muitas vezes as pessoas abandonam as crianças ao longo da fronteira e a Polícia Nacional acolhe-as e entrega-as ao Instituto Nacional da Criança, que trabalha para a sua reintegração familiar”.

O oficial da Polícia Nacional considera criminosos, todos os que albergam ou arrendam as suas casas a estrangeiros ilegais. Isso “também pode enquadrar-se no sistema de tráfico de seres humanos”, disse.

O combate ao tráfico de seres humanos, segundo o sub-comissário Francisco Massota, é uma das prioridades do Executivo. Para o seu combate eficaz, “urge abordar o fenómeno de forma integrada, com acento tónico na perspectiva dos direitos humanos”.

Para estancar o fenómeno, “há que tomar medidas de carácter político, legislativo e administrativo. É importante que exista uma harmonização entre a vertente representativa de combate ao tráfico de seres humanos, que é norteadada pela punição dos traficantes, e as estratégias para a sua prevenção e abolição, em especial o tráfico de mulheres e crianças”, disse.

O sub-comissário Massota defende que é preciso tipificar no actual ordenamento jurídico angolano o fenómeno do tráfico de seres humanos. “De igual modo é fundamental a adopção de programas de combate à exclusão social e à pobreza, dado que estes factores tornam as mulheres e crianças presas fáceis dos traficantes”, referiu.

O delegado do Ministério do Interior no Zaire realçou que a Organização Internacional para as Migrações tem vindo a dar formação aos efectivos dos órgãos de segurança e ordem interna e a informar o público em geral, sobre os perigos do tráfico humano:

Os formandos devem praticar tudo quanto têm aprendido para um verdadeiro combate ao fenómeno, visando o bem-estar quotidiano. Agradeço à Organização Internacional para as Migrações pelo excelente trabalho que vem realizando no nosso país, no combate ao tráfico de seres humanos”, afirmou.

### **Protecção à criança**

Foi criada na região do Soyo, uma rede de protecção à criança, constituída pelos chefes das delegações ministeriais, autoridades tradicionais e religiosas, Polícia Nacional, organizações não governamentais e personalidades da sociedade civil.

Segundo a chefe do gabinete jurídico do Instituto Nacional de Apoio à Criança, Maria Tomé, a rede,

coordenada pelo chefe do Centro de Documentação e Informação da Administração Municipal do Soyo, David Josefina André, vai procurar sensibilizar os pais, sobretudo as mães, para acabarem com as práticas que violam os direitos das crianças.

Maria Tomé apontou a pobreza como a principal causa que obriga algumas mães a incentivarem os filhos “a trabalhos forçados e indecentes”.

A jurista apontou o trabalho infantil, a fuga à paternidade, a prostituição e a violação sexual como os principais problemas que afectam as crianças na província do Zaire.

Maria Tomé pede aos pais para desencorajarem o trabalho infantil, uma vez que impede a formação das crianças, comprometendo o seu futuro: “os pais devem ter uma conduta responsável, assumindo a paternidade dos filhos. A fuga às suas responsabilidades constitui um crime e a rede de protecção vai fazer vincar o seu papel”, acrescentou.

Segundo o responsável da área de protecção à criança no Zaire, Álvaro Vunge, a província não possui meninos de rua, “o que temos são crianças que deambulam pelas ruas à procura de dinheiro para o aumento do rendimento familiar. Esta situação preocupa o Instituto Nacional de Apoio à Criança e vamos trabalhar para acabar com ela”, disse.

O deambular das crianças nas ruas tem a ver com a pobreza das famílias: “os pais obrigam as crianças a fazer qualquer tipo de negócio, para reforçar a dieta alimentar em casa, senão todos dormem com fome. Isto é também uma violação dos direitos da criança”, referiu.

A violação dos direitos da criança, segundo Álvaro Vunge, resulta igualmente da perda dos valores culturais: “a globalização está por trás do declínio dos valores sociais e culturais, levando os pais a perderem as suas responsabilidades. Para resolver a situação, há que sensibilizar os pais e encontrar mecanismos que permitam às famílias assumirem as suas responsabilidades”.

Outra solução possível, na óptica de Álvaro Vunge, “é as famílias reduzirem a taxa de natalidade”.

## **9.5 Não temos medo de ninguém**

*Semanario Folha 8  
9 de Outubro de 2010*

Funcionários da WAPO, num total de 212 elementos pertencentes, a guarda, foram expulsos como grevistas em 2001, por terem reivindicado aumento salarial”, disse ao F8, Joao Vianês Nungulo, porta-voz do Sindicato..

Acontece que a Direcção da empresa tinha aceiteado o Caderno Reivindicativo interposto e que foi devidamente assinado na circunstância pelo PCA em exercício, senhor Jacques Jean Claude Jacques RIGAUD, também sócio maioritário.

O motivo que levou a convocar a greve, foi o facto da empresa depois de ter concordado com o caderno reivindicativo, ter faltado a sua palavra, mais propriamente o aumento salarial e a assistência médica e medicamentosa. Este caderno surge porque, o salário mínimo era de 135 USD, solicitava-se um acréscimo de 80%. Como forma de ludibriar os trabalhadores, a WAPO colocou em vigor a assistência médica em Fevereiro de 2001, negando contudo o aumento salarial. Depois de seis meses, a Comissão Sindical reuniu com a empresa para reclamar o acordado. A empresa por intermédio do Director Financeiro, Olivier Villeneuve, garantiu que não haveria problemas, mesmo que se registasse atraso, pagaria retroactivos. Depois de 7 meses a empresa, muito provavelmente por estratégia, exonera o director (Villeneuve) e o substituiu por um angolano de seu nome Juca Pimenta, que vigora até hoje. Este quando toma posse recusou-se a assumir os acordos rubricados pelo seu predecessor. Refira-se que o acordo foi assinado em nome da empresa com a anuência do PCA. Foi isto que levou a Comissão a convocar a greve.

Esta greve a empresa considerou-a ilegal e consequentemente procedeu ao despedimento dos 212 trabalhadores que foram automaticamente todos substituídos. O caso foi levado ao Tribunal Provincial de Luanda através do processo nº 168/02 - B. O Tribunal Provincial respondeu favoravelmente, condenando a WAPO, sob decisão nº 517/2002, desde Maio. Portanto, o Tribunal responsabilizou a WAPO a fazer o pagamento em atraso e respectivas indemnizações aos 60 elementos que faziam parte do corpo de guarda e auto-protecção da WAPO. Juíza do Tribunal Provincial do trabalho, Anabela Vidinha, acusada de reter 315.305.00 USD.

A WAPO cumpriu com o pagamento só dos salários em atraso correspondentes a 19 -meses depositando na conta do tribunal Provincial o valor de 764.760.00 USO.

Deste valor o Tribunal transferiu para a conta do Sindicato, apenas o correspondente à 46 elementos e excluiu restantes 14, alegando que esses não tinham emitido declarações que autorizaria a transferência para a conta do Sindicato do dinheiro que lhes cabe. Sem tardar, o advogado do Sindicato, senhor Chiwale, elaborou as declarações e enviou-as para o Tribunal Supremo para, por sua vez autorizar o Tribunal Provincial proceder ao devido pagamento, coisa que até a data não foi feita.

Em 2007, o Sindicato foi notificado pelo TP que receberiam o remanescente em Outubro desse ano, pois o Tribunal Supremo já tinha deferido. A Juíza Anabela Vidinha, antes tinha dado garantias que pessoalmente procederia ao pagamento, mas ante a estupefacção de todos, sem mais explicações, o Tribunal Provincial veio anunciar que já não podia fazer o pagamento desses valores.

Lembra-se que, de acordo com o Porta-voz do grupo, em Abril de 2010, o Sindicato foi convocado pelo Tribunal Provincial na pessoa da Juíza Anabela Vidinha, para fazer parte da decisão tomada em que o Tribunal chamava à si a responsabilidade de efectuar o respectivo pagamento, facto que confirmava a existência da soma nos cofres do Tribunal. Porém, até a data, não há sequer fumo. Procuramos contactar a Juíza Vidinha junto do Tribunal de Trabalho, Jorge Deo, um dos assistentes informou que a Juíza foi transferida para o Tribunal do Comércio.

Contudo, o processo foi deixado na responsabilidade de uma colega que nos foi negado o nome. Outrossim, até a data este dinheiro calculado em cerca de 315.305.00 USD, está retido na conta do Tribunal Provincial.

Outra preocupação é a desobediência da WAPO no cumprimento do que foi decidido pelo Tribunal Supremo ou seja o pagamento e indemnização dos 60 elementos do Corpo de Segurança que não foram reenquadrados. Decorridos -nove anos, sabe-se que a WAPO contratou outra empresa de segurança. Um dos nossos jornalistas no dia 05 de Outubro de 2010, cerca das 14 horas, procurou contactar a Direcção da WAPO. Esta através do chefe da guarda, negou-se a qualquer contacto, respondendo por intermédio deste que não tinha medo de nada e se quiséssemos publicar a matéria que o fizéssemos, a WAPO não tem contas a prestar a ninguém. WAPO: Empresa vocacionada a prestação de serviços de assistência técnica as petrolíferas. Sita no 18, rua Domingos Tchikalanga - Luanda

## 9.6 Governo da Lunda Norte preocupado com feitiçaria

*Semanario Factual*

*9 a 16 de Outubro 2010*

O relatório do Governo indica que, as zonas com maior incidência de casos são os municípios do Cuango, de Kapenda, de Kamulemba e de Chitato.

De acordo ainda com o relatório, todas as vítimas são do sexo masculino, acusadas de suposta prática de feitiçaria. No documento, os quimbandeiros (curandeiros tradicionais) aparecem como os autores morais desses crimes, acusados de incitarem a população a prática do crime.

Em Angola, como no continente africano em geral, a crença no feitiço é comum em algumas regiões do país, sendo velhos e crianças as maiores vítimas.

Na Lunda Norte, os frequentes casos de acusações de feitiçaria, que culminam geralmente em mortes, já levou várias vezes a público o bispo da província, D. Manuel Imbamba, para denunciar tais actos.

Em Maio passado, D. Manuel Imbamba denunciava que idosos acusados de feiticeiros tinham sido enterados vivos no município do Lucapa. D. Manuel Imbamba considerava “preocupantes” os números, mas não “alarmantes”.

Segundo o bispo, a “tranquilidade das pessoas em relação ao assunto e a facilidade em se acusar os outros de feiticeiro”, preocupava a Igreja Católica.

“Há casos de filhos a matarem o pai, acusando-o de feiticeiro”, afirmou o prelado, acrescentando que a situação tende a generalizar-se.

## 9.7 Numero de violações preocupa policia

*Semanario Angolense*  
9 a 16 de Outubro de 2010

Polícia em Luanda registou no terceiro trimestre do presente ano 131 crimes de violação sexual, mais 46 m relação ao período anterior. De acordo com o Porta-voz da Polícia em Luanda, Jorge Bengue, o número é assustador. Os municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana foram os mais afectados. A maior parte das violações acontecem de noite, em zonas consideradas isoladas, escuras ou com becos.

Estes municípios, segundo Jorge Bengue, têm bairros que apresentam características acima descritas. As vítimas são geralmente menos entre os 12 e 15 anos. “Os violadores são pessoas próximas das vítimas, fazem-se passar por boas pessoas e na primeira oportunidade que tiver acabam por concretizar a violação”, disse o Porta-voz da Polícia.

Segundo Jorge Bengue, apesar de haver casos em que os violadores são mais velhos, normalmente são jovens com idades compreendidas entre os 20 e 25 anos e actuam em grupos.

De acordo com dados tornados públicos pela polícia, oitenta por cento das violações acontecem em residências ou viaturas.

Por esta razão, Jorge Bengue aconselhou os pais a dialogarem com os filhos, ensinando-os, por exemplo, a não

aceitar ofertas, nem a deixar em casa pessoas estranhas e pediu as famílias a denunciarem os abusos sexuais.

De conselhos não é tudo. O também Superintendente chefe não deixou de apelar as mulheres a terem cuidado com as boleias, pois vários casos já aconteceram por suposta boleia

## 9.8 Militares usam baionetas para furarem pneus de viaturas

*Semanario Angolense*  
9 a 16 de Outubro de 2010

A acção ocorreu no bairro da Petrangol, na rua do São Pedro da Barra, dia 04 deste mês, por volta das vinte e duas horas. Mais de quarenta viaturas foram vandalizadas por militares desta referida zona.

Segundo conta Fernando Alfredo, morador do bairro, tudo começou por volta das vinte e duas horas quando os moradores se depararam com os militares. “Fomos chamados porque os pneus das nossas viaturas estavam a ser esvaziados por um militar, são tantas as viaturas que foram danificadas e nós queremos saber se esta ordem partiu do comandante, para que possamos recorrer e saber quem pagará os prejuízos”, disse. Acrescentou ainda que já recorreram à comissão dos moradores e ao presidente da comissão dos moradores telefonou ao comandante que lhes informou que não se responsabilizaria pelos danos causados.

Outro morador, que preferiu falar sob anonimato, contou que os militares, muita antes do ocorrido, anteciparam que não se podia estacionar viaturas. “Mas após um tempo, disserem que os carros que são estacionados de tarde e removidos pela manhã podem ficar. Nós concordamos, antes de estacionarmos as viaturas pagamos 300 kwanzas ao guarda e fomos para casa, agora acontece isso, ficamos sem entender e o tropa que esteve aqui ontem a aguardar as viaturas defendeu-nos quando os militares estavam a fazer acção. O chefe dele conferiu com ele até a unidade.

A pessoa que fez isso é alguém que come e bebe conosco, mas ele disse que a ordem veio do comandante, mas o comandante disse que não tem nada ver com isso. Para o morador em causa, a ordem para tal acção só pode ter sido dada pelo comandante da unidade. “Porque é impossível isto acontecer, um militar fazer uma acção sem receber ordens, porque aqui veio um carro da patrulha deles, pegaram a arma que leva uma baioneta e furaram os pneus e isto não se faz, nós pagamos para estacionar as viaturas”, reclamou. Entretanto, o mesmo reconhece que uma semana antes passaram pelo local efectivos dos serviços de fiscalização do governo provin-

cial, que disseram que não se podia estacionar no local, nós entendemos, até porque eles removeram algumas viaturas e levaram, então, passamos a estacionar noutra local, os mesmos militares é que apareceram aqui com os homens da fiscalização, disseram vocês podem estacionar desde que estacionem a tarde e retirem de manhã, foi o que fizemos.

Os habitantes da zona defendem que deveriam ter o direito de estacionar no local porque não têm outra alternativa. “Este bairro está cheio de delinquentes, no meu caso, acordo as quatro da manhã e a essa hora não posso ir até a paragem apanhar o táxi, já me partiram duas vezes a cabeça. Por outra, somos taxistas, perder um dia de trabalho é normal, mas agora a questão é: quem vai se responsabilizar pelos danos? Cada pneu custa cem dólares”, lamentou um dos cidadãos afectados pela acção.

Firmino Augusto, outro morador, contou que também furaram pneus de quatro motas e roubaram uma na mesma noite em que os militares estiveram em cena.

A equipa deste jornal procurou obter informações sobre as alegações feitas pelos moradores do bairro São Pedro da Barra junto da unidade militar em questão mas sem sucesso, porque os efectivos que nos atenderam alegaram não terem autorização para falar.

## 9.9 Novo ministro do interior preocupado com índices de violações sexuais

*Semanario Angolense*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

Muiro sereno e aparentemente com a lição bem estudada para exercer o novo cargo, o comissário Sebastião José António Martins começou por alertar os seus colaboradores que, apesar de reconhecer o muito que já se fez, é preciso mais. Segundo o novo Ministro do Interior, com o fim do mandato do general “Ngongo”, abre-se um novo ciclo que, referiu, implica novos desafios e nova visão, ou seja, implica mudanças, na atitude, na assunção da missão e nos valores.

“É necessário que corrijamos o que de mal tem sido feio e que, acima de tudo, correspondamos não só a confiança que nos foi depositada mas que elevemos a qualidade do serviço público que prestamos aos cidadãos” - disse.

O governante referiu também que o que o preocupa no Ministério que agora vai dirigir é a falta de políticas de apoio as vítimas de alguns crimes hediondos que chocam a todos, onde se destacam as violações, estupro

e abusos sexuais de menores. Neste sentido, anunciou que no âmbito da cooperação institucional vai procurar estabelecer coordenação com os órgãos afins do governo, nomeadamente com o Ministério da Assistência e Reinserção Social, visando prestar o apoio imediato as vítimas, através de psicólogos, assistentes sociais e religiosos, enfim, todos aqueles se, propiciam o cometimento de crimes. Neste sentido, o titular da pasta do interior disse que vai baixar orientações ao Comando Geral da Polícia Nacional para actualizar o diagnóstico e a legislação em vigor, afim de se responsabilizar quem não cumpre com as suas obrigações.

O ministro fez saber que uma atenção especial continuará a ser dada a problemática da repressão da criminalidade juvenil e aos indícios de alguns crimes organizados, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, crimes de natureza económica e financeira e ao fomento e incentivo da imigração ilegal, que como disse vão assumindo já em alguns casos de dimensão transcontinental.

Por sua vez, o ministro, cessante, General “Ngongo”, na “hora do adeus” descreveu algumas acções desenvolvidas durante o seu “reinado”, tais como a construção de infra-estruturas de raiz para os bombeiros, a que de forma directa ou indirecta possam contribuir para alguma recuperação destas vítimas.

Sebastião Martins mostrou-se igualmente preocupado com a vulnerabilidade que se regista, nalgumas instituições, particularmente bancárias, que segundo disse, propiciam o cometimento de crimes. Neste sentido, o titular da pasta do interior disse que vai baixar orientações ao Comando Geral da Polícia Nacional para actualizar o diagnóstico e a legislação em vigor, afim de se responsabilizar quem não cumpre com as suas obrigações.

O ministro fez saber que uma atenção especial continuará a ser dada a problemática da repressão da criminalidade juvenil e aos indícios de alguns crimes organizados, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, crimes de natureza económica e financeira e ao fomento e incentivo da imigração ilegal, que como disse vão assumindo já em alguns casos de dimensão transcontinental.

Por sua vez, o ministro, cessante, General “Ngongo”, na “hora do adeus” descreveu algumas acções desenvolvidas durante o seu “reinado”, tais como a construção de infra-estruturas de raiz para os bombeiros, a reabilitação da cadeia modelo do Bengo, Manga Grande, no Soyo e Viana, criando 5102 vagas para reclusos. Monteiro Leal “Ngongo” recordou, igualmente, a construção de quartéis de 2º escalão da polícia nacional, no Kilamba

Kiaxi, Cazenga e Cacuaco, para além de ter reforçado a polícia com meios rolantes. Entretanto, sublinhou que não pretende com isto balancear os seus sucessos, mas Sim, incentivar os seus anteriores colaboradores a continuem a prestar o incondicional apoio a nova direcção do Ministério do Interior, com vista a que os projectos em curso tenham êxito. O Ministro cessante revelou ao seu sucessor que tem dois sonhos que gostaria ver realizado: “Um dos sonhos caro ministro é ver a finalização do laboratório de central de criminalística e o outro a criação da academia do Ministério do Interior, com o intuito da valorização profissional dos efectivos, mediante a formação a nível das carreiras específicas”. Ao longo do seu discurso manifestou a sua disponibilidade para colaborar, no que for necessário, com o seu sucessor.

## 9.10 Novo ministro do interior preocupado com índices de violações sexuais

*Semanario Angolense*

*9 a 16 de Outubro de 2010*

Muiro sereno e aparentemente com a lição bem estudada para exercer o novo cargo, o comissário Sebastião José António Martins começou por alertar os seus colaboradores que, apesar de reconhecer o muito que já se fez, é preciso mais. Segundo o novo Ministro do Interior, com o fim do mandato do general “Ngongo”, abre-se um novo ciclo que, referiu, implica novos desafios e nova visão, ou seja, implica mudanças, na atitude, na assunção da missão e nos valores.

“É necessário que corrijamos o que de mal tem sido feio e que, acima de tudo, correspondamos não só a confiança que nos foi depositada mas que elevemos a qualidade do serviço público que prestamos aos cidadãos” - disse.

O governante referiu também que o que o preocupa no Ministério que agora vai dirigir é a falta de políticas de apoio as vítimas de alguns crimes hediondos que chocam a todos, onde se destacam as violações, estupro e abusos sexuais de menores. Neste sentido, anunciou que no âmbito da cooperação institucional vai procurar estabelecer coordenação com os órgãos afins do governo, nomeadamente com o Ministério da Assistência e Reinserção Social, visando prestar o apoio imediato as vítimas, através de psicólogos, assistentes sociais e religiosos, enfim, todos aqueles se, propiciam o cometimento de crimes. Neste sentido, o titular da pasta do interior disse que vai baixar orientações ao Comando Geral da Polícia Nacional para actualizar o diagnóstico e a legislação em vigor, afim de se responsabilizar quem não cumpre com as suas obrigações.

O ministro fez saber que uma atenção especial continuará a ser dada a problemática da repressão da crimi-

nalidade juvenil e aos indícios de alguns crimes organizados, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, crimes de natureza económica e financeira e ao fomento e incentivo da imigração ilegal, que como disse vão assumindo já em alguns casos de dimensão transcontinental.

Por sua vez, o ministro, cessante, General “Ngongo”, na “hora do adeus” descreveu algumas acções desenvolvidas durante o seu “reinado”, tais como a construção de infra-estruturas de raiz para os bombeiros, a que de forma directa ou indirecta possam contribuir para alguma recuperação destas vítimas.

Sebastião Martins mostrou-se igualmente preocupado com a vulnerabilidade que se regista, nalgumas instituições, particularmente bancárias, que segundo disse, propiciam o cometimento de crimes. Neste sentido, o titular da pasta do interior disse que vai baixar orientações ao Comando Geral da Polícia Nacional para actualizar o diagnóstico e a legislação em vigor, afim de se responsabilizar quem não cumpre com as suas obrigações. O ministro fez saber que uma atenção especial continuará a ser dada a problemática da repressão da criminalidade juvenil e aos indícios de alguns crimes organizados, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, crimes de natureza económica e financeira e ao fomento e incentivo da imigração ilegal, que como disse vão assumindo já em alguns casos de dimensão transcontinental.

Por sua vez, o ministro, cessante, General “Ngongo”, na “hora do adeus” descreveu algumas acções desenvolvidas durante o seu “reinado”, tais como a construção de infra-estruturas de raiz para os bombeiros, a reabilitação da cadeia modelo do Bengo, Manga Grande, no Soyo e Viana, criando 5102 vagas para reclusos. Monteiro Leal “Ngongo” recordou, igualmente, a construção de quartéis de 2º escalão da polícia nacional, no Kilamba Kiaxi, Cazenga e Cacuaco, para além de ter reforçado a polícia com meios rolantes. Entretanto, sublinhou que não pretende com isto balancear os seus sucessos, mas Sim, incentivar os seus anteriores colaboradores a continuem a prestar o incondicional apoio a nova direcção do Ministério do Interior, com vista a que os projectos em curso tenham êxito. O Ministro cessante revelou ao seu sucessor que tem dois sonhos que gostaria ver realizado: “Um dos sonhos caro ministro é ver a finalização do laboratório de central de criminalística e o outro a criação da academia do Ministério do Interior, com o intuito da valorização profissional dos efectivos, mediante a formação a nível das carreiras específicas”. Ao longo do seu discurso manifestou a sua disponibilidade para colaborar, no que for necessário, com o seu sucessor.

## 9.11 Jornalistas devem aprofundar matérias sobre violência doméstica

*Semanario Angolense*  
9 a 16 de Outubro de 2010

A violência atinge todas as camadas da nossa sociedade, é um tema actual, do qual se fala muito, e mesmo com todas essas intervenções, continuamos a assistir níveis preocupantes de agressões em todas as suas vertentes, daí que a Psicóloga Suzana Mafuta, que participou do programa “desafiando o silêncio” na rádio Ecclésia, começou por questionar o papel que os meios de comunicação podem jogar na mudança de atitude. “A informação tem um impacto a nível de cada um para poder mudar a atitude de cada indivíduo e através dessa mudança esperamos um certo comportamento”, realçou.

Reflectindo sobre a questão, afirmou que a imprensa deve jogar um importante papel no sentido de que a informação que vai ser divulgada ajude a mudar o comportamento das pessoas no sentido positivo, porque, no seu entender, muitas vezes a notícias que são divulgadas alteram ainda mais o comportamento ou a atitude dos indivíduos.

“A maneira como se divulga a informação é muito importante desde a fonte, o conteúdo, a audiência e, por último, o impacto que essa notícia vai causar a sociedade”, frisou Suzana Mafuta. Para além da imprensa, no seu entender, a sociedade tem um papel a jogar no combate a violência doméstica, tendo realçado a importância de organizações da sociedade civil.

A Psicóloga chamou a atenção para o drama tendo frisado que uma pessoa violentada pode recuperar do trauma, desde que acompanhada.

Entretanto, explicou que são marcas muito profundas, que ficam na mente do indivíduo e que muitas das vezes as pessoas violentadas preferem calar porque não aguentam a pressão psicológica a que vão ser submetidas.

No decorrer do programa foi emitida uma reportagem onde os entrevistados apelaram aos jornalistas a investigar os assuntos divulgados. Outra sugestão foi a criação de brochuras para serem distribuídas nos municípios e comunidades para que despertem sobre a questão.

O programa contou com a participação da Jornalista Cada Prudência que adiantou que os órgãos de comunicação social têm o papel acrescido de informar, formar e recriar e que tendo em conta o contexto actual em que as famílias têm pouco espaço para estarem Juntas aumenta a responsabilidade dos órgãos de informação.

Contudo, alertou que, muitas vezes, o papel da família é transferido para a comunicação social além da sua responsabilidade.

Carla Prudência acrescentou que antes de sermos jornalistas “somos membros de família pelo que devemos nos envolver no combate ao problema.

Para se atingirem os objectivos preconizados defendeu que os jornalistas devem aprimorar as técnicas de produção de conteúdos. “Temos um desafio grande pela frente”, realçou.

A Psicóloga Suzana Mafuta voltou a intervir para realçar a necessidade de se promover mais campanhas de sensibilização, principalmente nos meios de comunicação social.

O programa contou com a intervenção, via telefone, dos ouvintes Ernesto Kulhiabula e Zola Kanga.

“Não podemos desistir, temos que servir bem a sociedade”, afirmou Cada Prudência.

Como recomendação, os participantes pediram que os jornalistas intensifiquem a abordagem de questões sobre a violência doméstica e que primem pela qualidade dos conteúdos transmitidos.

Ao mesmo tempo, solicitaram que nos lugares onde existe um aglomerado de pessoas se façam campanhas de sensibilização, que se divulgue mais o assunto para que as pessoas entendam que, se cada um fizer a sua parte, é possível reduzir os índices de violência.

## 9.12 Marginais assaltam e agentes da Policia fingem não ver

*Semanário A Capital*  
9 a 26 de Outubro de 2010

A actividade de mototáxi já virou moda em quase todos os bairros de Luanda, sobretudo na periferia, onde homens de várias idades fazem desta ocupação o seu ganha-pão diário, transportando pessoas e bens para os mais variados pontos. É assim também, todos os dias, na ponte partida, que liga os bairros do Morro da Areia e da Comarca, em Viana, onde jovens e adultos desempregados viram nisso uma oportunidade para encontrar algum rendimento, mas que têm vindo a enfrentar, nos últimos dias, vários constrangimentos decorrentes da actividade criminosa, que cresceu naquelas paragens Maria da Costa em Viana. Após muitos anos como desempregado, António Jamba Ndembe, de 39 anos, resolveu comprar uma motorizada, para contrapor as dificuldades e garantir a subsistência da sua família. Tio Bebucho, como também é conhe-

cido, considera-se um dos mais antigos neste trabalho, naquela zona de Luanda.

«Tudo começou em 2008, quando a ponte foi partida, para posterior reabilitação. Nós já fazíamos o trabalho de mototáxi noutras áreas. Mas, como aqui as pessoas não tinham maneira de se deslocar para o interior, já que os carros não podiam também ter acesso aos bairros, com a destruição da ponte, passamos a ser a alternativa para estas pessoas», explicou.

E a dificuldade, consubstanciado no emprego, que lhe aguçava o engenho. »» Já concorremos varias vezes nos concursos publicos, em diversas empresas, e as respostas não tem sido positivas »», disse, sublinhando que, na falta de um emprego estável, o serviço de modo táxi foi a solução encontrada, não pelos os jovens de Luanda, mas também de outros cantos do país.

Todos os dias, esta paragem recebe vários motoqueiros, do Huambo, Bie Benguela e ate mesmo Huila.

Nos dias que correm, do o nosso interlocutor, os roubos tornaram-se uma constante os roubos de motorizadas por parte dos amigos do alheio. «Eles aparecem aque corno passageiros, indicam-nos urna área pouco movimentada e escura. Quando chegamos lá, somos colocados com armas. Recebem-nos o dinheiro e até mesmo a mata.

Na semana passada, por exemplo, testemunhou um dos nossos colegas, um dos motoqueiras ficou sem a motorizada e, mais do que isso, «deram-lhe um tiro no braço», denunciou, para mais adiante dizer que também já foi vítima de assalto dos meliantes, a quem teve de entregar tudo que trazia: os telemóveis e dinheiro, além dos haveres de uma passageira que transportava.

A falta de iluminação e o não patrulhamento dos bairros por parte da Polícia são apontados por António, como factores que propiciam a acção dos marginais. «o dinheiro que fizemos não chega para sustentar a família, mas dá para sobreviver, porque conseguimos levar 20 pessoas por dia», observou, indicando que tais corridas equivalem a 2000 kwanzas por dia, perfazendo qualquer coisa como 20 a 25 mil kwanzas por mês ou mais do que isso, dependendo, é claro, da clientela.

As mototáxis são transportes de proximidade, ou seja, vão ali onde o passageiro pedir, em corridas cujos preços variam de 100 a 200 kwanzas, sempre dependente da distância.

Os esforços para reaver as motorizadas roubadas têm revelado inglórios. «Há seis meses atrás, conseguimos recuperar uma das motos roubadas, na área da Universidade Jean Piaget, sublinhou, avançando que os

agentes policiais têm sido também um outro transtorno para os homens das motos, devido a chantagem psico-emocional, material e financeira. «Quando eles aparecem, não trabalhamos à vontade e, muitas vezes mesmo, temos de fugir, porque nos recebem as motos e para as recebermos de volta, temos de pagar entre quatro e seis mil kwanzas», queixou-se.

A mesma fonte conclui o seu raciocínio, apelando aos responsáveis pela Polícia da Ordem Pública, no sentido de velar pela segurança e tranquilidade públicas. Ele considera que com o aumento de postos policiais nos bairros, devese exigir maior vigilância.

Ao invés da Polícia estar atrás de nós, como se fôssemos delinquentes, deveriam preocupar mais em prender os assaltantes e os bandidos que fazem desmandos nos bairros, porque nós somos trabalhadores à procura do sustento para as nossas fanúlias», atacaram.

Victorino, como queria simplesmente ser identificado, é outro jovem que faz o serviço de moto táxi, há dois meses. Aos 34 anos, conta que se trata mais de um trabalho para remediar. Como os demais, queixou-se também dos roubos: «o nosso maior problema são os bandidos, que aparecem disfarçados de passageiros e depois nos recebem as motos e o dinheiro», frisa, insistindo, como o seu colega, que os polícias também prejudicam, porque, muitas vezes, somos obrigados a dar-lhes dinheiro, para trabalharem à vontade. «Se estamos aqui é porque já não temos o que fazer. Não há emprego e temos as motorizadas como a nossa fonte de sustento», reforçou.

A Polícia é quase sempre posta ao corrente dos roubos de motorizadas que acontecem, mas as respostas tardam a chegar. A Polícia não resolve nada», avançou. As principais vítimas da sanha cruenta dos bandidos são as mullieres, agravada pela pouca iluminação dos bairros, o que facilita a sua investida contra os pacatos moradores.

De acordo com os depoimentos dos motoqueiros, o que conseguem com a vida de «kupapatas» não satisfaz todas as necessidades básicas, mas dá para remediar, sustentando ainda que estão dispostos a deixar o local, se lhes forem garantidos empregos.

Enquanto tal não acontece, vamos continuar a sustentar assim as nossas famílias. «Mas, também o emprego que se encontra actualmente, é aquele que o salário não serve para muita coisa, quase sempre abaixo de 100 dólares», circunstância que os estimula a manterem-se no tão solicitado mercado informal de transportes públicos.

Felizmente, Rufmo Sapalo, 23 anos, ainda não tem família constituída. Motoqueiro há dois anos e estu-

dante da 10 classe, referiu que o dinheiro que consegue durante o dia, serve para sustentar os seus pais e comprar algum material didáctico para as aulas. O seu maior sonho é conseguir a sua carta de condução e ser motorista.

Para ele, tem sido um sacrifício enorme trabalhar nas condições em que se encontra, voltando, mais uma, o seu olhar crítico contra os agentes apeados e patrulheiros do giro, que os incomodam bastante, surripiando o pouco que ganham contra toda a sorte de desmandos. Os polícias estão sempre atrás de nós. Temos de estar sempre a fugir e quando nos prendem, levam as motos que conseguimos com muito suor e sacrifício. Para conseguirmos tê-las de volta temos que pagar. Coisa que considero um autêntico roubo, reforçou. Manuela Quirima, utente deste meio de transporte referiu, reconhece a utilidade deste tipo de serviço. Os carros não conseguem entrar nos bairros. Eles ajudam os moradores de vários bairros, apesar do preço ser elevado. Mas, como. queremos chegar às nossas casas, usamos», afirmou.

Manuela diz ainda que tem sido um bem, principalmente para os trabalhadores, que depois de uma jornada laboral se servem destas se servem destas motos até às suas residências. «Temos muita delinquência por aqui e ninguém quer arriscar a sua vida. Debaixo da ponte a partir das 18 ou 19 horas as pessoas já não conseguem passar. Os delinquentes ficam aí a drogarem-se. As mulheres são as principais vítimas, por vezes são violadas», denunciou.

Preocupa aos motoqueiros e passageiros os acidentes na estrada principal, por falta de sinais luminosos. Há sempre uma pessoa morta na estrada, que são muito largas. Para atravessarmos temos de pensar duas vezes», aquiesceu. De salientar que, a idade dos motoqueiros desta paragem vai dos 18 aos 43 anos, todos na luta pela sobrevivência.

### **Moradores lançam ‘grito de socorro’**

A prostituição, os assaltos e as violações são alguns dos problemas que apoquentam os moradores do bairro Morro da Areia, em Viana, onde o mercado informal é a fonte de subsistência da maioria dos populares daquela zona de Luanda. Muitos exercem a sua actividade nos únicos dois mercados existentes na área, ao passo que outros se dedicam comercialização de inertes ou taxistas de motorizadas. Pascoal João Inácio, morador deste bairro, desde 1992, e coordenador do bairro há quatro anos, conta que a situação não é das melhores, pois continuam a viver sérios problemas. «Há uma lagoa que já existe há mais de 40 anos, da qual as autoridades superiores já têm potável nas casas dos populares, a energia eléctrica é deficiente e somos obrigados a depender de

PTs privados, cujos preços praticados não correspondem ao rendimento das famílias. Em relação a água, só temos dois chafarizes e alguns fontenários para enfeitar» queixou-se, para depois avançar que a situação é devera lamentável.

A Polícia tem sido outro problema. Não vai atrás dos delinquentes, por isso, os constantes assaltos, roubos de motorizadas, violações e a prostituição em menor escala, também vão surgindo na zona», denunciou.

No que diz respeito às estradas, P. Inácio esclarece que os carros dificilmente passam pelo interior do bairro, pelo facto de só existirem ruelas. Isso faz com que o transporte das pessoas fique cada vez mais dificultado e as motorizadas sejam as nossas únicas alternativas», adiantou.

A mesma fonte esclarece que, em parte, esta situação deve-se ao facto da ponte que ligava o bairro ter sido partida pelo Governo Provincial para a reabilitação da estrada. «Até agora não foi reposta e, inclusive, já ficou conhecida como ponte partida.

O que resta agora é um buraco, que de noite facilita a acção dos delinquentes contra pacatos cidadãos», lamentou, acrescentando que, daqui há pouco, começam as chuvas. «Além das pessoas não conseguirem transitar por ali, sendo a única via de único acesso dos moradores da zona, poderemos ter outros problemas, como possíveis afogamentos». Inácio acrescenta que o desejo da população é ver resolvida a situação da ponte, para reduzir também o índice de acidentes na estrada.

A nossa equipa de reportagem constatou também que, uma única escola primária, no caso, a número 9053, acode os petizes no seu aprendizado e, em relação à saúde, existem apenas três postos médicos, que são, manifestamente, insuficientes para grande demanda de doentes.

Outras pessoas interessadas em dar continuidade aos seus estudos são obrigadas a depender de colégios e da escola das madres. E mais: a zona não possui nenhum centro de formação profissional, para ocupar os jovens e garantir o seu primeiro emprego.

Os mercados existentes são pequenos e não acolhem, a maior parte dos vendedores, razão pela qual muitas senhoras são vistas concentradas ao longo da paragem das motos, na zona da Estalagem.

### 9.13 Promover a Ordem

*Jornal de Angola*

*11 de Novembro de 2010*

A sociedade angolana tem sido afectada com comportamentos lesivos — a boa convivência entre as pessoas, muitos deles protagonizados por Jovens.

Esses comportamentos traduzem-se em condutas criminosas ou ofensivas de normas sociais, particularmente no ambiente familiar e escolar.

O problema da delinquência juvenil tem preocupado as autoridades, que têm consciência da complexidade do fenómeno, porque ele resulta de muitos factores combinados, pelo que requer estudos que devem envolver várias instituições para a diminuir os comportamentos negativos e anti-sociais de alguns jovens.

O problema da marginalidade é de toda a sociedade e não apenas policial. Atribuir às forças da ordem todas as responsabilidades no combate à delinquência é redutor e nada resolve. Angola precisa de muitas escolas para ter cada vez menos prisões.

Porque o problema é complexo, vai ser necessário reunir especialistas que sejam capazes de encontrar uma estratégia de actuação, capaz de atacar os problemas que conduzem à delinquência juvenil na origem e de uma forma abrangente. Mas definidas as estratégias de actuação, depois é preciso trabalho social junto das comunidades, sobretudo aquelas que vivem com mais dificuldades e que, ao contrário do que é voz corrente, não se situam apenas nas áreas suburbanas. Combate a pobreza das grandes cidades...

São geralmente citadas como causas vital para as grandes cidades da delinquência juvenil a pobreza, as dificuldades económicas e o desemprego. Esta é também uma visão redutorado problema. Porque nos grandes centros urbanos e sobretudo na capital, o fenómeno atravessa verticalmente toda a sociedade e não apenas as famílias que vivem com dificuldades económicas.

As políticas de combate à pobreza são vitais para a nossa sociedade, porque existe uma percentagem demasiado elevada de famílias que não têm rendimentos suficientes para satisfação das necessidades básicas. E preciso continuar esse trabalho de inclusão social porque dela resulta uma força de trabalho imprescindível para Angola produzir uma boa parte do que consome, pelo menos em bens alimentares.

Mas essa também não é a via única de combate. Temos de integrar todas as crianças e jovens no sistema público de ensino de uma forma universal e gratuita. O Estado

Social em Angola ou tem como marca distintiva de acesso gratuito à educação, pelo menos até ao 12º ano, ou vamos continuar a ter desequilíbrios sociais que redundam na delinquência e na marginalidade.

No combate à delinquência juvenil, um trabalho gigantesco tem de ser feito ao nível da prevenção de comportamentos que atentem contra as normas sociais e legais e nesse trabalho a família tem de desempenhar um papel importante, desde que esteja estruturada.

Os encarregados de educação e os professores têm a grande responsabilidade de acompanhar os seus educandos, estando permanentemente atentos às suas práticas, para que sejam evitados muitos problemas que se podem repercutir na família e na sociedade...

Na construção de uma sociedade harmoniosa, a família deve ter uma participação activa na procura de soluções para problemas que resultem de condutas criminalmente puníveis, mas também da violação de normas sociais.

A guerra trouxe muitos problemas sociais. Temos de encontrar soluções para resolvê-los e de prestar mais atenção à juventude. A ministra Genoveva Lino referiu-se recentemente à crise de moralidade, que na sua opinião se deve, em parte à falta de autoridade dos pais. “Os mais velhos têm reclamado o comportamento dos mais novos, mas se a juventude está mal, significa que quem a orienta não tem feito um bom trabalho. Existe falta de autoridade paternal e estamos a permitir que os jovens façam tudo, porque não temos sido o espelho de referência que eles precisam”.

Vale a pena reflectir sobre a posição da ministra. Mas sobretudo o que interessa é arregaçarmos as mangas para construirmos uma sociedade livre de práticas anti-sociais e ilegais. Vale a pena lutar pela moralização da sociedade, para que Angola tenha cidadãos íntegros e mobilizados para as mais exaltantes tarefas da reconstrução nacional.

Se arregaçarmos as mangas e cumprirmos o papel que cabe a cada um, que vamos seguramente construir uma Angola onde é bom viver. Quando formos capazes de atingir esse patamar, há seguramente menos espaço para a marginalidade e sobretudo para a delinquência infantil. Mas essa obra é de todos e não apenas do Executivo e muito menos das autoridades policiais.

## 9.14 Senhorio queima inquilino até a morte

*Jornal o País*  
15 de Outubro de 2010

Um jovem que em vida se chamou Kanza Michel “Drácula”, 22 anos de idade, morreu às quatro horas da manhã de segunda - feira 11, enquanto dormia, depois que -segundo se diz - Benvindo “Comando”, proprietário do quarto em que residia, ateou fogo ao imóvel.

Familiares da vítima revelaram a O PAÍs que o suposto homicida prometera inúmeras vezes matar o jovem devido a rivalidades entre eles. A relação deteriorou-se ainda mais quando Kanza Michel arrendou por um período de oito meses um dos anexos da casa de ‘Comando’, cidadão originário de Katanga, na República Democrática do Congo, descrito como desertor das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Luvemba Vita, irmão de Kanza, contou que o seu familiar tinha sido alertado para não viver ao lado do seu carasco, um indivíduo apontado como tendo má conduta e com suspeitas de envolvimento em vários crimes no Rocha Pinto, bairro de Luanda onde ocorreu este episódio de sangue. Mas “Drácula” sempre ignorou os avisos.

### A morte

Kanza Michel esteve antes numa festa que decorria no interior do bairro Rocha Pinto e despediu-se dos amigos, dizendo que iria descansar em casa e trocar de roupa, porque no mesmo dia ainda iria para o serviço.

O irmão da vítima conta que o suposto assassino ao verificar que o jovem estava no quarto lançou gasolina e provocou o incêndio. Trancou a porta por fora com um cadeado para que Kanza Michel não pudesse sair, uma vez que o quarto não possui janela.

“Um vizinho do meu irmão que regressava de um óbito deu conta do fumo e dos gritos que saíam do quarto onde vivia o Michel, isto por volta manhã. Preocupado, foi ter com o proprietário da casa, Benvindo, e perguntou-lhe: você está aqui com os braços cruzados, não está a ver o fumo a sair da tua casa e alguém a gritar lá dentro?”, contou o irmão da vítima, acrescentando que o presumível assassino respondeu: “não, (não há nada dentro”. O vizinho terá insistido para saber o que realmente a se passava.

“O homem pediu um martelo para arrombar a porta, mas o Comando respondeu que não tinha, pediu água para atirar nos pequenos espaços existentes na moradia, também disse ‘não tenho’.

Momentos depois, sempre de acordo com o relato do irmão, um jovem encontrou um martelo e partiu uma das paredes, entraram para apagar o fogo, Michel já estava morto e o completamente carbonizado.

Fontes realçaram que o ex-militar terá orientado os seus progenitores que não abrissem a porta quem colocou fogo no quarto do jovem Luvemba contou ainda que, na tribulada com o senhorio, o s, mão foi assaltado várias vezes e caçado de morte por “Comando”, por um indivíduo que assaltos e agressões físicas, garantiu a fonte.

“Uma vez disse-me: um dia Vou matar o teu innão, vou-lhe pegar no corpo ou queimar-lhe”, continua

Um morador que preferiu não ser identificado descreveu “Comado como um indivíduo altamente perigoso e que o seu nome é sinónimo terror. “Antes de vir morar aqui Rocha Pinto) vivia no bairro Petrangol a, onde terá morto várias pessoas de mesma família. Anos atrás matou próprio filho, atirando-o ao chão, contar com os indivíduos que sofreu assaltos e agressões físicas”, garante a fonte. Benvindo encontra-se na 8ª esquadra do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nadar a sua família abandonou a residência com medo de represálias. Kanza Michel foi a enterrar esta quarta-feira os seus familiares pedem que se faça justiça.

## 9.15 Policia notifica centenas de casos de violações sexuais so em Luanda

*Semanário Independente*  
16 de Outubro de 2010

Cento e trinta e um crimes de violação sexual foram notificados durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, pela Polícia Nacional, nos diversos municípios da província de Luanda. Os dados foram avançados ao semanário O Independente pelo porta-voz do comando provincial da corporação, superintendente-chefe Jorge Bengue.

O oficial adiantou que, comparativamente aos três meses anteriores (Maio, Junho e Julho) houve um aumento de 46 violações sexuais.

Foram vítimas menores de 15 anos, bem como adultos até aos 25 anos. Os presumíveis autores, na sua maioria detidos, são da faixa etária que varia dos 20 aos 25 anos.

Alguns dos acusados não têm qualquer ocupação e estão inseridos no seio familiar com muitos problemas, associados ao consumo excessivo de álcool e outro tipo de drogas, tendo como potenciais vítimas menores de idade”, sublinhou.

Nesta idade, prosseguiu, normalmente os violadores mantêm uma certa ligação com a família da vítima (vizinhos, primos, padrastos, entre outros) e em alguns casos ameaçam de morte, caso a menor violada conte o sucedido.

De acordo com o oficial da polícia, alguns dos violadores apresentam destrutivos mentais e são dependentes do consumo de álcool, enquanto outros, que atacam mulheres acima dos 17 anos, são os que actuam em grupo e escolhem zonas isoladas onde, no período nocturno, não haja iluminação eléctrica.

Acrescentou, por outro lado, que estes conhecem o trajecto das vítimas e fazem um certo acompanhamento, até verificar que está numa situação de desvantagem (sozinha) para ser atacada, principalmente as mulheres que estudam à noite.

Existem ainda, frisou Jorge Bengue, aquelas vítimas que, por qualquer necessidade, aceitam boleias de desconhecidos nas paragens habituais, onde aparecem aparentemente pessoas de boa fé, que depois acabam por levá-las para parte incerta.

Aconselhou, ainda, as mulheres que frequentam locais de diversão e consomem bebidas alcoólicas, a terem muito cuidado, quando pedirem boleia de regresso a casa, porque estão desprovidas de capacidades normais físicas e psicológicas e em muitos casos, as boleias acabam em crimes desta natureza.

Por outro lado, a Polícia Nacional realça a necessidade de as famílias, como núcleo da sociedade, criarem mecanismos de defesa e de denúncia de casos de violação sexual envolvendo menores de idade.

O superintendente Jorge Bengue aconselhou os pais e outros encarregados de educação a apresentarem queixa à corporação e a procurarem por um psicólogo para a devida assistência em casos de violação sexual de menores.

“É, portanto, necessário encontrar as prováveis causas e soluções, envolvendo a sociedade no combate a este hediondo crime”, sublinhou.

Pela natureza destes crimes, acrescentou o responsável, é necessário o apoio da sociedade no intuito de combater esta tipicidade criminal, que muito frequentemente acontece no meio familiar ou em meios e ambientes restritos, praticados por pessoas próximas às vítimas.

O oficial da corporação acrescentou que em caso de violação sexual é importante manter a calma e fixar a maior quantidade de dados possíveis.

“Se a criança lhe contar os factos dramatize na sua presença. Às vezes a criança não tem a real gravidade da situação sinais exteriores manifestados pelas podem denunciar indícios de abuso sexual explicou.

Acrescentou que se deve orientar as crianças sempre para a não-aceitação de ofertas desconhecidas. De acordo com o balanço do provincial da Polícia Nacional, diariamente dois a quatro crimes do género, com para a periferia da cidade.

Com uma população estimada em milhões de habitantes, fazem parte da Luanda os municípios da Ingombota, Sambizanga, Rangel, Maianga, Cazenga, Cacuaco e Viana.

## 9.16 Aumenta assaltos a cambista em plena luz do Sol

*Semanário A Capital*

*16 a 23 de Outubro de 2010*

Os cambistas de rua no bairro Sambizanga estão apreensivos com a sua segurança, na sequência dos últimos assaltos registados naquela municipalidade. Recentemente, por exemplo, os também conhecidos por kinguilas na zona da Frescura foram surpreendidos por um bando de meliantes, quando, segundo António Wilson, uma das vítimas, os mesmos desceram de uma viatura e com o ar tranquilo, neutralizaram os vendedores e exigiram dinheiro.

«Eles não levantaram qualquer suspeita e, de repente, apontaram uma arma contra uma colega nossa, receberam os 100 mil kwanzas que ela tinha naquele instante», explicou Wilson, que se apresentou como uma espécie de coordenador de um grupo que, na ocasião, se pôs a gritar, em face dos acontecimentos, mas que foram persuadidos a silenciarem-se por meios de uma saraivada de disparos feitos desordenadamente, sem, no entanto, causar vítimas mortais, nem feridos, antes dos assaltantes colocarem-se ao fresco.

Os cambistas apresentaram, imediatamente, queixa à Polícia local, conferindo, inclusive, dados do carro com que os biltres se faziam transportar, mas até ao fecho da presente edição do AREAL não haviam obtido ainda qualquer pronunciamento a respeito, facto que os levou a deprender que aquele efectivo fora incapaz de localizá-los, apesar das promessas de prosseguimento das investigações.

A deprender pelas palavras de Wilson, os assaltos vêm-se tornando uma constante por aquelas paragens. Em menos de um mês, registaram outros assaltos do género, tendo como alvo preferencial os cambistas de rua, e que, geralmente, terminam em fortes tiroteios, antes da retirada dos assaltantes.

Laurindo Quimbingui, que também se dedica a este tipo de negócio, diz ter sido alvo de um assalto recente. Contudo, a sorte fora-lhe madrastra: além de perder

parte do dinheiro que trazia em mãos, «dispararam contra mim e uma das balas atingiu o pé e encontro-me deficiente», lamentou, apesar de, já feito do susto, continuar a «fazer a minha vida», como cambista informal.

Sebastião Simão, morador daquela circunscrição, salientou o facto daquela zona ser de grande risco, em função da presença de um número não desprezível de bandos juvenis de malfeitores, que, cada um à sua maneira, vai semeando o pânico. «Eles assaltam todos e tudo o que precisarem, desde cantinas, pessoas singulares e, agora, aos cambistas de rua», adiantou.

A Polícia, ao que diz, tem-se mostrado incapaz de travar a progressão criminosa, apelando, por isso, o reforço do patrulhamento, com vista a garantir a tranquilidade entre os moradores. «Em tempos recentes, assistimos a morte de um vizinho por disparos de arma de fogo», reforçou.

### 9.17 Moradores exigem aumento de brigadas móveis

*Semanário A Capital*  
16 a 23 de Outubro de 2010

Moradores, como é o caso de Gizeldo Baptista, que reside na zona da Petrangol, há muito que perdeu noção do local em que deverá apresentar alguma reclamação e queixa, quando em situação afitiva.

É que quando tal acontece, vê-se obrigado a percorrer léguas, dada a diminuta presença local de esquadras móveis, o que acaba, quase sempre, por revelar-se tardia, visto que os crimes não têm hora para acontecer». Ou falando de uma forma mais directa, eles acontece como que a cada piscar de olhos, daí a premente necessidade, segundo os moradores, de instalação, de mais unidades móveis.

É a solução para os nossos problemas, pois, assim teríamos como circular mais à vontade», algo que é impossível acontecer nesses tempos em que o índice de criminalidade vai assustador.

Hélder Narciso revela que a alta de crime tem, muito a ver com a ineficácia policial em dar cobertura à área, sugerindo, por isso, uma maior proximidade desta corporação com a população.

A estudante Domingas de Sousa comungou da mesma opinião dos que lhe antecederam. «É necessária mais esquadras móveis», sobretudo nas imediações das escolas, tendo em consideração o ensino nocturno. «Não me sinto segura, quando estou na escola, porque,

às vezes, somos assaltados, quer na ida, quer no regresso à casa», destacou.

Não raras vezes, os estudantes nocturnos vêem-se obrigados a transportar objectos de valor, como, por exemplo, cartões de recargas ou dinheiro, em troca de alguma segurança, não vá, afinal, diabo tecê-las.

### 9.18 Assaltos retornam as noites no bairro das bananeiras

*Semanário Factual*  
De 16 a 23 de Outubro 2010

Segundo os moradores, os meliantes, mascarados, assaltam as residências por volta das duas a três horas da madrugada, andam com armas de fogo, facas e catanas, violam sexualmente as mulheres e levaram da população botijas de gás, fogões, televisores, dinheiro e outros bens domésticos de valor mercantil.

Na madrugada do princípio da semana, Segunda-feira, 04, e Terça-feira, 05, três residências foram assaltadas por quatro indivíduos desconhecidos que vestiam calças pretas, luvas e estavam mascarados com meias à cabeça, com idades entre 25 e 28 anos.

Os habitantes afirmaram ao Factual terem somente levado das três residências quatro botijas, dois fogões a gás e trezentos e cinco mil Kwanzas.

Rosalina Assunção, vítima de 30 anos explicou: “bateram à porta quando eram duas horas. Eu não abri, eles entraram pelo tecto enquanto gritava.

Quando desceram a dentro bateram-me com a arma e depois já não senti nada, perdi os sentidos. Quando acordei foi quando me apercebi da ausência das botijas e de outros meios domésticos”. Noémia Ribeiro, moradora há sete anos, deu a conhecer que o bairro possui má fama pelo facto de acolher os delinquentes de Viana e do interior de Cazenga que disseminam a criminalidade nas Bananeiras.

O bairro esteve calmo durante nove meses, mas parece que os marginais regressaram para o susto dos moradores em geral. asseverou.

Os moradores manifestam-se constrangidos e preocupados com a onda de assaltos no bairro das Bananeiras e informaram ao Factual ser urgente a intervenção da polícia, dada à vulnerabilidade do bairro para a prática da criminalidade e assaltos à mão-armada.

Júlio Celestino, taxista, afirmou ser uma realidade a criminalidade à luz do dia no bairro das Bananeiras e

quando os meliantes assetam ou violam no período nocturno só a polícia pode intervir na ajuda à população.

Uma jovem foi violada há dois dias por três indivíduos desconhecidos por volta das 19 horas quando vinha do mercado próximo à pracinha, na paragem de táxi. A polícia teve conhecimento mas nem por ISSO procurou investigar o caso”, referiu Júlio Celestino.

Os moradores avisados para denúncia dos casos de criminalidade não cruzam os braços. Na 16a esquadra do Cazenga, localizada no bairro das Bananeiras, diariamente chegam mais de três ou quatro queixas sobre violações domésticas, roubos, assaltos às residências e abusos de poder.

O Factual tentou abordar o comandante daquela esquadra, mas ele alegou que somente falaria com a autorização máxima.

### **Cego Abandonado pela Esposa**

Morador de Porto Amboim, na província do Cuanza Sul, André Narciso sentiu-se rejeitado pela esposa que partiu deixando-o com os filhos e sem condições de subsistência para continuar a cuidá-los. Os mesmos encontram-se a estudar e necessitam da força dos pais que estão separados há sete meses, na província do Kuanza sul.

Segundo André Narciso, que veio a Luanda sobre as cargas de um camião para ser socorrido, diz passar por extremas dificuldades de alimentação e de medicamentos desde que contraiu a doença.

Já passei pelo hospital Josina Machel, em Luanda, onde não tive solução das dores e outras patologias que sinto. Posteriormente fui à clínica Divina onde me foram receitados 100 comprimidos mas não os pude comprar por falta de dinheiro”, fez saber.

André Narciso chegou a fazer consultas central de Benguela onde foi abandonado pela Esposa, não justificou as razões de tal abandono. Naquele Hospital André teve uma receita de 160 lâminas de comprimidos mas sem dinheiro não os pôde adquirir, passa outros fármacos como dolaren para aliviar.

“Necessito somente de um gerador e de uma arca para fazer gelado e sustentar os meus filhos, ainda venha a enxergar, e ter uma casa para viver. E os meus filhos dêem continuidade aos estudos”,

## **9.19 Roubo de gado arruína município dos Gambos**

*Semanário Factual*

*De 16 a 23 de Outubro 2010*

A Namíbia é o destino onde é comercializado o gado roubado dos Gambos. Na disputa para a recuperação do gado, muitas vezes, os pastores são feridos pelos meliantes fortemente armados, embora as quadrilhas que roubam gado na região sejam constantemente desarticuladas pela polícia.

Tradicionalmente criadora de gado bovino, aliás a principal fonte de geração de renda familiar, a população do município dos Gambos, está, nos dias correntes, a experimentar momentos de aflicção na sua vida.

“Ladrões, armados ou não, pilham diariamente centenas de cabeças desta espécie animal, deixando mais pobres os criadores locais, numa autêntica afronta a todas as medidas visando estancar o fenómeno”, segundo autoridades locais.

A problemática do roubo de gado nos Gambos é séria. O que pode ser feito para estancar a onda de roubo de gado é uma interacção com o Governo para que sejam encontradas medidas tendentes a fazer face ao mal.

“As comunidades devem “cerrar fileiras” no sentido de garantir a auto-protecção”, afirmam os criadores.

“O que me disseram é que quem facilita esses malfeitores, esses ladrões de gado, são os vossos próprios filhos. O que nós pensamos é que tem de haver um esforço conjugado. O Estado vai cumprir o seu papel, que é de reforçar as medidas de segurança, mas também as populações devem reforçar a vigilância”, afirmou recentemente o governador provincial, Isaac dos Anjos.

Para além do roubo, a situação é agravada pelos animais selvagens, com destaque para leões, que pululam sobretudo na região. Trata-se de animais procedentes do parque de Bicuar. Habitantes dos Gambos advogam a necessidade de aumento do efectivo da polícia para fazer ao roubo de gado.

### **Roubo é feito por grupo organizados**

Segundo autoridades locais, há casos em que grupos organizados etnolinguísticas (normalmente jovens com a cobertura moral de mais velhos) vão roubar gado de outro grupo, às vezes em forma de saque ou razia.

Estas acções são, de acordo com as autoridades locais, em geral, protagonizadas por jovens e motivadas pela demonstração de valentia de um grupo em relação ao

outro ou para retaliar (mecanismo de reciprocidade e ou compensação inter grupo) roubos da mesma natureza ocorridos anteriormente.

“Há também casos em que pessoas isoladas de uma tribo vão roubar gado de outros grupos etnolinguísticos ou de fazendeiros, em quantidades geralmente reduzidas, utilizando ou não violência”, observou o camponês Kamati Himaleia.

Estas acções resultam frequentemente em julgamentos, indemnizações e reparações por parte dos autores, quando identificados e apanhados.

Mas também há roubos de gado que funcionam como uma máfia (redes internas de roubo) cujos autores são difíceis de identificar. O gado roubado nestas circunstâncias dificilmente aparece, reconhecem os criadores de gado.

O roubo praticado pelos agentes externos (com conivência de nativos por via de aliciamento) é feito por pessoas externas vindas de outras localidades.

Em geral, este tipo de roubo é praticado mas com propósitos comercial e assume mesmo a dimensão de bandidismo, como consequência do crescimento das redes comerciais da Chibia, da Matala e do Norte do país, sobretudo depois do fim do conflito armado.

Provavelmente, deve haver outras formas de furto ou roubo de gado, que, pela grande complexidade deste assunto, a nossa pesquisa não pôde captar ou porque a sua compreensão requer mais tempo”, reportou um responsável governamental.

### **Rivalidades antigas contribuem para roubo de gado**

Há também razões históricas (rivalidades antigas) segundo qumsosovakavonas são tidos, principalmente pelos ovangambwes, como os principais traficantes de roubo de gado entre grupos étnicos.

Os ovahakavonas alegam que o gado dos ovankavonas é historicamente deles, pois é resultado da reprodução do gado que eles deixaram no terreno, na altura das guerras com estes últimos durante a ocupação do território dos ovahakavonas ou na guerra de 1945, em que alguns : ovangambwes foram aliados dos portugueses como cipaiois.

Por isso, consideram “legítimo” roubar este gado como retaliação dos acontecimentos do passado, afirmou uma parte. “Eles roubam de propósito. Até dizem que os ovangambwes acabarão por fazer “fiko” (festa de puberdade) com abóboras... nós vamos acabar por roubar todo o gado”, diz uma autoridade tradicional.

Estas motivações de roubo de gado, supostamente pelos ovahakavonas, com consequências de retaliação, têm também criado conflitos com o uso de armas brancas e de fogo, originando vítimas humanas entre estes povos.

desta complexidade e da falta de conhecimento aprofundado sobre a natureza dos roubos, os habitantes locais referem ter havido erros no tratamento destes casos, mesmo ao nível dos órgãos de justiça e da polícia; ou seja, algumas vezes, quando os autores do roubo são detidos, o assunto é tratado como algo da cultura dos povos pastores, resultando na soltura dos arguidos, o que tem contribuído bastante para o aumento do roubo de gado pelos nativos (às vezes aliciados por externos) por encontrarem impunidade com o argumento de que furtaram o gado do seu tio.

O contrário também tem acontecido, no sentido de que há casos, histórica e culturalmente inerentes a soluções locais (negociações que resultam em indemnizações ou pagamentos de multas), que não encontraram solução neste moldes, porque os arguidos sofreram prisão e recusam-se a indemnizar a parte ofendida.

### **A estiagem e o medo são marcantes**

Além dos problemas causados pela estiagem, quando o gado definha por conta da falta de pasto e a escassez de água, os criadores de gado locais de uns anos para cá se deparam ainda com outra cruel situação: o roubo de animais que vem ocorrendo com frequência na região, de bovinos, ovinos e “A situação preocupa -nos e muitas vezes acabamos de entrar em desespero por não encontrar solução”, lamentou um habitante local.

O criador Timóteo Paulo relata que “furtos de ovinos e caprinos são generalizados e de bovinos ocorrem com frequência. Tivemos, inclusive, casos de criadores que foram roubados tantas vezes que acabaram por adoecer, entrando em depressão”.

“Não sabemos o que fazer, onde encontrar solução para essa situação” acrescentou.

Muitos autor de roubo de gado na região encontram-se presos, uns pelo furto dos animais, outros pelo o crime de homicídio.

O prejuízo de Tomas Nakova foi maior ainda do que o furto que está a acontecer agora, no período de seca, pois na época chuvosa o gado estava,gordo devido ao bom, pasto.

Segundo ele, “casos de roubos são frequentes aqui nesta região e nós precisamos de mais segurança. Queremos estar na nossa propriedade com a certeza de estarmos protegidos”.

Além do prejuízo financeiro, Nakova afirma lamentar a perda dos animais em si: “E doloroso perder, de uma vez

só, tantos animais que a gente cria e cuida com esforço”, asseverou.

Regiões com grandes espaços demográficos, poucas informações fornecidas pelas vítimas e medo de represálias, são as maiores dificuldades apontadas pelos órgãos de segurança da região.

Segundo eles, estes desafios dificultam as investigações e elucidacões dos furtos de animais na região.

A região é muito grande e recebemos poucas pistas das vítimas”, diz um agente da polícia. “Quando recebemos informações, conseguimos prender”.

Ele conta que os praticantes dos delitos geralmente são da própria região e vendem os animais furtados nos municípios em várias regiões de Angola.

Segundo o agente policial, na maioria das vezes, as forças da ordem conseguem recuperar os animais.

“Quando o criador traz pistas e informações facilita a acção. Os animais roubados geralmente são mutilados pelos ladrões, que cortam orelhas para retirarem a marcação, o que comprovaria a propriedade”, indicou o agente da polícia.

## 9.20 Abusada e Escorraçada de Casa

*Semanário Factual*

*16 a 23 de Outubro de 2010*

Domingas Sebastião, de 23 anos de idade e mãe de dois filhos, é uma cidadã abusada sexualmente pela força, espancada e escorraçada da sua própria casa pelo marido.

Domingas Sebastião encontra-se com os lábios rachados, maxilares superiores inflamados, os caninos quebrados, lesões na parte ocular dos olhos, perna esquerda fracturada e com cicatrizes em quase toda a parte do corpo, por violência praticada pelo esposo, conforme mostra o relatório médico.

Ela explica que o seu marido, Domingos João Lourenço, de 28 anos de idade, a fez cativa durante três anos, não podia sair de casa, vender nem visitar os seus familiares próximos. Esta situação teve início em 2004 quando ambos decidiram partilhar a vida conjugal no bairro da Estalagem.

O ciúme do meu marido era exacerbado, não podia estar com as vizinhas, me batia amarrada com as portas trancadas. Todas as noites, quando ele bebesse, abusava-me sexualmente, mesmo quando estava concebida do meu primeiro filho, em 2005, gravidez que não era aceite por ele, alegando não ser de sua autoria”, contou.

Ela explicou que “o meu marido achava-me ser uma prostituta, mesmo quando estava cativa durante três anos nas mãos dele. Que não tinha dignidade. Por essas e outras razões deixou de fornecer dinheiro à casa, já não comprava alimentação nem dava assistência ao bebé”.

A vítima fez saber que no ano de 2006 Domingos João Lourenço adquirira uma parcela de terra no bairro Caope, em Viana, onde chegou a erguer uma residência. A mesma era partilhada por ele e as suas supostas namoradas, enquanto à mulher lhe foi negada a moradia.

Domingas Sebastião afirmou que nesta fase foi abandonada numa casa de renda onde sem dinheiro fora escorraçada e obrigada a mendigar com o bebé sem alimentação e roupa, até que o marido foi convocado pela família e a polícia de Capalanca, a fim de esclarecer a fuga à paternidade e responder pelos crimes de agressão.

O acusado acalmou a família da esposa e declarou à polícia que não tinha nada a ver com o problema. Mas o problema teve outros contornos alarmantes quando Domingos João Lourenço passou a trazer outras mulheres em casa da esposa Domingas Sebastião no ano de 2007.

O marido nega tais acusações, explicando que ela nunca foi uma mulher de respeito, pois, na sua ausência passava com outros homens, e que as razões da violência física praticada por ele justificam o que Domingos Sebastião sentia por ela.

O caso já esteve na OMA e na conclusão de moradores da Caópe, porque até ao ano de 2008 os familiares do marido começaram a intrometer-se no problema, lançando apupos para incendiar a nossa relação”, informou.

Domingas Sebastião teve o segundo filho com o seu marido, mas este voltou a negá-lo e tornou a escorraçá-la de casa, justificando que concebera na sua ausência. Ao telefone para o Factual o esposo recusou-se a comentar tal assunto.

### **Mulher é retirada de casa, abandonada e saqueada dos bens**

Suzana Mendes é outra mulher, de 34 anos de idade. Padece de sinusite, está desempregada, foi abandonada pelo marido que sumiu com a quarta mulher. Foi escorraçada da sua casa pela administração municipal de Viana por esta pertencer ao projecto das casas sociais para os cidadãos sinistrados, no bairro Zango.

De acordo com a lesada, a casa foi encontrada no estado de abandono, sem janelas e portas, e o lixo estava a corroer as paredes. Por carência de residência, Suzana Mendes acolheu-se sem permissão das autoridades fiscais e passou a viver nela com o marido.

Por legitimidade, a administração de Viana considerou oportunismo tal prática e retirou-a da residência.

Suzana fez saber ao Factual que “na altura em que fui expulsa da casa roubaram os meus bens: arca, gerador, fogão e fiquei sem meios para remediar a vida. Tenho sete filhos para criar, necessito de ajuda”, pediu.

## 9.21 Falta de energia Amicíssima da delinquencia

*Semanário Factual*

*16 a 23 de Outubro de 2010*

Veze sem conta correm notícias de crimes em Luanda, alguns aterradores que põem os cabelos das pessoas em pé, dada à sua monstruosidade.

Mas mesmo que alguns delinquentes sejam presos e apresentados à imprensa, os criminosos não desistem das suas acções maquiavélicas, pois sabem que a polícia não tem meios nem efectivos suficientes para fazer uma cobertura de toda a cidade capital.

A demais, eles conhecem onde levar a cabo os seus intentos, pois que Luanda tem bairros cuja sinuosidade das suas ruas facilita o crime, dado que tem como factor amicíssimo a permanente falta de energia eléctrica.

E pode dizer-se que a capital angolana é escura demais, quer nos musseques como na baixa ou centro.

Quem, por exemplo, se desloca ao largo Irene Cohen, defronte à Igreja do Carmo, à Mutamba, de certeza que nota a pouca luminosidade fornecida pelos candeeiros aí instalados e é só por lá passar às 22 ou 23 horas e verá que meliantes acoitados esperam pelos mais incautos.

E sendo o largo ajardinado e com bancos para sentar, a luz para esse lugar teria de ser mais intensa e não fosca como é actualmente. Pesem os investimentos que as várias direcções que passaram pela EDEL fizeram e vêm fazendo, o certo é que a problemática da energia continua.

Depois há a “guerra” entre a esta instituição distribuidora e a fornecedora a ENE, com a primeira a acusar que o fornecimento é débil e a outra a responder que o problema reside na distribuição, dado que cabos obsoletos carecem de substituição e ou de manutenção pontual.

E nesse intermédio, persistem os cortes no abastecimento de energia eléctrica a Luanda, de forma imprevisível e sem qualquer explicação.

E se as pessoas são as maiores vítimas, que dizer das empresas que carecem desse produto para fabricar bens

alimentares ou de outra natureza? São gastos, transtornos, interrupções na produção, enfim, todo um mal que permanece. E é claro que a escuridão vem facilitar os criminosos que, cientes que a área é escura e não tem policiamento, estão prontos para actuar, intimidando peões e roubando os seus pertences como telemóveis e outros bens, assaltando viaturas onde se apossam de rádios e de outros objectos encontrados no seu interior.

Enquanto isso, vê-se que a estrada expresso Luanda/Viana é um local aproveitado pelos delinquentes para agirem, principalmente no período nocturno dada a falta de energia ao longo da via.

Nesta Estrada, o movimento de viaturas é muito intenso e os criminosos adoptaram uma nova forma de agir : fazem-se passar por passageiros em táxis e num ápice, apossam-se do dinheiro que o cobrador leva consigo, não dando tempo para o taxista ou o cobrador recuperarem. E é verdade que, enquanto diversas zonas de Luanda se mantiverem escuras, as pessoas não poderão andar a noite, temendo qualquer acção meliante contra si.

Quem frequenta o mercado do São Paulo e arredores tem conhecimento que é uma zona de alto risco, pois, se no período diurno os assaltos são feitos sem qualquer pudor, à noite são planeados em função da escuridão da área.

Está-se a falar da zona prédio do Livro, onde a escuridão “comanda”, sendo uma aventura parar a viatura ou permanecer dentro dela conversando ou ouvindo música. Isto é um chamariz qual colmeia que atrai abelhas: A viatura é cercada por cinco ou mais delinquentes, alguns armados com pistolas ou metralhadoras. Retiram o automobilista do veículo e, num repente, saqueiam tudo o que querem, pastas com documentos, telemóveis, a cabeça do rádio e pasta de bolso, na perspectiva de encontrarem algum trocado. A qualquer resistência do lesado, este corre o risco de ser abatido.

E o estranho é que de manhã são vistos dezenas de agentes da ordem na zona do São Paulo, importunando vendedores ou ordenando o trânsito, mas, à noite, não se vê qualquer polícia a fazer uma ronda pelos locais tidos como periclitantes.

Por isso, e embora a polícia não possa cobrir toda a cidade de Luanda, e tendo em conta a escuridão, alguns efectivos devem ser desdobrados, de carro ou a pé, nas zonas onde a luz eléctrica é carente, de modo a investir contra focos de delinquência, com base no princípio “mais vale prevenir do que remediar”...

## 9.22 Crianças são mais vulneráveis

*Semanario Novo Jornal*  
22 de Outubro de 2010

Arnaldo Camalacongue, coordenador da rede de protecção à criança a nível do município de Viana, outro prelector na actividade, considerou que ‘Pobreza é um obstáculo ao cumprimento dos compromissos de protecção, “da criança, instituídos pelo Conselho Nacional da Criança...

Em relação à ausência de condições sanitárias e de saúde, o responsável revelou que Viana, propriamente o bairro do Zango 1, tem um posto de saúde, sendo que este está cada vez mais próximo da população, mas admitiu a possibilidade de a demanda ser grande, o que dificulta o funcionamento do estabelecimento.

Quanto à escola, o representante associativo reconheceu o grande esforço da Comissão de Sinistrados da Ilha de Luanda Residentes no Zango, que construíram uma escola onde as crianças no bairro recebem aulas em dois períodos lectivos. “É bem verdade que, ao transportar as crianças da Ilha para o Zango há questões que ficaram pendentes, uma vez que o processo ocorreu a meio do ano lectivo. As mudanças trazem consigo algumas consequências, por isso, era necessário que se precavessem algumas situações”, argumenta Arnaldo Camalacongue.

Para este dirigente, a situação no Zango I não é das melhores. “Existem problemas de registo de menores, o que não está só ligado às crianças deste acampamento, e temos tentado, à medida do possível, melhorar a situação através de concertações com a repartição do registo civil à nível do município”, explica.

Outro problema segundo o coordenador da Rede de Protecção à Criança tem a ver com o registo dos próprios encarregados de educação, situação que promete ser solucionada em breve.

Em relação às condições habitacionais no Zango 3, para onde estão a ser transferidos os moradores do Zango I, o interlocutor disse não poder opinar sobre o assunto, uma vez que não vai há muito tempo àquele bairro. No entanto, quanto às condições a que foram alojadas as pessoas no Zango 1, este considera que carecem de atenção, fendendo que “tudo deve ser feito porque agora estão a vir as chuvas”. É que nestas condições águas podem fazer o pior.

A população esteve representa entre 40 a 50 moradores, sendo que estes depois poderão ser organizados em grupos de acção, com vista a pôr em prática os conhecimentos adquiridos começando por problemas mediatos como o saneamento básico e o fornecimento de água

## 9.23 Fórum de Mulheres Jornalistas realiza encontros comunitários

*Semanario Angolense*  
23 a 30 de Outubro de 2010

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género realizou, no dia 22 de Outubro, no município de Calandadula, em Malange, um encontro comunitário para discutir o problema da violência doméstica na referida localidade. Uma actividade do género está também agendada pela organização para 29 de Outubro, no município de Caimbambo, em Benguela.

Os encontros comunitários visam discutir com Os habitantes dos referidos municípios o drama da violência doméstica e recolher sugestões das comunidades de Calandula e Caimbambo para a redução dos casos registados nas mesmas localidades. Participarão das actividades moradores dos referidos municípios, autoridades tradicionais e membros de organizações da sociedade civil.

A realização de encontros comunitários se enquadra na necessidade do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (FMJIG) de levar os esforços de combate ao drama da violência doméstica às comunidades rurais e de divulgação de informação sobre os casos registados nas localidades mais recônditas e o envolvimento das autoridades tradicionais no combate às agressões registadas no seio familiar.

Estas iniciativas, financiadas pela Embaixada da Holanda, Trocaire e Ajuda Popular da Noruega, se enquadram no plano de actividades da II fase da campanha “Desafiando o Silêncio: os Meios de Comunicação contra a Violência sobre a Mulher”, que o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade do Género desenvolve a nível nacional, desde Dezembro de 2008. Para Zenilda Volola, membro da direcção do FMJIG, a realização de encontros comunitários é importante para se conhecer a realidade no que toca aos casos de violência doméstica que se registam nas zonas rurais. Destacou que, na primeira fase do projecto, a organização trabalhou mais nas principais cidades e é chegada a hora de trabalhar nos diferentes municípios.

A referida fonte avançou que o trabalho não termina por aqui e que brevemente a organização de mulheres jornalistas, que tem se destacado pela acutilância no trabalho, vai realizar actividades similares em províncias como Cabinda, Uíge e Kwanza- Norte.

Tendo em conta o trabalho feito pelo FMJIG ao longo dos últimos três anos, Zenilda Volola faz um balanço positivo dos resultados da campanha e realça que hoje o tema em questão tem destaque nos órgãos de comuni-

cação e as vítimas estão mais encorajadas a denunciar os casos que se registam.

A nossa interlocutora fez questão de destacar que o problema da violência doméstica é uma preocupação em todo o mundo e que se registam casos dramáticos em outros países como o Congo Democrático, onde persistem as violações sexuais de mulheres protagonizadas por militares, Rwanda, na Colômbia, Brasil e a Espanha.

Importa realçar que na primeira fase da campanha foram realizadas diversas actividades como seminários para capacitação de jornalistas para abordagem do problema da violência doméstica, publicação de encartes em jornais, difusão de programas de rádio sobre o problema e distribuição de um DVD educativo contendo depoimento das vítimas e de especialistas.

## 9.24 Dois marginais abatidos em confronto com a polícia

*Semanario Angolense*  
23 a 30 de Outubro de 2010

Segunda uma fonte fidedigna do Comando Provincial de Luanda, tudo aconteceu na segunda-feira, 11, por volta das 16 horas, numa altura em que os efectivos do Comando Provincial localizaram, no bairro Hojiya Henda, uma viatura de marca Pajero, cor cinzenta, onde estavam três jovens sobre quem recaia a suspeita de terem sido os autores do assassinato de um agente policial. Estes, quando se aperceberam do cerco policial, efectuaram diversos disparos com armas de fogo do tipo AKM e em resposta dois dos supostos meliantes foram alvejados mortalmente, sendo que um deles acabou por fugir.

Os atingidos mortalmente foram identificados como sendo os marginais E. André, vulgo “Edson Cabeça” e C. Cristóvão, também conhecido por “Dick” ou “Chupetinhà”, ambos alvejados mortalmente durante a troca de tiros.

Já Bruno, o terceiro ocupante da viatura, conseguiu escapar fugindo para parte incerta no momento do choque entre a polícia e os marginais. Porém, para a nossa fonte policial, os elementos em questão efectivamente são os autores do assassinato do agente Samuel e pesava ainda sobre os mesmos a suspeita de prática de vários crimes entre homicídios e roubos e no dia em que alvejaram mortalmente o agente os mesmos estavam a preparar mais uma acção criminosa.

A mesma fonte garante que o Comando Provincial de Luanda vai continuar a investigar o caso até encontrar

os outros elementos do grupo e aconselha os mesmo a não reagirem contra a detenção policial, pois, caso tal aconteça, terão o mesmo destino daqueles que chama de seus “comparsas”. Recorde-se que o único detido, dentre os cinco envolvidos no assassinato, é J. Bastos, que foi detido no mesmo dia do homicídio.

## 9.25 Mulheres são mais afectadas

*Jornal de Angola*  
27 de Outubro de 2010

Mais de 50 por cento dos adultos identificados e com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos, que corresponde a fase mais produtiva e reprodutiva da vida humana, são mulheres, afirmou ontem, em Luanda, a directora do Instituto Nacional de Luta Contra o Sida (INLCS),

Dulcelina Serrano. Falando ao Jornal de Angola durante o lançamento do projecto p “Sida”, uma parceria daquele instituto com a Organização da Mulher Angolana (OMA), Dulcelina Serrano adiantou que o número de r mulheres infectadas é uma das maiores preocupações do Instituto.

Por essa razão, estão a ser definidas estratégias para fazer chegar r informação às mulheres e, deste modo, elas ficarem sensibilizadas e associarem-se à luta contra a sida. A directora explicou que há um maior número de mulheres infectadas por estas terem quatro vezes mais probabilidade de contrair o vírus numa relação sexual do que o homem, devido à sua constituição biológica.

A aposta em trabalhar com a OMA, segundo ela, é importante por se tratar de uma organização que chega aos lugares mais recônditos do país, e poder, num curto espaço de tempo, desempenhar o seu papel mobilizador. “Aquilo que pretendemos é um futuro de jovens saudáveis, que possam efectivamente á desenvolver o país do ponto de vista económico e social.”

Devido ao estigma social e à falta de conhecimentos sobre a magnitude da infecção, muitas pessoas ainda vivem no silêncio, salienta Dulcelina Serrano. “É nosso objectivo que as pessoas conheçam o seu estado serológico o mais precocemente possível para que possam ter acesso às unidades de saúde. e serem acompanhadas, para não chegarem ao estágio de Sida.”

Outro motivo do silêncio deve-se ao facto de as pessoas pensarem que são obrigadas a pagar o tratamento. “Estamos a trabalhar com as comunidades no sentido de passar a mensagem de que o VIH existe, é uma realidade e que as unidades de saúde têm capacidade para fazer o acompanhamento médico. Além disso, os medicamentos são gratuitos”, realça Dulcelina Serrano.

A directora do INLCS faz um apelo à sociedade, principalmente aos Jovens, para que se previnam, usando o preservativo ou sendo fiel ao parceiro, para evitar a infecção, já que segundo as previsões do instituto a epidemia pode aumentar. “Das projecções que temos até ao ano de 2015 prevê um aumento discreto em todo o país, mas devemos andar na mesma cifra dos três a cinco por cento.

### Apoio da OMA

A secretária-geral da OMA Inglês, ao discursar no encerramento do projecto, informou que a doença em Angola é influenciada pelos países vizinhos, através da circulação de pessoas seropositivas, com prevalências muito elevadas. O horizonte temporal para a implementação do projecto, segundo a secretária-geral da OMA, é de quatro anos, indo decorrer, numa primeira fase, em nove províncias, dando prioridade às mais preocupantes.

No ano passado as autoridades sanitárias registaram 254.147 pessoas infectadas, das quais 149.386 eram mulheres, 20.209 das quais estavam grávidas, 29.238 crianças e 23.281 órfãos.

Durante o ano, foram notificados 19114 óbitos.

## 9.26 Epicentro das Violações de Menores a Norte de Luanda

*Semanário A Capital*

*16 a 23 de Novembro de 2010*

O administrador adjunto de Cacuaco, Daniel Kubanza, não poderia ter sido mais realista. Quando abordado pela ministra sobre o quadro familiar e da mulher do município mais a norte de Luanda, aquele responsável não foi de meias-palavras, revelando que, pelas informações por si obtidas, o mesmo «se encontra na linha da frente, entre os municípios de Luanda, em termos de violações de menores e violência doméstica», facto que tem preocupado, sobremaneira.

Para aquela edilidade, que esteve a representar o seu superior hierárquico, regista-se uma tendência cada vez mais machista, sendo as mulheres e as crianças as principais vítimas, sendo raríssimas as vezes em que a municipalidade se faz ausente dos principais serviços noticiosos no que a casos de violação diz respeito.

A ministra visitou também o comando da divisão local, tendo o anfitrião, José Franco, apresentado o balanço operacional mais recente, destacando o facto das últimas ocorrências estarem relacionados - imagine, com violações sexuais, muitos dos quais acontecem, quase sempre, no seio familiar.

Segundo ainda o comandante municipal, a sede comunal, sobretudo na zona conhecida como bairro dos Pescadores, é aquela que se apresenta com um número maior de casos de violação e ameaças corporais, no que secundado pelo bairro do Kikolo.

Genoveva Lino mostrou, visivelmente, preocupada com o que ouviu, sobretudo com os casos que têm a ver com a violação de menores, o que, quase sempre, acontece ministra da família e promoção da mulher, frisou que está muito preocupada com os casos de violação de menores que são relatados todos os dias.

É horripilante ouvir que os casos de violação acontecem todos os dias; que crianças são violentadas e violadas por pessoas mais-velhas», disse, mostrando-se, por outro lado, esperançada com a inversão do quadro, tendo em conta que existem sectores do seu pelouro que se encontram a desenvolver uma intensa actividade no campo da prevenção e denúncia de casos de violação sexual e violência doméstica.

Vamos chegar à causa, porque é preciso trabalharmos na causa, na base das coisas, para cortar o mal pela raiz, por isso, vamos deixar que os especialistas, como pessoas entendidas na matéria, trabalhem», concluiu.

## 10 AMBIENTE

### 10.1 Núcleo dos engenheiros do Huambo esta preocupado com a desmatção

*Jornal de Angola*  
1 de Outubro de 2010

O núcleo da Ordem dos Engenheiros de Angola no Huambo mostrou-se preocupado com o aumento da desmatção na província, por considerar uma das causas principais da degradação do ambiente e dos solos.

Numa palestra realizada na terça-feira, no município do Londuimbali, o engenheiro Anaz Vidro disse que o derrube das árvores pode comprometer as gerações vindouras, com a criação de efeitos negativos na atmosfera. “Devemos mobilizar a sociedade, nas aldeias, onde a prática de abate de árvores para o fabrico do carvão é maior”, afirmou o especialista. Anaz Vidro referiu ser necessária a criação de um elo de ligação entre o núcleo da ordem e as autoridades locais, de modo a que possam participar também no desenvolvimento do município.

Na ocasião, o orador André Njamba aconselhou a população, autoridades tradicionais, educadores e responsáveis de outras instituições sociais para ajudarem a combater o abate indiscriminado de árvores, tendo em conta as suas consequências no futuro.

Para inverter o quadro, disse, é dever de todos a reposição e o manejo florestal, colocar em prática a legislação protectora, com a criação de reservas florestais, bem como a protecção total e exploração da floresta de uma maneira racional e controlada. “Devemos tomar medidas exactas para oferecer alternativa aos produtos obtidos pela desflorestação e dar a conhecer a todos o que é a desmatção e as suas consequências”, alertou.

O administrador municipal, Evaristo Lucas Ulombe, disse que o abate anárquico de árvores tem sido um problema sério na circunscrição e urge a necessidade de se pôr cobro à actividade. “O aquecimento global deve-se em grande parte às queimadas e abate indiscriminado de árvores. Deve-se encontrar mecanismos para se acabar com essas práticas”, disse.

Água mineral” Alto Hama”

O responsável da empresa de enchimento de água mineral “Alto Hama”, Hermany Gustavo de Almeida, disse que a unidade fabril entra em funcionamento em Março de 2011 e também vai produzir sumos, na localidade do Alto Hama.

Segundo Hermany Gustavo de Almeida, a fábrica está orçada em, 12 milhões de dólares norte-americanos e tem a capacidade para encher 30 mil garrafas de meio litro por hora, no primeiro ano. “Vamos aumentar o caudal para a captação de mais água e ter maior capacidade produtiva”, afirmou.

O projecto engloba engarrafamento e produção de sumos e construção de um hotel com quarenta quartos. Hermany Gusta, de Almeida realçou que a fábrica vai empregar, de Março a Junho, mais de 30 trabalhadores e passa à 130, no quarto semestre de 2011.

### 10.2 Pressão humana põe em risco a floresta do Mayombe

*Semanario O Factual*  
2 a 9 de Outubro de 2010

A floresta do Mayombe é uma área restrita de conservação ambiental, como modo de prevenir a degradação da sua biodiversidade.

O abate anárquico de árvores na floresta do Mayombe está a levar os ambientalistas a apelarem para a criação de uma brigada florestal especializada, para combater esta actividade ilegal dos garimpeiros da madeira.

Desta feita, os ambientalistas chamam a atenção para a necessidade de um estudo que apresente a real situação de Angola, quanto à disponibilidade dos recursos florestais, tendo em conta que existem parâmetros estabelecidos internacionalmente para a exploração da madeira, por empresas licenciadas.

A situação é muito complicada para fiscalizar uma densa floresta”, concluiu o ambientalista Salomão Massala, quando interpelado pelo Factual.

Para Massala, o abate ilegal de madeiras exóticas e a subsequente destruição das florestas regressa à ordem do dia.

Os danos infligidos à floresta do Mayombe pelos seres humanos são já irreversíveis, argumentou o ambientalista.

O seu colega Ricardo Zau adiantou que as consequências da actividade destrutiva dos homens são violentas a nível da floresta do Mayombe.

A actividade humana tem causado tamanha pressão nas funções naturais do Planeta que a aptidão dos ecossistemas para sustentarem as gerações futuras já não pode ser tomada como garantida”, sublinhou.

Entretanto, na floresta de Mayombe os garimpeiros aproveitam a sua grandeza e a fraca capacidade técnica e material dos actuais fiscais para procederem ao corte desordenado de árvores, dizimando este portentoso património natural do norte de Angola.

“Grande parte da madeira abatida pelas empresas licenciadas é exportada através do porto de Ponta Negra, na República baixas”, afirmou o madeireiro Ernesto Taty José. “Os seres humanos alteraram os ecossistemas mais rapidamente nos últimos 50 anos do que em qualquer outra época, o que se ficou a dever, sobretudo, ao aumento de grandes explorações agrícolas, à exploração dos recursos energéticos, à destruição de florestas para comercialização das suas madeiras”, acrescentou.

A floresta do Mayombe, como parte do património florestal universal, possui uma diversidade de flora e fauna, bastante rica, mas dramaticamente a madeira se tornou no recurso mais explorado da floresta, sobretudo de forma pirata.

Dados indicam que o pau-preto, o ébano, o pau-ferro e o pau-rosa, são algumas das qualidades mais referenciadas da madeira explorada no Mayombe, onde se podem encontrar árvores que possuem até 50 metros de altura.

A criação da Área de Conservação Transfronteiriça a norte da província de Cabinda (floresta do Mayombe) entre as Republica do Congo, Angola e RD Congo poderá salvar as perdas de um habitat e espécies muito importantes que ocorrem nessa região caracterizada por terra densa húmida, onde se encontra sem dúvida wna grande quantidade e variedade de espécies da flora e da fauna.

O economista Domingos Lwnbi diz que o papel das florestas como grande reserva genética, como fonte de novos produtos florestais e como habitat natural de milhões de diferentes espécies vegetais e animais, tem sido negligenciado.

A protecção da biodiversidade angolana deve concentrar-se sobretudo em medidas “in situ”, alocando-se recursos humanos e financeiros adequados para a preservação deste património nacional”, frisou.

### **Exploração de madeira aquém das expectativas**

O aproveitamento do potencial madeireiro dos recursos florestais, estimado em 26.000 m<sup>3</sup>/ano da floresta natural deve respeitar o princípio da sustentabilidade.

Actualmente a exploração da madeira em Cabinda não chega aos 10 mil metros cúbicos por ano, um valor bastante insignificante, atendendo às potencialidades existentes, o que sigtífica que a floresta continua praticamente virgem.

A actividade de exploração florestal na província de Cabinda, neste momento, concentra-se em Buco-Zau e em Belize.

No município de Cabinda, esta actividade está suspensa devido à grande exploração que sofreu durante o período colonial, de modo a recuperar as zonas despidas de coberto florestal.

Segundo as autoridades de Cabinda, os actuais índices de produção estão muito abaixo do potencial de produção e não são capazes de satisfazer o mercado nacional, fazendo com que a indústria de construção seja obrigada a importar madeira para suas actividades.

As áreas sob exploração florestal não têm um plano de manejo, já que o acesso ao recurso é feito através da emissão de licenças anuais, o que permite que a exploração seja selectiva”, afirmou o economista Tomas Sabu.

Segundo ele, o requerente abate as espécies que mais lhe interessa, fazendo com que haja maior incidência sobre determinadas espécies em detrimento ou causando pouca valorização de um grande número de espécies madeiráveis que abundam nas florestas mas que actualmente estão fora do mercado.

Actualmente o Instituto do Desenvolvimento Florestal (IDF) está a estudar a possibilidade de passar da emissão das licenças anuais para as concessões, o que permitiria uma melhor gestão dos recursos num espaço temporal maior, mas tal decisão requer uma base legal para ser implementada.

Esta é uma das várias razões que justificam a elaboração de uma nova base legal para promover o desenvolvimento florestal no país”, acrescentou o economista.

### **Características da florestado Mayombe**

A floresta do Mayombe possui 290 mil hectares de floresta tropical, onde existem árvores com mais de 50 metros de altura. As principais qualidades de madeira existentes nesta floresta são o pau-preto, o ébano, o sândalo africano, o pau-raro e o pau-ferro.

Nesta floresta existe também uma fauna diversificada com chimpanzés, gorilas, elefantes e aves raras.

O Mayombe ocupa uma área de 650 quilómetros quadrados e localiza-se no meridiano 12 15 com paralelo 4 20. É limitada a norte pelo Congo Brazzaville, a leste pelo rio Luali, a oeste pelo rio Inhuca e a sul com a confluência dos rios Inhuca com o rio Luali.

A floresta é húmida com nevoeiro e abriga um espantoso número de espécies de madeiras de grande qualidade, tornando a sua exploração a segunda maior riqueza da província de Cabinda, depois do petróleo.

### 10.3 Famílias desalojadas pela a Chuva estão a receber bens alimentares

*Jornal de Angola*  
7 de Outubro de 2010

Pelo menos 1.247 pessoas desalojadas pelas chuvas que caíram a semana passada no município de Quimbele, 289 quilómetros da cidade do Uíge, sede capital da província, receberam da direcção provincial do Uíge do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) bens diversos..

Constam entre os bens entregues pela directora provincial da Assistência e Reinserção Social, Adelina Pinto Figueiredo, na presença do vice-governador para a Organização e Serviços Técnicos, Nazário Vilhena, chapas de zinco, reservatórios de água, muletas, roupas usadas, cobertores, utensílios de cozinha (panelas, canecas e talheres), entre outros bens.

O administrador municipal de Quimbele, Joaquim Vumbi, agradeceu o gesto do MIN ARS, adiantando que o mesmo vai colmatar as dificuldades com que se debatem aquelas famílias.

Por sua vez, a directora provincial do MINARS, Adelina Pinto, lembrou que a chuva destruiu infra-estruturas, principalmente casas, em cinco municípios da província, nomeadamente Negage, Sanza Pombo, Dange Kitexe, Cangola e Quimbele, tendo desalojado mais de três mil pessoas.

Adelina Pinto anunciou a existência de um plano de distribuição de bens alimentares e não alimentares nos próximos dias às populações afectadas pelas chuvas. A Angop soube, de fonte da administração municipal de Quimbele, que a chuva desalojou 1.247 pessoas, destruiu nove infra-estruturas administrativas, com destaque para o edifício da administração e o Comando municipal da Polícia Nacional. A chuva, que caiu durante três horas sem cessar, acompanhada de granizo e fortes ventos, dó destruiu igualmente oito igrejas, seis estabelecimentos comerciais 47 postes de iluminação pública, vila e oitenta residências.

O município de Quimbele dista 289 quilómetros do Uíge, com uma população estimada em mais de 200 mil pessoas e potencialmente agrícola.

### 10.4 Chuvas torrenciais desalojam milhares de famílias

*Jornal de Angola*  
8 de Outubro de 2010

O relógio marcava 13 horas e a escuridão já tinha invadido a comunidade de Nguizani, na comuna de

Alfândega, em Sanza Pombo. As cubatas da aldeia eram iluminadas por candeeiros a petróleo, feitos de lata.

O céu estava coberto de nuvens negras, gigantescas e carregadas de água, que produziam fortes trovoadas.

A população da aldeia Nguizani entrou em pânico. Todos corriam de um lado para o outro em busca de abrigo. A chuva passou agranizo que destruiu tudo, casas, escolas, igrejas e outros equipamentos sociais.

O ambiente era desolador. Ninguém sabia o que fazer. Alguns perderam tudo, absolutamente tudo. Das cubatas nada ficou, até as paredes de adobes caíram e ficaram reduzidas a lama. As ruas ficaram desertas. Muitas árvores estão caídas. As chapas de zinco que cobriam as casas estão no chão e destruídas. Muitas foram levadas pelo vento para grandes distâncias da aldeia.

As galinhas e outras aves de criação não resistiram às enxurradas. provocadas pela chuva e muitas, morreram. Os agricultores da região choram lágrimas de sangue, porque as enxurradas também destruíram as lavras cultivadas.

Às 13 horas, a Aldeia começou a escurecer. O clima estava feio. Começou a chover e de repente a terra estava coberta de granizo. Os que se encontravam escondidos nas suas cubatas acenderam os candeeiros. Aquela foi uma chuva terrível, muito estranha”, conta o soba da aldeia Nguizani.

Os que estavam dentro de casa continuou, “tinham a sensação de que havia uma torneira aberta dentro de casa. Muitos não conseguiram comer. Esperamos que o Executivo, o Governo Provincial e as organizações filantrópicas nos apoiem, para podermos ultrapassar essa dificuldade”.

#### Danos graves

Os danos são graves e preocupantes, embora não tenha havido perda de vidas humanas. As pessoas que viviam nas casas afectadas pelas chuvas instalaram-se nas casas dos seus parentes e amigos, enquanto outras se abrigaram nas varandas dos vizinhos”, contou o soba Ramos David Cubo. A equipa de reportagem do Jornal de Angola falou com a anciã Helena Cafuani, quando recolheu a cama feita de bordão enterrada no monte de destroços de adobes que sobraram da casa onde vivia. Estava desesperada. Não acreditava que tinha perdido todos os seus bens num abrir e fechar de olhos.

Eu não estava presente quando a chuva começou a cair. Estava num óbito. Quando voltei, algumas horas depois da chuva, encontrei a minha casa completamente destruída e o bairro despovoado. Todos estavam

descontrolados. Uns procuravam os filhos e outros os animais. O Governo Provincial já fez o levantamento dos danos materiais e estamos à espera que nos apoiem o mais rápido possível”, disse Helena Cafuani.

Mateus Pascoal Bula, deficiente físico, que se encontrava-se no interior da casa de uma vizinha, viu o tecto da D. sua casa a voar. As paredes caíram e as roupas foram arrastadas pela enxurrada. Não conseguiu recuperar nada devido aos problemas físicos que o apoquentam a muitos anos.

“Eu passei mal naquele dia. Não consegui recuperar nada. Fiquei em casa a rezar para que a chuva parasse. Não sabia mais o que fazer. As chapas da minha casa voaram e as roupas foram arrastadas pelas águas. Estou desesperado. Perdi tudo o que tinha”, lamentou Mateus Pascoal Bula.

### **Apoios garantidos**

O administrador municipal de Sailza Pombo, Manuel Nvuala; garantiu que os sinistrados da comunidade de Nguizani vão receber o apoio necessário, para recuperar as suas casas e voltarem à vida normal.

“Acontece pleno dia, foi uma situação difícil. Mas já aconteceu. São catástrofes naturais. Já fizemos o levantamento de todas as casas afectadas e remetemos à Administração Municipal de Sanza Pombo. Aguardamos agora que os apoios cheguem o mais rápido possível”, disse o soba Ramos David Cubo.

### **Milhares de desalojados**

As chuvas começaram e tudo que é mau veio com as águas. Na província temos várias infra-estruturas destruídas. Mais de três mil pessoas ficaram ao relento e pelo menos sete municípios foram afectados pelas últimas enxurradas que se abateram sobre a região”, disse ao Jornal de Angola a directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Adelina Pinto.

Nos municípios do Quimbele, Quitexe, Sanza Pombo, Milunga, Negage, Kangola e Puri, a” chuva destruiu centenas de casas, centros e postos de saúde, igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, campos agrícolas, unidades militares e outras infra-estruturas sociais.

Estamos com um pequeno desfalque em termos de bens alimentares, mas temos chapas de zinco, utensílios de cozinha e cobertores para apoiarmos os sinistrados. São, portanto, esses meios que temos disponíveis, que não são suficientes, mas que nos permitem estarmos em prontidão.

### **Prejuízos no Quimbele**

Adelina Pinto informou que, até agora, o Quimbele é o município mais afectado, com 1.246 pessoas desalojadas, que já beneficiaram de apoios em bens alimenta-

res, cobertores, chapas de zinco e outros produtos não alimentares. A directora do Ministério da Assistência e Reinserção Social aconselhou vítimas das chuvas a evitarem construir em zonas de riscos. Segundo Adelina Pinto, “a maioria das casas não possui bons alicerces, nem pilares. Elas são mal construídas. O principal material e o adobe cru, chapas de zinco e barrotes”.

Adelina Pinto anuncia a existência de um programa de distribuição de bens alimentares e não alimentares, nos próximos dias as populações afectadas pelas chuvas e que estão concentradas noutras localidades.

Eu passei mal naquele dia. Não consegui recuperar nada. Fiquei em casa a rezar para que a chuva parasse. Não sabia mais o que fazer. As chapas da minha casa voaram e as roupas foram arrastadas pelas águas. Estou desesperado. Perdi tudo o que tinha”, lamentou Mateus Pascoal Bula.

### **Apoios garantidos**

O administrador municipal de Sailza Pombo, Manuel Nvuala; garantiu que os sinistrados da comunidade de Nguizani vão receber o apoio necessário, para recuperar as suas casas e voltarem à vida normal.

Acontecem pleno dia, foi uma situação difícil. Mas já aconteceu. São catástrofes naturais. Já fizemos o levantamento de todas as casas afectadas e remetemos à Administração Municipal de Sanza Pombo. Aguardamos agora que os apoios cheguem o mais rápido possível”, disse o soba Ramos David Cubo.

### **Milhares de desalojados**

As chuvas começaram e tudo que é mau veio com as águas. Na província temos várias infra-estruturas destruídas. Mais de três mil pessoas ficaram ao relento e pelo menos sete municípios foram afectados pelas últimas enxurradas que se abateram sobre a região”, disse ao Jornal de Angola a directora provincial do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Adelina Pinto.

Nos municípios do Quimbele, Quitexe, Sanza Pombo, Milunga, Negage, Kangola e Puri, a” chuva destruiu centenas de casas, centros e postos de saúde, igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, campos agrícolas, unidades militares e outras infra-estruturas sociais.

Estamos com um pequeno desfalque em termos de bens alimentares, mas temos chapas de zinco, utensílios de cozinha e cobertores para apoiarmos os sinistrados. São, portanto, esses meios que temos disponíveis, que não são suficientes, mas que nos permitem estarmos em prontidão para podermos atender o grito da população sinistrada.

### Prejuízos no Quimbele

Adelina Pinto informou que, até agora, o Quimbele é o município mais afectado, com 1.246 pessoas desalojadas, que já beneficiaram de apoios em bens alimentares, cobertores, chapas de zinco e outros produtos não alimentares. A directora do Ministério da Assistência e Reinserção Social aconselhou vítimas das chuvas a evitarem construir em zonas de riscos. Segundo Adelina Pinto, “a maioria das casas não possui bons alicerces, nem pilares. Elas são mal construídas. O principal material é o adobe cru, chapas de zinco e barrotes”.

Adelina Pinto anuncia a existência de um programa de distribuição de bens alimentares e não alimentares, nos próximos dias as populações afectadas pelas chuvas e que estão concentradas noutras localidades.

## 10.5 Chuvas destroem casas e empreendimentos sociais

*Jornal de Angola*

*17 de Outubro de 2010*

As intensas chuvas, acompanhadas de ventos fortes, que se abateram, no início do corrente mês, sobre a província da Lunda-Norte, destruíram 76 casas, deixando ao relento igual número de famílias, segundo o comandante provincial da Protecção Civil e Bombeiros.

Venâncio Sozinho Catotho disse, quinta-feira, que na primeira quinzena de Outubro, na sede da administração municipal do Cuilo, as fortes chuvas provocaram o desalojamento de 37 famílias, tendo igualmente destruído três residências protocolares, uma igreja e uma escola do primeiro ciclo.

O comandante provincial da Protecção Civil e Bombeiros disse que a comuna do Xinge, no município de Capenda-Camulemba, e o município do Caungula, foram as áreas mais afectadas.

Venâncio Sozinho Catotho disse ao *Jornal de Angola* que, devido a insuficiência de meios por parte dos serviços locais de Protecção Civil, as autoridades da província e as estruturas centrais estão a trabalhar no sentido de garantir o apoio necessário às populações sinistradas, que precisam, fundamentalmente, de comida e de material de construção.

Já enviamos a mensagem às estruturas centrais, para que, em conjunto com o governo provincial, se encontre uma solução imediata para resolver o problema da população desabrigada, com a distribuição, numa primeira fase, de chapas de zinco”, assegurou.

O responsável adiantou que os serviços provinciais de Protecção Civil estão a envidar esforços para se tomar providências que façam com que a chuva deixe de causar desastres. Venâncio Sozinho Catotho defendeu a neces-

sidade de apetrechar a logística local, com a aquisição de meios, como chapas de zinco, cobertores e produtos alimentares, para assistir as pessoas afectadas pelas fortes chuvas que se abatem sobre a região.

As enxurradas registadas no passado mês de Agosto, recordou, provocaram a destruição parcial de 452 casas nos municípios do Caungula e Capenda-Camulemba, onde a Comissão Provincial de Protecção Civil distribuiu chapas de zinco, cobertores e bens alimentares.

### Obras no Cuango

O governo da Lunda “Norte quer ver resolvido o problema de abastecimento irregular de água potável e energia eléctrica às populações da localidade de Cafunfo, município do Cuango, no quadro do programa do Executivo que visa melhorar as condições sociais básicas das populações, segundo o governador Ernesto Muangala.

Em visita de campo ao município do Cuango, o governador da Lunda-Sul disse, quarta-feira, que recebeu garantias dos empreiteiros sobre a conclusão, até 11 de Novembro próximo, dos projectos Policiais financiados âmbito programa de intervenção municipal. O engenheiro José Augusto, da empresa ECOINTER, responsável pela construção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável na localidade de Cafunfo, assegurou que os trabalhos estão na fase final, instalação da torre destinada a armazenar a água distribuída por meio de idade, para 15 chafarizes construídos na periferia da cidade.

O sistema, explicou, vai beneficiar mais de 35 mil pessoas. De acordo com José Augusto, o investimento está orçado em um milhão e duzentos mil dólares.

As obras começaram em 2007 e estiveram paralisadas durante um ano, para permitir que a administração municipal desalojasse as populações nas áreas por onde passa a rede de distribuição de água.

Durante a fase de execução do projecto, mais de 100 jovens adquiriram conhecimentos profissionais, que vai lhes permitir emergir no mercado do emprego. A população da localidade de Cafunfo vai, ainda, em Novembro, um grupo de geradores que vai garantir a iluminação pública e domiciliária.

Na primeira fase, estão montadas três cabines de distribuição domiciliária de energia eléctrica para 50 casas. O administrador municipal do Cuango, Domingos Mufungueno, garantiu que vão continuar os trabalhos para a melhoria da rede de distribuição domiciliária.

## 10.6 Agua da Chuva voltam a atrapalhar

*Jornal de Angola*  
19 de Outubro de 2010

A chuva que caiu, durante a madrugada de ontem, sobre Luanda, deixou, uma vez mais, a descoberto que a cidade não está totalmente preparada para receber grandes enxurradas. Ruas alagadas e lamacentas, algumas crateras na via, longas filas de carros nos engarrafamentos foram alguns dos cenários vividos pelos cidadãos durante a manhã, particularmente, na periferia.

António Pereira vive no Bairro Popular e trabalha na Baixa de Luanda. Para evitar embaraços no trânsito, sai habitualmente de casa às seis horas. Mas ontem a chuva complicou-lhe os planos. Devido ao trânsito engarrafado, chegou ao serviço com uma hora e meia de atraso.

Apesar de em número reduzido, as inundações em moradias e estabelecimentos comerciais também fizeram as suas vítimas. O casal Balduino e Lena, por exemplo, ficou com parte da mobília submersa pela força da água. A viverem na ma Senado da Câmara, no Marçal, não tiveram tempo para dormir, porque o trabalho de retirada de água do interior da casa exigiu sacrifícios.

No município do Cazenga, às 10 horas da manhã as marcas da chuva ainda eram visíveis, Ernesto Paulo, 28 anos, disse à reportagem do Jornal de Angola que os estragos foram mínimos, em comparação com os, causados pelas enxurradas resultantes das chuvas do princípio do ano.

Referiu que o lamaçal criado ao longo da rua dos Comandos constitui o principal empecilho para a travessia dos peões. Para ultrapassar esse constrangimento, o recurso a botas de borracha foi uma das soluções encontradas.

Tem sido sempre assim quando chove. Para evitar a lama, temos de calçar botas de borracha ou então sacos de plástico. É muito chato”, acrescentou Ernesto Paulo. Na rua do Pica-Pau, e em geral no interior do Rangel, os moradores também tiveram enormes dificuldades em transpor as ruas seus afazeres. A circulação rodoviária esteve condicionada e apenas as viaturas de todo-o-terreno resistiram, porque as ligeiras foram obrigadas a encostar. Mas, nem tudo esteve mal no Rangel. Os efeitos das obras realizadas nos bairros da Precol e CTT, que incluíram os trabalhos de terraplanagem, pavimentação, colocação de camada de desgaste e canais de drenagem de água pluviais, já se fazem sentir. É a prova de que não existem está nas ruas Violeta e Roxa, perfeitamente transitáveis e limpas. Segundo diziam muitos moradores da área, nem parecia que tinha chovido com intensidade durante a madrugada.

## 10.7 Chuva destrói casas em Luanda

*Jornal de Angola*  
20 de Outubro de 2010

Um total de nove moradias destruídas no município do Sambizanga e ruas intransitáveis em vários pontos de Luanda, sobretudo no Rangel, é o balanço da chuva que caiu na madrugada de segunda-feira sobre Luanda. A destruição das casas não provocou vítimas humanas, segundo o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Fausia tino Sebastião, em declarações ontem à Angop.

As casas desabaram no bairro São Pedro da Barra, no município do Sambizanga, por terem sido construídas numa encosta à beira-mar, impedindo a passagem das águas fluviais e residuais.

O funcionário do Ministério do Interior admitiu que mais 20 moradias nas mesmas condições estão na iminência de desabar.

O porta-voz afirmou que os proprietários tinham consciência da iminência de desabamento, uma vez que foram várias vezes alertados pelas autoridades administrativas.

Segundo fontes afectas à Administração Municipal do Sambizanga, as famílias sinistradas estão, numa primeira fase, a ser realojadas em tendas, numa zona com maior segurança, estando garantido o apoio em bens de primeira necessidade.

No município do Rangel, várias ruas terciárias estavam até ontem intransitáveis devido à existência de charcos de água, o que dificultava a circulação de veículos e, em alguns casos, de peões. Segundo o de, onde a situação é considerada crítica, tendo pedido a colaboração dos munícipes residentes na comuna sede, no sentido de deixarem de deitar lixo nas sarjetas, comportas e valas de drenagem.

A chuva de segunda-feira, que caiu com alguma intensidade durante quase quatro horas, foi a primeira da presente época das chuvas, iniciada oficialmente a 15 de Agosto, em Luanda.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) previu ontem chuvas fracas ou moderadas na cidade de Luanda.

## 10.8 Executivo cria plano para meteorologia

*Jornal de Angola*  
21 de Outubro de 2010

O Executivo tem um plano de desenvolvimento no domínio da meteorologia que vai, nos próximos anos, alterar as condições tecnológicas e sociais, anunciou, ontem, em Luanda, o vice-ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Aristides Safeca.

No plano, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) é a estrutura competente e vai funcionar como entidade reguladora dos serviços no do sector.

Aristides Safeca fez estas declarações na abertura do conselho consultivo do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, que decorreu no Hotel de Convenções de Talatona.

Vivemos numa era em que acontecem calamidades e fenómenos associados ao clima e as alterações climáticas constituem uma questão inquietante a nível mundial, disse, sublinhando que as ocorrências de desastres e o respectivo impacto nas comunidades podem crescer com o aumento da instabilidade do clima.

Aristides Safeca considera gestão das ocorrências climáticas vital para o desenvolvimento sustentável a nível económico, social e ambiental do país. “O nosso passado esta marcado pela a destruição ou penalização de grande parte da rede de recolha meteorológica que funcionava no país o que resulta no menor acesso de informação detalhada e actualizada”, afirmou o vice-ministro.

A informação meteorológica, disse o vice-ministro, é importante para os vários sectores de actividade que a necessitam para a elaboração dos planos.

### Melhorias no sector

O Vice-ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação afirmou que o país regista evolução na recolha, transmissão e e processamento da informação meteorológica e considera a formação elemento essencial para garantir a sustentabilidade e a utilização das 1- novas tecnologias do sector.

Aristides Safeca afirmou ainda que o INAMET precisa superar complexos e importantes desafios” decorrentes das suas obrigações. Entre os desafios, apontou, entre outros, a reposição da capacidade de observação e registo, a falta de recursos humanos competentes e a consolidação da componente de investigação e desenvolvimento. O encontro, que termina amanhã, decorre sob

o lema “Desenvolvimento sustentável e alterações climáticas” e está a abordar temas como “Sistema de gestão de qualidade dos dados meteorológicos”, “Redes sísmicas e primeiros resultados”, “Transformação do sistema meteorológico com uso da tecnologia” e “Recursos humanos e políticas de desenvolvimento de quadros”.

## 10.9 Chuvas desalojam famílias

*Jornal de Angola*  
22 de Outubro de 2010

Chuva torrencial acompanhada, de ventos fortes desalojou 29 famílias do município do Tchindjenje, província do Huambo. As casas ficaram completamente destruídas pela força das enxurradas.

De acordo com informações prestadas ontem, na cidade do Huambo, pelo administrador municipal adjunto do Tchindjenje, Quintino Canepa, a tempestade durou duas horas e destruiu igualmente outras infra-estruturas sociais. A cobertura do palácio municipal, o sistema de retransmissão da Televisão Pública de Angola, um centro de saúde e os pára-raios instalados no edifício da administração municipal, o comité de acção do MPLA e um campo de futebol foram gravemente afectados pelas enxurradas.

O administrador municipal adjunto do Tchindjenje disse que, neste momento, a administração está a fazer esforços para criar condições para apoiar as famílias sinistradas. Praticamente todas as pessoas afectadas pela tempestade perderam as casas e todos os seus haveres, ficando apenas com a roupa que tinham no corpo.

Para minimizar as dificuldades das famílias sinistradas, Quintino Canepa disse que as autoridades do município estão a mobilizar recursos para que possam reconstruir rapidamente as suas vidas.

Os serviços oficiais vão pôr à disposição das famílias desalojadas no município de Tchindjenje chapas de zinco, blocos, roupa, utensílios domésticos e, numa primeira fase, bens alimentares.

## 10.10 Convenção sobre diversidade biológica tem a presença da ministra do Ambiente

*Jornal de Angola*  
25 de Outubro de 2010

Uma delegação chefiada pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, participa na Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Nagoia, Japão. A conferência aberta no passado dia 18, tem como objectivo

principal travar a perda da biodiversidade, para assegurar a continuidade dos seus usos benéficos através da conservação e utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos.

A convenção, que decorre até 29 do corrente, discute entre outras questões, “A preservação da biodiversidade biológica mundial” e “A repartição dos recursos oriundos da biodiversidade”. A conferência de Nagoia no Japão é fulcral para os países desenvolvidos e os que estão em vias de desenvolvimento tomem medidas concretas na área da biodiversidade no planeta. Desastres ambientais e problemas de poluição nos países mais industrializados estão a pôr em causa a preservação da biodiversidade biológica em todo o mundo e em perigo a vida humana no planeta.

Angola vai assinar o protocolo ABS (Acesso a Recursos Genéticos y Repartição de Benefícios). Uma delegação técnica do Ministério do Ambiente, chefiada pelo director nacional da Biodiversidade, Soki Kuedikuenda, já se encontra a participar na conferência de Nagoia há uma semana.

Durante a reunião no Japão, os países membros da Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica vão deliberar sobre outros temas relevantes, como a estratégia global de conservação das plantas, o Protocolo de Cartagena sobre Bio segurança e a Plataforma Internacional sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistémicos, um órgão independente e internacional semelhante ao Painel Inter-governamental de Mudanças Climáticas.

O encontro pretende também abordar as diferentes formas de dividir com equilíbrio os lucros provenientes dos recursos naturais e os custos para preservação das espécies. Os programas de cada Estado para preservar a fauna e a flora e sobretudo para proteger espécies em vias de extinção precisam de fundos avultados que escasseiam sobretudo nos países em vias de desenvolvimento onde os orçamentos de Estado estão voltados para garantir às população condições básicas de vida e no combate à pobreza.

Na cimeira está prevista a aprovação do protocolo de Acesso e Recursos Genéticos e Repartição Equitativa de Benefícios, que tem gerado muita polémica.

A proposta para ampliar as áreas terrestres e marinhas sob protecção ambiental está também em análise na cidade japonesa de Nagoia. Cada vez mais é necessário alargar as áreas protegidas e as reservas naturais, única forma de garantir a sobrevivência de muitas espécies ameaçadas. Os grupos de trabalho montados durante a convenção vão discutir, ainda, a biodiversidade em áreas protegi-

das, zonas costeiras, montanhas, águas marinhas, novos mecanismos para evitar queimadas e desmatamentos e biocombustíveis, entre outros temas.

Para os países africanos, o grupo de trabalho que vai estudar formas de evitar queimadas é muito importante porque este é um prpbllllla que atravessa praticamente toda a Africa Ceritral e Austral onde anualmente ardem milhares de hectares de matas

## 10.11 Administrador ameaça com Tribunal quem insiste em destruir as florestas

*Jornal de Angola*  
26 de Outubro de 2010

O administrador do município do Huambo, José Luís de Meio Marcelino, disse que pretende levar ao Tribunal os cidadãos que estão a destruir a floresta do Bairro Santo António, uma das poucas reservas que protegem a cidade dos fortes ventos.

Em declarações à Angop, após a visita que efectou ao perímetro florestal, José Marcelino disse que a Administração, em parceria com a Polícia Nacional, vai desenvolver esforços para responsabilizar os que fazem o abate indiscriminado de árvores.

Embora não tenha por enquanto provas suficientes, o administrador do Huambo disse suspeitar que os moradores da zona circundante à floresta sejam os principais culpados pelos abates de árvores. Afirmou que são derrubadas árvores na calada da noite para que não sejam vistos pelos fiscais da Administração.

É uma situação que nos preocupa seriamente. Vamos empenhar-nos ao máximo para encontrarmos os culpados e levá-los ao Tribunal. O abate de árvores é um atentado ao meio ambiente e coloca em risco a segurança da própria população”, frisou.

O administrador do Huambo informou que durante a madrugada de sábado foram derrubadas 69 eucaliptos e as consequências do abate já são visíveis na comunidade, referindo-se ao facto de algumas casas próximas terem perdido os telhados, devido aos fortes ventos que se fizeram sentir durante o dia.

Para pôr cobro a esta situação, considerada alarmante, José Marcelino anunciou que a Administração municipal vai proceder à vedação imediata da floresta, a partir de hoje. A floresta do Santo António está a ser invadida desde o início do ano passado, por cidadãos que estão a erguer casas na área adjacente.